

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP**

HORÁCIO DOS REIS MARQUES FERREIRA

**TRABALHADORES BOIAS-FRIAS DA CIDADE DE PONTALINDA – SP:
Trajetórias e Culturas - 1991 - 2010**

MESTRADO EM HISTÓRIA

São Paulo

2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

HORÁCIO DOS REIS MARQUES FERREIRA

**OS TRABALHADORES BOIAS-FRIAS DA CIDADE DE PONTALINDA – SP:
Trajetória e Cultura, 1991 - 2010**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Olga Brites.

São Paulo

2011

BANCA EXAMINADORA

Dr.º Marcos Antônio da Silva - USP

Dr.ª Maria do Rosário da Cunha Peixoto PUC

**Dr.ª Olga Brites – PUC
(Orientadora)**

*Ofereço aos meus pais Nicomédio (in memória),
a minha mãe Otaira, a minha esposa Lenice, a
Profª Élide, a minha irmã Sônia e aos meus
sobrinhos Geisla e Alessandro, que se fizeram
presentes em todos os momentos.*

AGRADECIMENTOS

Diante de minha trajetória de vida e de minha formação religiosa não poderia deixar de iniciar agradecendo a Deus por tudo o que me proporcionou. Também registro minha gratidão àquelas pessoas que juntos, neste meio século, vivenciamos, lutamos e partilhamos pequenas vitórias, mas com imenso significado.

A minha mãe que alongava suas jornadas de trabalho, lavando minha roupa a luz de lamparina para que pudesse ir à escola na manhã seguinte, após um dia ofegante no trabalho rural.

Estendo a minha gratidão a todos os trabalhadores rurais que contribuíram para a realização da pesquisa, sujeitos excluídos dos prazeres que o vasto mercado capitalista oferece.

Ao meu amigo Jesus Pupim que dispôs de seu tempo, abrindo o seu acervo particular ajudando na coleta das fontes para a realização da pesquisa.

A todos os professores que muito fizeram não só na minha formação acadêmica, mas também na minha formação como pessoa humana.

Aos meus sobrinhos Geisla e Alessandro que sempre me ajudaram e me incentivaram a prosseguir os estudos.

Aos amigos Deneval, Tony Luis, Águida, Aracy, Arlete e Gisele companheiros que estiveram sempre me apoiando nos momentos mais difíceis de minha vida.

Aos membros da Comissão de Avaliação dos Projetos de Pós-Graduação da PUC, que tiveram o carinho de avaliar meu projeto de pesquisa para que fosse aprovado e classificado com concessão da bolsa.

Da mesma forma sou grato a CAPEs e ao CNPq pela concessão da bolsa para o curso, pois sem a qual seria impossível concluí-lo o curso depois de meio século de sonho.

A todos os professores da PUC que muito contribuíram para minha formação acadêmica nesses dois anos de curso. Estendo meus agradecimentos também a todos os funcionários da PUC, em especial a Betinha e a Sandra que tanto devo pela sua presteza.

Também sou grato ao coordenador do curso de mestrado em história o professor Fernando Londoño, que sempre teve o cuidado de me ligar e me orientar em tudo o que fosse preciso.

Aos componentes da banca examinadora Dra. Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Marcos Antonio Silva que com suas sugestões enriqueceram o trabalho.

A minha gratidão a professora e amiga Élide Maria Barison da Silva principal responsável pela minha volta aos estudos, que sempre esteve ao meu lado disponibilizando seu precioso tempo.

A professora Dra. Olga Brites orientadora e amiga, que nunca mediu esforços para o êxito do meu trabalho, pessoa que jamais esquecerei.

Para finalizar agradeço a minha esposa Lenice que sempre esteve do meu lado compartilhando momentos de sonhos e de decepções. Enfim, divido o êxito do trabalho a todos os sujeitos que fazem parte dessa história, em especial aqueles que não tiveram a oportunidade de sentarem-se em um banco de uma universidade

“(...) o capitalismo sempre foi um processo ambíguo: promove um aumento real da riqueza mas a distribui de modo desigual; permite o surgimento e a sobrevivência de populações maiores, porém dentro delas encara os homens apenas como produtores e consumidores, como seres que nada podem pedir à sociedade senão dentro desses papéis abstratos.(...)” WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura.1990, p. 118.

RESUMO

Nesta pesquisa, busquei compreender a cultura dos trabalhadores boias-frias da cidade de Pontalinda, Estado de São Paulo, enquanto modo de vida, valores, hábitos, costumes e trabalho. Ela teve como universo temporal o período de 1991 a 2010, quando já havia se consolidado uma população de boias-frias no espaço urbano, resultante do êxodo rural e da presença de migrantes nordestinos, com predominância de baianos.

O trabalho possibilitou-me ouvir e interpretar as trajetórias e culturas vividas pelos trabalhadores boias-frias, compreender como estes sujeitos sociais atribuem significados ao presente e ao passado, que é reelaborado conforme suas vivências atuais. Busquei investigar nas relações instituídas no espaço urbano os modos de viver, morar, lutar, trabalhar e divertir-se dos trabalhadores, que, com suas ações, foram registrando suas marcas. As narrativas, aqui representadas, registram a história de luta e resistência desses trabalhadores na busca de espaço e sobrevivência dentro da sociedade e valorizam a memória desses sujeitos que constituem a principal da força de trabalho para o desenvolvimento da região, até então.

O diálogo com fontes orais, escritas (jornais, revistas, documentos oficiais, ações trabalhistas, processos crimes) e fotografias, valorizou a memória dos boias-frias, trazendo à tona outras histórias e outros olhares sobre o passado e presente desses sujeitos.

As problemáticas levantadas e os diálogos com as evidências, pensando essa história como única, em um espaço delimitado e construído por seres humanos únicos, levaram-me a refletir sobre a história como experiência vivida socialmente, num campo de contradições, dominação e resistência. Conforme E. P. Thompson, não parto de hipóteses e procuro as fontes para confirmá-las. Parto das fontes, de questões colocadas pelas evidências para problematizar¹ os boias-frias da cidade de Pontalinda-SP.

Palavras – Chaves: campo, cidade, trabalho, cultura e resistência.

¹ THOMPSON, E. P. O termo ausente: a experiência. In. A miséria da teoria. RJ. Zahar Editora, 1981.

ABSTRACT

In this research I sought to understand the culture of boias-frias workers of Pontalinda town, São Paulo State, as way of life, values, habits, customs and work. It undertakes the period of 1991 to 2010, when Boia-frias population had settled in urban space as a result of rural exodus and the presence of migrants from the Northeast, with a predominance of Bahia's people.

The work enabled me to hear and interpret the trajectories and cultures experienced by boia-fria workers, to understand how these social actors give meanings to the present and the past which is redesigned according to their experiences today. I sought to investigate the relationship instituted in urban space, the ways of living, housing, fighting, working and recreation of the workers that with their actions were registering their brands. The narratives record the history of struggle and resistance of these workers in search of space and survival within society, and value the memory of those ones, who are the main labor force for the development of the region, so far.

The dialogue with oral sources, the written ones (newspapers, magazines, official documents, labor, criminal) and photographs, enhanced the memory of the Boia-frias people, bringing out other stories and other views on the subject of past and present of these people.

The issues raised and the dialogues with evidence, thinking about this story as unique in an enclosed space and built by humans unique, led me to reflect on the full history as lived experience and socially, in a field of contradictions, domination and resistance. As E.P. Thompson, I do not start from hypotheses and look for sources to confirm them. Rather, I start from the sources, the issues raised by evidence, in order to question the Boia-frias people of Pontalinda town of São Paulo.

Keywords: Rural, town, work, culture and resistance

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1 - Foto da praça central.....	32
Figura 2 - Mapa da região Noroeste Paulista - 1900.....	36
Figura 3 - Transporte de gado na Estrada Boiadeira.....	36
Figura 4 - Guia de Imposto Territorial Rural.....	40
Figura 5 - Foto do senhor João Antônio da Silveira em carro de bois.....	41
Figura 6 - Foto da primeira missa realizada na capela em 15/08/1948.....	44
Figura 7 - Foto de uma das primeiras famílias a migrarem para a região do Noroeste Paulista.....	47
Figura 8 - Fotografia de moças em um final de semana.....	64
Figura 9 - Fotografia de caminhões carregados de algodão.....	66
Figura 10 - Lavoura de arroz.....	68
Figura 11 - Máquina de arroz.....	71
Figura 12 - Foto de uma venda.....	72
Figura 13 - Açougue.....	74
Figura 14 - Time de futebol.....	77
Figura 15 - Fabricação de tabaco.....	79
Figura 16 - Abate de animais domésticos.....	80
Figura 17 - Capela de Cemitério.....	84
Figura 18 - Giro de Companhia de Santos Reis.....	91
Figura 19 - Chegada da Companhia de Santos Reis.....	92
Figura 20 - Colhedor de laranja.....	111
Figura 21 - Casa de bóia-fria reformada.....	126
Figura 22 - Cortador de cana desconhecido.....	135
Figura 23 - Veículo de transporte de trabalhadores boias- frias.....	137
Figura 24 - Foto da casa de Solange, rua Amazônia, n. 1873, jardim Nossa Senhora Aparecida.....	140
Figura 25 - Foto de Pedro Ângelo morto em roça de arroz.....	167
Figura 26 - Área destinada aos trabalhadores sem teto.....	188

Figura 27 - Bazar da Pechincha improvisada em salas de aulas da Escola Estadual de Pontalinda.	191
Figura 28 - Bazar da Pechincha improvisado no refeitório da creche municipal.....	192
Figura 29 - Bazar da Pechincha realizado no salão de festa da igreja Católica.	193
Figura 30 - Migrantes nordestinos em dia de folga.....	208
Figura 31 - Festa da Chegada da Companhia de Santos Reis, no Centro Comunitário de Pontalinda.....	211

SUMÁRIO

	Página
1 Introdução	13
2 A Terra dos Sonhos	31
3 O que é ser bom de enxada	95
4 Justiça e TANTAS OUTRAS Experiências	145
5 Considerações finais	223
Referências Bibliográficas.....	227
Fontes Oraís.....	233
Documentos Oficiais	236
Ações Trabalhistas.....	237
Ação Civil.....	238
Processos Crime	239
Leis	240
Jornais, Almanques e Revistas.....	241
Mapas	242
Sites	243

1 INTRODUÇÃO

*“Vocês que fazem parte dessa massa
 Que passa nos projetos do futuro
 É duro tanto ter que caminhar
 E dar muito mais do que receber
 E ter que demonstrar sua coragem
 Á margem do que possa parecer
 E ver que toda a engrenagem
 Já sente a ferrugem lhe comer
 Eh, oh, oh, vida de gado
 Povo marcado
 Eh, povo feliz”*

*(Zé Ramalho, Admirável gado novo,
 In: LP. A peleja do diabo com o dono
 do céu. Epic, 1979).*

Acordava todas as manhãs com um beijo no rosto e um sorriso alegre de mãe. Percebia que era hora de levantar, pelos raios da claridade que passavam pelas frestas da janela daquela humilde casa de pau a pique. Então, levantava, aprontava-me para ir à escola. Tomava uma xícara de café “preto” e partia pelas trilhas e caminhos, encontrando outros amigos até pegar a estrada de terra (estrada municipal), que ligava a cidade de Pontalinda com a cidade de Jales-SP. Jales já era um centro urbano, um pouco maior, com um comércio que atendia a grande parte das necessidades básicas da população, assim como atendimento médico e grande parte dos serviços burocráticos. O movimento de carros por esta estrada provocava nuvens de poeira que avermelhava o uniforme branco ou, às vezes, pisando na lama em tempos chuvosos. Enquanto íamos andando e perdia de vista minha mãe que, com o almoço no caldeirão, tomava rumo à roça para o início de um longo dia de trabalho forçado.

Caminhávamos quilômetros até chegar à escola pela estrada de terra. Sempre contando nossas histórias durante o percurso. Muitas vezes, tentava consolar um amigo que chorava pela perda de sua mãe. Então, agradecia a Deus por ter a minha com saúde, mesmo sendo órfão de pai, aos seis anos de idade.

A caneca de leite servida na escola era uma delícia e era a única alimentação que recebia na primeira metade do dia. Na volta da escola, o caminho parecia mais longo, o sol ardente, ou, às vezes, debaixo de chuva. Na maioria das vezes, eu ia com destino à roça, onde o almoço cozido de madrugada estava esperando um tanto frio. Trocava em vestiário improvisado (atrás de um tronco de árvore ou uma moita de arbusto) e começava as atividades da lavoura até a entrada do sol. Quando voltava para casa, minha mãe, meu irmão e eu ainda tínhamos de juntar a lenha para cozinhar o jantar. Chegando em casa, tomava um banho de bacia,² jantava e depois tentava fazer a tarefa da escola à luz de lamparina. Com olhos fechando de sono era levado pela mãe até a cama. Essa rotina durou os quatro primeiros anos primários, muitos colegas pararam pelo caminho e não os concluíram. Após ter concluído a quarta série, a vida passou a ser dedicada somente ao trabalho, e aos doze anos de idade o corpo um tanto franzino não era desculpa para não puxar enxada e realizar qualquer atividade do campo de sol a sol.³

“Diante de uma antiga política, onde a prioridade de seqüência aos estudos era simplesmente de uma minoria”,⁴ interrompi os estudos, uma vez que para cursar a 5ª série do Primeiro Grau teria que viajar até a cidade de Jales, cerca de 25 quilômetros. Como tinha que trabalhar durante o dia para ajudar no sustento da casa, não havia transporte escolar e teria que pousar em outro centro urbano e voltar no outro dia, não foi possível freqüentar a escola. Essas dificuldades fizeram com que eu só retomasse os estudos três anos depois após ser instalada a 5ª série do Primeiro Grau na cidade de Pontalinda (1974). Conclui a 8ª série do Primeiro Grau em 1977, pois a distância até à escola na cidade permitia ir e voltar a pé.

Toda minha infância, adolescência e juventude foi tentando buscar condições para estudar, assim como tantos outros que viviam nas mesmas condições. Essas dificuldades fizeram com que buscássemos participar nas organizações de movimentos sociais, momento

² “BANHO DE BACIA”, eram poucas as casas da zona rural que contavam com um banheiro com um sistema de balde. Na maioria delas os habitantes tomavam banho em algum cômodo da casa, preferencialmente um quarto.

³ “SOL A SOL”, termo usado pelos trabalhadores do campo, que significava chegar no trabalho no nascer do sol e permanecer até o por do sol.

⁴ HOBBSAWM, Eric J, E Terence Ranger. “A Invenção das Tradições. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. RJ: Editora Paz e Terra, 1984, p. 299.

de debates e discussão e de esperança de mudar a realidade dos problemas sociais e econômicos.

Onze anos após a conclusão do Ensino Fundamental, aos vinte e oito anos, voltei a estudar na Escola Estadual Prof^a Zélia de Lourdes Zaccarelli Lopes. Concluí o Ensino Médio e fiquei mais dez anos sem estudar, pois era difícil pagar um Curso de Ensino Superior. Somente no ano de 2002 é que concluí o Curso de História na FAI-Jales, Faculdades Integradas de Jales, em Jales-SP, aos quarenta e dois anos de idade.

Não pretendo aqui escrever a minha história de vida, mas registrar a história de vida de todos aqueles que, no passado, vivenciaram comigo o cotidiano da difícil vida de boia-fria e daqueles que ainda a vivem.

Essas dificuldades, a militância em movimentos sociais e o curso de graduação em História despertaram-me o gosto e a obrigação de realizar esta pesquisa sobre o trabalhador rural, que é responsável por grande parte da produção e que está à margem da história. Confesso que, de início, preocupei-me com a pesquisa por estar tão dentro do tema escolhido, mas senti-me um tanto aliviado depois que tive a oportunidade de ler Eric J. Hobsbawm, que, em sua obra *Sobre História*, fala com propriedade que aquele que viveu a história tem mais facilidade para escrevê-la.

Porém para um jovem historiador chegar a ela é necessário um esforço da imaginação, uma disposição em suspender crenças baseadas em sua experiência própria de vida, e um considerável trabalho de pesquisa. Para nós, isso não é preciso.⁵

Não discuto as questões de temporalidade, mas trato de uma história considerada recente, uma história do presente, segundo Marcos Antonio Silva:

(...) essa temporalidade, por sua vez, ela não é espaço vazio ou homogêneo, que se observa de fora. Ela é constituída por seres humanos, em suas complexas diferença e relações, diante das múltiplas possibilidades que seus fazeres procuram tornar palpáveis a cada momento.⁶

A imagem do boia-fria de senso comum é de pessoas que levantam de madrugada, sobem no pau de arara com uma mochila nos ombros, garrafa de água em uma mão, ferramenta na outra, vestes e calçados desgastados. Pessoas com problemas conjugais, sem

⁵ HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História: Ensaios*. São Paulo: Editora Companhia Das Letras, 1998, p. 247.

⁶ SILVA, Marcos Antonio. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003, p. 28.

estudos, incapazes de realizarem um trabalho qualificado por não terem capacidade para o desenvolvimento de “trabalhos considerados qualificados”, técnico ou intelectual.

Esses trabalhadores rurais são sujeitos que vivem dentro de um sistema de exploração, do qual são privados do conhecimento, principalmente do intelectual, mas que são sujeitos com qualidades exigidas para o desenvolvimento das atividades que um trabalhador rural necessita, que são responsáveis por parte do alimento que chega à mesa de tantos “letrados” e que têm seus costumes, seus valores culturais, sociais, políticos e econômicos dentro da sociedade.

O recorte temporal da pesquisa é de 1991 a 2010, uma vez que, em 1991, já havia se consolidado uma população de boias-frias na cidade de Pontalinda-SP, devido ao êxodo rural provocado pelo avanço das pastagens, dos canaviais e de uma política voltada para o agronegócio.⁷ Os pequenos produtores não conseguiram sobreviver, tendo que mudar para os grandes centros ou mesmo para as cidades vizinhas e continuar como trabalhadores boias-frias, no campo. Era um momento de grandes mudanças no cenário mundial, com o esfacelamento do socialismo soviético e o domínio do neoliberalismo em grande parte do mundo⁸. Podíamos perceber a força neoliberal presente principalmente no Brasil.

No desenvolvimento da pesquisa, busquei priorizar as fontes orais, primeiro, pela escassez de algo escrito sobre o tema. Depois, porque percebi que contava com inúmeras vozes ao meu lado, dispostas a entoar seu grito de desabafo, a denunciar suas dificuldades vividas e seus sonhos interrompidos. Para trabalhar com essas fontes, busquei sustentar-me nos pensamentos de autores como Yara Aun khoury:

As fontes orais são únicas e significativas por causa de seu enredo, ou seja, do caminho no qual os materiais da história são organizados pelos narradores para contá-la. Por meio dessa organização, cada narrador dá uma interpretação da realidade e situa nela a si mesmo e aos outros e é nesse sentido que as fontes orais se tornam significativas.⁹

Dialoguei com antigos moradores, dando-lhes liberdade para que os mesmos pudessem relembrar seus momentos vividos, sem a preocupação de estar narrando respostas direcionadas, fazendo com que a sua memória pudesse operar com liberdade, escolhendo os

⁷ SZMRECSÁNYI, Tomás e Ramos, Pedro. História & Perspectivas. Uberlândia: Editora Universidade Federal de Uberlândia. MG, 1994. pp. 76-77.

⁸ HOBBSBAWN, ERIC J. A Era dos Extremos – o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998, p. 14.

⁹ KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação oral. Projeto História. São Paulo. n. 22, p. 84.

acontecimentos no espaço e tempo.¹⁰ Foi assim que, através da entrevista com diversos boias-frias, alguns já aposentados, descobri que nenhum dos entrevistados que vieram para a região no início da sua formação, o fez com o intuito de trabalhar como boia-fria, e, sim, para trabalhar como arrendatários, meeiros, colonos, mas todos com a esperança de comprar um pedaço de terra para plantar e colher, como é o caso da família do senhor Wilson Santos de Oliveira, que recorda com saudade a vinda para a terra prometida:

Nosso sonho era trabalhá e comprar um pedaço de terra pra poder plantá. Nós trabalhamo muito, como meeiro de café, arrendatário plantando algodão, mamona, arroz, milho, feijão de tudo. Nós conseguimos até comprar um pedacinho de terra, tivemos uns ano bom, colhemos bastante, mais depois fracassou.¹¹

Lembrando o que diz Lêda Maria Leal de Oliveira:

(...) que as memórias, evidenciadas na relação dialógica pesquisador entrevistado, jamais deixam de ser pessoais, mesmo que sejam sempre moldadas pelo meio social. Assim, “a memória é um processo individual que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados.¹²

Então, foi aí que senti a necessidade de tentar compreender o processo de colonização da região e formação das pequenas cidades. Busquei diretrizes nas dissertações de mestrado de autoria de Natal Bísvaro Neto e Sedeval Nardoque. O historiador Natal, em *Memória e cultura na história da frente pioneira (Extremo Noroeste Paulista, década de 40 e 50)*, trabalho concluído em 1993, na PUC de São Paulo, trabalhou com a memória, o cotidiano e a cultura de pessoas que avançaram com a frente pioneira, no contexto da colonização do Estado de São Paulo, quando o café era a locomotiva que levava os trens rumo aos sertões do Estado. Nas décadas de 40 e 50, esse processo se inverteu e a burguesia cafeeira paulista encontrou na retalhação de terras do sertão, uma forma de superação da crise cafeeira, vendendo terras e investindo em transportes, tendo como alvo o extremo noroeste paulista, onde os grandes comerciantes de terra, que dividiam em propriedades menores, lucravam com a especulação imobiliária. “O Noroeste Paulista transformou-se em uma indústria de pequenas cidades, que

¹⁰ BOSSI, Ecléa. *O Tempo vivo da memória*. Cotia-SP: Editora Ateliê Editorial, 2003, p. 31.

¹¹ Narrativa de Wilson de Oliveira, trabalhador rural. Outubro de 2002.

¹² OLIVEIRA, Lêda Maria Leal de. Déa Ribeiro Fenelon, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Khoury. (org.) *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo. Editora: Olho D’água, 2004, p. 268.

acompanhavam o avanço da ferrovia que se estendia de São José do Rio Preto até a cidade de Santa Fé do Sul”.¹³

Tratando, ainda, do processo de colonização da região, o historiador Sedeval Nardoque discute os conceitos da frente pioneira e a frente de expansão. A fronteira não é apenas geográfica, mas espacial, resultante da historicidade do homem, um lugar onde o outro é degradado para viabilizar a existência daquele que domina e explora. Nesta região Noroeste Paulista, fazendeiros, banqueiros, empreiteiros, grileiros, agrimensores, advogados vitimaram índios, caboclos, imigrantes e nordestinos que não são mencionados na história oficial.¹⁴ Vale salientar que, com relação aos índios dessa região, não há comentários, mas as primeiras ruas de Pontalinda foram batizadas com nomes de tribos indígenas como: Aimorés, Tupinambás, Caetés, Xavantes, Tamoio e Itacolomi. Após a emancipação do município, alguns nomes dessas ruas foram substituídas por nomes de pessoas que ocupavam uma certa posição social, ou influência na política e parentes de políticos locais. Com relação aos indígenas, na região, ainda é uma questão que deve ser pesquisada.

Falando do processo de colonização da região, especificamente, da fundação de Pontalinda, Moacir de Paula Miola em seu livro “Biografia de Pontalinda-SP”, cita que a família Castellá, da cidade de Catanduva, empolgada pela corrida em busca de terras férteis, resolveu investir na compra de terra na região da Vila Jales (a qual Pontalinda-SP, foi distrito até sua emancipação de acordo com a Lei nº 7.664, de 30 de dezembro de 1991).¹⁵ Devido à falta de mão de obra para o desmatamento da área, diante dessas e outras dificuldades, os proprietários mudaram de opinião e resolveram copiar o projeto de outros capitalistas, aproveitando a euforia de pequenos proprietários de ex-meeiros, ex-arrendatários e outros de

¹³ NETO, Natal Bísvaro. Memória e Cultura na História da Frente Pioneira Noroeste Paulista décadas de 40 e 50). Dissertação de mestrado. PUC-SP. 1993.

¹⁴ “Em muitas passagens dos escritos de diversos autores, pode constar a ideologia difundida sobre o Oeste do Estado de São Paulo como sendo o sertão bravo, terras desconhecidas, sertão quase bruto, sertão desconhecido. O sentido dessas expressões marca a idéia de que o Oeste não era ocupado anteriormente à ocupação dos pioneiros e, constituindo-se em espaços vazios, necessitavam ser ocupados. Esta ideologia nega a existência ou não considera a ocupação indígena. Na verdade, visava encontrar uma justificativa para exterminar essa população pré-existente ao avanço territorial do capital, quando as terras passaram a integrar o circuito mercantil do mesmo. Sobre as expressões acima citadas ver COBRA (1923); MATOS (1956), MILLIT (1946) E MONBEIG (1984). A ocupação do Oeste paulista por não-índios aconteceu, com os precursores ou frente de expansão, no decorrer do século XIX, através do deslocamento de mineiros provenientes das áreas decadentes da mineração. A procura de terras para a prática da agricultura, bem como a expansão das atividades de criação de gado, fizeram com que homens provenientes das Minas Gerais deslocassem para o estado de São Paulo. A produção de café, também atraiu contingente de população para as regiões velhas de produção de café ou para aquelas que se encontravam em expansão, segundo Sedeval Nardoque. “Apropriação Capitalista da Terra e a Formação da Pequena Propriedade em Jales-SP.” Dissertação de Mestrado, UNESP. Presidente Prudente. 2002.

¹⁵ Lei nº 7.664, de 30/12/1991, Dispõe sobre alterações no Quadro Territorial-Administrativo do Estado de São Paulo.

outras regiões, pela procura dessas terras. Para executar o processo de loteamento das terras, juntaram-se à Companhia Coester, da cidade de Fernandópolis, com parceria nessa atividade comercial, reservando 17 alqueires (41,14 hectares) para a construção de um vilarejo, o qual tinha como finalidade “facilitar a vida dos futuros moradores”, adotando a mesma prática de outras companhias em chamar a atenção dos compradores.¹⁶

Foi dentro desse contexto que surgiu Pontalinda, uma cidade pequena, situada no Noroeste Paulista. Pontalinda, de acordo o censo de 2010, conta com 4074 habitantes.¹⁷ Vale lembrar que há o processo de população flutuante que, nem sempre, entra na estatística do censo.

Pontalinda caracterizou-se por ser fornecedora de mão de obra para o trabalho rural deste município e outros da região, assim como de alguns Estados como Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Fundada em 15 de agosto de 1948, segundo a história oficial local, data em que se levantou o cruzeiro e que foi celebrada a primeira missa (o que marca a força da Igreja católica na região na época), é fruto desse processo da colonização no Noroeste Paulista. Com relação à data de 15 de agosto de 1948, já questionada, uma vez que, até agora, não há nada que comprove tal data. Sabe-se que começou a comemorar esta data, depois que alguns estudantes ouviram comentários sobre o aniversário, no horário do intervalo das aulas, e resolveram não entrar para a sala de aula em sinal de protesto, cobrando que tal data fosse lembrada e comemorada o que, até então não havia acontecido. Irredutíveis, não entraram para a sala de aula. Tal manifestação provocou a comemoração do aniversário da cidade no ano seguinte, mesmo de forma singela. Nesse ano de 1977, quando estava cursando a 8ª série do Ensino Fundamental, tive a oportunidade de participar desse movimento, juntamente com os demais companheiros: Jose Nunes da Cruz, Aparecido de Oliveira Prates, Edson Motta. Edilson Aparecido Motta. Essas datas podem ser pesquisadas com dedicação até porque houve uma pressa de criar uma história da cidade após a emancipação do Município em 1991. Encontram-se, sob os acervos do colecionador Jesus Pupim, (não poderia deixar de dizer que é um amigo de infância), alguns documentos datados de fevereiro de 1948, assinados pelos dirigentes da Comissão Administrativa da Igreja Católica de Pontalinda, contratando pedreiros e carpinteiros para a construção da Igreja Matriz, outro assunto a ser pesquisado.

¹⁶ MIOLA, Moacir de Paula. Biografia de Pontalinda. Jales-SP: Editora Grafisa, 2004, p.37.

¹⁷ IBGE – Dados do Censo de 2010.

No primeiro momento, ainda na graduação, a intenção era trabalhar as questões de exploração e cultura como modo de vida dos boias-frias, suas decepções e esperanças. Procurando seguir a trilha de alguns historiadores da linha social marxista como E.P.Thompson, Raymon Williams, Eric J. Hobsbawm, no decorrer da pesquisa, “não partindo das hipóteses e procurando as fontes para confirmá-las, mas, sim, partindo de questões colocadas pelas evidências para problematizar os boias-frias da cidade de Pontalinda-SP”,¹⁸ fui ouvindo ex-pequenos produtores e trabalhadores rurais da cidade que apontaram uma história diferente daquela construída pelos grupos que exercem o poder local e o poder público. As memórias dos boias-frias e dos trabalhadores em geral são silenciadas para promover o esquecimento. “Destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros”.¹⁹

Assim, dediquei o primeiro capítulo deste trabalho ao processo de colonização, formação da cidade de Pontalinda-SP, com ênfase na origem do trabalhador rural, o trabalho, os gestos de solidariedade nos mutirões e as visitas nas casas de pessoas com necessidade, principalmente doentes.

Procurei também sentir a reação desses trabalhadores com relação aos processos climáticos, como a geada do ano de 1975, que queimou os cafezais e a seca de 1986, que ajudou a deteriorar o que restou das lavouras de café, uma cultura responsável por grande parte da economia agrícola da região. Além dos reflexos das questões climáticas, a crise estabelecida no campo, nas décadas de oitenta e noventa, resultado da política agrícola de modernização conservadora que vinha sendo implantada no país, que não atendia aos pequenos produtores e acentuava a concentração de terras, agravou a situação no campo:

*Assim, ressalta-se que as políticas públicas agrícolas do período pós-1965 acabaram sendo instrumento fundamental da modernização conservadora que seguiu aos intentos de mudança dentro da ordem estabelecida. Do ponto de vista mais amplo, o que se teve foi um agravamento da heterogeneidade social, uma ampliação da miséria, uma secularização de problemas oriundos do chamado setor primário, tais como o do abastecimento, da disponibilidade e dos preços dos alimentos, mesmo quando se esperava resolver alguns deles.*²⁰

¹⁸ THOMPSON, E. P. A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. RJ: Zahar Editora, 1981, p. 50

¹⁹ CHAUI, Marilena. Os Trabalhos da Memória. In. BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 19

²⁰ SZMRECSÁNYI, Tomás e RAMOS, Pedro. Op. cit. p. 76-77, nota 6.

O historiador Léo Huber, em sua dissertação de mestrado, ouviu narrativas de boias-frias da região de Jales, interpretando as razões da expulsão do campo que apontam situações desfavoráveis para o parceiro trabalhador, substituição de lavouras por pastagens.²¹ Então, os sonhos dos trabalhadores de conseguirem comprar uma pequena propriedade chega ao fim. Migram para a cidade, alguns para os grandes centros urbanos, outros preferem juntar-se aos migrantes da cidade de Pontalinda e continuarem a exercer as atividades no campo como boia-fria, e verem as terras, no lugar das plantações de café, milho, arroz, feijão, algodão, mamona, transformarem-se em pastagens e ou canaviais.

Com relação ao migrante nordestino, principalmente os provenientes da Bahia, vale salientar que, segundo o historiador Charles D’Almeida Santana, a Bahia sofreu também com o processo de transformação no campo, que iniciou-se nos anos cinquenta, provocando a concentração de terras, o avanço sobre as matas, a derrubada dos quintais de café, a extinção das roças de fumo, o avanço das pastagens com o plantio da gramínea brachiaria, reduzindo a mão de obra, fazendo com a maior parte da população do campo (pequenos produtores) migrasse para cidades próximas ou para outros estados, para tentarem ganhar a vida.²² A população de Pontalinda conta com um número expressivo desses migrantes.

Nas narrativas dos trabalhadores rurais, “boias-frias” de Pontalinda-SP, busquei um diálogo cada vez mais estreito com as reflexões de Raymond Williams sobre a temática campo e cidade,²³ questionando perspectivas dicotômicas entre as duas situações, apresentando imagens diferenciadas a elas associadas. No caminho de Williams, pretendo refletir sobre campo e cidade enquanto dimensões vivenciadas por trabalhadores rurais “boias-frias” de uma mesma realidade. Apoiado neste autor, procuro discutir imagens do campo e cidade, a partir das problematizações que os trabalhadores rurais “boias-frias” me propiciaram ao entrar em contato com suas experiências narradas, entendendo que:

*A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e idéias através de uma rede de relacionamentos e decisões.*²⁴

²¹ HUBER, Léo. Memórias e experiências de trabalhadores moradores da Vila União – Jales – 1980-2002. Dissertação de Mestrado pela PUC – SP, 2004.

²² SANTANA, Charles D’Almeida. Fatura e Ventura Camponesas : Trabalho, Cotidiano e Migrações : – Bahia: 1950-1980. São Paulo: Editora Annablume, 1998, pp.110-111.

²³ WILLIAMS, Raymond. O Campo e a Cidade: Na História e na Literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 19.

²⁴ Id. p. 19.

Penso assim que essa vida é ativa, dinâmica, que se move através das experiências de sujeitos determinados, como as dos boias-frias de Pontalinda-SP cujas reelaborações de vivências na roça e na cidade tornaram-se elementos imprescindíveis para perceber como se constituíram em boias-frias.

No segundo capítulo, tratarei dos enfrentamentos da vida do boia-fria, assunto que sempre faz parte das manchetes de revistas e jornais: das madrugadas, a trajetória até o local de trabalho, o sol ardente, o trabalho duro e a volta para casa, as dificuldades na realização das atividades rurais, como o colhedor de algodão:

A gente sai de manhã, às 5h00 da manhã e chega lá, a gente pega logo de manhã, quanto mais tempo a gente trabalha, a gente ganha mais. Então, a gente só se alimentava de manhã cedo e, talvez, a gente, se alimentava até 1h00 ou até chegava lá, nem se alimentava, porque já tinha passado da hora, porque no intervalo que a gente trabalha bastante, mais tempo que a gente trabalha, a gente ganharia mais, e chegará até umas 2h00 ou 3h00 da tarde, a gente já tava cansado né, a gente retornava.²⁵

Hélio Cândido de Oliveira sempre trabalhou como boia-fria. É separado judicialmente e pai de três filhos. Quando ele fala: “... *quanto mais tempo a gente trabalha a gente ganha mais...*”, está se referindo ao colhedor de algodão que trabalha por produção, recebe por arroba (por quilo). Entrevistando Hélio e outros colhedores de algodão, e tendo experiência no trabalho que realizei nesta e em outras atividades na lavoura concluí que todo colhedor de algodão procura esforçar-se ao máximo pela manhã, não parando nem para se alimentar, pelos seguintes motivos: por estar descansado, o clima é mais fresco e o algodão está mais pesado pelo orvalho que cai durante a noite. Devido a esse grande esforço no período da manhã, à tarde, já sem muitas forças, não conseguem manter o mesmo ritmo, o algodão está mais leve, por ter perdido a umidade do sereno e devido ao calor do sol que, na região, chega aos 40°.

Ainda neste capítulo, tratarei da atividade do capineiro, o trabalho de enxada, uma atividade popularizada e discriminada até nos centros urbanos.

Quando pensamos no trabalho do campo, já nos vem a memória a imagem do trabalhador com calça remendada, botina, chapéu e a “enxada” como principal instrumento de trabalho, o que parece um tanto arcaica, rudimentar diante das técnicas usadas, hoje, no campo. Essa ideia é um tanto discriminatória, pois o trabalhador especialista na atividade de capinar necessita de um esforço físico muito grande, concentração, uma boa técnica e muitas habilidades (reflexos) para desenvolvê-la.

²⁵ Narrativa de Hélio Cândido de Oliveira, boia-fria. Novembro de 2002.

A mulher está vivendo uma situação preocupante, uma vez que várias delas não encontram outro trabalho e as usinas estão criando dificuldades para admiti-las. A pesquisa da Folha de São Paulo de 24/08/2008,²⁶ mostra que somente 08% dos trabalhadores são mulheres. A pesquisa também mostra que os cortadores de cana hoje precisam trabalhar muito mais do que antes. Na década de 80, o cortador de cana cortava em média 3,97 toneladas por dia. Hoje, eles precisam cortar 9,3 toneladas e a remuneração é em reais por toneladas. Na década de 80, era de R\$ 6,53 e, em 2007, era de R\$3,29.

As previsões de avanço da mecanização do corte de cana são desempregar o trabalhador do corte de cana manual: a pesquisa mostra que, na safra 2006/2007, 40% da área de colheita foi mecânica (299 toneladas), para a safra de 2010/2011, 70% da área de colheita será mecanizada, e a safra de 2015/2016 a mecanização atingirá 100%. Enquanto isso, parece que os trabalhadores rurais vão tendo de competir com as máquinas na produção do corte de cana. A preocupação é se, depois, teremos mais um exército de desempregados à disposição do mercado de trabalho. É claro que não estou aqui propondo que perpetue sua agonia. Estarei dialogando com esses sujeitos não sobre a previsão deste “futuro”, mas também como eles veem a ameaça dessa monocultura, da mecanização prevista para um futuro muito próximo e todo esse sistema de exploração que começa desde quem busca organizar a turma, os “gatos”, as “gatoperativas”, os usineiros e os fazendeiros.

O terceiro capítulo está destinado a buscar a vida do boia-fria, sob os diferentes olhares sobre ele e a discriminação, principalmente com migrantes. A reação do trabalhador rural do campo, que vivia a liberdade no trabalho, e como bóia-fria tem nova vida, agora, subordinado a uma nova dinâmica de trabalho, sujeito ao relógio e às ordens de fiscal.

Procuo acompanhar como vivências, na cidade, criam e recriam valores tensionados com os valores trazidos da roça, propiciam dilemas e motivam as reelaborações nos seus modos de vida. O fazer-se de uma nova consciência forjada a partir de uma “estrutura de sentimentos”²⁷ instituída nos antagonismos e interesses vivenciados na cidade, nas novas necessidades engendradas pela vida urbana, como o problema do aluguel e da moradia, que se tornam uma constante nas vidas desses trabalhadores. “Esses sujeitos vão se identificando uns com os outros”,²⁸ constituindo uma *estrutura de sentimentos* moldada pelos valores trazidos da roça e os novos valores propiciados pela vida na cidade. Sentimentos que são

²⁶ FOLHA DE SÃO PAULO. Publicação de 24/08/2008.

²⁷ WILLIAMS, Raymond. e a Cidade. Op. cit. p. 398-399, nota 23.

²⁸ THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

compartilhados em suas vivências nos bairros, nas comunidades, nas lutas por melhorias nos locais onde moram, como a necessidade de água encanada, luz, asfalto e por tentarem assegurar algum direito adquirido como o caso dos terrenos do bairro Jardim da Paz. Esse bairro que faz parte da antiga Fazenda Pereira, cujos terrenos foram desapropriados e doados pelo prefeito municipal a famílias carentes, e que foram ameaçados por uma ação judicial,²⁹ impetrada pelo antigo dono da fazenda, alegando ilegalidade no processo de doação e direito de reintegração de posse, o que levou os moradores daquele bairro, liderados pelo senhor João Gabaldi, a formarem uma associação e representá-los perante as autoridades e reivindicar as melhorias para suas moradias.³⁰ Entretanto, isso não se dá de forma homogênea, nem na mesma direção.

Enfatizarei ainda neste capítulo, a luta dos boias-frias na justiça pelos seus direitos, em que uso como fonte de pesquisa, além das fontes orais, as ações trabalhistas as quais dão noção do amanhecer mais cedo dos boias-frias, principalmente das mulheres que necessitam preparar a “boia” (café da manhã, almoço e merenda), muitas vezes até antes das 5h00, para partirem para o trabalho. Ressalto ainda a coragem de mulheres, como o caso da cortadora de cana, Sônia Rabetti Lourenço, ao encabeçar uma ação trabalhista (ações cedidas pelo advogado da cidade Dr. Benedito Tonholo, que, na falta de um sindicato que orientasse os trabalhadores rurais boias-frias, encarregou-se de orientar e encaminhá-los para entrarem com várias ações trabalhistas, em parceria com outros advogados), reivindicando direitos de horas extras como, por exemplo, a ação trabalhista contra a Agrícola Arakaki.³¹ Sônia Rabetti Lourenço é neta de um dos moradores mais antigos da região, o senhor José Joaquim Lourenço. Ela que é descendente de português e italiano, nesse momento, entra em conflito via judicial com uma empresa também de imigrantes com situações opostas. Sônia reivindica os direitos de horas extras, e o grupo Arakaki, de imigrantes de origem oriental, negam a pagar, mas, depois, entram em acordo e a empresa efetua o pagamento.

As tensões causadas, na luta pela construção de seu espaço contra a discriminação, é que pretendo dar ênfase neste capítulo.

Como morador de Pontalinda, tenho o privilégio de estar em contato direto com as fontes. Em frente a minha casa, há uma espécie de república onde moram vários migrantes nordestinos. Em um dia, pela manhã, ouvi músicas, percebi que vinha da direção da casa dos

²⁹ Ação Impetrada pelo senhor Armando Cardoso Pereira.

³⁰ Ata de formação da Associação dos Moradores do Bairro Jardim da Paz.

³¹ Ação Trabalhista, Processo nº 1.329/91, ajuizado em 21/10/1991. Justiça do Trabalho JCI de Fernandópolis-SP.

migrantes. Logo imaginei que era dia de folga de alguns deles, pois estar àquela hora em casa, só poderiam estar de folga. Então, pensei que era o dia ideal para entrevistá-los, pois tinham mais tempo para dar-me atenção. Dirigi-me até a “república”. Fui recebido muito bem por dois migrantes e, após conversarmos bastante, perguntei se poderia entrevistá-los: De maneira espontânea, o cortador de cana, Marcelo Dourado de Oliveira,³² 24 anos, natural de Riacho de Santana BA, em sua fala reclamou da discriminação que sofria por parte da sociedade: “Os nordestinos são responsáveis por engravidar as moças e irem embora”. “(...) Falam que nós nordestinos só viemos pegar o dinheiro e ir embora”. As vezes, com um tom de revolta, diz: “... nós é que gastamos no comércio local”

Marcelo cursou até a primeira série do Ensino Médio, ele sabia que contribuía para o município gastando no comércio local, por isso devia ser respeitado pelo fato de estar fazendo compras e pagando impostos. Marcelo sonhava em trabalhar por conta própria, ter uma casa e, quem sabe, no futuro, uma microempresa.

Para construir esse trabalho, busquei orientar-me seguindo alguns pensadores, entre eles, Portelli, que destaca as múltiplas vozes e múltiplas interpretações presentes num trabalho de História Oral: “É um texto de múltiplas vozes e múltiplas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações, as interpretações dos leitores”.³³ Entrevistei vários trabalhadores rurais provenientes de diversas regiões e em diversos momentos, que relembrou seus momentos, como vivem e suas expectativas quanto ao futuro. Busquei também ver o olhar da comunidade em relação aos boias-frias, ouvindo principalmente pessoas ligadas a setores públicos, setores de atendimento às políticas públicas como saúde, assistência e promoção social, os mais citados pelos trabalhadores rurais. Uma das pessoas que procurei foi Cláudia Dias de Souza, na época, em 2002, funcionária pública municipal do Departamento de Assistência e Promoção Social. Ela falou das dificuldades que o boia-fria enfrentava no dia a dia e que o Departamento era muito procurado por eles, no sentido de tentar resolver problemas desde remédios, cestas básicas, vestuário, casas de moradia, enfim, tudo o que um ser humano necessita para sua sobrevivência. Durante a entrevista, Cláudia falou da dificuldade do trabalhador boia-fria, que não conseguia manter o sustento da família, devido ao seu baixo rendimento familiar, e os recursos públicos não conseguiam atender a toda a demanda. Sem condições financeiras, essa clientela buscava adquirir os bens de consumo mais necessários, como roupas, calçados, alguns utensílios domésticos e pessoais, alimentos

³² Narrativa de Marcelo Dourado de Oliveira, boia-fria. Outubro de 2008.

³³ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto Memória. PUC. SP. N° 15. Abril 97, p. 27.

etc., em promoções realizadas nas lojas e bazares, mas o bazar da pechincha era um local onde eles buscavam suprir suas necessidades materiais de consumo que seu poder aquisitivo não lhes permitia adquirir.

Bazar da pechincha, um comércio para os menos favorecidos, com banca de roupas e calçados usados ou restos de promoções de lojas, objetos das famosas lojas de R\$1,99, produtos de pouco valor espalhados em bancas improvisadas, ou até mesmo jogadas ao chão, em locais públicos ou em sede de alguma entidade.³⁴

Para a funcionária Cláudia, a comunidade realizava os bazares da pechincha para atenderem àqueles que não tinham condições de adquirirem todos os produtos de necessidades básicas para sua sobrevivência e que o poder público não conseguia atendê-los. Então, as instituições da sociedade civil, como igrejas, associações e as do poder público buscavam, na realização de certas promoções, como na realização de bazares da pechincha, alguma forma de amenizar a situação, uma forma de “solidariedade”.

Era de praxe promoções para angariar recursos como os “bazares de pechincha”. Esse ato podia ser visto de forma ambígua: os gestos de solidariedade, no momento da doação para a instituição, tinham como finalidade captar recursos de qualquer bem material que podiam ser transformados em recursos financeiros. Essas instituições são de natureza civil ou de órgãos que necessitam de fundos para o desenvolvimento de suas atividades, às vezes, essas promoções são realizadas para atender a essa própria clientela na ajuda em casos como de tratamento de alguma pessoa doente, (cirurgias pagas a que o sistema público de saúde não atende, cestas básicas de alimentos etc.), para outros fins como APM (Associação de Pais e Mestres) da Escola, tentando amenizar as falhas causadas pela desigualdade social que o poder público não consegue suprir. É comum acontecer certas promoções com finalidades diversas, em que a própria comunidade procura manter igrejas, comissão de festas (formatura de escola), times de futebol etc. As iniciativas dessas promoções, na maioria das vezes, partem da classe dominante, que, com “gestos de solidariedade”, tentam acobertar a situação de miséria, mostrando toda a sua bondade, o que lhe dá prestígio perante a sociedade, tornando o receptor da doação um devedor de favores, facilitando o processo de influências e dominação.³⁵ Os artigos oferecidos são de “segunda”, mercadorias que estão encalhadas nas lojas, já um tanto amareladas pelo tempo, ou restos dos burgueses, aquilo que pretendem se desfazer são doados com gestos de generosidade para serem oferecidas aos pobres a “preços

³⁴ Narrativa de Cláudia Dias de Souza, estudante e funcionária do Departamento de Assistência e Promoção Social. Novembro de 2002.

³⁵ THOMPSON, E.P. *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Editora Unicamp, p. 246.

muito baixo”. Michelle Perrot relata algo parecido em seu livro “Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros”. “O comércio de roupas usadas, esse circuito dos restos de vestuários que vestem o povo com coisas de segunda mão dos burgueses...”³⁶

Durante a pesquisa, procurei utilizar, além de narrativas orais, fontes como ações trabalhistas, jornais, documentos oficiais e fotografias não com o intuito de buscar confirmações e preencher algo vazio, mas poder dar ao leitor a oportunidade de ver a multiplicidade de olhares e de experiências vividas pelos sujeitos.³⁷

*(...) a evidência oral deve deixar o historiador mais faminto por documentos e não menos; enquanto ele os achar, poderá usá-lo de uma maneira mais ampla e mais variada do que seus colegas sedentários, que se confinam numa mesa da biblioteca ou na sala de pesquisa do arquivo.*³⁸

Neste capítulo, além de uma certa ênfase nas ações trabalhistas, procurei trabalhar a fotografia não como simples ilustração, mas como documento histórico, sempre buscando informações que não são contidas nas mesmas como: Por quem foram tiradas? Com qual intenção? A quem pertencem as fotos? Por que as mantém guardadas? Busco, assim, o verdadeiro significado de ampliar a contribuição na compreensão da realidade. Segundo Grangeiro “... as representações artísticas estão indissolúvelmente ligadas ao motivo pelo qual são produzidas – elas clamam pelos seus significados”.³⁹ Fazendo uma breve observação sobre as fotos do bazar da pechinha, do acervo da Escola Estadual Profª Zélia de Lourdes Z. Lopes”, percebe-se que tinham a intenção de registrar o evento, as pessoas que promoveram, aqueles que se dispuseram a ajudar na captação de recursos financeiros para a escola (professores entre alunos). Grangeiro aponta ainda diversos aspectos que devem ser explorados no estudo da fotografia como fonte histórica:

*(...) o contexto de produção destas imagens, as formas e os motivos pelos quais eram planejadas e executadas, (...) as necessidades e as circunstâncias pelas quais as pessoas se motivam para tirar retratos, como queriam aparecer, o que desejavam e faziam dos retratos.*⁴⁰

³⁶ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Editora Paz e Terra, vol. 12, p. 122.

³⁷ HUBER, Leo. Op. cit. p. 27, nota 21.

³⁸ SAMUEL, Raphael. “História Local e História Oral”. *Revista brasileira de História*, São Paulo, Vol. 9, nº 19, set/1989/fev.1990, p. 237.

³⁹ GRANGEIRO, Cândido Domingues. *Artes de um negócio: A febre photographica*. São Paulo: 1862-1986.” São Paulo: FAPESP. 2000.

⁴⁰ Id. p. 19.

Pensando o boia-fria hoje, procurarei neste capítulo tratar a cultura desses sujeitos como modo de vida, costumes, crenças, festas religiosas, hábitos presentes, no meio urbano. As festas de Santos Reis, as novenas de Natal, as rezas na Quaresma, as novenas pedindo chuva, os terços de Santo Antônio, São João e São Pedro, ainda presentes na cidade, os terços de dia de santos protetores, nas casas de devotos (aqueles que nasceram no dia de um determinado santo levava o nome do mesmo), prova de sua fé cristã baseada na Igreja Católica,⁴¹ ainda que não com tanta intensidade quanto a outras décadas atrás. Assim como o papel da benzedeira, que ainda persiste com suas bênçãos e com os remédios populares.

O benzimento e a medicina popular muito presente no campo, principalmente no passado, mas, que ainda persiste tanto no campo como em centros urbanos do interior como Pontalinda, formada por uma população praticamente vinda da zona rural. Segundo Michelle Perrot, podemos entender que essa prática não é somente um problema de costume do homem do campo e do homem do passado, mas devido as suas dificuldades encontradas, (a distância do campo à cidade era considerável, sem contar a precariedade dos meios de transporte e ainda grande parte das pequenas cidades não contava com a presença de um médico).

(...) Olhando-se de perto, esses “remédios populares” certamente revelariam um real saber dos sofrimentos do povo, preocupado em evitar despesas, mas também em conservar sua autonomia corporal e em subtrair-se ao olhar médico, esse olhar que ausculta, mede, classifica, elimina e, para terminar, envia-se para o maldito hospital.⁴²

Com relação ao lazer, a população mais pobre de Pontalinda, onde os boias-frias são a maioria, não tem outra opção a não ser assistir a um jogo de futebol, um esporte que é destinado mais para a população de baixa classe⁴³, aos domingos, no campo, sem contar que a grande parte dos cortadores de cana só conseguem assisti-lo uma vez ao mês, pois trabalham por escala e as folgas são intercaladas nos dias da semana. Muitos tiveram que deixar de jogar para poder trabalhar, uma vez que não contamos com um campo iluminado para a prática do futebol à noite. Não tendo clube, os adultos e velhos participam de bailes da terceira idade nos finais de semana e a juventude contenta-se com alguns bailes taípe durante o mês, mas os botecos e as lanchonetes são as atrações, o que rendeu à cidade o título de a maior consumidora de bebidas alcoólicas da região, pelo consumo excessivo de álcool. Já não contam com brincadeiras como existiam na zona rural como a de passar anel, os bailes de

⁴¹ HOBBSAWM, Eric J. Op. cit. p. 223-224, nota 4.

⁴² PERROT, Michelle. Op. cit. p. 208, nota 36.

⁴³ HOBBSAWM, Eric J, E Terence Ranger. Op. cit. p. 309, nota 3.

barraca, o jogo de futebol, as serenatas, as visitas noturnas nas casas dos vizinhos, onde sempre acontecia o jogo de baralho, ou para ouvir um programa de música caipira no rádio.

No desenvolvimento deste trabalho, em vários momentos, compartilhei com os depoentes que colaboraram com a pesquisa, com as experiências vividas nas diferentes atividades do mundo do trabalho rural e na convivência cotidiana, nesse cenário rural/urbano de múltiplas interpretações. A minha experiência adquirida nos momentos vividos, como filho de um sofrido ex-pequeno produtor, descendente de indígena com europeu pobre, que sentiu o drama, juntamente com tantos outros, da passagem de um trabalhador rural (quase autônomo) aquele que era arrendatário, meeiro, parceiro, que sabia que havia um patrão para o qual trabalhava (dono das terras), mas contava com uma certa liberdade de não ter ao seu lado um fiscal, com um ritmo de trabalho marcado pelo relógio. Com uma educação recebida de que a pessoa teria de ser um “homem trabalhador”, por não gostar de ser chamado a atenção e vigiado, teve que, a partir de um determinado momento, enfrentar tratamentos estranhos ao seu modo de ser, além das dificuldades decorrentes das atividades do trabalho do campo.

2 A TERRA DOS SONHOS

Na perspectiva da História vinda de baixo, seguindo pensadores como Raymond Williams, E.P. Thompson, Eric J. Hobsbawn, entre outros da linha social marxista, procuro valorizar a trajetória e a cultura dos trabalhadores rurais “bóias-frias” de Pontalinda. Justifica-se enquanto aspecto relevante da história local, uma vez que não há nada escrito sobre estes sujeitos sociais, que realizam grande parte do trabalho agrícola local e regional e cuja presença na cidade é marcante enquanto constituintes de um universo numeroso dentre seus habitantes e nas vivências cotidianas deste município do estado de São Paulo. Pontalinda localiza-se em área territorial de 210.98 Km², a uma latitude 20°26'27" sul e a uma longitude 50°31'24" oeste e, de acordo com o Censo de 2010, conta com uma população de 4.074 habitantes. Segundo a história oficial, foi fundada em 15 de agosto de 1948, mas há controvérsias com relação a esta data, da qual faremos uma breve discussão mais adiante, quando tratarmos da fundação do povoado. Foi levada à condição de Distrito de Jales em 1953, pela Lei 1853, de 1º de janeiro de 1953, e à condição de Município pela Lei 7.664/91, de 27 de outubro de 1991, Lei 7.664/91.

Não usando a fotografia como “simples reprodução da realidade”,⁴⁴ focalizei (figura 1) um ângulo em que visualizasse a cidade de acordo com minhas experiências. Registrando parte da praça central da cidade, não foi difícil contar com a presença de veículos de transporte de trabalhadores rurais para o campo, e a presença de trator com carreta, características de uma economia rural. Com vista para a vicinal que dá acesso à rodovia que liga Ponte da Água Vermelha a Araçatuba, divisa de Minas Gerais, foi proposital, pois a intenção foi visualizar as terras férteis da região à esquerda, e, à direita, parte dos bairros onde se concentram os trabalhadores boias-frias, os conjuntos habitacionais e loteamentos cedidos pelo poder público, inclusive o que fez parte da ação impetrada pelo comendador da cidade,

⁴⁴ BENJAMIM, Walter. Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 7ª Edição, 1994, p. 106.

ex-proprietário das terras (o que estaremos discutindo no terceiro capítulo). Estes espaços físicos, que “são demarcados pela inclusão e exclusão social, dentro de um sistema de relações sociais que permite e impede (...) o acesso a determinados recursos materiais e simbólicos”.⁴⁵



Figura 1 - Foto da praça central.

Fonte: pertencente ao arquivo do pesquisador.

O trabalhador rural, “boia-fria“, é responsável por grande parte da alimentação que chega às diferentes mesas e facilita a locomoção de milhões de pessoas, através de um combustível alternativo (álcool), entre outros produtos que são extraídos através de suor e lágrimas desses trabalhadores, que vieram para a região nos meados do século XX, com sonho de comprar um pedaço de terra para plantar e acabaram como boias-frias.

Em busca desse sonho, trabalhadores rurais de todas as regiões do Estado de São Paulo e de outras regiões do país, venderam os produtos, fruto da colheita, alguns animais, como porcos, algumas cabeças de gado e cabras. Juntaram tudo o que puderam e partiram para a terra prometida. O destino era a região do Noroeste Paulista. As propagandas faziam com que esses sonhadores adentrassem no sertão que tinha como referência do progresso a estrada de ferro que seguia sentido a Santa Fé do Sul.

⁴⁵ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. Orgs. Déa Ribeiro Fenelon, Laura Antunes Maciel, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Houry. SP: Editora Olho d'água, 2005, pp. 126-127. (Arantes, A. A., op. Cit., 2000, p. 132-133).

O Brasil tinha a agricultura como sua base econômica e o café era o principal produto de mercado para exportação. Com a queda do preço do café, a elite agrária paulista resolveu investir na venda de terras, principalmente no noroeste paulista, conforme relata o professor Natal Bísvaro Neto, na sua pesquisa sobre Memória e Cultura da Frente Pioneira - década de 40 a 50. O processo de retalhação de terra partiu de Votuporanga até a barranca do rio Paraná, abrindo uma espécie de corredor formado entre os rios Grande e São José dos Dourados.

As fazendas existentes como: Marimbondo, Ranchão, Jagora, São Pedro, São José, Voador, Prata, Carrilho, Marinheiro, Pádua, Diniz, Água Vermelha, Santa Rita, Ponte Pensa e Pagé pertenciam a grupos de capitalistas nacionais e estrangeiros, como exemplo, Guilherme Schimidt, Almeida Prado S/A, Comissária e Exportadora, Cia The Lancashire General Investment, Dr. Fernando Gomes, advogado; Dr Euphy Jalles, engenheiro; Dr. Alceu de Assis, advogado; Companhia Agrícola Francisco Schimit S.A e Jonhn Paget.

Ao contrário de outras regiões, que tiveram no café a locomotiva que rumava para o oeste, a região extremo noroeste paulista, em especial a microrregião de Pontalinda, foi fruto da vinda das companhias de transporte, numa diversificação do leque de aplicação de recursos econômicos, oriundos da cafeicultura, como a CAIC (Companhia Agrícola de Imigração e Colonização), subsidiária da Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

Pierre Monbeig relata os fundamentos da Companhia Paulista de Estrada de Ferro,

*(...) eram ricos fazendeiros que viram na organização da estrada de ferro um meio de se assegurarem melhor quanto ao funcionamento dos seus próprios cafezais. São ainda seus descendentes que administram a Companhia, mas suas atividades, à medida que evoluíram foram alargando. Hoje é também uma empresa de transporte rodoviário e possui a Companhia Agrícola de Imigração e Colonização que compra e divide fazendas nas velhas zonas e faz loteamento(...).*⁴⁶

Segundo Warren Dean “a própria terra adquiriu valor monetário e converteu-se num fator volátil de troca”.⁴⁷

Com a retalhação, era necessário fabricar cidades para que pudessem vender as terras ao seu redor.

A família Castellá, da cidade de Catanduva, empolgada pela corrida em busca de terras férteis, resolveu investir na compra de terra na região da Vila Jales, (da qual Pontalinda-

⁴⁶ MONTEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. Tradução: Ary França e Raul de Andrade Silva. São Paulo: Editora Hucitec – Polis, 1984, p. 238.

⁴⁷ DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo (1880-1945). Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1971, p. 11.

SP foi distrito até sua emancipação em 1991)⁴⁸. Devido à falta de mão de obra para o desmatamento da área e de outras dificuldades, os proprietários mudaram de opinião e resolveram copiar o projeto de outros capitalistas, aproveitando a euforia de pequenos proprietários, de ex-meeiros, ex-arrendatários e demais trabalhadores rurais de outras regiões pela procura dessas terras. Para executar o processo de loteamento das terras, juntaram-se à Companhia Coester, da cidade de Fernandópolis, como parceira nessa atividade comercial, reservando 17 alqueires (41,14 hectares) para a construção de um vilarejo, o qual tinha, como finalidade facilitar a vida dos futuros moradores, adotando a mesma prática de outras companhias para chamar a atenção dos compradores.⁴⁹

Fazia-se a proposta de que quem comprasse uma área de terra na zona rural, teria o direito a um terreno na área urbana. A doação do terreno favorecia a formação de um perímetro urbano, que atraía compradores de terras. A formação de uma cidade representava sinal de recursos para um futuro próximo, como um comércio que viesse a atender à população da região, com recursos farmacêuticos, instalação de cartórios e outros atendimentos públicos e privados que ela podia oferecer.

Depois da venda das terras da região, a família Castela não se preocupou em documentar nenhum terreno urbano, até porque as pessoas que compravam as propriedades, não demonstravam grandes interesses em morar na cidade, com exceção de alguns que exerciam dupla função de proprietários de terra e comerciantes, o que pode ter prejudicado o desenvolvimento da cidade, onde possuía e ainda possui um comércio fraco, com atendimento de serviços públicos ainda precários. Ainda hoje, não há vara distrital judicial, conta com um pequeno cartório que, por motivos de corrupção, foi fechado, ficando por vários anos um cartorário da cidade respondendo pelo município, voltando a funcionar no ano de 2009. Vale ressaltar que a família Castela só voltou a Pontalinda, quando a cidade já havia se tornado município. Na época, efetuou e firmou um acordo com a Prefeitura, recebendo a quantia de US\$ 8.000,00, assinando um contrato e nomeando dois procuradores para poderem representá-los junto aos órgãos competentes, para que os proprietários dos referidos terrenos pudessem documentá-los sem precisarem recorrer à justiça.

Na colonização, a população migrante era provinda do campo, estava mesmo interessada em comprar uma área de terra para poder plantar, ou arrendar para alguém que

⁴⁸ Lei nº 7.664, de 30/12/1991, dispõe sobre alterações no Quadro Territorial-Administrativo do Estado de São Paulo.

⁴⁹ MIOLA, Moacir de Paula. Op. cit. p.37, nota 16.

também migrava, na intenção de plantar e colher e, posteriormente, comprar seu próprio pedaço de terra. Esse era o sonho de tantos, assim como o da família de Wilson Santos Oliveira, boia-fria e ex-pequeno produtor que também migrou para a região no período de sua colonização: “Nosso sonho era trabalhá e comprar um pedaço de terra pra poder plantá”.⁵⁰

O historiador Sedeval Nardoque trata do processo de colonização da região, discute os conceitos da frente pioneira e da frente de expansão. A fronteira não é apenas geográfica, mas espacial, resultante da historicidade do homem, um lugar onde o outro é degradado para viabilizar a existência daquele que domina e explora. Nesta região Noroeste Paulista, fazendeiros, banqueiros, empreiteiros, grileiros, agrimensores, advogados vitimaram índios, caboclos, imigrantes e nordestinos que não são mencionados na história oficial.⁵¹

Antes desse processo de colonização, a região contava com poucos moradores que procuravam produzir de forma artesanal o básico para sua sobrevivência, recorrendo às cidades maiores, somente em busca de alguns produtos considerados essenciais para eles, como ferramentas em geral, sal, calçados, vestimentas e remédios, o que discutiremos mais adiante. Esses moradores contavam como meio de acesso a Estrada Boiadeira, para chegar às cidades como Tanabi, depois Votuporanga e, em seguida, Fernandópolis, centros que podiam lhes oferecer tais produtos e serviços públicos, como serviços de cartórios, judiciais e pagamento de taxas, entre outros.

Como se observa no mapa abaixo, do ano de 1900, a Estrada Boiadeira partia da cidade de Jaboticabal, (sede do maior município do Estado de São Paulo). Para a época, podia-se dizer avançada, pois, desde 1893, já contava com estrada de ferro, com destino a Cuiabá-MT, passando por São José do Rio Preto, pelo Porto Tabuado e Rondonópolis. Projeto iniciado no final do século XIX, que se consolidou no início do século XX.

A Estrada Boiadeira servia para os fazendeiros transportarem as boiadas, como “em cordões vivos de reses”, sob poeira e lama, em passadas morosas, ao som do berrante. Dias e dias, os peões viajavam em montarias do Estado do Mato Grosso até São José do Rio Preto, onde parte seguia por terra para o abate em Barretos e parte por vagões- gaiola para a Capital de São Paulo. “Não dá para falar dos primeiros moradores sem falar da Estrada Boiadeira”.⁵²

⁵⁰ Narrativa do trabalhador rural, Wilson de Oliveira. Outubro de 2002.

⁵¹ NARDOQUE, Sedeval. Op. cit. p. 68, nota 13.

⁵² SEIXAS, Genésio Mendes de. Jales: precursores e pioneiros. Jales. CIP. p. 18-21

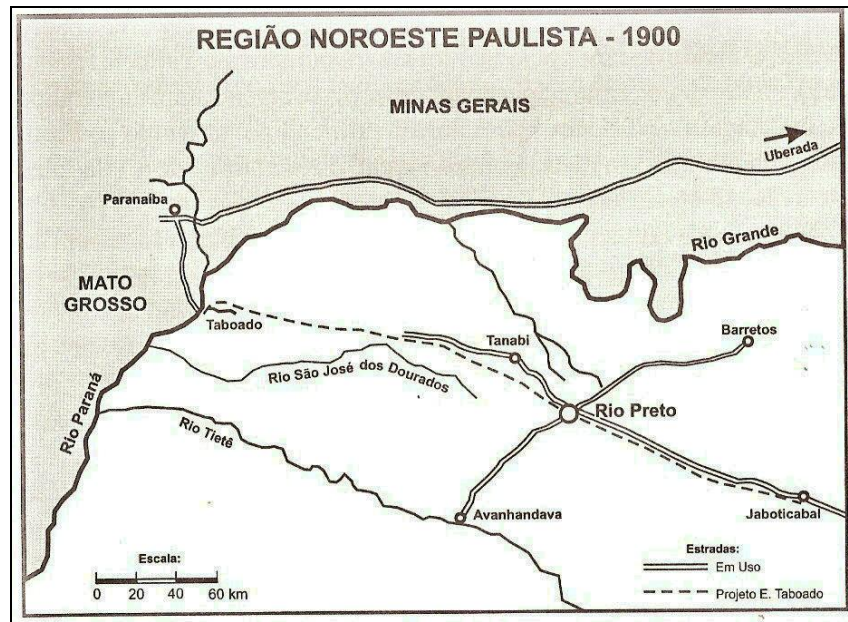


Figura 2 - Mapa da região Noroeste Paulista - 1900.

Fonte: Retirada do Livro de Precusores e Pioneiro (SEIXAS-2003, p.17).



Boiada passando pela região com destino a Barretos, ilustrada no projeto memória do Jornal de Jales, fascículo 79.

Figura 3 - Transporte de gado na Estrada Boiadeira.*

Fonte: retirada do livro de Genésio Seixas Mendes. “Jales precusores e pioneiros.”.

Esses peões com chapéus de abas largas, capa sobre os ombros, para se protegerem das chuvas, caminhavam durante muitos dias sobre lombo de animais conduzindo a boiada até seu destino final.

Ao longo da Boiadeira, foram instalados alguns pontos de comércio, as chamadas vendas, que forneciam cachaça, pólvora, munição, fumo e algum tecido. Depois, apareceram

* A imagem do peão de boiadeiro presente no fascículo 79, Projeto Memória do Jornal de Jales, se faz presente também em diversos setores da sociedade da região, como nas realizações de festas de peão de boiadeiro, financiadas na sua grande parte com recursos públicos, momentos em que os políticos aproveitam para discursarem. Existe também um grupo de pessoas formadas, em sua maioria, por profissionais liberais incluindo advogados, engenheiros, filhos de pessoas ligadas ao meio rural, que programam a tradicional cavalgada, que percorre um trecho da Estrada Boiadeira, com ponto de almoço e janta, com comidas típicas dos antigos boiadeiros.

pensões, cabarés, fruto do movimento constante de gado, provindo do Estado do Mato Grosso e de fazendas e rebanhos que foram se formando ao longo das margens da estrada, usufruindo das excelentes pastagens e da qualidade do solo fértil.⁵³

*A Boiadeira foi um marco cultural que miscigenou costumes e tradições de povos dedicados à atividade agropastoril. Povos que passaram a receber e a repassar experiências; absorver termos lingüísticos e expressões para danças, folguedos e folias como cateretê, catira paulista, folia mineira, festa do Divino, dança de São Gonçalo, reisado, etc.*⁵⁴

Trafegar pela Boiadeira, poderia ter o privilégio de viajar sob a sombra das árvores que a margeavam, ouvindo o cantar dos pássaros, mas é claro que deveria evitar as viagens noturnas, devido a serpentes e animais como a onça pintada, animal presente em grande número, nessa época. As experiências adquiridas pelo homem do sertão dão-lhe alguma tranquilidade na relação homem e natureza. O mais assustador nesse longo caminho sem recursos até mesmo de algum morador, era a quantia de peões que circulavam em montarias. Diante das histórias de bandidos, justiceiros com requintes de barbárie, e matadores de aluguel que tocavam suas vítimas, era perigoso viajar sozinho.

Nos pontos de pouso das boiadas, peões cansados de viajar, longe da família, procuravam afogar suas mágoas na cachaça, o que acabava em discussão, agressões físicas e até morte, e provocava a ira e a sede de vingança, com as próprias mãos ou a contratação de pistoleiros. Por ser uma região deserta, contava com um grande número de pessoas procuradas pela polícia que trafegavam pela região. Muitos trabalhavam em fazendas, ou como boiadeiro, transportando gado. Como o matador, Aníbal Vieira, o Lampião Paulista, só liquidava bandidos. Ele iniciou sua matança depois que cinco homens estupraram sua irmã excepcional e menor de idade. Virou um matador de aluguel e o saldo nos registros criminais era de trinta e seis vítimas fatais.⁵⁵

Há ausência de registros sobre a relação dos colonizadores em contato com os nativos (índios). Algo que, até agora, não consegui nem um tipo de fonte escrita, nem retirar alguma informação dos primeiros moradores sobre a existência de alguma aldeia na região. Em Pontalinda, algumas ruas receberam nomes de origem indígena como Aimorés, Tamoio e outras. Algumas já foram redenominadas com nomes de políticos e gente da elite local.

⁵³ Ibid. p. 21 e 25.

⁵⁴ Ibid. p. 23.

⁵⁵ Ibid. p. 29.

Um dos primeiros moradores da região foi José Joaquim Lourenço, que montou uma olaria e um moinho de fubá, coordenou a construção da ponte sobre o Rio São José dos Dourados, em 1930, para dar acesso à Vila Áurea, hoje Auriflora.⁵⁶

Depois, veio o senhor João Antonio da Silveira, que comprou uma propriedade de 120 alqueires, gleba da Fazenda Ranchão, onde fixou residência com sua esposa, em 1928. Posteriormente, foram chegando outros moradores.

Como o meio de transporte era através de montarias, ou carros de bois, todos tinham a preocupação em adquirir bons cavalos, mulas, burros e juntas de bois para puxar o carro, o que era muito útil para a época, principalmente aqueles já considerados “mansos”, onde até as mulheres poderiam viajar.

Esses animais teriam de ser bem cuidados, para resistirem a viagem de, aproximadamente, 120 quilômetros de distância, até chegarem a Tanabi.

A viagem era marcada com antecedência. Os vizinhos (que eram poucos), arrendatários, enviavam lembranças a conhecidos e parentes. Faziam as poucas encomendas de alguns produtos considerados básicos para a época, como o sal, roupas, ferramentas como enxadas: enxadão, machado, foice, lima, para afiar ferramentas, serra, fósforo e pregos, para serem usados na construção de casas, que, na maioria, eram de pau a pique ou de tábuas, uma vez que madeira existia em abundância. Alguns produtos considerados básicos, muitas vezes as pessoas buscavam substituí-los por outros similares produzidos no meio doméstico, como o açúcar pela rapadura, feita do melaço da cana, que era usada como adoçante, principalmente do café; o querosene, substituído por óleos vegetais como o de mamona, usados na iluminação das casas.

Em entrevista, o senhor Orlando dos Santos Oliveira, aposentado, ex-trabalhador rural, antigo morador da região, relembra as dificuldades dos primeiros trabalhadores rurais da região e a situação de dependência, trabalhador e patrão. Lembrando que, a memória é um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, contado pela cultura e pelo indivíduo.⁵⁷

Oh, no início da abertura dessa região era difícil, pois o pessoal compravam em Tanabi, (...) o pessoal arrumava um carro de boi, botava um couro em cima pra protegê da chuva e o sol, e iam. Eles saíam de madrugada, arrumava as criações, enchia os coxos de água, tratava dos porcos e das galinhas, deixava tudo arrumado. É claro que ficava gente pra cuidar, porque demorava dias a ida e a volta. Eles preparava tudo com antecedência, fazia os virados de frango, farofa

⁵⁶ Ibid. p. 216.

⁵⁷ BOSSI, Ecléa. Op. cit. p.53, nota 9.

*de carne seca, pegava uma cabaça de água. (...) posava nos pontos de poso de boiada. (...) comprava roupas, (...). Eles comprava ferramenta como machado, foices, enxada, enxadão, serra, lima pra amolá as ferramentas. Comprava algumas balas pra crianças. Agora, querosene, comprava também, mas a maioria do povo mais pobre fazia azeite de mamona e usava para iluminar as casas. Assim como o açúcar, que muita gente substituía pela rapadura.*⁵⁸

Às vésperas da viagem, era necessário se preocupar em não esquecer a farofa de carne seca, o corote de água, o caderno de anotações daquilo que precisavam fazer e comprar tanto para si como para a vizinhança. Era preciso deixar os bois no pasto perto de casa, para facilitar atrelá-los de madrugada.

Na madrugada, enquanto a mulher preparava o café e a matula, o marido cuidava de encher os coxos de água e alimentos para os porcos e galinhas, que ficavam, às vezes, sob os cuidados do filho mais velho e supervisionados pelo vizinho mais próximo. Acabavam de preparar o carro de bois e partiam com o claro do luar, seguindo os caminhos que os bois já conheciam bem até chegarem à Estrada Boiadeira, que dava destino a Tanabi.

O trajeto durava dias para ir e voltar e, no carro de bois, era improvisada uma cobertura de couro de boi para proteger das chuvas.

Durante o trajeto, procuravam planejar a viagem para descansar nos pontos de pouso destinados para as boiadas. Desatrelavam os bois, soltavam-nos em um piquete para pastar até o dia seguinte. O casal dormia em redes nos galpões e, no outro dia, de madrugada, seguiam a viagem até chegar ao destino. Chegando à cidade, era motivo de alegria encontrar parentes e amigos. Essas pessoas já se encarregavam de cuidar dos animais. Preparavam o jantar, contavam histórias, relembavam o passado, queriam saber como estava a vida num sertão tão próximo, até chegar a hora de repousar. Após descansarem e darem o descanso necessário para os animais, era o momento de cuidar dos afazeres, providenciar documentos, pagar taxas de impostos, efetuar as compras.

Na figura 4, (página seguinte) podemos ver uma Guia de Imposto Territorial Rural, datada de 1942. Na guia consta Fazenda Ranchão, o nome dado à gleba que pertencia ao sítio do senhor João Antônio da Silveira. Toda a documentação estava sob a Jurisdição do Cartório de Tanabi-SP.

Segundo o colecionador Jesus Pupim, esse documento foi conseguido por ele após ter sido jogado em frente a casa de um dos familiares de João Antônio da Silveira, para ser recolhido pelos coletores de lixo. Como o mesmo sempre se interessou por documentos e

⁵⁸ Narrativa de Orlando dos Santos Oliveira, trabalhador rural, aposentado. Novembro de 2002.

artefatos antigos, ao verificar a data do documento ali exposto, apropriou-se do mesmo e o levou até um membro da família, que lhe concedeu, pois, para eles, não representava mais nenhum valor. Então, através de contato permanente com Jesus Pupim fui informado por ele sobre tal achado, o que me levou a digitalizá-lo. E, tentando saber por que essa família guardou esse documento por tanto tempo e, depois, desfez-se do mesmo, fui até a casa de comércio de um membro da família, o qual me explicou que estava sob posse de sua mãe que havia falecido recentemente e que “Guardar documentos por tanto tempo referentes a pagamentos relacionados a bens, principalmente quando se tratava da terra, era de praxe das pessoas mais antigas, em meio a tantas histórias de grilagem, pois era uma maneira de garantir a preservação dos direitos sobre o bem”.

ORIGINAL
23ª Série *B. B. Silva* Nº 054

ESTADO DE SÃO PAULO
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
2º SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 1942 ESTAÇÃO ARRECADADORA DE **TANABI**

N.º DO LANÇAMENTO	NOME DO CONTRIBUINTE, LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL, ÁREA E VALOR TRIBUTÁVEL	
1607	João Antonio da Silveira Ranchão 222,64 ha 16:000\$	
IMPOSTO ...	100\$000	IMPOSTO SEM ABATIMENTO
Abatimento de 20% ...	20\$000	IMPOSTO ...
LIQUIDO ...	80\$000	Multa de 10 % ...
		SOMA ...
	100\$000	110\$000

ESTA ESTAÇÃO ARRECADADORA CERTIFICA QUE EFETIVOU O LANÇAMENTO ACIMA DISCRIMINADO, NOS TERMOS DO LIVRO IV DO CÓDIGO DE IMPOSTOS E TAXAS

RECEBI A IMPORTÂNCIA DE *100\$000*

VISTO *27 Junho* de 1942

COLETOR CAIXA

POR NÃO TER SIDO PAGA NA ÉPOCA LEGAL, FOI A DÍVIDA REGULARMENTE INSCRITA NESTA ESTAÇÃO ARRECADADORA E, NESTA DATA, É ENCAMINHADA À COBRANÇA EXECUTIVA

INSCRIÇÃO N.º LIVRO N.º FLS. de 1942

O ESCRIVÃO: O COLETOR:

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Mod. 344.529 - 10.000 T. 4 - IX - 941 - COPAG - S. Paulo

Figura 4 - Guia de Imposto Territorial Rural.

Fonte: fornecida pelo colecionador Jesus Pupim.

A foto (figura 5) foi registrada a pedido do senhor João Antonio da Silveira, na primeira metade do século XX, período em que o carro de boi era o meio de transporte de carga mais usado na região. A família do senhor João guarda a foto como recordação do pioneirismo da família no processo de colonização da região.

As viagens sempre levavam cerca de dois dias ou mais para descansar os animais, fazer breves visitas e cuidar de todos os afazeres. Na véspera da volta, já planejada, carregavam o carro com os produtos, preparavam a matula, com farofas e virado de frango. Tudo pronto, iam dormir para levantar de madrugada e tomar o caminho de volta.

Ao chegarem da cidade era motivo de agitação entre crianças e adultos, que vinham perguntar das novidades da cidade, como estavam os amigos e parentes, e ver as compras.

As moças ficavam felizes com os cortes de tecido para vestidos, muitas vezes até o calçado era comprado através de uma medida tirada do tamanho do pé com um pedaço de barbante. Enquanto, as crianças se contentavam com apenas algumas balas. Não havia uma preocupação com as vestimentas das crianças. “Grande parte andava descalças, vestiam apenas uma calça curta e quando saíam de casa é que usavam a roupa de passeio, sem contar que podiam ver em festas um grande número de crianças de pé no chão (...) O patrão trazia as compras dos empregados, na maioria das vezes, só depois da colheita.”⁵⁹

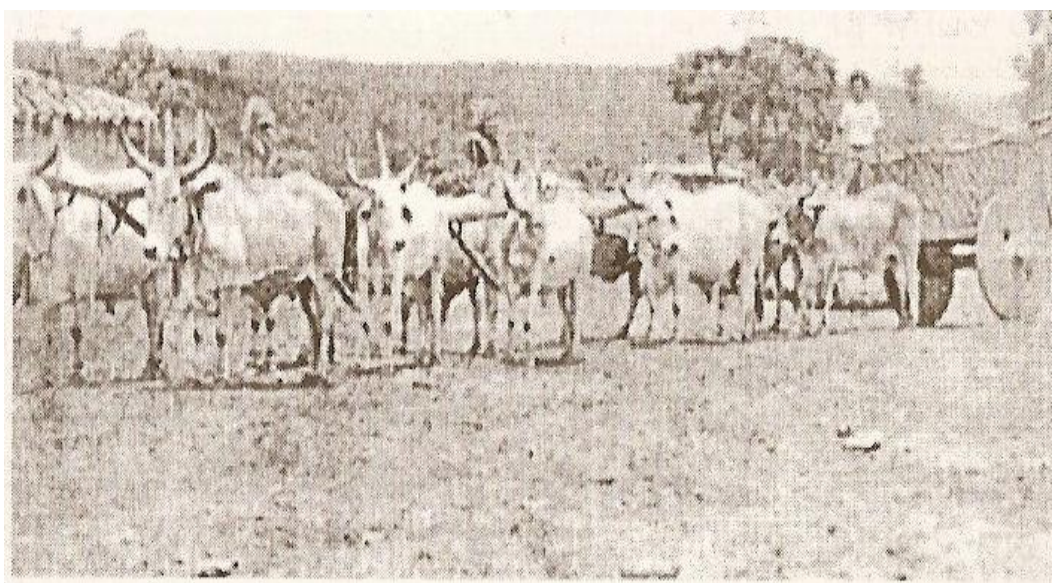


Figura 5 - Foto do senhor João Antônio da Silveira em carro de bois.*

Fonte: pertencente a família do senhor João Antônio da Silveira.

Os trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, colonos e parceiros efetuavam suas compras no final do ano, depois das colheitas. Essas compras eram realizadas por intermédio do patrão. Os trabalhadores não tinham condições financeiras para adquirirem uma junta de bois treinada e um carro para se locomoverem até aos centros urbanos distantes e a solução seria recorrer ao patrão, “numa relação que fazia parte do pacto paternalista”.⁶⁰ Essa relação

⁵⁹ Narrativa de Orlando dos Santos Oliveira, trabalhador rural aposentado. Novembro de 2002

* Foto do carro de boi, tirada a pedido de João Antônio da Silveira. O transporte de carros de bois, o mais usado na região na época, era um privilégio dos grandes sitiantes e fazendeiros. Na foto o senhor João Antônio da Silveira dentro do carro puxado por cinco juntas de bois.

⁶⁰ MONTENEGRO, Antônio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. O Brasil republicano – O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Organização de Jorge Ferreira. Lucília de Almeida Neves Delgado. RJ: Editora Civilização Brasileira, 2003, p. 244.

de dependência somada à política do governo Vargas, “reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora”,⁶¹ dificultava qualquer intenção de organização pelos seus direitos.

Moradores da região de Pontalinda passaram a contar com o serviço de transporte a partir de 1948, a “jardineira” que fazia a linha de Estrela D’Oeste a Pontalinda⁶² e não era comum o tráfego de veículos automotores pela região. Os meios de transporte dependiam de montarias, carroças e carros de boi, o que não era acessível à maioria dos trabalhadores rurais. “Para possuir um cavalo bom, arriado, ou uma mula, burro, qualquer animal era muito difícil. Os rapazes, quando conseguiam comprar um cavalo arriado, era como ter um carro bom, hoje. Carros de boi eram só para o patrão.”⁶³ O senhor Orlando usa a memória não só para relembrar o passado, não como refúgio, mas uma fonte, um manancial de razões para lutas.⁶⁴ Quando afirma que possuir um cavalo bom, arriado, naquela época, era como ter um carro (automóvel) bom hoje significava ter uma situação econômica considerável.

Em um momento em que os direitos dos trabalhadores rurais ainda não haviam se consolidado, esses encontravam dificuldades para recorrerem à justiça contra qualquer ato de injustiça que o patrão cometesse. Era uma região em que os grandes fazendeiros colonizadores eram a lei, recorriam ao apoio de jagunços como meio de segurança de suas propriedades e de invasão de terras de posseiros. Há muitas histórias de grilagem de terras de posseiros e medições topográficas que prejudicavam os pequenos compradores.

O engenheiro Euphly Jalles chega à região para iniciar os trabalhos de agrimensura na divisão fundiária da grande Gleba do Marimbondo, “onde se tornou proprietário de terras por arremate em hasta pública ou por indenização referente a seus honorários. O trabalho topográfico foi concluído em 1929”.⁶⁵

Ambicioso, buscava lucros das revendas das terras que havia comprado e recebido pelo trabalho de agrimensor e, também, em terras conseguidas à força de jagunços. Não é difícil ouvir histórias de que seus homens chegavam e davam ordens para que desocupassem a área, pois aquelas terras pertenciam ao doutor Euphly, e que eles deveriam desocupar imediatamente. Se houvesse resistência por parte das famílias, acabariam como outras tantas, dizimadas. Outro artifício eram as trapaças nas medidas dos terrenos vendidos, como relata o senhor Hélio de Oliveira, que um comprador teria adquirido 34 mil alqueires, mas, quando foi

⁶¹ BORIS, Fausto. História concisa do Brasil. São Paulo: Editora Edusp, 2009, p.187.

⁶² MIOLA, Moacir de Paula. Op. cit. p.39, nota 16.

⁶³ Narrativa de Orlando dos Santos Oliveira, trabalhador rural aposentado. Novembro de 2002.

⁶⁴ BOSSI, Ecléa. Op. cit. p. 66-67, nota 9.

⁶⁵ SEIXAS, Genésio Mendes de. Op. cit. p. 28, nota 52.

medir, não chegou a 30 mil. “Quer dizer que ele perdeu quatro mil e eu sei para quem ele perdeu. Inclusive para o Dr. Euphly Jalles”.⁶⁶

Euphly Jalles idealizou o projeto de colonização que ganhou força após um encontro realizado em 1939 na cidade de Mirassol-SP, com o interventor Ademar de Barros, onde foi decidido o traçado da estrada de ferro que saía de Mirassol, passando por Tanabi até Santa Fé do Sul. “A estrada de ferro que, desde suas origens, era vista como instrumento concreto do desenvolvimento do capitalismo”,⁶⁷ adentraria no sertão do noroeste paulista mudando o cenário da região.

*Os caminhos de ferro não só construíram uma territorialidade, na ocupação do espaço físico, mas neste mesmo espaço esquadriharam práticas sociais, estratégias de controle e tarefas rotineiras para o exercício de um poder disciplinar que a sociedade burguesa exigia para a reprodução do capital e, conseqüentemente, para sua acumulação.*⁶⁸

Após esse encontro e incentivado por seu tio e padrinho, Aristóphano Brasileiro de Souza, conhecido como Duquinha que teria dito: “ Euphly, é fazer um patrimônio, faz um patrimônio que a terra sai”,⁶⁹ e escolhe o local da Vila Jales.

Assim como Euphly, outras companhias colonizadoras participaram do processo e intensificaram as propagandas como um lugar de futuro, lugar de progresso. Não é necessário ir tão longe, as riquezas estão logo ali, no noroeste paulista, enfatizava o discurso dos corretores.

Dentro desse cenário, no ano de 1939, no local onde hoje é a cidade de Pontalinda, segundo Genésio Mendes Seixas, existia a venda (estabelecimento comercial) do senhor Procópio, que oferecia alguns produtos básicos como sal, fósforo, açúcar, querosene entre outros e a cachaça, que, depois, com a presença da Família Castellá, daria início às vendas das terras da redondeza.

A fundação da cidade de Jales, em 1941, desencadeou a origem de outros vilarejos, como o Vilarejo de Pontalinda, que, segundo a História Oficial Local, aconteceu em 15 de agosto de 1948. A data da fundação é questionada por muitas pessoas, inclusive por um colecionador amador, Jesus Pupim, que tem em mãos documentos que comprovam a organização da Comissão de Festas da Igreja Católica, contratando um carpinteiro para a

⁶⁶ Id. Op. cit. p.36, nota 52.

⁶⁷ POSSAS, Lidia Maria Vianna. Mulheres, trens e trilhos. Bauru-SP: Editora EDUSC, 2001, p.45.

⁶⁸ Id. p. 44.

⁶⁹ SEIXAS, Genésio Mendes de. Op. cit. p. 40, nota 52.

construção da Igreja. Existem alguns depoimentos de pessoas que migraram para a região, como o senhor Miguel de Lima, que chegaram antes de 1947 e “já existia um vilarejo”.⁷⁰ A discussão, com relação à data de fundação, ocorreu quando aprovada a Lei nº 7.664, de 30/12/1991, que dispõe sobre alterações no Quadro Territorial-Administrativo do Estado de São Paulo. As autoridades locais tentaram criar, às pressas, a história oficial do município, que causou surpresas para muitos antigos moradores que afirmam terem chegado antes da data oficial de fundação e terem encontrado o vilarejo de Pontalinda.

Diante de tanta influência da igreja católica, que teve a primeira missa celebrada no dia 15 de agosto de 1948, data de fundação da cidade, segundo a história oficial, vem o questionamento: Seria esta data a da primeira missa ou da fundação da cidade?



Figura 6 - Foto da primeira missa realizada na capela em 15/08/1948.*

Fonte: retirada do Livro Biografia de Pontalinda-SP, de Moacir Miola.

A foto registra padre André e fiéis, após a celebração da primeira missa na capela de Pontalinda. Não tenho conhecimento se foi tirada a pedido do Padre ou da comissão administrativa da Igreja. Vale lembrar que está sob o poder do colecionador Jesus Pupim, que possui documentos que comprovam a existência de uma comissão administrativa da Igreja Matriz na época e documentos referentes a contratos de serviços de carpinteiro para a construção da capela, datados de fevereiro de 1948. Percebe-se o grande número de crianças acompanhadas de pessoas adultas, a maioria mulheres, á frente da Igreja, o que aumenta ainda

⁷⁰ Narrativa de Miguel de Lima, trabalhador rural. Maio de 2010.

* Foto tirada em 15/08/1948, da primeira Missa realizada na Capela em Pontalinda-SP, retirada do Livro Biografia de Pontalinda-SP, de Moacir Miola.

mais a dúvida com relação a data oficial de 15/08/1948, que é questionada por antigos moradores.

A formação de várias cidades no Noroeste Paulista chamou a atenção para que mais pessoas migrassem para a região. “O Noroeste Paulista transformou-se em uma “indústria” de pequenas cidades, que acompanhavam o avanço da ferrovia que se estendia de São José do Rio Preto até a cidade de Santa Fé do Sul.”⁷¹ Essas cidades representavam para esses trabalhadores, meeiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários um sinal de recursos próximos das pessoas do sertão que poderiam mudar suas vidas, através de muito trabalho e com suas experiências.

Não estamos falando de um passado distante, mas sim de poucas décadas atrás, onde esses trabalhadores não contavam com a ajuda próxima da ciência nem dos meios de comunicação, como internet, televisão e outros, que pudessem orientá-los com relação às mudanças climáticas. Esses recorriam às experiências empíricas de seus antepassados, para acompanhar essas mudanças e descobrir o período certo para o cultivo da terra e plantação. Ainda hoje, são poucos os que recorrem aos recursos da internet, ou se preocupam em ver um informativo sobre o tempo. Sabem bem que o período entre julho até setembro é de preparação do solo para a plantação.

Os primeiros que chegaram, tiveram de derrubar as matas, trabalho duro e que exigia algumas experiências, para dar o tombo nos enormes troncos, como no manejo do machado, da foice. À frente, iam os “foiceiros”⁷², cortando arbustos de pequeno porte, como cipós, arranha-gatos e outras vegetações, facilitando o trabalho dos machadeiros que vinham atrás derrubando troncos maiores.

As batidas dos machados respondiam ao longe nas matas que estavam predestinadas a desaparecerem. Aquele estridente som dos machados misturava-se com os gritos de trabalhadores alertando os companheiros para evitarem acidentes. Era a queda de mais árvores.

Os machadeiros cortavam os grandes troncos que guiavam para onde deveriam cair. Direcionavam sempre para cair sobre as árvores menores, das quais cortavam somente parte de seus troncos. Tombando o tronco maior sobre essas, provocavam a queda de várias árvores ao mesmo tempo, como um efeito dominó, técnica usada para fazer render o trabalho das

⁷¹ NETO, Natal Bísvaro.. Op. cit. Nota 12.

⁷² Foiceiros: Expressão usada pelos trabalhadores rurais, àqueles que efetuavam o trabalho com foice.

derrubadas. De longe, podia ouvir os gemidos de troncos centenários que tombavam, devastando áreas e áreas.

Após meses de batidas de machados, para se livrarem dos galhos, parte dos troncos e da vegetação já seca, preparavam o aceiro (limpavam com enxadas e rastelos as folhas e capins para evitar que o fogo corresse). Tudo pronto, então, hora da queimada, sempre marcada para a entrada da noite, momento em que o vento está mais calmo e o ar mais fresco, o que dificulta o fogo a espalhar para outras áreas que não devem ser queimadas.

Ouviam-se os gritos dos trabalhadores em sinal que iriam começar a queimada, e logo os estalos das folhas e madeiras que queimavam, provocando uma claridade que podia ser vista ao longe. Troncos queimavam por dias e dias. Ao escurecer, o cenário que, durante o dia era triste, à noite, as pequenas labaredas e as brasas iluminavam a paisagem como uma cidade noturna.

Dando sequência à preparação da terra para plantar, os trabalhadores começavam a desencoivarar, com o uso das foices e do machado, tentando limpar o resto daquilo que o fogo deixou. Cortando galhos e pequenos troncos, fazendo caieiras e atijando fogo, iam deixando somente grandes troncos tombados, mas ainda verdes.

Com a chegada das chuvas, iniciavam-se as plantações, realizadas de maneira manual, com o uso de matracas (máquinas de metal, usadas para plantar diversos tipos de lavouras). Precisavam pular os troncos enormes, desviar dos tocos, bater a máquina sobre raízes, o que demandava muito esforço e paciência.

Feitas as plantações e com as chuvas que caíam em abundância, era hora de começar a capina das ervas e de brotos dos troncos que cresciam rapidamente em meio às plantações.⁷³

A foto (figura 7) foi tirada por um fotógrafo, na época conhecido como retratista que visitava as famílias da zona rural. Registrava momentos diversos das experiências das famílias. Aqui, foi tirada de parte da família trabalhando, cuja intenção, talvez, era guardar como recordação ou enviar para familiares distantes. A fotografia é vista com a intenção de matar a saudade e mostrar como era o “novo paraíso”. Como se vê, ao fundo da fotografia, há arbustos, troncos de arvoredos sinalizando a qualidade do solo fértil. A fotografia mostra que o trabalho é realizado em regime de agricultura familiar e os personagens principais são os

⁷³ As afirmações são partes de experiências vividas por mim, ainda criança, quando presenciei a derrubada de algumas matas e, por diversas vezes, ouvi meus familiares comentarem com detalhes sobre os desmatamentos da região. Detalhes que me faziam imaginar todo um processo, que impregnou em minha memória, vindo até este momento.

trabalhadores, as filhas que estão à frente e a mãe que aparece discretamente ao fundo, num período que a matrona, tinha como principal atividade, os afazeres domésticos. Não aparece a figura do patriarca e as filhas mais velhas se encarregavam de “puxar o eito”⁷⁴ para a realização das tarefas marcadas por ele.

As mulheres são evidenciadas na foto abaixo sugerindo a presença feminina como parte constitutiva desta experiência. Nesse tempo não se falava em explorar o trabalho infantil no meio rural, pois ensinar às crianças as práticas do trabalho era motivo de honra para os pais de famílias desafortunadas.



Figura 7 - Foto de uma das primeiras famílias a migrarem para a região do Noroeste Paulista.*

Fonte: pertencente a Otaira Alves Ferreira.

Percebe-se na foto, apesar de estar um tanto amarelada e com algumas manchas, que a área cultivada ainda não contava com a introdução do arado.

O uso do arado, mesmo de tração animal, necessitava de um tempo, dependia do destocamento da terra. Depois de alguns anos, os troncos menores iam apodrecendo pelo processo natural, aqueles mais resistentes eram arrancados até poderem usar o arado.

⁷⁴ Narrativa de Otaira Alves Ferreira, ex-trabalhadora rural e benzedeira. Dezembro de 2010.

* Foto tirada a pedido da família de João Gonçalves Ferreira, em meio a lavoura de arroz. Percebe-se como era composto o regime de agricultura familiar, que contava com a presença de todos os membros da família: adultos, adolescentes e crianças, executando as atividades agrícolas, enquanto que a mãe tinha como principal atividade os afazeres domésticos.

O elo milenar com a natureza dá ao homem do campo sabedoria e condição de acompanhar os astros e perceber os fenômenos naturais, os períodos de seca, frio e das chuvas previstas para os meses de outubro e novembro, dependendo do período da plantação e a previsão da colheita. Acompanhava essas mudanças do tempo, através de vários fatores da natureza, com o cantar de certas aves, como o jaó, que era sinal de que as chuvas estavam longe, enquanto que o cantar dos três potes era sinal de que o período de chuva estava para chegar. A direção do sopro do vento, as nuvens no céu e a lua também ajudavam.

Ah, a gente já sabia mais ou menos o tempo de plantá, sabia qual era o tempo da seca, chegava o tempo das águas, das chuvas que é o tempo de fazer as plantação, nós observava atenção nos bichos, nos passarinhos, no tempo, no jeito do vento. Hoje já não ouve mais, porque estamos morando na cidade, mais quando morava na roça, a gente sabia se ia chover ou não ouvindo os bichos, como o canto do três potes é sinal de chuva. Já o jaó é sinal de que a chuva está longe. Se observa o tempo também dá prá vê, as nuvem no céu, a lua e o lado que tá o vento.⁷⁵

Levantar de madrugada faz parte da cultura do povo do campo e, no tempo de plantação ou colheita, é preciso levantar mais cedo ainda, por ser o momento crucial de garantir o seu futuro. O cantar do galo serve como relógio despertador. A observação dos astros como as posições das estrelas indicam quanto tempo falta para o amanhecer. Mesmo na década de setenta, eram raras as casas que contavam com um relógio despertador, a natureza guiava a marcação do tempo. “O relógio diário era o do gado, a rotina das tarefas pastoris, e para um nuer as horas do dia e a passagem do tempo são basicamente a sucessão dessas tarefas e a sua relação mútua”⁷⁶. Ao levantar de madrugada, avistavam-se no horizonte inúmeras luzes de lamparinas e lampiões pelas colônias e nas casas dispersas. Ouvia-se o barulho, ao longe, dos sarilhos de poços puxando água para fazer o café no fogão à lenha, ouvia-se o barulho dos homens cuidando dos animais, com a preocupação de terminar a tarefa antes de amanhecer o dia, pois ao sol nascer já teriam de estar no pé do eito. Também tinham o prazer de ver sua lavoura bem cuidada, a esperança de grandes colheitas.

As crianças teriam de aprender logo cedo os bons costumes e levantar cedo já era o início desse aprendizado. Muitas vezes, crianças sonolentas, à beira de um fogão de lenha, aguardavam sua mãe acabar de fazer o café para, em seguida, se menino, ajudar o pai a cuidar dos animais, descascar e debulhar o milho, para tratar das galinhas e dos porcos mais novos, que não tinham força suficiente para comerem direto das espigas com palha, fazer a limpeza

⁷⁵ Narrativa de João Miguel da Silva, bóia-fria aposentado. Dezembro de 2003.

⁷⁶ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum - Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005, p. 269.

dos coxos de comida e de água, prepararem as ferramentas, encher moringa e garrafão de água. Alguns que possuíam uma vaca leiteira, esses poderiam saborear o leite direto do pequeno curral improvisado. As meninas já começavam a ajudar a mãe nos afazeres domésticos.

Percebe-se na cultura desses trabalhadores a junção dos pensamentos de Francis Bacon, “que o costume mais perfeito se dá nos primeiros anos de vida”, assim como o trabalho é visto como bom hábito na concepção de Bernard Mandevile: “Era necessário que “toda uma multidão” (...) habituassem seu corpo ao trabalho”, tanto em seu próprio benefício como para sustentar o lazer, o conforto e os prazeres dos mais afortunados”.⁷⁷

*(...) mas o dia estava escuro, já dava pra ver na colonha o claro das lamparinas. Ouvia o barulho do saril do poço dos vizinhos. Eu levantava, ia arrumando as coisas, tinha de tratar dos porco com um dos menino, enquanto outros iam arrumando as ferramentas, enchendo o garrafão de água, minha mulher acendia o fogo no fogão de lenha, pra ferver água pro café, as meninas ajudava a mãe na cozinha. Depois de tudo arrumado nós ia pro serviço, ainda de manhazinha.*⁷⁸

A grande preocupação das famílias trabalhadoras era a de formar filhos trabalhadores corretos, que cumprissem com seus deveres. A questão da alfabetização e prosseguimento nos estudos, era algo que teria muito ainda a desenvolver. “No início da colonização da região noroeste paulista (1940), no Brasil, o analfabetismo atingia 57% da população, segundo Renato Ortiz.”⁷⁹ Enquanto que, “na França, a alfabetização atingia 90%, em 1890”.⁸⁰ Eram poucas as pessoas da zona rural que sonhavam em formar seus filhos. O estudo em nível superior parecia algo impossível, pois estava ao alcance de poucos. A preocupação era apenas com o aprender a ler e a escrever, o primário era o suficiente. “Para que uma sociedade seja feliz e o povo tranqüilo nas circunstâncias mais adversas é necessário que grande parte dele seja ignorante e pobre – Mandeville”.⁸¹ A maior preocupação dos pais era prepararem os filhos para o casamento, que acontecia logo cedo. Dificilmente, uma moça deixava para casar depois dos vinte anos.

Os animais cuidados partiam com destino à roça, caminhando pelos carregadores, com os pés molhados de orvalho e chegava ao pé do eito antes de o sol nascer. Enquanto o pai puxava o eito com os filhos mais velhos, sempre ficava de olho nos menores, orientando-os

⁷⁷ THOMPSON, E. P. Op. cit. p. 14, nota 79.

⁷⁸ Narrativa do senhor João Miguel da Silva, boia-fria aposentado. Dezembro de 2003.

⁷⁹ ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, pp. 23-28.

⁸⁰ CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006, p.68.

⁸¹ THOMPSON, E. P. Op. cit. 2005. p. 15, nota 79.

na transmissão das técnicas para o seu desenvolvimento no trabalho. “A gente planejava o que ia fazer na roça, a gente ia ensinando os menino, e ensinando que os mais velhos devia ir ensinando os outros”.⁸²

Na hora do almoço, sempre lá pelas 9h00, procuravam a sombra de uma árvore, ou alguns ranchos que serviam também para proteger da chuva e guardar algumas ferramentas. Formavam um círculo e, na maioria das vezes, a mãe colocava o enorme caldeirão no centro e retirando de dentro de um embornal os pratos e talheres, para que todos pudessem saborear e recompor as suas energias. Após as refeições, durante o descanso, era um dos momentos em que os mais velhos, com o pai, aproveitavam para passarem “suas experiências e de como deveriam comportar-se diante da sociedade”.⁸³ Vale lembrar que os pais passavam horas também em suas casas, depois do jantar, à beira do fogão à lenha, nas noites frias, ou no terreiro, sob a luz do luar, contando histórias e experiências de vida de seus antepassados, que serviriam como orientação para os mais novos. “Muitas vezes, a gente aconselhava os menino sobre alguma coisa que acontecia”.⁸⁴ Após o intervalo do almoço que era curto, depois só contava com pequenos momentos de descanso, enquanto afiavam as ferramentas ou para tomar água, até a hora da merenda que era servida depois do meio dia. Então, era necessário procurar uma sombra que pudesse refrescar o corpo do sol ardente. Os derivados de milho eram muito presentes nessas refeições, como o bolo de fubá, era tempo de milho-verde, algumas variedades como o curau, o bolo de milho-verde, o milho cozido em espiga ou assado. Muitas famílias não dispensavam a comida caseira, ou seja, o arroz com feijão. Estava presente nas refeições das famílias de origens italianas o macarrão (mesmo sendo de origem chinesa), o pão de farinha de trigo e alguns derivados como bolachas.

O sol ardente custava a esconder. Voltavam para casa mais cedo, somente quando haviam terminado a tarefa proposta pelo patriarca da família, ou quando as chuvas interrompiam o trabalho.

Chegando à casa, meninas e moças ajudavam a mãe nos afazeres domésticos. Os meninos, após cuidarem dos animais, dando água e comida, ou realizarem outros afazeres, como partir lenha, desfrutavam de momentos de lazer, do jogo de bola de meia (depois de algum tempo é que apareceram as bolas de couro, as bolas oficiais) no terreiro de terra entre as crianças e até adultos, membros da família e vizinhos que iam jogar até não conseguirem

⁸² Narrativa do senhor João Miguel da Silva, bóia-fria aposentado. Dezembro de 2003.

⁸³ THOMPSON, E. P. Op. cit. p. 18, nota 79.

⁸⁴ Narrativa do senhor João Miguel da Silva, boia-fria aposentado. Dezembro de 2003.

mais verem a bola, ou até ouvirem os gritos das mães, avisando que o jantar já estava pronto. Era difícil ter que parar o jogo, pois ninguém queria perder, mas tinham de atender a mãe. A desobediência (malcriados como eram chamados os desobedientes) aos valores, às boas maneiras eram imperdoáveis. “...sempre ajuntavam com os meninos da vizinhança e o jogo de bola que só paravam quando estava ficando de noite, e a mãe chamava pra vir tomar banho e jantar.”⁸⁵

*Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral.*⁸⁶

“Era hora de tomar banho, o banho de bacia”,⁸⁷ grande parte das casas não contava com banheiros e chuveiros. Após o banho, famintos, faziam fila à beira do fogão. Não importava o calor da região, todos queriam saborear o jantar quente das panelas em cima das trempes do fogão de lenha, que tinha como cardápio, de praxe, o arroz com feijão, acompanhados com um maxixe baiano, palmito de coqueiro, abóbora, colhidos na roça, ovos de galinha caipira e, às vezes, “a carne de porco enlatada”.⁸⁸ O frango caipira ficava sempre para os finais de semana, para os domingos.

*A gente comia o arroz com feijão, alguma carne fresca quando os vizinhos matava porco e mandava prá gente, ou a carne de porco que a gente guardava enlatada. Muitas vezes, ovo frito, abobrinha, maxixinho baiano. (...)mas sempre o frango ficava pro final da semana, pro armoço de domingo.*⁸⁹

No cardápio, a presença do arroz e feijão era frequente, às vezes variavam as “misturas.” No tempo do milho-verde, era comum o refogado de milho, a carne de animais e aves silvestres, pombas, nhambu, codornas, carne de tatu, capivara, entre outros, resultados de pequenas caçadas ou armadilhas às margens das matas ou mesmo no roçado. A mandioca fazia parte da alimentação desses trabalhadores, cozida, frita, em molho, sem contar que a farinha estava muito presente nessas mesas.

⁸⁵ Id.

⁸⁶ THOMPSON, E. P. Op. cit. p. 189, nota 18

⁸⁷ “BANHO DE BACIA”, eram poucas as casas da zona rural que contavam com um banheiro com um sistema de balde. Na maioria delas, os habitantes tomavam banho em algum cômodo da casa, preferencialmente um quarto.

⁸⁸ “CARNE DE PORCO ENLATADA”, falta de energia elétrica e dos eletrodomésticos como frizer para a conservação de alimentos, era de costume abaterem os animais, principalmente, porco. Após fritarem o toucinho, fritavam também a carne e enlatavam a carne com a banha do porco frita.

⁸⁹ Narrativa do senhor João Miguel da Silva, boia-fria aposentado. Dezembro de 2003.

Depois do jantar, aconteciam as visitas noturnas que não passavam das nove e meia, quando muito dez horas, horário em que, nos caminhos, nas trilhas e nas estradas, as luzes das lanternas a pilhas, lamparinas e lampiões misturavam-se com os vaga-lumes que passeavam pelos campos. Nessas visitas, às vezes, acontecia um jogo de baralho, ou juntavam-se para ouvir rádio, ou para tocar algumas músicas de viola, que eram apreciadas pelas moças em uma roda no terreiro em frente à casa. A brincadeira de passar anel, talvez, essa fosse a brincadeira que as moças mais participavam. Era uma maneira de as moças poderem pegar nas mãos dos rapazes. “A moral era o maior mecanismo de repressão para inibir libido natural”.⁹⁰ A moça que praticasse adultério, ou apenas praticasse um namoro considerado mais avançado para a época, era motivo para outros pais não deixarem suas filhas manterem amizade e, muito menos, seus filhos se casarem com ela. Por isso, todas essas brincadeiras eram sempre policiadas pelos mais velhos que, de um lado do terreiro, contavam casos de assombração, aterrorizando as crianças.

*Sim eu ia, levava as meninas, os homens ia também, mas as moças a gente ficava mais de oio, não só nos bailes, mas nas visitas que fazia nas casas dos vizinhos que juntava rapaziadas, cantavam, ou às vezes brincava de passar anel. A gente ficava conversando com os mais veio, mas sempre de oio nas meninas. Porque a gente sabe como é os homens, né? E as moças, se ficasse falada não arrumava mais casamento.*⁹¹

Assuntos polêmicos para a época, como liberdade sexual, nem pensar. Caso uma moça violasse as regras, era sinônimo de vergonha para os pais, parentes, amigos e perante a sociedade, que chegava ao ponto de um pai tentar lavar sua alma, por ver sua filha “falada”, ir até uma cidade maior e entregar sua filha a uma casa de prostituição.

Mesmo diante da repressão imposta por uma sociedade machista, através dos valores morais, a mulher não aceitava passivamente a violação de liberdade. Essas evidências estão explícitas na fala de Valdira, quando diz: “(...) eu queria usar minissaia, mas meu pai, nem pensar, a gente fazia um pouco mais comprida, né?”.⁹² O fato de usar saia um tanto mais curta, significava um avanço nas conquistas de sua liberdade.

No processo de colonização contido, houve diversos tipos de exploração de força de trabalho, dentre elas a do trabalho feminino. A família que tinha filhas mulheres, as colocava à frente das atividades do campo. Essas moças, com os rostos queimados pelo sol, mãos calejadas, não eram absolvidas dos trabalhos domésticos. O trabalho de criança também fazia

⁹⁰ THOMPSON, E. P. Op. cit. p.198, nota 18

⁹¹ Narrativa do senhor João Miguel da Silva, bóia-fria aposentado. Dezembro de 2003.

⁹² Narrativa da senhora Valdira Aparecida Tauber, bóia-fria. Dezembro de 2009.

parte desse processo, envolvendo meninos e meninas de aproximadamente oito a nove anos, que tentavam manusear a enxada em meio a plantação, roubando-lhes o direito ao desenvolvimento físico, intelectual e, o mais importante, o direito de aproveitar as maravilhas que a natureza lhes oferecia: correr, brincar entre os arvoredos, livremente pelos campos. Em lugar do seu sorriso puro, lágrimas e suor do trabalho forçado. Mas era preciso acostumá-los às boas maneiras e ao trabalho, o que levaria alguém a ser considerado “boa pessoa” por trabalhar logo cedo. Existiam outros problemas sérios, além do trabalho forçado das crianças. Como percebemos, as primeiras lavouras faziam divisas com as matas, onde havia grande infestação de mosquitos. Para aliviar os ataques dos insetos, os pais faziam cigarros, usando a fumaça como repelente, provocando a formação de um grande contingente de fumantes no meio rural.

Com o povoamento da região e o nascimento das cidades, vieram as missões religiosas. “O catolicismo ibérico, trazido e implantado no Brasil”,⁹³ teve forte presença no período da colonização da região. A edificação de igrejas no centro das praças, as inaugurações eram sempre acompanhadas de missas de ação de graças, sinal de sua força. Grande responsável pelo controle moral da sociedade, com pregações moralistas, como não roubar, não furtar, não cometer adultério, respeitar pai e mãe, ser paciente e caridoso, entre outros.

Com toda a importância dada aos ensinamentos da igreja, era visível sua presença nos diversos cantos da sociedade, como colocarem uma cruz na frente da casa, quadros de santos padroeiros nas paredes e pequenos oratórios com imagens de santos.

*A comemoração dos santos tinha, em geral, lugar no dia conhecido, ou suposto, do seu martírio ou de sua morte. A associação entre a morte e a memória adquire, com efeito, rapidamente, uma enorme difusão no cristianismo, que a desenvolveu na base do culto pagão dos antepassados e dos mortos.*⁹⁴

Em Pontalinda, com o povoamento da região, foi necessária a criação de escolas e, em 1951, criou-se a primeira Escola Masculina de Pontalinda, retrato da sociedade machista, depois se estendeu para o gênero feminino. Durante a década de 1960, as fazendas maiores, com grande número de lavradores, foram instalando escolas, como a Escola da Fazenda Boa Esperança, Escola da Fazenda Sidney, Fazenda Saad e Escola do Bairro da Rapadura, este era

⁹³ SANTOS, Lyndon de Araújo. Protestantismo e modernidade: os usos e os sentidos da experiência histórica no Brasil e na América Latina. Revista Projeto História, nº 37, São Paulo. 2008. p.183.

⁹⁴ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2003, 2ª reimpressão, 2006. p. 442.

composto, na sua maioria, por pequenos sitiantes e pequenos produtores: “meeiros, parceiros, alguns colonos e arrendatários”.⁹⁵ Estas escolas foram instaladas em forma de um quadrado e a cidade de Pontalinda no centro dele. A distribuição dessa forma facilitou o acesso, num momento que não se contava com transporte escolar. Com o êxodo rural estas escolas foram sendo desativadas. No início da década de 1970, a Escola da Fazenda Boa Esperança e a Fazenda Sidney. A Escola da Fazenda Saad, no início dos anos 1980, e a do Bairro da Rapadura, no final dessa mesma década. Essas escolas funcionavam com poucos professores polivalentes e que, na maioria das vezes, ministravam aulas para várias séries juntas na mesma sala.

Para frequentar a escola, mesmo nas fazendas, os alunos andavam, às vezes, quilômetros a pé. Depois, com o fechamento dessas escolas, a única opção era a escola da cidade de Pontalinda, que funcionava em dois períodos- manhã e tarde, oferecendo vagas de 1ª a 4ª série, hoje, Ensino Fundamental. Só foi oferecido o ensino de 5ª a 8ª série a partir de 1974. Antes, os alunos teriam que viajar de ônibus até a cidade de Jales, o que excluía toda a clientela do campo, com exceção de alguns filhos de sitiantes ou fazendeiros.

Pelas manhãs, podia se ver pelos carregadores ou trilhas, crianças com embornal a tiracolo, misturando-se com trabalhadores que partiam em direção às lavouras.

Essas crianças caminhavam quilômetros até chegar à escola. Os pés descalços revestiam-se de uma camada de poeira que grudava com o molhado do orvalho, ou cobertos com lamas de chuva que caía. Às vezes, as roupas molhadas, que enxugariam logo no corpo. Na correria, iam fazer parte da fila, já perfilada ao tocar do sino, que indicava autorização para adentrar na sala de aula. Com cadernos empoeirados ou úmidos, olhavam atentamente para a professora que fazia a correção da tarefa efetuada à noite, à luz de lamparina. Sem

⁹⁵ A Constituição Federal equiparou os trabalhadores urbano e rural, conforme disposto no art. 72, aplicando-se ainda, no trabalho rural, a Lei Especial n.º 5.889/73, que, em seu artigo 2.º, define o empregado rural. "Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviço de natureza não eventual a um Empregador rural, sob uma dependência deste e mediante salário. Algumas nomenclaturas específicas são dadas aos diversos tipos de trabalhadores rurais, considerando-se empregados quando estão assim caracterizados nos pontos acima citados, denominados empregados, a saber. **Colonos e Meeiros:** São aqueles que têm empregados com direito de plantar ou criar em áreas delimitadas pelos proprietários, pagando-lhes parte do resultado, mas que estão obrigados a nela trabalhar em serviços gerais da propriedade, durante alguns dias ou horas dos dias na semana, dos dias ou parte, recebendo salário. **Parceiros:** São aqueles que, com autonomia técnica e financeira, por conta e risco, mediante o pagamento do preço contratado, nas condições fixadas pelo Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, de 1964) art. 96 e seu regulamento (Decreto 59.566 de 1996). **Arrendatários:** São aqueles que alugam propriedade rural, para exercerem atividade de exploração agropastoril e, por isso, não se subordinam ao proprietário da terra, porquanto independência com que executam uma atividade sua. O contrato de arrendamento rural, como deverá obedecer condições do art.95, do Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, de 1964), regulamentado pelo Decreto 59.566 de 1996.

desviar a atenção da explicação da professora que não media a paciência para usar a régua em quem se distraísse. Todos concentrados até ouvirem o bater do sino, indicando o recreio.

Durante o intervalo, aquelas crianças que traziam de suas casas em um caldeirão pequeno, o almoço cozido de madrugada, sentavam-se em bancos de madeira ou à beira da calçada do prédio, para fazer as refeições, enquanto outros entravam na fila para tomar um copo de leite, quando era servido como merenda. Como fiz parte desta experiência, ainda posso ver os olhos fixos e de desejo dos demais, enquanto os filhos dos mais abastados financeiramente serviam-se do lanche de pão com mortadela, servido pelo dono da venda em frente à escola. Após o sino, perfilavam-se e voltavam para as salas de aula. O tempo não passava para aqueles que não haviam levado o caldeirão, pois a primeira refeição seria somente por volta das 13h30 ou 14h00, já fria, no pé do eito, pois muitas crianças iam direto da escola para a roça.

De volta para casa, essas crianças ainda achavam fôlego para jogar futebol com uma bola de meia. Como não podiam demorar, os pais estavam esperando para ajudar na lavoura, criavam regras para o jogo. Enquanto saíam da cidade, iam formando ou reformando o time, caso alguém houvesse faltado. Com os times formados, criava-se uma linha imaginária que atravessava a estrada de frente com as entradas que davam acesso à estrada principal. Pés descalços disputavam a bola em meio as valetas da estrada, alguns segurando os chinelos, outros as alpargatas. A vibração era intensa a cada gol. À medida que iam se aproximando das entradas das casas de cada um, os times eram refeitos até que a decisão ficava para outro dia, ou a revanche.

A escola, como instituição educacional, e a grande influência religiosa, eram motivos de discussão nos bate-papos da família antes de dormir. Os ensinamentos dos pais sobre as festas religiosas, as penitências (jejum na Semana Santa), novenas, terços, celebrações de missas, orações ao levantar e ao deitar, somados às aulas de religião que faziam parte do currículo escolar, ajudavam a igreja católica a se fortalecer e sufocar as demais igrejas, religiões e seitas.

Apesar da disciplina rígida da escola da época, ao iniciar a aula de ensino religioso, a professora propunha aos alunos que não pertencessem à igreja católica, que ficassem à vontade ou poderiam se retirar. Raramente, existia um ou dois que se identificavam como protestantes pelos pais na ficha de matrícula.

As vilas, como Pontalinda, desenvolveram seu comércio, vendendo produtos básicos, os secos e molhados, como sal, açúcar, farinha de trigo, farinha de milho, bolachas, doces e balas, bebidas como aguardente de cana, conhaque, refrigerantes. Na ausência de energia elétrica, para mover eletrodomésticos, como geladeira e refrigeradores, eram servidos no balcão e sem gelo. O comércio oferecia alguns tipos de materiais para o desenvolvimento das atividades do campo, como enxadas, enxadão, facão, arados, peneiras para colheitas de feijão, café, arroz e mamona, alguns inseticidas, pregos, arames, foices, machado, lima para afiar ferramentas, e utensílios para uso doméstico. As demais variedades de comércio, como relojoaria, joalheria, lojas de roupas, confecções estavam centradas nas cidades como Jales, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Votuporanga, que podiam também oferecer outros atendimentos públicos administrativos e jurídicos.

No final das colheitas, pais e filhos trocavam as melhores roupas e, com destino a uma cidade maior, partiam para as compras. Era de costume comprar para o ano todo. Moças escolhiam os cortes de tecidos para vestidos, saias e blusas, enquanto os homens, os tecidos de calça e camisas. As roupas confeccionadas eram pouco procuradas por essa clientela. No meio rural, existiam as costureiras, tidas como mulheres prendadas que se responsabilizavam por costurar todo tipo de roupas, com exceção de ternos que recorriam aos alfaiates e compravam prontos. Após efetuarem suas compras de roupas e de calçados, as crianças e até adultos não viam a hora de poder saborear um sorvete, no calor de mais de trinta graus que fazia na região. Alguns aproveitavam para comprar produtos como sal, açúcar e querosene para o ano todo.

Na volta, os adultos traziam grandes pacotes de tecidos e caixas de calçados, andando pelas ruas empoeiradas, que ainda não contavam com pavimentação de asfalto. Felizes, seguiam rumo à rodoviária para tomar a jardineira que os levariam de volta. Muitos teriam de andar quilômetros em caminhos tortuosos que passavam nas divisas de pequenas propriedades. Alguns membros da família aguardavam às margens da estrada em montarias, com carrinhos ou charretes de tração animal, a chegada da jardineira. Muitos já iam de manhã, utilizando esses meios de transporte até a estrada para tomar a jardineira e deixavam os animais em piquetes de algum conhecido ou pagavam uma certa quantia para deixá-los sob seus cuidados até voltarem da viagem.

Chegando próximos à residência, os menores iam correndo ao encontro dos pais, procurando por doces e, juntos com os maiores que ficaram, despertavam a curiosidade para ver as compras. Era hora de experimentar os calçados, andar pela casa. Ver os cortes de

tecido, imaginá-los já confeccionados e vestidos, desfilando com o calçado novo nas festas da cidade ou de casamentos.

Nesse momento, o trabalho árduo desses primeiros trabalhadores havia lhes proporcionado certa liberdade, já não tinham total dependência do patrão, o que levaria algumas pequenas reivindicações na hora de fechar um novo acordo, como uma pequena área de pasto para seus animais e um quintal.

A região começava a receber migrantes de toda a região e até de outros estados. A população rural crescia a cada ano. Eram caminhões chegando com pequenas mudanças, como cama, mesa e prateleira de madeira, algumas latas de banha de porco, as roupas em mala de madeira ou até mesmo em sacos de algodão, alguns talheres, pratos, cadeiras e bancos de madeiras, algumas galinhas fechadas dentro de uma gaiola de taboca, uma ou mais cabeça de suínos. Aqueles que já possuíam cavalo, vinham montados. Outros, que migravam de regiões mais distantes ou até mesmo fora do Estado, chegavam de jardineira, com roupas e utensílios domésticos em caixas e sacos. Esses trabalhadores chegavam em grande escala, atraídos pela esperança de realizar seus sonhos. Construía suas casas às margens das estradas, ou nos caminhos que adentravam as matas. E, no local marcado pelo patrão, improvisavam “ranchos de sapé, ou barracas de lona. Até perfuravam poços com enxadões e “labancas”⁹⁶ para alcançar água suficiente para uso da família e dos animais, depois, então, partiam para a construção de suas casas de pau a pique”.⁹⁷ Tarefa árdua, pois ainda as árvores centenárias deveriam ser derrubadas a golpe de machados, o que deixaria as “mãos calejadas, roupas esfarrapadas”⁹⁸ para o cultivo da plantação.

O senhor Orlando sente-se entusiasmado ao relatar os fatos, usando a memória. Viaja no tempo e sente-se fazendo parte da história, o que, para Portelli, “o ato de lembrar é, por si, um fato histórico operando na dimensão da *longue durée*”.⁹⁹

Com esse crescimento de migrantes na região e a sede da realização de seus sonhos, quem passava pela estrada Boiadeira já não sentia o mesmo frescor.

Seguiam-se as derrubadas e o vilarejo já podia ser visto de longe, durante o dia, apesar do céu acinzentado pela fumaça das queimadas, provenientes do fogo ateado ao anoitecer.

⁹⁶ Barra de ferro, de forma cilíndrica, com pontas em suas extremidades. Instrumento usado por camponeses para perfuração de poços de água potável.

⁹⁷ Narrativa de Orlando dos Santos Oliveira, trabalhador rural aposentado. Novembro de 2002.

⁹⁸ Idem. *ibidem*.

⁹⁹ PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”. Funções do tempo na história oral. Muitas memórias, outras histórias. Orgs. Déa Ribeiro Fenelon, Laura Antunes Maciel, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Khoury. São Paulo: Editora Olho d'água. SP, 2005, p. 310.

Os trabalhadores viam suas mãos calejadas dos trabalhos duros da construção da casa, perfuração de poço para o abastecimento de água potável, da roçada e da derrubada das matas. Com suas roupas esfarrapadas, esperavam as chuvas chegarem para a plantação. Enquanto isso, o proprietário da terra percebe sua propriedade valorizada. A chuva também é esperada por ele, chuva era sinal de colheita, colheita representava lucro proveniente das rendas das plantações.

A colheita esperada pelos trabalhadores de mãos calejadas, roupas esfarrapadas, era motivo de alegria. O tempo ajudou, as chuvas vieram no tempo certo, mas não perceberam que só ficaram com parte do fruto do seu trabalho e não o suficiente para cobrirem a valorização que eles mesmos provocaram ao cultivarem as terras.

A cada colheita, a ilusão do acúmulo de bens não era o suficiente para cobrir a valorização das terras, que, dentro das regras do capitalismo em que a lei de oferta e procura determina o valor de mercado, as terras da região já haviam sido vendidas e, dificilmente, encontrava alguém disposto a desfazer de sua propriedade. O sonho que parecia estar mais próximo, tornava-se quase impossível.

O plantio de café, responsável pela valorização do preço das terras, era o forte dos pequenos proprietários, principalmente os descendentes de italiano. Mesmo nas propriedades de pequeno porte, existia a presença do meeiro. Dificilmente, efetuavam contratos escritos, os acordos orais eram os que prevaleciam. “Os acordos orais eram comuns no mundo de tradições rurais”,¹⁰⁰ “onde a palavra era o documento”. Na maioria das vezes o proprietário daria a terra para ser explorada por um período de quatro anos, com direito a toda a colheita de cereais, como arroz, milho, feijão, algodão. Seguiam uma regra para que as plantações não atrapalhassem o desenvolvimento do café. O formador da lavoura teria de arcar com todas as despesas e com a mão de obra, da derrubada da mata, queimada, preparo da terra, a formação das mudas em viveiros ou plantações de sementes direto nas covas. A plantação de café exigia certo conhecimento, as covas eram perfuradas em forma de um quadrado no chão, em cujas bordas eram colocadas pequenas pranchas de madeira cobertas de terra, batidas com o lado externo da enxada. A intenção era tentar impedir a entrada de areia trazida pelas erosões para dentro das covas. Mas essa precaução não livrava os formadores de café de limparem as lavouras após chuvas fortes e correrem o risco de encontrarem algumas serpentes como ao cascavel, muito comum na região, que aproveitava para usar a cova de café como esconderijo.

¹⁰⁰ WELCH, Clifford Andrew. A semente foi plantada as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 57.

Nos primeiros anos, a enxada era o instrumento utilizado para o cultivo do solo. Somente quando os pequenos troncos apodreciam (que eram em grande quantidade) e parte das raízes dos grandes troncos, então é que começava a introdução do arado que, ao mesmo tempo que facilitava o cultivo, depreciava a fertilidade do solo. Sem a introdução de curvas de nível, a superfície do solo fofo facilitava a erosão, lavando a camada fértil da terra, motivo pelo qual levou, depois de vários anos, a começarem a exigir o uso da adubação orgânica: esterco de curral, palhas de arroz e café nas plantações, somente depois é que passaram a usar os adubos químicos.

Para falar das experiências do mundo do campo, procurei o senhor Orlando que é daqueles “entrevistados que respondem as perguntas e contam histórias sem grandes dificuldades”.¹⁰¹ Durante a entrevista, falou do trabalho duro do homem do campo, das técnicas, das experiências e dos perigos que corria nas realizações de suas atividades na formação da lavoura de café. Dificuldades que iniciavam na luta em busca da produção em transformar a natureza, transformar a terra bruta em terra cultivável. Lembrando os pensamentos de Marx, “onde toda atividade produtiva, que transforma a natureza, nos transforma também dado que somos natureza também”.

Quando o senhor Orlando se refere a não ser possível o uso de ferramenta, está se referindo ao uso do arado, devido à quantidade de troncos e raízes existentes. Ao mesmo tempo, refere-se às transformações no modo do cultivo do café. Plantavam as sementes nas covas e não era necessário formar as mudas em viveiro, talvez seja porque o solo ainda não se encontrava arenoso, devido ao grande número de pequenas raízes que protegiam as covas para o não assoreamento, ou seria mesmo para ganhar tempo, pois não havia viveiro de mudas na região.

*(...) não era possível usar ferramenta, porque existia muitas raízes, tocos. Não tinha como trabalhar com animal, só depois de alguns anos. A gente ia rancando os tocos, outros iam apodrecendo, então ficava mais fácil (...) A gente não formava muda, a gente plantava as sementes dentro da cova. Sabe, teria de fazer as covas como se faz hoje. Aquela época tinha muita madeira, a gente cortava as madeirinhas daqueles paus mais moles como o cedro, colocava, sabe, né? Na beirada da cova, a gente vazia uma meia lua de terra e plantava as sementes. Tinha muita raiz, era difícil cavar a cova, mais a terra não desmoronava. A gente só tinha de limpar aquela areia que caía dentro. Era perigoso porque o cascavel gostava de morar dentro das covas.*¹⁰²

¹⁰¹ VASCONCELOS, Regina Ilka. Tempos e memórias. Caminhos para o sertanejo: quem conta histórias? Muitas memórias, outras histórias. Orgs. Déa Ribeiro Fenelon, Laura Antunes Maciel, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Khoury. São Paulo: Editora Olho d'água. SP, 2005, p. 258.

¹⁰² Narrativa de Orlando dos Santos Oliveira, trabalhador rural aposentado. Novembro de 2002.

Como quase todas as atividades do campo são consideradas atividades penosas. O cultivo do café exigia tempo e grande esforço físico do trabalhador rural, desde o desmatamento (preparo da terra), a plantação, o cultivo até sua colheita.

Além dos cuidados com as plantas ainda pequenas, como limpar as covas, cuidar das ervas daninhas, para não sufocar a lavoura, era necessário também tirar os brotos. Como não se usava a técnica de curva de nível, os trabalhadores faziam enormes buracos no chão em determinada distância para represar as águas das chuvas que poderiam levar parte da colheita e causar danos no solo. As demais lavouras tinham um período para o preparo da terra, plantação, cultivo e colheita. O café, planta pertencente à lavoura permanente, exige cuidado o ano todo.

A colheita de café é composta por uma série de atividades. Quando em formação, os pés ainda pequenos, as primeiras colheitas são efetuadas com os grãos a ficarem com uma cor vermelhada. Nessa fase, costumava colher em peneiras ou panos. Já quando as lavouras estavam formadas, para poder aproveitar melhor os grãos que eram derriçados, depois secos, o que era necessário o preparo da terra, usava o sistema de “arruação”, atividade realizada com enxadas e rodos.

Na colheita do café feita de forma manual, há todo um processo de atividades interligadas que podem dar resultados favoráveis ou não ao desenvolvimento da colheita. A qualidade de uma atividade reflete no desenvolvimento de outra, por isso são dependentes entre si. O abanador de café não terá um desempenho satisfatório se o responsável pelo ato de rastelar não o fez de maneira correta, nem esse terá bom desempenho se o preparo do solo, através da arruação, não foi realizado de maneira correta.

Os cafezais começavam a amadurecer no mês de março-abril, dependiam do período das chuvas para vingar a florada, o que podia variar. Quase sempre no início do mês de abril, já começavam o processo de arruação, para aproveitar os grãos que amadurecem primeiro.

O processo da colheita de café é extenso, com a preocupação de aproveitar os primeiros grãos que antecipam o processo de arruação. É necessário o trabalho chamado de varrição, que é o ato de varrer ou rastelar os primeiros grãos que caem, para serem abanados. Essa prática ocorria com mais intensidade nos anos mais chuvosos, o que favorecia o desenvolvimento das ervas daninhas. Era necessário, antes de capiná-la (chamados de repassos da arruação), efetuar então a varrição desses grãos.

A família que cultivava grandes quantidades de pés de café, começava a colheita com os grãos ainda verdes. O processo de derriçar o café ainda verde é lento. A derriça demandava tempo e era necessário que o trabalhador, com as mãos, apanhasse de galho em galho todos os grãos. Mas não é só a derriça que é demorada, é necessário mais tempo para secá-lo. Para a realização desse processo eram utilizados terreiros de cimento localizados na sedes das fazendas ou na casa do proprietário dos sítios. Eram raros os casos de secá-los em terreiros de chão batido, o que era mais dificultoso.

No período de colheita, os trabalhadores acordavam de madrugada para aproveitarem melhor o tempo, cuidarem dos afazeres e dos poucos animais domésticos. Saíam ainda no escuro para as lavouras. Nas manhãs frias dos meses de junho e julho, o trabalho de derriçar café era quase impossível. O frio, mais o orvalho das folhas deixavam as mãos dos trabalhadores congeladas, quase imóveis. Com a experiência do dia a dia, eles iam revezando as atividades de acordo com o clima do dia. Pela manhã, alguns procuravam rastelar o café derriçado no dia anterior e, outros, com peneiras, abanavam. Nesse momento, nem as crianças escapavam. Elas ficavam encarregadas de limpar os troncos dos pés de café, uma atividade que busca aproveitar os grãos caindo debaixo dos pés, onde o rastelo não consegue juntar. Parece uma atividade fácil, mas muitas vezes perigosa, por ser um bom abrigo para as cobras dormideiras e jararacas. Situação que eles lidam com algumas preocupações, mas não os afastam das atividades.

A colheita do café exige algumas habilidades, preparo físico e força física. Principalmente, porque, para ser um abanador precisa também ser rápido para mover-se de um monte de café a outro; à medida que vai enchendo a peneira, cai coando a terra que está misturada com os grãos; é necessário ter força suficiente para jogar o café para o alto; ter o manejo da peneira de como jogá-lo; e observando sempre a posição do vento, o que facilita tirar as impurezas sem deixar os grãos caírem no chão. “Nem todos os trabalhadores conseguem realizar esta atividade”.¹⁰³ Tanto é que o abanador ganha mais pela realização da atividade.

A família do senhor Wilson trabalhou por muito tempo no campo, formou café, como colono, em diversas partes da região. Com a queda do café, passaram a cultivar o algodão, por vários anos, ainda com arado de tração animal e enxada, instrumentos também usados no

¹⁰³ CARMO, Andréa Angelotti. *Lavradores de Sonhos, saberes e (dês) caminhos de trabalhadores volantes: 1980 – 2000*. São Paulo: Editora PUC-SP, 2006, p. 101.

cultivo do arroz, do milho, da mamona e do feijão. “O contrato com o patrão, na grande maioria oral”,¹⁰⁴ o que valia era a “palavra”, nem sempre era cumprido.

Ainda entrevistando o senhor Orlando dos Santos Oliveira, (2002), um antigo conhecido meu e de minha família, o qual tive a oportunidade de partilhar as experiências nas realizações de diversas atividades, após um longo período de conversa sobre diversos assuntos, principalmente sobre política, assunto preferido, bem à vontade, sentado em uma cadeira na varanda da casa de seu segundo filho, também trabalhador rural, até hoje (2011), com entusiasmo e muita lucidez, volta no tempo através da “memória”.

(...) com perguntas de vida e perguntas exploratória desde que deixem ao recordador a liberdade de encadear e compor, à sua vontade, os momentos do seu passado (respeitar os caminhos que o recordadores vão abrindo na sua evocação, porque são o mapa efetivo da sua experiência e da experiência do seu grupo.¹⁰⁵

Experiências com detalhes não só dos processos dos cultivos de diversas lavouras, como o de desmatamento, preparação do solo, cultivo e colheita dos diversos produtos, mas também detalhando a trajetória desses trabalhadores rurais.

Como já comentamos, os primeiros a chegarem tiveram de abrir uma picada até onde seria a moradia, perfurar um poço de água potável, utilizar água de minas das nascentes, instalar-se em barracos de lona, ou de folhas de coqueiros, até construírem suas casas de pau a pique. Havia um processo de migração dentro da própria região. Alguns desentendiam com os patrões, outros porque recebiam propostas melhores de outros proprietários. Essas residências desocupadas por estes e por um pequeno número de famílias que voltavam para sua terra natal, eram utilizadas por alguns trabalhadores da própria região que trocavam de patrão, ou por aqueles que vieram para a região posteriormente. Se o número de pessoas da família era maior, aumentavam-se alguns cômodos. Havia uma preocupação de separar o quarto do casal, das crianças, e também em ter o quarto destinado para meninas e outro para meninos.

As primeiras residências foram de pau a pique e de tábuas, eram raras as sedes de fazendas construídas de alvenaria, com esteios, baldrames e vigas de madeira resistentes com aroeira, caso da sede da fazenda de Vergínio Borges. Mesmo sendo comum casas de pau a pique, havia uma diferenciação entre elas, algumas eram mais estruturadas, maiores, com portas e janelas mais seguras, rebocadas com barro vermelho, às vezes com uma fina

¹⁰⁴ WELCH, Clifford Andrew. Op. Cit. p. 57, nota 102.

¹⁰⁵ BOSSI, Ecléa. Op. cit. p. 53, nota 9.

cobertura de saibro branco por cima, com poços de água potável, quintal com um pequeno pomar, piquete para pastagens dos animais, uma ou duas vacas, alguns cavalos, éguas, burros ou mulas utilizados no cultivo da lavoura e como meio de transporte. Se a família fosse grande, o patrão cedia o pasto para os animais, baseado na quantidade de terra que seria cultivada pelo trabalhador rural. Existiam algumas casas em péssimas condições, sem quintal, sem reboco, com portas e janelas vulneráveis para entrada de bichos peçonhentos, como serpentes e outros, sem quintal e piquete. Essas moradias sobravam para aquelas pessoas que migravam somente com os pertences domésticos, que tinham apenas a força dos braços e a enxada, não tinham condições de adquirir animais para ajudar no cultivo da terra e na sua locomoção, dependendo de favores do padrão no transporte de mercadorias e de outras necessidades. Lavravam a terra com enxada, o que dificultava o cultivo de uma área um pouco maior.

As moradias, na maioria era de pau-a-pique, coberta com telha comum, às vezes até de sapé, as paredes eram de ripas de coqueiro, pregadas com taboca. Tinha gente que tinha capricho, barreavam as paredes com barro vermelho, depois passava saibo branco nas paredes por dentro, às vezes por fora e até mesmo no chão, ficava bonito. Onde morava moças, elas plantava flores no frente da casa. Agora tinha casa que, às vezes, não era nem barreadas, as portas eram de ripas de coqueiros e as janelas muito pequena. Naquela época, muita gente era picado pelo bicho barbeiro, ele se escondia nessas paredes, juntos com baratas e outros insetos. Existia muitos bichos e as casas não tinha segurança. De vez enquanto, encontrava uma cobra dentro de casa. As casas que ficavam um tempo sem morador virava um esconderijo de bichos e insetos. Os poço de água tinha de limpá, porque caíam muito bichos dentro. Essas moradias mais ruim, sem quintal e sem piquete pra pôr animal era pra famílias que migravam de longe e com pouca gente pra trabalha.¹⁰⁶

A presença de retratistas na zona rural perdurou por várias décadas. Esses profissionais partiam em busca de ganhar o sustento, registrando diversos momentos dessa população. No registro (figura 8), as moças posam para a foto na frente da casa, provavelmente em um final de semana. Mesmo com pouca qualidade na reprodução do documento, precebe-se que é uma casa de pau a pique, pelos esteios de madeira, baldrames, as paredes de ripas de coqueiro presas com tabocas, uma espécie de casa muito comum no início da colonização da região. Tal registro poderia estar representando a forte divisão de gênero que existia, com mais intensidade na época, nos momentos de socialização, ou por opção das moças. A

¹⁰⁶ Narrativa de Orlando dos Santos Oliveira, aposentado, ex-trabalhador rural. Novembro 2002.

foto, para essas jovens, poderia representar não apenas um recurso de demonstração de ambiente do período de colonização da região, de um lugar próspero, mas também “uma maneira de congelar o tempo”¹⁰⁷ de juventude.



Figura 8 - Fotografia de moças em um final de semana.*

Fonte: cedida por Otaira Alves Ferreira.

Além de ser a lavoura preferida dos pequenos proprietários, o cultivo do café esteve presente em grandes fazendas como Saad, Canhada, Boa Esperança e em sítios com áreas de aproximadamente cinquenta alqueires.

As propriedades de maior porte foram criando as colônias de casas próximas às baixadas, favorecendo o abastecimento de água potável e água para os animais. Ali delimitava um quintal para o cultivo de mandioca, um pequeno pomar, um pequeno piquete para pastagem do animal que ajudava no cultivo da lavoura e a criação de aves e animais domésticos. Com o tempo, houve um processo de substituição das casas de pau a pique para alvenaria nessas propriedades maiores.

O solo fértil da região atraiu também o cultivo de outras lavouras, o algodão, um produto lucrativo na época, era cultivado tanto pelo pequeno produtor como nas grandes propriedades, que, pelo fato de ser grande o número de arrendatários, provocou a formação de uma espécie de colônias provisórias. Provisórias porque o combinado referente ao cultivo da lavoura de algodão era por alguns anos, com a proposta de, no último ano, o arrendatário plantaria o capim. Essa prática era comum nas grandes fazendas, como a Fazenda Boa

¹⁰⁷ BENJAMIM, Walter. Op. cit. p. 96, nota 44.

* Foto tirada a pedido da família de João Gonçalves Ferreira, em frente à casa de pau a pique(sem data), com a intenção de deixar como recordação de uma época.

Esperança, que, no ano de 1971, os últimos arrendatários acabaram de formar as pastagens. Vale lembrar que o cultivo do algodão continuou forte por várias décadas.

As plantações de algodão, ao lado do café, ficaram conhecidas como as principais e mais rendosas lavouras cultivadas na região de Pontalinda. O algodão, mesmo com seus ciclos de formação e produção rápidos, necessitava de um bom preparo do solo e muito cuidado na semeadura. Além do trabalho de seleção das plantas (raliação) e experiências na aração e capina, não podia deixar de lado o uso de agrotóxicos que teriam de ser tratados com frequência. A foto abaixo foi tirada a pedido de uns dos compradores de algodão dos anos 1970. Cecílio Ramires Marin, numa tarde de domingo, reuniu toda sua frota e mais os caminhões alugados, para serem fotografados, com a intenção de registrar o fato. Esses caminhões representavam somente parte do produto colhido na região de Pontalinda no final da semana.

O comprador, o senhor Cecílio, aparece à frente como protagonista do fato, o grande comprador do município. Várias pessoas, como pequenos produtores, são convidadas pelo senhor Cecílio a aparecerem na foto, assim como seus empregados, saqueiros, motoristas e funcionário do escritório. Era comum as pessoas se reunirem na praça e no campo de futebol nas tardes de domingo para o lazer. A presença da mulher nas ruas não era muito comum. Na foto, apesar de a qualidade não ajudar, não conseguimos identificar a presença da mulher. Há várias crianças que aparecem, entre elas algumas meninas, provavelmente acompanhadas pelo pai.

O responsável pelo registro do momento, na época, disputava com outros dois intermediários as mercadorias produzidas pelos produtores rurais da região. Sem contar que essa disputa ultrapassava os interesses comerciais e adentrava os interesses de cunho político. A foto de tamanho 30 x 25 cm, ficou exposta em uma das barbearias mais frequentada, por mais de duas décadas. Depois, o barbeiro aposentou-se e a doou para o colecionador. Vale lembrar que Cecílio Ramires Marim mudou-se para a cidade de Jales, há mais de duas décadas, e passou a ser criador de gado em uma fazenda no município de Pontalinda.



Figura 9 - Fotografia de caminhões carregados de algodão.*

Fonte: cedida pelo colecionador – Jesus Pupim.

Ter esta foto na barbearia significava para Cecílio Ramires a evidência da atividade econômica que projetou Pontalinda.

Nos arrendamentos, mesmo que fossem destinados para a plantação de algodão, eram deixadas pequenas áreas nas baixadas mais úmidas, às margens de córregos, rios, ou represas (época em que não se falavam de preservação dessas áreas) para o plantio do “arroz do gasto”, uma necessidade para aquele povo, que o tinha como seu principal alimento.¹⁰⁸ Assim também era reservada uma pequena área para o plantio de milho, cereal importante para a criação de pequenos animais como porcos e aves, o que servia como complemento no orçamento familiar; e um pequeno pasto (piquetes) para os animais como cavalos, burros, às vezes, uma vaca.

O cultivo das terras úmidas das baixadas com vegetação típica, o uso do machado era pouco utilizado. Isso não significava que facilitava o cultivo, pelo contrário, era necessário abrir valas com enxadão, pá, enxada para enxugar as partes muito úmidas, porque a umidade

* Foto tirada a pedido de Cecílio Ramires Marim, em uma tarde de domingo. Momento em que os caminhões carregados de algodão estavam prontos para partirem para a usina.

¹⁰⁸ Disponível em: <http://www.crireplantar.com.br>. “O arroz é considerado o alimento do pobre. É preponderantemente um cultivo de subsistência. Mais da metade da colheita mundial é absorvida na própria área de produção.”

não permitia o uso da queimada, muito praticada no preparo da terra para a plantação. Era necessário amontoar a vegetação cortada e esperar que secasse, para queimar aos poucos. Nessas áreas, a plantação era antecipada em relação às áreas mais altas que esperavam a chegada das chuvas. O arroz era plantado com máquinas manuais, “matracas”, na entrada do período “das águas”, pelo fato de a terra estar sempre úmida, permitindo melhores condições à germinação das sementes. O cultivo com arado de tração animal era muito mais difícil, pois os animais escorregavam na lama, danificando a plantação. A enxada era o instrumento mais usado. A carpa era demorada, mas a certeza de ter o arroz do gasto valia qualquer esforço. Não correriam o risco de perder com o sol no tempo do arroz cachear, muito vulnerável ao sol nesta fase.

O momento registrado (figura 10) simboliza fartura, prosperidade para o pequeno produtor Wilson. As personagens da foto são sua mulher com a filha nos braços, a irmã casada (com chapéu) e duas primas com crianças, que deixaram o campo e migraram para a cidade. O fotógrafo, outro membro da família, registrou a lavoura de Wilson. As famílias do campo recebiam nos finais de ano a visita de parentes e amigos que migraram para os centros urbanos. Os passeios pelas lavouras, que, nos meses de dezembro e janeiro, já estavam formadas, eram o cartão postal para esses “novos cidadãos”, que registravam os diversos momentos da vida campestre, em seu novo objeto com o recurso de filmes coloridos, o que era do conhecimento, mas não presente nos lares rurais. Mais uma vez, aqui, aparece o trabalho no campo e a valorização da família como participante deste processo. O recurso da fotografia colorida era algo quase exclusivamente da cidade.

Para o homem do campo, não havia acesso à máquina fotográfica, cara para os padrões de consumo. A descoberta deste artefato era restrita ao homem do campo que não tinha recursos financeiros para adquirir máquina.



Figura 10 - Lavoura de arroz.*

Fonte: cedida pelo trabalhador rural Wilson Santos de Oliveira.

As colheitas do arroz nessas áreas exigiam um esforço muito maior, já que eram realizadas manualmente. O corte do arroz com uma ferramenta especial, o “ferro”, uma lâmina na ponta de um pequeno cabo de madeira, que, afiada, era um perigo se o trabalhador errasse o golpe, pois a lâmina passava a centímetros da perna. Outro perigo eram os pequenos galhos secos que caíam das árvores entre os pés de arroz, fazendo com que deslizassem, atingindo a outra mão do trabalhador segurando a touceira. Nesse momento, o cortador teria de ter muito cuidado, mas a prática fazia com que realizasse a tarefa com muita agilidade. Os cachos (com grãos) eram colocados em cima da soqueira para não ficar em contato com o solo molhado, pois as colheitas se realizavam em períodos de chuva. De acordo com o tempo, era necessário alguns irem cortando. As crianças, as mulheres e outros carregando os feixes nos ombros até um lugar mais seco onde eram debulhados, batidos em uma banca de madeira, às vezes, improvisadas por forquilhas de madeira, com a base de madeiras cortadas, amarradas com cordas ou cipó, pois uma chuva forte poderia levar toda a colheita “água abaixo.”

* Foto da década de 1970, tirada por parente de Wilson que vinha da cidade passar as festas de final de ano e registrou o momento em que a lavoura de arroz estava cacheando. Esta é uma lavoura cultivada em área de terra “alta”, o que necessitava de muita chuva na época de vingar os grãos.

Nas colheitas, era o momento de se trabalhar ainda muito mais, não podia deixar escapar todo o sacrifício do ano inteiro. Nesse momento, crianças, mulheres, todos estavam na labuta da madrugada até o escurecer, às vezes, de baixo de chuva para salvar a colheita.

A vizinhança se organizava, principalmente na colheita de arroz, ajudavam-se uns aos outros e, no final do dia, um gole de aguardente dava ânimo para irem para casa cantando pelos carregadores.

(...) plantar nas baixadas, nos brejos, aí era mais garantido. Eu já fiz muita valeta em brejo, plantar arroz de matraca, carpir arroz no brejo precisa de muito cuidado porque aquele capim do brejo mistura com o pé de arroz. Agora, na hora da colheita é que é um trabalho pesado. Primeiro você sabe, você já cortou arroz, o caboclo precisa ser bom, ser rápido, porque senão não faz nada, ou se bobiar corta a mão ou a perna. Imagina, cortar aqueles arroz como já cortei. Ele cresce muito, se dá um vento cai tudo, dá um trabalho danado. E pra carregar, como pesa! Mais o mais difícil é o maiado. Ali, o caboclo precisa ser forte e ter coragem, porque não é fácil bater o dia todo, no brejo faz um calor danado é abafado, e se o tempo estiver de chuva, precisa então trabalhá na correria pra não perde tudo, porque senão a enchente leva tudo, né. Quando é de tarde, o peão toma uma cachaça pra podê levantá o ânimo.¹⁰⁹

O arroz, após colhido, era necessário secá-lo. Não havendo terreiros de cimento, eram estendidos panos nos terreiros das casas, aproveitando as aragens das chuvas. Nesse momento, entrava o trabalho das crianças que teriam de ficar de olhos nas aves domésticas para não saborearem a colheita. Era de praxe guardar a sacaria em algum cômodo da casa. Outros depositavam nas máquinas de benefício na cidade. Vale lembrar que esse cereal foi por muito tempo descascado no pilão, até chegarem as máquinas de benefícios na região. Também tinha aqueles que não queriam pagar um percentual para o dono da máquina, então, continuavam descascando no pilão por um longo tempo. Nas décadas de 1960 ainda podia ver algumas “mulheres em volta do pilão, descascando arroz”¹¹⁰.

Não era de se estranhar ao chegar nas casas e a sala estar tomada pelas pilhas de sacarias de arroz, não tinha nem lugar para receber as visitas. Situação que não causaria nenhum constrangimento nem para a visita, se fosse do mesmo meio social, nem para o dono da casa. Era um sinal de fartura e de segurança alimentar aquela família.

As máquinas de benefício de arroz rapidamente se espalharam pela região. Pontalinda chegou a contar com cinco máquinas. Os proprietários das máquinas se encarregavam de buscar o arroz na roça ou na casa do produtor, armazenava no salão grande, junto à máquina, para facilitar o trabalho de beneficiamento, o suficiente para armazenar todo o arroz de seus

¹⁰⁹ Narrativa de Orlando dos Santos Oliveira, trabalhador rural aposentado. Novembro de 2002.

¹¹⁰ Id.

clientes, onde se comprometia a cuidar das sacarias contra os ataques de ratos, carunchos e contra a umidade e em caso de temporal (goteiras no telhado). E em troca, a cada 60 quilos de arroz em casca, o proprietário da máquina ficava com a palha, que, na época, não tinha valor. Era necessário limpar o palheiro de tempo em tempo, ficava com o farelo, o arroz quebrado (quirera) e devolvia 38 quilos de arroz beneficiado para o produtor.

Havia muitas reclamações quanto à honestidade dos proprietários dessas máquinas. Reclamações do peso da saca de arroz ser compatível na hora do beneficiamento. Os proprietários das máquinas usavam um instrumento, “chuchu,” cano de metal de quase 50 centímetros, para tirar amostras do tipo do arroz. Era o instrumento temido pelos produtores, mas nem todos tinham a mesma fama. O senhor José Dias Campos, proprietário da Máquina de Benefício São José, um dos mais conceituados da região, trabalhou por vários anos até adoecer e deixar suas atividades. Sua máquina era uma das mais procuradas da região, assim como a do senhor Joaquim Araújo, que vendeu a máquina devido à crise na agricultura que iniciou nos anos 80 e as alterações climáticas que provocaram a escassez de chuva. O produto deixou de ser cultivado na região e as máquinas desapareceram da cidade, com exceção de uma pequena máquina da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pontalinda, que funcionava precariamente.

A foto (figura 11) é datada do ano de 1970, tirada a pedido do proprietário da Máquina Alvorada, o senhor Décio Vian, que posa com membros da família, em momento do auge do cultivo do arroz na região. Possuir uma máquina de benefício de arroz, na época, representava ser um comerciante bem sucedido. Uma das máquinas que foram fechadas durante a crise nas plantações de arroz.

A plantação do milho, além de ser tratada como uma lavoura para comércio, também representava uma fonte de complementação na renda familiar. Mesmo que fosse uma pequena área solicitada pelos trabalhadores rurais para o cultivo desse produto, havia discussão que os proprietários tentavam esquivar-se a qualquer custo, pois sua preferência era para as plantações de café e algodão, as mais rentáveis para o patrão. Discussão que, na maioria das vezes, o patrão acabava cedendo pequenas áreas. O lavrador tirava do milho o alimento para sua subsistência, como o porco, que fornecia a banha para cozinhar os alimentos e a carne como mistura na mesa. As aves domésticas, galinhas, patos, perus, galinha de angola, que, além de fornecerem ovos, alimento rico em proteínas, forneciam também a carne, inclusive para almoços de domingo e festas de finais de ano. A plantação do milho não exigia tanto cuidado, pois era mais resistente ao sol e às ervas daninhas. Eram também cultivadas entre os

pés de café. Pela sua resistência, poucos tinham o cuidado de deixar a terra limpa até a sua colheita, (exceto nos casos das plantações em meio às lavouras de café) o que tornava sua colheita um tanto penosa, realizada manualmente. “A quebra de milho,” como era chamada a colheita pelos trabalhadores que apanhavam as espigas e amontoavam em pequenos montes espalhados em meio à plantação, chamadas de “bandeiras”, posteriormente eram juntadas em balaios e transportadas em carros de bois e carroças para o paiol. As ervas daninhas como malícia, carrapichos, cipós e outras, eram o empecilho dos trabalhadores que tentavam proteger seu corpo com perneiras, calças de lona, ou improvisando sacos de plástico (embalagens de adubos químicos já nos finais da década de 1960), para a realização dessas atividades.



Figura 11 - Máquina de arroz.*

Fonte: cedida pelo colecionador Jesus Pupim.

O comércio da cidade cresce, além dos compradores de produtos agrícolas, o comércio varejista, a partir de 1960, começa a oferecer mais algumas opções para os moradores que faturavam com as vendas de machados, foices e lima, para afiar ferramentas que ajudavam no desenvolvimento local.

* Foto tirada em frente à máquina de benefício de arroz, a pedido do proprietário Décio Vian, com sua família.

Os fotógrafos que visitavam os campos não deixavam de visitar o comércio das pequenas cidades. A pedido dos proprietários que posavam para as fotos, buscavam uma melhor visualização de seu comércio. Alguns preferiam ser fotografados pelo lado de fora da casa de comércio e outros pelo lado de dentro. O senhor João Rodrigues buscou demonstrar seu balcão novo e refrigerado, a grande quantidade de produtos atrativos da época como cigarros e bebidas, diferentemente do interior de uma máquina de benefício de arroz, o qual pode ter sido o motivo de Décio Vian ter preferido posar com sua família à frente do comércio.



Figura 12 - Foto de uma venda.*

Fonte: cedida pelo colecionador Jesus Pupim.

Na foto acima, aparece uma das maiores casas de comércio de secos, molhados e ferramentas em geral, foto do final da década de 1970. Na fotografia, o comerciante, o senhor João Rodrigues, seu funcionário Edson Moura de Albuquerque e o irmão do funcionário, Evanildo, que estava sempre presente, comprando algumas mercadorias para a família, ou até mesmo visitando o irmão que trabalhava até o fechamento do comércio. Percebemos que era um garoto, pois, nessa época, era comum os pais pedirem para os comerciantes emprego para

* Foto tirada a pedido de João Rodrigues, proprietário da Casa São João, Secos e Molhados (década de 1970). Posam para a foto João Rodrigues e seu empregado Edson Moura de Albuquerque.

que seus filhos pudessem estudar, no período noturno, mesmo com salários muito baixos., mas era a única saída para não terem que trabalhar no campo.

A historiadora Élide Maria Barison da Silva, aborda em “A Infância e a Adolescência Pobres na Cidade de Jales?” Experiências vividas e sonhadas, 1970-2001, as questões de exploração do trabalho de crianças e adolescentes pobres no meio urbano. Em um momento de grande o crescimento demográfico nas cidades, provocado pelo êxodo rural.

(...) a inserção de adolescentes no mercado de trabalho, contempla empresários (...) colabora para criar um quadro em que adultos, os pais, ficam desempregados, enquanto seus filhos, que deveriam estar estudando, trabalham.¹¹¹

Os trabalhadores buscavam no comércio local, além das casas de comércio de secos e molhados, máquinas de benefício de arroz, máquina de benefício de café, a farmácia. Outro comércio muito forte era o açougue que comprava gado dos pequenos produtores. Era muito comum encontrar pelas estradas de terra o funcionário do açougue com uma rês atrelada ao pescoço de um boi adestrado que conduzia ao matadouro. O funcionário furava o nariz do animal e, com um instrumento chamado “formiga,” prendia-o a uma corda ao pescoço do boi que tinha como missão levar ao sacrifício. O transporte através de veículos só apareceu pelo final dos anos 1970.

O funcionário responsável por transportar e sacrificar os animais é o que aparece na foto recebendo o dinheiro das mãos de um jovem. Segundo o colecionador, o jovem faz parte da família Ramires, proprietária do açougue, e estão simulando o momento de uma compra de carne para registrar o fato. Percebemos que as carnes estavam expostas, não havia a preocupação em guardá-las em câmaras frias. Os animais eram sacrificados em dias marcados.

Após longa conversa com o senhor Jesus Pupim, que comentou sobre todas as fotos selecionadas para a pesquisa, percebi que todas eram da década de 1970. Como o trabalho com fotos deve ir além da visualização material que as mesmas representavam, foi necessário interpretar o momento histórico em que foram registradas e saber também qual a intenção dos comerciantes daquela época em fotografar seus estabelecimentos comerciais. Essas indagações levaram-me a refletir sobre o pensamento de Marta Emisia Jacinto Barbosa, a

¹¹¹ SILVA, Élide Maria Barison da. “A Infância e a Adolescência Pobres na Cidade de Jales?” Experiências vividas e sonhadas, 1970-2001. Uberlândia-MG. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia-MG: 2001, p. 161.

possibilidade de estar “pensando na construção de uma memória”¹¹² do comércio de Pontalinda, na década de 1970.



Figura 13 - Açougue.*

Fonte: cedida pelo colecionador Jesus Pupim.

Nos finais de semana, eram sacrificados mais animais, um sinal de que os trabalhadores procuravam fazer uso da carne como alimentação nos almoços de domingo. Charretes, carrinhos, montarias e muitos a pé seguiam para a cidade em busca de comprarem um pedaço de carne para o almoço. Movimento que aumentava nos finais de ano, com a chegada do Natal e Ano Novo, e fracassava durante a quaresma, por parte dos católicos que eram a grande maioria, pela tradição de fazerem o jejum de não comer carne em dias de quarta e sexta-feira.

Se a memória cristã se manifesta essencialmente na comemoração de Jesus – anualmente na liturgia que o comemora do Advento ao Pentecostes, através dos momentos essenciais do Natal, da Quaresma, da Páscoa e da Ascensão,

¹¹² BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Muitas memórias, outras histórias: Os famintos do Ceará. Orgs. Déa Ribeiro Fenelon, Laura Antunes Maciel, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Khoury. São Paulo: Editora Olho D'água., 2005, p. 96. A autora refere-se à construção de uma memória da seca do Ceará, no final do século XIX, pela imprensa, através das fotografias, textos escritos e imagens.

* Foto tirada a pedido da Família Ramires, proprietários do Açougue. Momento em que simulam uma compra de carne, entre um membro da família Ramires e o empregado Gomes “mineiro”.

*cotidianamente na celebração eucarística-, em um nível mais “popular”, cristalizou-se sobretudo nos santos e nos mortos.*¹¹³

Os trabalhadores da zona rural alimentavam-se de carne fresca nos almoços de finais de semana, quando recorriam aos açougues que abatiam maior número nos finais de semana para atender a esses trabalhadores. Os recursos dos produtos de bens duráveis de consumo, como geladeira, só chegaram à zona rural, depois da segunda metade da década de setenta, com a instalação de luz elétrica no campo.

Tratando dos aparelhos de bens de consumo duráveis, a televisão (aparelho movido à bateria de automóveis), chegou na zona rural da região. Eram poucas as casas que contavam com o aparelho. Essas passavam a ser frequentadas com mais intensidade e os assuntos de assombração já ficavam para os intervalos das novelas ou dos jogos. Vale salientar que os aparelhos eram desligados na hora dos intervalos para economizar a carga da bateria, que, ao ser descarregada ia fechando o visor da tela até apagar por inteiro, e somente nos autoelétricos da cidade é que recarregava a bateria). “...A gente ia assistir o jogo da seleção brasileira(...), era uma televisão bem pequena e tinha que carregar a bateria sempre. O dono da casa desligava no final de cada tempo do jogo para economizá a bateria”.¹¹⁴ Trata-se de um período em que começam a acontecer fenômenos socioeconômicos que indicam mudanças estruturais na América Latina entre os anos 50 e 70:

*A introdução de novas tecnologias comunicacionais, especialmente a televisão, que contribuem para a massificação e internacionalização das relações culturais e apóiam a vertiginosa venda dos produtos “modernos”, agora fabricados na América Latina: Carros, aparelhos eletrodomésticos etc.*¹¹⁵

Esse aparelho começa a popularizar e ganhar a atenção também dessa população (Raymond Williams, em sua obra *Television, Technology na Cultura Form*, de 1974).

Era a televisão que ajudava a despertar o patriotismo na voz dos empolgados narradores esportivos, transmitindo os jogos da Copa do Mundo. “Era o Brasil, era a nação brasileira que estava em campo”. “O que identificava com a política de direita vivida no momento”.¹¹⁶ Todos torciam e vibravam com a vitória, e choravam pela seleção brasileira. Nesse período, os assuntos, nas visitas noturnas, eram sobre os jogos, a discussão lance por

¹¹³ LE GOFF, Jacques. Op. cit. p. 441, 96.

¹¹⁴ Narrativa de João Miguel da Silva, boia-fria aposentado. Dezembro de 2003.

¹¹⁵ CANCLINI, Néstor, García. Op. cit. p. 85, nota 83.

¹¹⁶ HOBBSAWM, E. J. e Terence Ranger. Op. cit. p. 311, nota 3.

lance, as opiniões sobre quem deveria entrar no lugar de quem, os comentários se estendiam por horas e horas.

O futebol era praticado desde a infância com as bolas de meia. Era também a principal diversão dos adultos nas tardes de domingo. Momentos de lazer, que dentro de um sistema capitalista não eram bem aceitos por patrões, para eles, “todo o tempo deve ser consumido, negociado, *utilizado...*”.¹¹⁷ Todos dirigiam-se para a beira do campo para torcer para o seu time. A camisa do time que estava em campo “representava aquela comunidade”.¹¹⁸ aquela comunidade O pobre e o negro, ainda discriminados, tinham as suas poucas horas de glória, necessitavam simplesmente de mostrarem suas habilidades e se tornarem o centro das atenções das crianças, dos adultos, velhos e, principalmente, das mocinhas que vibravam a cada lance, comparando-os com os ídolos da seleção brasileira, deixando muitos da elite local sentados no banco de reservas ou tendo de bater palmas do lado de fora do campo.

*(...) a imaginação humana”, a “psique humana”, o “inconsciente”, com suas “funções” na arte, no mito e no sonho – formas novas e deslocadas de análise e categorização social, sobrepondo-se a todas as condições sociais específicas, são então mais ou menos rapidamente desenvolvidas.*¹¹⁹

Esse era um momento daquele que pertencia a família pobre, ou ainda negra, que não tivera a oportunidade de pertencer a uma família abastada, nem de estudar, tendo, como única opção, o trabalho braçal desvalorizado, que não lhe dava condições econômicas para tal, transformar-se num ídolo e, naquele momento, “misturar-se com a elite local”.¹²⁰ Vale lembrar que dificilmente acontecia algum casamento entre trabalhadores rurais e alguém da elite. “Eram considerados como povo, povinho ralé”.¹²¹

*Aquele jogador que sempre fazia gol, era o orgulho do povo do bairro, sempre ganhava do torcedor, daqueles que tinha dinheiro, dos dono de bom sítio, fazendeiro, pagava cerveja depois do jogo. Chamava atenção das moças.*¹²²

“Os meios de comunicação de massa, que, antes, tinham como principal instrumento o rádio que trazia a música caipira, a moda de viola de Tonico e Tinoco”,¹²³ agora, junto com a

¹¹⁷ THOMPSON, E. P. Op. cit. p. 298, nota 79.

¹¹⁸ CHARTIER, Roger. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. RJ: Editora Bertand Brasil S.A., 1985, p.23.

¹¹⁹ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979, p.132.

¹²⁰ HOBBSAWN, E. J. e Terence Ranger. Op. cit. p. 298, nota 3.

¹²¹ CHARTIER, Roger. Op. cit. p.192, nota 126.

¹²² Narrativa de João Miguel da Silva, boia-fria aposentado. Narrativa Dezembro de 2003.

¹²³ MATOS, Maria Izilda Santos de. *A cidade, a noite e o cronista*: São Paulo e Adoniram Barbosa. Bauru-SP: EDUSC, 2007, pp.112-113.

televisão, trazem também para o noroeste paulista “o rock, que é a linguagem universal das festas juvenis.¹²⁴ Elvis Presley, Raul Seixas entre outros, músicas da Jovem Guarda de Roberto Erasmo Carlos e Companhia, contagiam jovens e, com eles, as novidades da moda, como o uso da minissaia, uma resistência por parte dos mais velhos, mas que acabaram aderindo com alguns centímetros a mais no comprimento e os outros tipos de produtos que começam a entrar nos lares através da televisão.



Figura 14 - Time de futebol.*

Fonte: cedida pelo colecionador Jesus Pupim.

*Cantava várias músicas, música caipira/sertaneja, música popular, do Roberto Carlos, do Erasmo Carlos, que estava fazendo o maior sucesso, do Raul Seixa, tinha o Elvis que também fazia muito sucesso, tinha vários. (...) ah, eu queria usar minissaia, mas meu pai, nem pensar. A gente fazia um pouco mais comprida, né?*¹²⁵

“A cultura tradicional se encontra exposta a uma interação crescente com a informação, a comunicação e os entretenimentos produzidos industrial e maciçamente”.¹²⁶

A solidariedade esteve sempre presente em meio a esses trabalhadores. Se acontecesse de alguém ficar doente, e se encontrar em dificuldade, a vizinhança mobilizava-se em forma

¹²⁴ BRUNNER, José Joaquim. “Notas sobre Cultura Popular, Industria Cultural y Modernidad”, em *Um Espelho Trizado*, p. 151-158.

* Foto tirada por Diretor não identificado do Comercial Futebol Clube de Pontalinda. Final dos anos 1960.

¹²⁵ Valdira Aparecida Tauber, boia-fria. Dezembro de 2009.

¹²⁶ CANCLINI, Néstor García. Op. cit. p. 253, nota 83.

de mutirão, para efetuar o cultivo ou a colheita de sua roça. “No final das tarefas, era de costume”¹²⁷ a realização de algum tipo de festa na casa do dono da roça. Era de praxe nessas festas a realização de bailes de barraca, com sanfoneiro, acompanhado pelo som de violão. Homens e mulheres dançavam, “momento de mais liberdade das mulheres”,¹²⁸ levantando poeira naquele chão batido até altas horas da madrugada.

*(...) Era muito, muito bom, o povo era unido. Uma vez, eu peguei um serviço. Um serviço de tocar uma roça, mas a casa estava sem as paredes de dentro... Eu falei pro dono que eu ia mudar daquele jeito memo e que, depois, eu ia arrumano. Quando cheguei com a mudança, a casa já estava quase pronta. Os vizinhos e um compadi meu já estava acabando de pregar as tabocas das paredes de dentro. Fizeram tipo de um mutirão para me ajudar.*¹²⁹

Nesses mutirões, os protestantes dificilmente ajudavam, aqueles que prestavam auxílio nas tarefas, não participavam das festas do final de como era de costume. “Todo mundo, mais o crentes não. Sabe, trabalho uns ou outros que ajudavam mais era pouco e aqueles que ajudavam não participavam da festa, a religião deles não permitia, né.”¹³⁰ “Eles pretendem conservar a graça, através da fé e não através das boas obras. Para eles, as boas obras correspondem a ciladas do orgulho e pecado”.¹³¹

A solidariedade expressa através de mutirões perdurou durante a presença do trabalhador rural no campo. Talvez, não tanta intensidade depois da década de 1970.

Tratando ainda dos mutirões, resolvi fazer uma visita à casa de uma das primeiras famílias que migraram para a região. Trabalharam como formadores de café, colonos, meeiros, arrendatários e tiveram o mesmo destino de outros tantos, tornaram-se boias-frias. Dona Ilda Motta Pantaleão, em meio a conversa, mostrou-me várias fotos, dentre elas a foto da próxima página que mostra que os gestos de solidariedade não estavam presentes somente quando a pessoa encontrava com dificuldades de saúde, acidentes climáticos como chuvas que ameaçavam as colheitas, ou até mesmo as condições financeiras. Eram raros, mas estavam presentes em gestos considerados normais, sem ter problemas de saúde, ou tragédias climáticas. A foto abaixo, tirada a pedido do senhor Euclides Messias (ao alto, usando chapéu), pequeno cultivador do fumo e produtor de tabaco, registra um desses momentos em que vizinhos, entre esses estavam alguns membros da família do senhor Durval Pantaleão

¹²⁷ THOMPSON, E. P. Op. cit. p. 86, nota 79.

¹²⁸ HOBBSAWN, E. J. e Terence Ranger. Op. cit. p. 315, nota 3.

¹²⁹ Narrativa de João Miguel da Silva, boia-fria aposentado. Dezembro de 2003.

¹³⁰ Id.

¹³¹ THOMPSON, E. P. A Formação da classe operária inglesa II, “A Maldição de Adão”. RJ: Editora Paz e Terra, 2ª Edição, 1988, p.243.

(abaixo, terceiro da esquerda para a direita, usando óculos, esposo da senhora Ilda), trabalhavam, finais de tardes, parte da noite, se necessário, ou dias inteiros para ajudar nas atividades de colheita. Catar as folhas maduras no campo, estender as folhas de fumo nos estaleiros fabricados de taboca ou varas nos galpões e tirar os talos das folhas no momento de enrolar o fumo, eram atividades consideradas leves, destinadas às crianças e mulheres. Os homens ocupavam-se de atividades que exigiam mais força física, como carregar os balaios com as folhas, mais especializadas, como supervisionar a colheita, ver quais folhas estavam maduras. No processo de produção, acompanhar o momento de tecer as folhas dando formato de uma corda que era enrolada em varão de madeira, até o ponto do produto ser comercializado. “Tudo era muito bom naquele tempo, apesar das dificuldades, o povo ajudava um ao outro sem a preocupação de quanto ia ganhar. Sabia que, se precisasse, alguém também os ajudaria”.¹³²



Figura 15 - Fabricação de tabaco.*

Fonte: cedida por Ilda Mota Pantaleão.

A presença do fotógrafo, com a máquina pronta para disparar o “flash”, é motivo de mexer com a postura das pessoas. Mesmo no local de trabalho, todos tentam buscar a melhor pose para serem fotografados, e, em um piscar de olhos, aquele momento transforma-os em

¹³² Narrativa de Ilda Mota Pantaleão, trabalhadora rural aposentada. Novembro de 2010.

* Foto a pedido do senhor o senhor Euclides Messias com o objetivo de registrar o momento em que os vizinhos reuniam para ajudá-lo no processo de fabricação manual do tabaco (década de 1970).

imagem. Roland Barthes, em *A câmera clara* diz: “A partir do momento em que me sinto olhado pela objetiva, tudo muda; ponho-me a “posar”, fabrico-me instantaneamente um outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente em imagem”.¹³³

O trabalho feminino e o trabalho de crianças estavam presentes até mesmo nos gestos de solidariedade, assim como era necessário aprender a trabalhar logo cedo, ajudar nas boas obras também fazia parte dessa educação.

Vale ressaltar que o tabaco era muito usado pelos trabalhadores rurais, (o “paieiro,” o fumo enrolado em uma palha de milho). O cultivo e a produção do tabaco estavam presentes na região de Pontalinda e, como as demais plantações exigiam muito cuidado com as ervas daninhas, o trabalho de enxada, arado estavam presentes. Era uma plantação em que precisava estar atento também com pragas, principalmente a lagarta das folhas. A colheita e a produção do tabaco eram efetuadas de forma manual.



Figura 16 - Abate de animais domésticos.*

Fonte: pertencente a Wilson Santos de Oliveira.

¹³³ BARTHES, Roland. *A câmera clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 22.

* Foto da década de 1970, tirada em um final de tarde, no fundo do quintal, onde pode se observar um pequeno curral, cercado de lascas de madeira e arame farpado, um paiol, um chiqueiro de porcos e galinhas. Momento em que Wilson e seu irmão Renato, após chegarem da roça (percebe-se pelos trajés, camisas e calças molhadas de suor, chapéu de palha na cabeça), acabam de abaterem um porco cevado, em cima de um jirau de madeira e recebem auxílio de Creusa, esposa de Wilson, enquanto que o outro irmão mais novo os observa. Foto tirada por um parente, residente na cidade, que visitava a família.

Os gestos de solidariedade e união da maior parte da comunidade também estavam presentes na partilha de algo material. Um exemplo, quando uma família abatia um animal, um porco cevado, improvisavam um matadouro no quintal, colocando algumas tábuas, pranchas de madeira ou ripas de coqueiro, acendiam uma fomalha na varanda ou no quintal, a céu aberto. Dependendo do tempo, fervia-se a água num tacho para limpar a pele do animal abatido, ou utilizavam palha de milho ou folhas de coqueiro secas no lugar da água quente. Após a limpeza, separava-se a banha que, depois de moída em pequenas máquinas manuais, era frita nos tachos, nas simples fomalhas. Uma parte da carne secava-se ao sol, assim como parte do toucinho. Outra parte era frita e enlatada com a própria banha. Moía-se uma pequena quantidade para fazer linguiça, usando as tripas do próprio animal, depois de bem limpas, mas tudo isso depois de reservar a carne que deveria ser distribuída para os vizinhos, o que dava oportunidade de sempre estarem apreciando uma carne fresca, pois não havia outro meio de conservar a carne, senão enlatada ou seca ao sol.

Nas festas tradicionais também era muito comum vizinhos doarem algo de beber e comer aos próximos com maior dificuldade financeira. “Os vizinhos ajudava aquelas pessoas muito pobre que não tinha condição de fazer o armoço de Natal ou de Ano Novo, então os vizinhos ajudava com alguma coisa pra que eles pudesse também festejá”.¹³⁴ Situação que Thompson classifica como “generosidade desinteressada”.¹³⁵

Em dezembro, no Natal, havia uma expectativa por parte das crianças. Era tempo de tomar refrigerantes, ter um almoço diferente e receber visitas de amigos e parentes, era uma festa.

Na véspera do Natal, viam-se multidões pelas estradas a caminho da cidade, alguns em montaria de cavalos, carrinhos, charretes de tração animal, bicicletas e uma grande parte caminhando a pé, para assistir à celebração da Missa do Galo, também tradicional dentro das celebrações da Igreja Católica, responsável de transmitir à população o espírito natalino, sinal de sua “hegemonia”.¹³⁶ “(...) e nas missas de final de ano, do Natal, vinha aqueles grupos de rapaz, moça, crianças, vinha muita gente. Uns a pé, outros de carrinhos, charrete, a cavalo, e, quando tinha as festas de quermesse, então!”.¹³⁷ Enquanto o protestantismo aparecia em pequeno número, as demais seitas, religiões e ou igrejas, não se identificavam com medo de

¹³⁴ Narrativa de João Miguel da Silva, boia-fria aposentado. Dezembro de 2003.

¹³⁵ THOMPSON, E.P. Op. cit. p. 247, nota 35.

¹³⁶ Cf. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Op. cit. p.118. segundo o autor, “A tradição é na prática a expressão mais evidente das pressões e limites dominantes e hegemônicos”.

¹³⁷ Valdira Aparecida Tauber, boia-fria. Dezembro de 2009.

retaliações, devido ao preconceito existente. Mas não deixava de acontecer os despachos anônimos nas encruzilhadas, com garrafas de bebidas, velas e galinha preta. “... aqueles que fazia despacho nas encruziada, sabe, que colocava uma galinha preta, velas, garrafa de pinga, mais ninguém sabia quem era.(...) se soubesse quem era. Ah, ninguém ia querê sê amigo dele, né?”¹³⁸ Vale lembrar que esses rituais ainda são encontrados nas encruzilhadas com as mesmas características e no anonimato, o que não nos deixa esquecer que “(...) nenhum modo de produção, e, portanto, nenhuma ordem social dominante, nunca na realidade, incluiu ou esgota toda a prática humana, toda a energia humana e toda a intenção humana”.¹³⁹

Tratando-se das festas tradicionais, no “Dia de Ação de Graças”, ou como é conhecida a passagem do ano, as crianças saíam de madrugada visitando as casas, pedindo “boas festas de ano novo”. Muitos descalços, mas com a melhor roupa que tinham, pois começar o ano bem vestido era sinal de se vestir bem o ano todo. As famílias guardavam algum tipo de doce, balas ou até dinheiro trocado para receber essas crianças. Há uma lenda que, para dar sorte, teria que receber primeiro uma criança do sexo masculino. As meninas não eram sinal de sorte para aquela família naquele ano. Isto fazia com que as meninas deixassem os meninos chegarem primeiro nas casas. Mas, como de costume, sempre aquele que chegasse primeiro receberia algo a mais, fosse em dinheiro, doces ou balas.

Essas crianças andavam sempre em grupos. Aqueles que queriam chegar primeiro madrugavam e, com os pés sujos de poeira ou lama das chuvas, partiam com as roupas molhadas de orvalho, cortavam caminhos entre plantações e pastagens para visitar o maior número de casas possível. Suas sacolas de pano, confeccionadas em casa por suas mães, ou sacos de embalagens de produtos, adquiridos nas casas de comércio, eram o suficiente para armazenar doces caseiros, balas e doces industrializados, bolachas e, também, serviam como cofre, quando ganhavam algum dinheiro. Era uma satisfação mostrar para os pais o quanto haviam ganhado.

Uma coisa que era de costume, a gente já tinha de ficar preparado com algum dinheiro trocado, balas, ou doces, porque a criançada não via a hora de chegar o final do ano pra pedir boas festas. Eles saíam de madrugada pra ganhar mais. Chegava na casa da gente, com a ropa moiada de orvaio. Aqueles mais pobre com os pés no chão, mas não deixavam de pedir. Cada um queria ganhar mais do que o outro. Tinha uma tradição que, pra dar sorte pro dono da casa, teria

¹³⁸ Narrativa de João Miguel da Silva, boia-fria aposentado. Dezembro de 2003.

¹³⁹ WILLIAMS, Raymond. Op. cit. p.128, nota 127.

*que sê um menino homem pedir boas festas primeiro. Então, eles pediam pra meninas ficarem pra trás, mas quem chegava primeiro ganhava mais.*¹⁴⁰

Após as festas do final de ano e início do novo ano, entrava a quaresma, um período de oração, respeito e meditação. Os bailes eram interrompidos. Muitas famílias não permitiam nem mesmo o jogo de baralho, mas o futebol das tardes de domingo acontecia normalmente.

*Olha, nós tinha muito respeito. Não dançava baile, nem jogava baralho. Rezava, não comia carne na quarta nem na sexta-feira. Na sexta-feira Santa, nós ia na procissão. Mas, no Sábado, tinha já o Baile da Aleluia então começa a festa de novo.*¹⁴¹

Havia sempre um líder religioso que organizava as novenas da quaresma, a via-sacra. O convite era feito pelo dono da casa onde realizaria a celebração. Todas as casas em que eram marcadas as celebrações, as famílias preparavam o altar com flores, velas e, no centro do altar, a imagem do santo padroeiro, ladeada por imagens ou quadros de outros santos. A sala era o cômodo que realizava as celebrações, já decorada com vários quadros de santos expostos na parede que se misturavam com retratos de casamento do dono da casa, de membros da família, entes queridos e com as folhinhas de calendário dependuradas nas paredes.

Ao silêncio das noites rurais, ouvia-se ao longe os cânticos religiosos que se misturavam com o cantar de pássaros noturnos e os anfíbios, pois a maioria das casas era localizada nas baixadas, próximas aos córregos, pois facilitava a construção do poço de água potável que abastecia a casa.

No final da celebração, a família servia alguma bebida com chá, café, acompanhada de biscoitos, bolachas e pão caseiro. Esse ritual seguia até a “Semana Santa”. Era um período de penitência. Muitas pessoas não comiam carne durante os quarenta dias da quaresma, outros deixavam de comer apenas nas quartas e sextas-feiras. Mas, na “Semana Santa”, ninguém se atrevia a comer com medo do pecado. A carne de peixe era o principal cardápio para esses dias, o que provocava o aumento do número de pessoas na prática da pesca em rios, córregos e lagoas.

O ato de jejuar na “Sexta-Feira Santa” era praticado por quase todos os católicos, que terminavam com a peregrinação, acompanhando a procissão do Senhor Morto, que saía da Igreja, dava uma volta por alguns quarteirões da cidade e retornava à Igreja. Então, chegava o

¹⁴⁰ Narrativa de João Miguel da Silva, boia-fria aposentado. Dezembro de 2003.

¹⁴¹ Id.

sábado da Aleluia, o dia tão esperado pelos jovens. Era o dia do preparativo para a festa de “Páscoa”, e o dia de dançar, depois de mais de quarenta dias. Então, tudo voltava ao normal.

*Olha, nós tinha muito respeito. Não dançava baile, nem jogava barão. Rezava, não comia carne na quarta nem na sexta-feira. Na sexta feira Santa nós ia na procissão. Mas no Sábado tinha já o Baile da Aleluia, então começa a festa de novo.*¹⁴²

O homem do campo é um observador da natureza e conta com certa experiência (como o depoimento de trabalhadores rurais), que pode perceber se as chuvas estão próximas ou não, qual é o melhor tempo para plantar.

Os longos períodos de seca ameaçavam as plantações e as pastagens dos animais. Buscavam na fé a solução, era muito comum a realização de novenas para chover.



Figura 17 - Capela de Cemitério.*

Fonte: pertencente a Wilson Santos de Oliveira.

Grande quantidade das fotos tiradas pertencem à Jesus Pupim que se caracteriza como colecionador do que considera antigo, anos 1980 e períodos anteriores.

¹⁴² Narrativa de João Miguel da Silva, boia-fria aposentado. Dezembro de 2003.

* Foto de uma pequena igreja do antigo cemitério, à margens da estrada Boiadeira, um dos locais para onde as pessoas partiam em procissão em busca da bênção da chuva.

Mulheres e crianças, principalmente, caminhavam sob o sol ardente, cantando os hinos religiosos, cada uma com uma vasilha com água e percorriam o caminho até chegarem a alguma Igreja ou cruz, à beira da estrada. Após rezarem um terço e cantarem mais alguns cânticos, num ritual, molhavam a cruz, pedindo a Deus que mandasse chuva, para molhar a terra seca.

Os pedidos pelas causas impossíveis faziam parte do cotidiano desses trabalhadores. Era comum algum morador estar convidando a vizinhança para a celebração de terços, novenas por uma graça alcançada, ou pelo seu “santo de devoção, prova de sua fé cristã, baseada na Igreja Católica”.¹⁴³ É claro que o convite não se estendia às casas dos protestantes que condenavam tais atitudes.

*(...) As instituições evangélicas, as comunidades locais, as lideranças religiosas, as escolas, os seminários teológicos, os templos, as teologias, as publicações, as posturas ou os modos de ser, enfim, funcionaram como ilhas de sentido com suas identidades constituídas.*¹⁴⁴

Apesar de serem em menor número, os protestantes mantinham sua disciplina de fidelidade as suas doutrinas. Nos dias de cultos, podia ver o desespero de famílias inteiras descendo correndo nos carregadores dos cafezais, em direção às casas para se prontarem da melhor forma possível e irem à igreja. Pais e filhos vestiam as melhores roupas, bem diferentes daquelas que usavam durante o trabalho. Os homens, com cabelos bem aparados, de gravatas e com o paletó do terno jogado às costas, com a bíblia debaixo do braço, carregando a bolsa com mamadeiras e fraldas do bebê que a mãe, com seus cabelos longos, soltos, trajada com um vestido de mangas e bem abaixo dos joelhos, carregava o filho menor, com suor escorrendo pelo rosto, juntando-se com a poeira da estrada, enquanto que os filhos maiores tentavam animar as crianças que tinham dificuldades em acompanhá-los.

*Quando estava um pouco atrasado era uma correria só nos carregado de café pra i pra casa arrumá pra ia pra igreja. Eles iam bem arrumado, as mulher com vestido comprido, a criança pequena no braço, o homem de terno com o paletó nas costa, a bíblia embaixo do braço, carregando a sacola com mamadeira, as crianças e as moças iam todo mundo correndo.*¹⁴⁵

O falecimento de alguma pessoa na vizinhança sempre foi motivo de grande impacto na população rural. Os mais próximos, independente de igreja, católica ou protestante, encarregavam-se de levar a triste informação aos demais, enquanto outros tentavam consolar a

¹⁴³ HOBBSAWM, Eric J. Op. cit. pp. 223-224, nota 4.

¹⁴⁴ SANTOS, Lyndon de Araújo. Op. cit. p. 191, nota 95.

¹⁴⁵ Narrativa de João Miguel da Silva, boia-fria aposentado. Dezembro de 2003.

família. Alguém encarregava-se de cuidar da compra de materiais para a realização do funeral, como o caixão, sempre em uma cidade maior e mais distante. Vale lembrar que, por muito tempo, os caixões eram fabricados por algum carpinteiro existente na vizinhança. Só depois passaram a recorrer aos serviços das empresas funerárias existentes nas cidades maiores e mais distantes. Era questão de pouco tempo e a população da redondeza estava toda mobilizada.

*Muito cedo, os nomes dos mortos memoráveis foram introduzidos no “Memento” do cânon da missa. No século IX, sob o impulso de Cluny, uma festa anual foi instituída em memória de todos os fiéis mortos, a comemoração dos defuntos, a 2 de novembro. O nascimento, no fim do século XII, de um terceiro lugar do Além, entre Inferno e Paraíso, o Purgatório, de onde se podia, através de missas, de orações de esmolas, fazer sair mais ou menos rapidamente os mortos pelos quais as pessoas se interessavam, intensificou o esforço dos vivos em favor da memória dos mortos.*¹⁴⁶

O costume de passar a noite com o falecido era o momento de despedida do ente querido e, também, esperar que parentes e amigos distantes chegassem a tempo para o sepultamento. Durante o velório, servia-se, e ainda é servido, algo de beber e comer para os visitantes. Grupos de pessoas revezavam-se, ficando ao lado do corpo, enquanto outros procuravam contar histórias no terreiro. Durante a noite, havia rezas de terços católicos. No caso dos protestantes, realizavam cultos e orações que poderiam ser ouvidos ao longe da casa do falecido. No outro dia, seguiam-se embarcados em algum veículo, caminhões ou tratores. Se mais perto, faziam o cortejo a pé, até chegar ao cemitério. Se católico, teriam que passar pela igreja. Após o sepultamento todos voltavam para suas casas.

Os membros da família, imediatamente passavam a usar roupas pretas, em sinal de luto, alguns até a missa de sétimo dia. Se católicos, outros até um ano após a morte. Os homens usavam camisas, as mulheres vestidos, blusas, conjuntos de cor preta, ou algum detalhe em preto nos vestuários, como uma tarja no bolso ou na manga da camisa dos homens, e um laço preto em algum lugar nas roupas das mulheres, principalmente aqueles que não tinham condições de comprar outra roupa nova.

Se morria alguém, os vizinhos dava muita atenção pra família, uns saíam para avisar a vizinhança, os parente mais longe. Outros iam para passar a noite com o corpo. Tinha aquelas pessoas que rezava os terços então vinha, rezava o terço, cantava cântico que ouvia de longe, ficava até sair o enterro, muito acompanhavam até a sepultura. A casa da família do falecido recebia visitas por vários dias. Era de costume rezar um terço, mas era uma missa de sétimo dia. A família do falecido usava luto, vestia de preto, ou usava uma tarja preta na

¹⁴⁶ LE GOFF, Jacques. Op. cit. p. 443, nota 96.

*roupa. Meu pai contava, eu não me lembro, mais ele dizia que, antes, existia as pessoas que trabalhava com madeira, fazia o caixão para o morto, porque era difícil buscar um caixão, as cidades que existia funerária era muito longe.*¹⁴⁷

No campo, quase não se falava em feriados nacionais, mas em dias de “Santos de Guarda”. “Quando íamos nos terços, sempre no dias de “Santo de Guarda”, sabe, lá no sítio, não tem feriado, tem dia Santo”.¹⁴⁸ Esses dias eram guardados e considerados como pecado trabalhar, mesmo que o patrão tentasse forçá-los, eles recusavam trabalhar. “Um costume que era endossado e frequentemente reforçado pela pressão e protesto populares”.¹⁴⁹ Até hoje, no campo, esses dias considerados como um “Dia Santo”, ainda são guardados por grande parte da população do campo.

A experiência e a fé eram e ainda são utilizadas como recursos para solucionar alguns problemas, principalmente, de saúde. O benzimento e a medicina popular estão presentes no campo, principalmente no passado.

*Essas ervas são muito boas. Por exemplo, fazer chá da folha do bordo é muito bom para o estômago, assim como macetar a folha da caferana também é muito bom para o estômago também. Erva Santa Maria age também como anti-inflamatório. (...) Agora, quando uma criança está com quebranto é preciso fazer uma benção.*¹⁵⁰

Segundo Michelle Perrot, podemos entender que essa prática não é somente um problema de costume do homem do campo e do homem do passado. Devido as suas dificuldades encontradas, a distância campo e cidade era considerável, mas os meios de transportes ainda eram muito escassos e grande parte das pequenas cidades não contava com a presença de um médico.

*(...) Olhando-se de perto, esses “remédios populares” certamente revelariam um real saber dos sofrimentos do povo, preocupado em evitar despesas, mas também em conservar sua autonomia corporal e em subtrair-se ao olhar médico, esse olhar que ausculta, mede, classifica, elimina e, para terminar, envia-se para o maldito hospital.*¹⁵¹

Fazia e ainda faz parte da cultura desse povo a realização das festas como de “Santos Reis”, que, muitas vezes, eram realizadas no intuito de pagar promessas por algum milagre alcançado.

¹⁴⁷ Valdira Aparecida Tauber, boia-fria. Dezembro de 2009.

¹⁴⁸ Id.

¹⁴⁹ THOMPSON, E. P. Op. cit. p.15, nota 18.

¹⁵⁰ Otaira Alves Ferreira, trabalhadora rural aposentada e Benzedeira. Outubro de 2002.

¹⁵¹ PERROT, Michelle. Op. cit. p. 208, nota 36.

As pessoas que tinham a intenção de realizarem a festa dos Santos Reis procuravam preparar-se durante anos não só economicamente, mas com algumas instalações, como galpões, ampliação de cozinhas, varandas nas casas, criando animais para o abate, como novilhos, porcos e aves como galinhas.

Naquele ano, todas as atenções das vizinhanças eram voltadas para a família festeira e, ela, com a preocupação de realização de uma grande festa para a região.

Com certa antecedência, as mulheres vizinhas reuniam-se na casa dos futuros festeiros, para a confecção de flores de papel, bandeirinhas. Nas semanas próximas à saída da bandeira,¹⁵² reuniam-se para fazerem os doces de mamão, doces de cidra, doces de leite e de abóbora, os mais tradicionais da região. Doces que eram enlatados e, depois, servidos no dia da festa.

No mês de dezembro, começavam a chegar os foliões que haviam mudado para outros lugares. Muitas vezes, foram tentar ganhar a vida na cidade grande.

Os foliões presentes e, com a ajuda da vizinhança, no dia 25 de dezembro, o festeiro, depois do almoço de Natal, sob o comando do gerente, uma pessoa responsável pelo gerenciamento da companhia, reunia todos os foliões da companhia e, após a celebração de um terço, eram realizados todos os rituais de costume. O mestre, maior cargo dentro da hierarquia dos foliões, pessoa responsável de criar e puxar os versos, com os demais foliões, acompanhados pelo som de viola, violão, cavaquinho, violino e um bumbo, enquanto dois palhaços procuravam chamar a atenção da plateia, recitando alguma poesia, sempre relacionada com passagens da bíblia, pediam ajuda aos Santos Reis, São José e Nossa Senhora e parte para as visitas as casas dos devotos, prometendo voltar no dia seis de janeiro “Dia dos Santos Reis”. Vale lembrar que, muitas vezes, as festas eram realizadas em outras datas devido aos compromissos dos foliões com outras festas próximas à região. Quando o mestre, em seus versos, “prometia voltar no dia 6 de janeiro”, ele estava se referindo, à volta a casa dos festeiros para o dia da festa, após os foliões terem visitado às casas dos devotos no chamado giro.

A companhia fazia o chamado “giro”, o percurso feito pela redondeza, cantando, pregando o evangelho, agradecendo as ofertas recebidas e convidando os donos da casa para a festa. Percurso que, de costume, ia até o primeiro dia do ano novo.

¹⁵² Bandeira, estandarte de pano retratando os Três Reis Magos do Oriente, José e Maria, Menino Jesus, a estrebaria com alguns pastores e suas ovelhas, a estrela da guia. Carregada por uma pessoa que seguia à frente representando não só o sagrado, mas toda a companhia.

O percurso era marcado pelo batido da caixa (zabumbo), que se ouvia ao longe, acompanhado das vozes dos foliões. As visitas às casas iniciavam-se com o chamado dos palhaços que gritavam à distância, com alguns dizeres como “Olá, Patrão, prende o cachorro e solte o leitão”, Prender os cachorros significa que queriam ser bem recebidos, pois estavam com a bandeira que representava o sagrado. Soltar o leitão significa que vieram em busca de algo para ajudar na festa. O dono da casa devoto, recebia a bandeira das mãos do bandeireiro e os palhaços, seguindo os rituais perguntavam se não havia nada que os impedissem de irem adiante. É de responsabilidade dos palhaços dialogarem com o dono da casa. Em algumas casas o dono entrava com a bandeira e convidava todos a entrarem. Alguns, mantinham a tradição de enterrarem dinheiro nos terreiros da casa para que os palhaços descobrissem, ou algum símbolo desenhado no chão como estrelas, cruzeiros, para que os palhaços desvendassem os enigmas. Após os palhaços desvendarem os enigmas ou acharem o dinheiro enterrado, o mestre cantava pedindo licença para entrarem na casa. Cantavam abençoando a casa, louvando os quadros e imagens de santos, pedindo a bênção para toda a família. Havia casas em que a família exigia que se rezasse um terço, havia sempre na companhia um responsável pela celebração dos terços. O mestre cantava parte do evangelho, sempre seguido de vivas ou poesias relacionadas ao nascimento de Jesus Cristo pelos palhaços. Para cantar para os falecidos, havia todo um ritual, as toadas eram diferentes, os palhaços tiravam as máscaras, ajoelhavam e, cruzando os facões, o dinheiro ofertado para a alma do falecido era levantado do chão com o facão do palhaço. Não podia ser pego com as mãos, para isso, o palhaço usava uma cera de abelha no cabo do facão.

Os palhaços eram protagonistas do giro, mas precisavam estar sempre atentos às brincadeiras, como prendê-los em quartos, ou passar a bandeira a sua frente o que significava estarem presos e o mestre tinha que pedir cantando para que os libertassem. Ofereciam pedaços de sabão, maços de cigarros, dinheiro para os palhaços dançarem, fazerem montarias como em rodeios, brincarem de gato e cachorro. Os dois palhaços acabavam sempre levando a pior e chamando atenção dos presentes.

Os foliões eram recebidos nas casas com muita hospitalidade, as famílias procuravam servir do melhor. O café com biscoito de polvilho, queijo, requeijão eram o de praxe em quase toda casa. Depois, com a chegada da energia elétrica no campo, os eletrodomésticos, como geladeira, o cafezinho passou a ser substituído por sucos ou refrigerantes gelados e gelatinas.

Nos pontos de almoço e jantar da companhia, os donos da casa chamavam a vizinhança para ajudar e participar. Faziam um arco de bambu verde ou folhas de coqueiro.

Matavam o porco cevado já para esse fim, alguns frangos, mais o macarrão, batatas e o molho de tomate comprado nas vendas, era o cardápio para esperarem os foliões. Os palhaços procuravam chamar atenção dos presentes, marcavam a meia lua, com as fileiras de foliões e devotos presentes, às vezes, de mais de vinte pessoas cada uma. Faziam as coreografias desenhando cruzeiros, coroas do rei e da rainha, os festeiros, cordão de São Francisco de Assis entre outros, acompanhados por um ritmo de viola, violão, cavaquinho, violino e da caixa que davam o gingado na dança dos palhaços. Terminando a meia lua, o mestre cantava alguns versos louvando o arco, abençoando o dono da casa e toda a família e pedia licença para entrar nas dependências da casa. Nesses pontos, faziam as brincadeiras com os palhaços como de achar dinheiro, lutas dos palhaços contra membros da família. Depois de algumas brincadeiras, o dono da casa convidava toda a companhia e os presentes para aproximarem-se da mesa, que era saudada com versos cantados pelo mestre e acompanhado pelos foliões. Faziam uma cerimônia simbolizando a última ceia de Jesus Cristo com os apóstolos. Seguiam poesias e vivas dos palhaços. O mestre pedia para o dono da casa guardar a bandeira e os instrumentos dos foliões, para que pudessem se servir do banquete oferecido. Após guardarem a bandeira, os instrumentos e os palhaços tirarem suas máscaras é que poderiam se servir do banquete.

Foto (figura 18) do momento em que a Companhia de Santos estava chegando para o jantar na casa do Senhor Antonio Vicente, tio do advogado Fernando Castelo Neto. Foto tirada a pedido do dono da casa, final dos anos de 1960. O documento foi registrado por um parente do dono da casa que estava passando as festas do final de ano no interior. Os fotógrafos profissionais eram contratados para registrar “o dia da chegada da bandeira”. Dificilmente eram contratados durante o período de visitas às casas nos pontos de almoço e janta.



Figura 18 - Giro de Companhia de Santos Reis.*

Fonte: cedida pelo advogado Dr. Fernando Castelo Neto.

A festa de Santos Reis mexia com o sentimento da vizinhança, que se mobilizava para a realização das tarefas. Mulheres e moças eram responsáveis pelos enfeites, os homens escalados para a instalação das barracas, encarregados de buscarem lenha, juntarem as ofertas. Para as vésperas e o dia da festa, eram escalados um grupo de cozinheiras, um grupo para o abate dos animais e outros para servirem a população.

Após a chegada da bandeira, rezar o terço, ter servido a população era hora da tradicional passagem da coroa para os próximos festeiros, o futuro rei e a rainha, “(coroa relacionada à monarquia, tradições inventadas para os rituais reais ou imperiais, “que ainda são revividos)”,¹⁵³ ritual que era realizado pelos dois palhaços que já aproveitavam para convidar todos para os festejos do próximo ano.

*Então os vizinhos se ajuntava, sempre ia uns dois de cada casa pra ajudá. Isso antes da festa, antes de sair, com a folia cantando. Agora, nas véspera da festa, ia todo mundo ajudá. Era muito bom. Uns ia matar o gado ganho pra festa, outros ia cuidar dos fornos, as mulher ia preparando enfeite, era tudo dividido os serviço.*¹⁵⁴

* O advogado Dr. Fernando, guarda a foto como lembrança da folia de Santos Reis, em que seus pais eram os festeiros.

¹⁵³ HOBSBAWN, E. J. e Terence Ranger. Op. cit. p.288, nota 3.

¹⁵⁴ João Miguel da Silva, boia-fria aposentado. Dezembro de 2003.

Fotógrafos profissionais, eram contratados para registrar a Folia de Santos Reis no dia da festa. A foto (figura 19) tirada em frente ao altar, logo após a celebração do terço. A passagem da coroa para os festeiros do próximo ano, havia uma preocupação para que todas as pessoas que ajudaram nos festejos estivessem com os foliões perfilados e os dois palhaços distinguidos pela roupa e mascaras, com destaque ao centro, onde se curvavam para que fosse visualizado o altar numa demonstração de fé. Momento de despedida dos festeiros daquele ano, abraços dos foliões, ajudantes de cozinha e cozinheiros, do macaqueiro,¹⁵⁵ as mulheres responsáveis pelos enfeites, do rezador de terço e de todos os que ajudaram para que acontecesse a festa. O festeiro agradecia a todos por intermédio dos versos do mestre, que os demais foliões acompanhavam com um dueto. Tudo terminava com vivas dos palhaços que, em trova, não esqueciam de ninguém. Na maioria das vezes, os festeiros, sem palavras e com os olhos cheios de lágrimas, agradeciam aos Santos Reis pela bênção alcançada e pela grandeza da festa e abraçando um a um, despediam-se agradecendo pela presença e pela ajuda.



Figura 19 - Chegada da Companhia de Santos Reis.*

Fonte: Cedida por Otaira Alves Ferreira.

¹⁵⁵ Pessoa responsável de recolher todas as ofertas doadas (galinhas, porcos, ovelhas, cabritos, cereais, café, barras de sabão, dinheiro etc.) pelos devotos para a festa. Esses recolhiam com o uso de carroças, em montarias, ou até mesmo andando a pé. Nas últimas décadas os veículos motorizados passaram a ser usados nessa tarefa.

* Foto tirada a pedido do festeiro (não identificado), após celebração do terço no final da festa, anos 1970.

*As imagens fotográficas têm o apelo da evidência, que é, por si mesmo, capaz de nos persuadir. Se um relato verbal quiser produzir o efeito de realidade, seria preciso que uma enunciação exaustiva de detalhes fosse perfilada. Através dos detalhes ficam inscritas no discurso as marcas do real.*¹⁵⁶

A fé faz parte da vida do povo do campo. Os terços de Santo Antônio, São Pedro e São João, que, de uma longa distância se percebia o claro da fogueira. As colônias ficavam quase todas iluminadas. Essa devoção dava a muitos recém-nascidos desse mês os nomes de João, Pedro e Antônio.

*Com o santo, a devoção cristalizava-se em torno do milagre. Os ex-voto, que prometiam ou dispensavam reconhecimento em vista de um milagre ou depois da sua realização, conhecidos do mundo antigo, estiveram em grande voga na Idade Média e conservavam a memória dos milagres (cf. Bautier, 1975).*¹⁵⁷

Nestas festas, a criançada adorava soltar bombas, cansava-se de esperar rezar os terços, e, como ritual, davam-se voltas com a bandeira dos santos em torno da casa em sinal de proteção à família. Para completar o ritual, levantava-se o mastro com a bandeira dos santos, acompanhado de vivas e queima de fogos. O momento mais esperado pela garotada era o do chá, quentão, café, biscoito, bolachas, doces, pipocas e pão caseiro.

*(...) tinha terço de São João, meu santo protetor, São Pedro, Santo Antônio. A gente via as fogueira de longe nas casas. O dono da casa dava pro povo beber, chá de chocolate, anisete, pão feito em casa, biscoito. A criançada fazia a festa com as bombas.*¹⁵⁸

As festas de Santos Reis, as Festa Juninas, eram tradicionais na região, um sinal forte da hegemonia cultural ocidental. “A tradição e a prática são a expressão mais evidente das pressões e limites dominantes e hegemônicos”¹⁵⁹.

Deixo um trecho do livro das pensadoras Marilena Chaui e Ecléia Bosi como reflexão “Destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros”.¹⁶⁰ Cabe aos pesquisadores desbloquearem esses caminhos e buscar os vestígios desses rastros.

¹⁵⁶ NEIVA, Eduardo, Jr. A imagem. São Paulo: Editora Ática, 2ª Edição, 2ª impressão, 2002, p. 67.

¹⁵⁷ LE GOFF, Jacques. Op. cit. p. 443, nota 96.

¹⁵⁸ Narrativa de João Miguel da Silva, boia-fria aposentado. Dezembro de 2003.

¹⁵⁹ WILLIAMS, Raymond. Op. cit. p. 118, nota 127.

¹⁶⁰ CHAUI, Marilena. Op. cit. p. 19, nota 19.

3

O QUE É SER BOM DE ENXADA

*Cá não murmuraram fontes, cantam passarinhos
Nem correm pela relva alegres cordeirinhos;
Em toda a paisagem não se vê alegria;
Tudo desperta na musa a melancolia,
Ao debulharmos vagens sujas de fuligem,
Obscurecida fica nossa cor de origem:
O suor, o pó, a fumaça sufocante
Dão-nos do etíope aparência negrejante.
Quando, ao cair da noite, aos lares retornamos,
Nossas esposas e filhos amedrontamos.
Passam as semanas, e não muda a trabalhadeira,
Até que chega enfim o dia da joeira:
Mas, se o trabalho muda, é bem pior que antes:
O capataz nos grita ofensas humilhantes.
Stephen Duck, (1730).*

Neste capítulo, abordo o trabalhador rural, que traz do campo todas as suas experiências nas realizações das atividades rurais e o momento em que já havia se fixado na cidade, vivendo na condição de boia-fria. As tragédias causadas pelos fenômenos da natureza, como a geada de 1975, a seca de 1986 e a escassez de chuva na região que dificultaram o cultivo de algumas lavouras como milho, café, arroz entre outros, “provocadas por mecanismos causais inerentes ao mundo e que independem por completo da vontade e escolha humanas”,¹⁶¹ somadas com a política neoliberal implantada nos anos 1990 fizeram com que muitos trabalhadores rurais, pequenos produtores e arrendatários deixassem o campo e viessem morar nas cidades na condição de boias-frias. O governo deixou de ditar os preços mínimos dos produtos agrícolas, os produtores, acostumados com a proteção do governo, entregavam seus produtos para os intermediários, sem nenhum documento de garantia, valendo-se da palavra. Os intermediários entregavam seus produtos como o algodão nas

¹⁶¹ GIANNETTI, Eduardo. Vícios privados, benefícios públicos. São Paulo: Companhia das Letras, 7ª Edição, 2003, p. 19.

usinas que jogavam o preço centavos acima do assegurado pelo governo, sempre com a promessa de que o preço do produto subiria no mercado. Estratégia usada pelos usineiros, juntamente com os intermediários, para ganhar juros durante o período que o algodão ficasse depositado. Na verdade, o produto já havia sido beneficiado e vendido. No final, os produtores acabavam vendendo seus produtos pelo mínimo assegurado pelo governo, ou poucos centavos a mais, quando vendiam antes de terminar as colheitas. Outros criavam uma relação de dependência com os intermediários que adiantavam o dinheiro para que pudessem efetuar a colheita, ou avalizavam junto aos bancos, créditos para o cultivo da lavoura, o que ocasionava uma dependência do produtor que se sentia na obrigação de entregar seus produtos para aquele intermediário, que, na maioria das vezes, lhe pagava a preço abaixo do mercado.

Os pequenos produtores caíram nas mãos dos intermediários e usineiros que, depois de se apropriarem dos produtos já armazenados, pagavam preços muito abaixo dos custos, levando quase todos à falência. Não conseguiram lidar com a nova política econômica, com a falta de uma política voltada para a agricultura de regime familiar e de apoio voltado, quase que exclusivamente, para o agronegócio. Sem condições de adquirirem máquinas e áreas para plantarem, não tiveram condições de sobreviverem à concorrência de preços dos produtos.

Desiludidos, muitos desses trabalhadores deixaram seus sonhos no campo, migraram para os grandes centros urbanos e, outros sem profissão, com pouco nível de escolaridade, não tiveram a mesma coragem, preferiram mudar para a cidade de Pontalinda e continuar trabalhando no campo, usando a experiência de tantos anos de suas vidas, agora, na condição de boia-fria. Juntando-se com os demais boias-frias, migrantes de várias regiões do Estado e do País, principalmente do norte e nordeste, formaram um grande contingente dessa mão de obra no município.

Muitas dessas famílias de boias-frias cumpriram contratos de parceria, principalmente nas lavouras de café, predominantes na região. Este não foi um processo restrito a esta região, mas intenso no Estado de São Paulo. Sobre a dimensão do deslocamento do homem do campo para as cidades, Maria Aparecida de Moraes Silva afirmou que “(...) no período de 1960 a 1980, foram expulsos milhões de pessoas do campo paulista”.¹⁶²

Ainda neste capítulo, trato sobre o trabalho duro do campo, as diversas atividades, bem como suas dificuldades. Falo das necessidades de experiências, habilidades e resistência física na realização dessas atividades e da necessidade do desenvolvimento das habilidades

¹⁶² SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do fim do século. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 63.

em novas atividades, além da exposição às condições climáticas, chuva, frio e o sol ardente da região.

O senhor Wilson Santos de Oliveira, ex-pequeno produtor, foi um dos últimos trabalhadores a deixar o campo e conviver com essa nova situação. Mudou para a cidade de Pontalinda, depois de mais de cinquenta anos de luta como colono, meeiro, parceiro, arrendatário, sem perspectiva diante da situação em que se encontrava no campo. Wilson falou de sua vida e dessa nova experiência de trabalhar submetido à disciplina do relógio e do olhar fiscalizador do patrão, através dos fiscais, vendo seu sonho interrompido

de comprar um pedaço de terra pra poder plantá.(...) Primeiro o café acabou, devido à geada, depois à seca, mas depois começamos a depender de empréstimos. Durante os últimos ano, incluindo o plano real, a dificuldade foi grande de se obter custeio agrícola nas agências bancárias, por parte do governo. Então, trouxe uma dificuldade pra gente, tanto no adquirir financiamento de terra e custeio agrícola. Os preços da produção muito ruim, então levou inclusive a gente e muitos outros, a parti pra esse lado, na diária de empregado, laranja, cana, diarista, ou registrado que seja, ou mensalista, a gente faz de tudo.(...) É muito diferente, apesar da gente está acostumado trabalhá na roça, mas trabalhá com um fiscal do seu lado é muito difícil, a gente não trabalha com liberdade.¹⁶³

Esse trabalhador rural provindo do campo, dessa e de outras regiões do país, como ex-meeiro, arrendatário, parceiro, sofre com as novas experiências nas realizações de novas atividades agrícolas, sem contar o fato de serem fiscalizados constantemente, o que lhes causa constrangimentos. Agora, são submetidos a novas formas de vida e à convivência com novas culturas.

Ao dividirem o mesmo espaço no meio urbano, nos bairros residenciais destinados aos trabalhadores, os contatos, os laços de amizade vão se consolidando nos gestos de solidariedade, diante de situações de dificuldades mais graves por parte de alguma família, como casos de doenças. Frequentando os mesmos locais de lazer, os contatos no comércio local, os espaços religiosos, assim como os espaços nos meios rurais, desde o meio de transporte até a divisão dos eitos nas atividades agrícolas com outras pessoas provindas de diversas partes do país, essas pessoas vão socializando suas experiências de vida. Elas passam então a fazer parte de um processo sociocultural, que sofrem influências na gastronomia, nos costumes, na língua, o que Canclini chama de culturas híbridas.¹⁶⁴

¹⁶³ Narrativa de Wilson Santos de Oliveira, trabalhador rural. Outubro de 2002.

¹⁶⁴ CANCLINI, Néstor García. Op. cit. p. XIX, nota 83.

A cidade de Pontalinda transforma-se, há uma mistura de culturas, predominando a nordestina, principalmente do Estado da Bahia, das regiões de Caetité e Paramirim, de onde provinham muitos trabalhadores boias-frias. De lá trouxeram para além de seu sotaque e, entre outros costumes, a culinária mais mestiça do país, com ingredientes africanos, indígenas, europeus e intervenções do Médio e Extremo oriente. A moqueca de peixe à baiana é um exemplo: o peixe é brasileiro, o dendê veio do Congo, a técnica é portuguesa e a cebola tem origem na Ásia. Vatapá, abará, mugunzá (conhecido como canjica no Sudeste) e acarajé também são símbolos da cozinha baiana. O toque africano, no entanto, sobressai tanto na alimentação quanto na música.

A cor parda, fruto da miscigenação do negro africano com o homem branco, os arranjos e os penteados característicos nos cabelos fortes e encaracolados, daqueles que ainda não sofreram essa mistura, com um gingado do corpo que acompanha as músicas afro-brasileiras, na capoeira ou no reggae, vão dando destaque em meio às festas, que se misturam com o rock-in roll, com as baladas e músicas sertanejas, acompanhadas por um cardápio da cozinha baiana e as influências das dietas ocidentais.

Quanto à religião, mesmo sendo, na sua maioria, descendentes de africanos, esses trabalhadores compõem uma comunidade cristã, onde as festas de Santos Reis, as festas juninas, as quermesses, as novenas e as celebrações religiosas da igreja católica, frutos do processo de colonização Ibérica, convivem com a penetração das igrejas protestantes que ganham espaços a cada dia. Outras religiões como o Candomblé e o Culto aos Egungun¹⁶⁵ existem de forma oculta, por não serem bem aceitas.

Dentro deste contexto, “não podemos falar de cultura no singular, mas de culturas”.¹⁶⁶ Falar dessas culturas, “valorizando a história das pessoas comuns”, como E. J. Hobsbawm escreve em sua obra “Sobre História”,¹⁶⁷ destacando os trabalhadores rurais, valorizando a “experiência humana”,¹⁶⁸ “(...) sem obstruir os sentidos empíricos, sem reprimir os órgãos morais e estéticos, não sedar a curiosidade, nem desacreditar todas as evidências “manifestações” de vida e arte como ideologia e não deixar o ego teórico crescer”.

¹⁶⁵ Disponível em: <http://www.pt.wikipedia.org.br>. As únicas religiões que têm relação com a arte africana no Brasil, são o Candomblé e o Culto de Egungun.

¹⁶⁶ WILLIAMS, Raymond. Op. cit. p. 23, nota 127.

¹⁶⁷ HOBBSAWM, E.J. Op. cit. p. 216, nota 4.

¹⁶⁸ THOMPSON, E. P. Op. cit. p. 182, nota 18.

Lembrando também que “o desenvolvimento do conhecimento se dá tanto na teoria quanto na prática”.¹⁶⁹ Segundo E.J. Hobsbawm, “aquele que viveu a história tem mais facilidade em escrevê-la”.¹⁷⁰ Pelo fato de ter vivenciado praticamente toda a minha vida e conviver com pessoas que migraram no início da colonização dessa região, tenho uma certa facilidade de falar um pouco dos costumes e da cultura desses trabalhadores, cultura como modo de vida.

*Um exame materialista dos valores deve situar-se não segundo proporções idealistas, mas face à permanência material da cultura: o modo de vida, e acima de tudo, as relações produtivas e familiares das pessoas. Isto é o que “nós” estamos fazendo há várias décadas.*¹⁷¹

Trago as memórias do trabalhador que, antes, trabalhava no campo, pautado pelo ritmo da natureza, no preparo da terra, plantio, cultivo e colheita de sua lavoura, transformando-se em boia-fria, cujo tempo é disciplinado pelo relógio, que impõe regras na realização do trabalho, sob o olhar fiscalizador do patrão que determina até as regras para o funcionamento do corpo humano, determinando hora de alimentação, de matar a sede e descansar. O corpo humano deve funcionar como uma máquina programada que deve ser ligada e desligada em hora determinada. O trabalhador deixa de planejar as tarefas relacionadas ao seu trabalho no campo como antes. O trabalho em diferentes canaviais e a falta da folga nos finais de semana, em que todos se reuniam para o almoço de domingo, dificulta também o diálogo com a família, no planejamento e replanejamento da vida familiar, como é o caso dos cortadores de cana de várias usinas. “Esse trabalhador trazido para a cidade passa a viver como uma nova espécie de criatura, tanto em relação às maneiras, quanto às ocupações e à subordinação”.¹⁷²

O trabalhador no campo como meeiro, arrendatário, parceiro, tinha a liberdade de almoçar quando sentisse fome, debaixo de ranchos, no meio das plantações, para tomar água quando batia a sede e para recuperar suas forças à sombra de um arvoredado quando estivesse cansado. Como boia-fria, sabe que precisa trabalhar para fazer jus ao dinheiro recebido e tem que suportar a fome até o horário marcado e não aquele que o seu organismo necessita.

No corte de cana, a situação ainda piora, pois as árvores foram arrancadas para melhor cultivo da cana, e as que sobraram foram mortas ou quase mortas pelas queimadas. Os

¹⁶⁹ THOMPSON, E. P. Op. cit. p. 61, nota 18.

¹⁷⁰ HOBSBAWM, Eric J. Op. cit. p. 247, nota 4.

¹⁷¹ THOMPSON, E. P. Op. cit. p. 194-195, nota 18.

¹⁷² Id. Op. cit. p.12, nota 140.

trabalhadores realizavam suas refeições ao sol insuportável da região até que a Norma Regulamentadora nº. 31 do Ministério de Estado do Trabalho e Emprego, aprovada pela Portaria nº. 86/2005, obrigou que todos os trabalhadores tivessem abrigo para se protegerem das chuvas e do sol nas horas de suas refeições.

Esses trabalhadores sofrem com a nova situação da disciplina do trabalho e com os impactos de uma nova realidade socioeconômica. Não contam mais com os meios de complementação no orçamento familiar. Não têm um quintal suficiente para formar pequenos pomares, criar porcos, vacas e aves domésticas que ajudariam no orçamento. “Na roça, a gente trabalhava pra gente, e pagava renda, mais o serviço era da gente, nós plantava e colhia, tinha vaca de leite, porco, galinha era uma fartura. Aqui, tudo é no dinheiro e a gente ganha pouco”¹⁷³. Precisam ainda pagar aluguel, água e luz, despesas que causam preocupações que não tinham quando moravam no campo. Todas as despesas devem ser tiradas da sua força de trabalho que “não tem previsão de melhora, porque se sobe o preço do álcool o metro da cana não sobe, nem a diária”¹⁷⁴. “É nessa terra, sob esse domínio, que o trabalhador é pobre em meio à abundância.”¹⁷⁵

O trabalhador percebe que, através da exploração da natureza e do seu trabalho, está enriquecendo alguém. O aumento dos preços dos produtos agrícolas não é repassado para o trabalhador.

Os trabalhadores, como o Wilson, podem ser contratados diretamente pela usina ou por firmas terceirizadas, firmas contratadas pela usina para prestação de serviços. Nesses casos, entram as gatoperativas como forma de burlar os direitos trabalhistas.

Esses trabalhadores podem ser contratados como diaristas, com preço fixo por dia, ou por metros de cana cortada, quando contratados por produção. Reclamam pela falta de reajuste salarial que não acompanha o aumento das mercadorias, e faz em uma comparação com o produto que eles ajudam a produzir. Se o produto sobe, a diária e o metro de cana cortada, que fazem parte do processo de produção, não acompanham o reajuste, é sinal de lucro para os usineiros. Situação que intriga Wilson e milhões de trabalhadores que vivem a lei de oferta e procura, que conta com um grande exército de reserva de mão de obra (Marx), o valor da força de trabalho continua em baixa.

¹⁷³ Narrativa de Wilson de Oliveira, trabalhador rural. Outubro de 2002.

¹⁷⁴ Id.

¹⁷⁵ WILLIAMS, Raymond. Op. cit. p.131, nota 23.

Trabalhadores boias-frias, assim como o senhor Wilson, são aqueles trabalhadores considerados polivalentes, que sabem desenvolver todo tipo de trabalho no campo, o “bom peão”. Sua experiência no campo como pequenos produtores o levaram à prática de várias atividades, de construção de casas de pau a pique, cercas, pequenas granjas de galinhas (galinheiros) e porcos (chiqueiros), manuseio de foices e machados para o desmatamento e cultivo das lavouras, perfuração de poços para o abastecimento de água potável para o consumo. Também usam a enxada para o cultivo do solo e as técnicas para o uso do arado de tração animal até o uso de máquinas agrícolas, como o trator. Foram necessárias décadas de sua vida e muito esforço para que Wilson obtivesse perfeição no desempenho dessas atividades. Situação que, ao longo deste capítulo, estaremos especificando.

Esses trabalhadores trazem consigo toda essa experiência do campo, como o caso também de outro trabalhador, o senhor Audêncio de Souza, que migrou para a cidade de Pontalinda, na década de 1970, para estudar as filhas, pois não havia transporte escolar. Por determinado tempo, continuou cultivando a lavoura de café, fazendo o trajeto de Pontalinda até a lavoura no bairro Nova Brasília, com um carrinho de tração animal. Devido às dificuldades encontradas pelos produtores e a geada de 1974, passou a trabalhar como boia-fria, mas, ainda, não esqueceu o sonho de voltar a morar no campo e de comprar um pedaço de terra, e a “vontade é morar na zona rural”¹⁷⁶. Plantar sua lavoura, trabalhar por conta própria, sem precisar pedir ordem para o fiscal ou patrão, ter sua casa, com espaço para criar uma vaca de leite para os netos, formar um pomar de frutas frescas, uma horta de verduras e legumes orgânicos, criando galinhas e porcos, e criando, em sua memória, um espaço demarcado de realizações.

Sonha com a conquista desse espaço e, nele, suas realizações, pois este espaço representa liberdade de poder plantar e colher, sem que ninguém possa interferir e não ter que dar parte de sua colheita ao patrão.

*O que mais eu tenho vontade é morar na zona rural. Se eu tivesse capacidade de comprá um pedaço de terra, era meu prazer morar no sítio. Voltar a plantar, colher, tenho muita saudade do campo que a gente tem é muito grande, quando a gente estava no sítio, além de tocar a roça todo ano, a gente, a roça da gente mesmo e a gente tinha umas vaquinhas para tirar leite, tinha porco, tinha galinhas e vários tipos de plantios, e a gente adora mexer com aquilo lá, era tudo muito bom.*¹⁷⁷

¹⁷⁶ Narrativa de Audêncio de Souza, trabalhador rural. Outubro de 2002.

¹⁷⁷ Id.

Mesmo trabalhando em terra alheia, o senhor Audêncio sentia-se mais seguro, quanto ao que podemos chamar de complementos ao orçamento familiar. Não como “riqueza” (dinheiro), mas fartura, que lhes dava mais segurança no planejamento familiar que, incorporados ao arroz do gasto, o feijão, o milho eram sinal de fartura, “(...) a terra frutuosa por si própria gerava-lhes frutos, com abundância e generosidade”¹⁷⁸. A nova situação vivida na cidade não oferece essa fartura e precisa tirar do trabalho diário o dinheiro para pagar contas básicas. Quando o trabalhador não é registrado, o mesmo tem que trabalhar “catando dia”¹⁷⁹, daí vem a preocupação caso não apareça trabalho ou a chuva se estenda por alguns tempo. O período de mais de uma semana, já é motivo de preocupação em pagar as contas básicas, o mercado, o açougue, a conta de água, a conta de luz, o gás de cozinha. Outras necessidades como roupas, calçados, dinheiro para pequenos passeios ou para tomar uma bebida no botequim estão fora dos planos. “Precisamos pedir a Deus para nos dar saúde para trabalhar, pois quem trabalha, hoje, para comer, amanhã, não pode gastar (...)”¹⁸⁰.

Nas falas desses trabalhadores estão presentes os recursos da memória, que relembram os tempos que moraram no campo. Os meios de complementação no orçamento familiar e a liberdade de trabalho, diferentemente da situação vivida na cidade, que representa aumento de despesas, como o pagamento de aluguel, água e energia elétrica e o trabalho sob pressão do olhar fiscalizador do patrão. Lembrando que “a memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, como todo pela cultura e pelo indivíduo”¹⁸¹.

O senhor Audêncio, contando sua história, diz que depois que, deixou de cultivar a lavoura de café, trabalhou em uma máquina de benefício de arroz de propriedade do senhor José Dias Campos, por um determinado tempo, que não se lembra com precisão, logo passou a trabalhar como boia-fria.

Trabalhou durante vários anos como “catador de dia”, aquele trabalhador que é chamado para prestar serviços aos pequenos sítiantes, ou arrendatários, sem registro em carteira. Esses pequenos produtores, que, por cultivar pequenas áreas, não comportam trabalhadores permanentes, chamando-os ocasionalmente ou em tempos de colheitas.

Durante esse período, não faltou serviço a não ser por motivo de chuvas, ou por problemas de saúde. Realizou diversas atividades no campo, aproveitando toda a sua experiência e disciplina de “bom peão”. Sabia como trabalhar com arado de tração animal nas

¹⁷⁸ WILLIAMS, Raymond. Op. cit. p. 29, nota 23.

¹⁷⁹ Narrativa de Orlando dos Santos Oliveira, trabalhador rural aposentado. Novembro de 2002.

¹⁸⁰ Id.

¹⁸¹ BOSSI, Ecléa. Op. cit. p. 53, nota 9.

diversas lavouras, como de café milho, arroz, feijão e outras. Com a enxada na mão, não tinha dificuldades na capina de nenhuma cultura, nem tinha dificuldade de ajudar em qualquer colheita. Por ser conhecido pela sua dedicação e de um trabalho de boa qualidade, não ficava parado, até começar a trabalhar na diária de uma usina de cana de açúcar. Nesse período, passou a trabalhar com registro em carteira, junto com uma de suas filhas mais novas. Trabalhava na “bituca”, que tinha como tarefa, juntar os caules que sobravam espalhados pela roça, após os caminhões terem transportado a cana cortada. Atividade que Audêncio trabalhou por um período de, aproximadamente, dois anos.

O trabalho nas lavouras de café era o predileto do senhor Audêncio, e voltou a “catar dia”, trabalhar nas lavouras de café que, aos poucos, foram sendo erradicadas, sendo substituídas por pastagens, por outras lavouras, como milho, algodão (não há mais plantação de algodão no município) e a de laranja que ganhou força na região. De acordo com o censo de 2010, a plantação de laranja no município já soma 794 hectares e produziu no ano de 2009 cerca de 32.152 toneladas.

Durante o período, trabalhadores como Audêncio foram se adaptando às transformações ocorridas no campo, vivendo as novas condições de enfrentamento, com relação ao patrão.

Com a crise do café, foram aumentando as lavouras de algodão que perderam espaço para as pastagens e voltaram a ocupar posição de destaque por algum tempo. A colheita do café, que se estendia até meados de agosto, provocou um vazio na oferta de trabalho, que foi preenchido pela colheita de capim por um período curto, mas ofereceu trabalho a esses trabalhadores. O cultivo da laranja veio suprir parte dessa lacuna deixada pela erradicação do café.

No cultivo da laranja, o senhor Audêncio já trabalhou nas atividades de caixeiro e catador nos últimos anos.

O plantio e o cultivo da laranja necessitam de pouco trabalho braçal, diferentemente do antigo cultivo do café. Os pequenos produtores de laranja fazem o trabalho com o auxílio da família. Necessitam de máquinas com um trator, alguns implementos, como grades, roçadeira, carreta, bomba pulverizadora e barra para passar herbicidas.

O avanço das novas técnicas, como o uso de herbicidas, vai extinguindo o uso da enxada, que é usada em poucas atividades como para tirar algumas pragas próximas ao tronco da planta, onde as capinas química e a mecânica não conseguem fazer. Entra como

complementação desse processo. Os pomares de laranja, até mesmo dos pequenos produtores, estão praticamente mecanizados. A necessidade de contratação de mão de obra fica restrita às colheitas, tendo como opção para os trabalhadores as duas atividades, a de cortador de cana e a de colhedor de laranja.¹⁸² Territorialmente, o município de Pontalinda é dividido de forma que ainda conta com um grande número de propriedades rurais consideradas de pequeno porte. (valendo lembrar que algumas já foram incorporadas às grandes fazendas). Esse processo de inovações na agricultura, que chegou até os pequenos proprietários, fez com que os trabalhadores rurais buscassem trabalho em locais mais distantes, em outros municípios do Estado de São Paulo ou estados, como Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, com a mediação feita através dos “gatos”.

Os trabalhadores contratados para a colheita de laranja têm serviço quase o ano todo. Existe a safra que é prevista para os meses de junho, julho e agosto e a safra fora de época quando a laranja é mais valorizada. As grandes fazendas de laranja, que contam com sistema de irrigação, forçam a florada do pomar (passando um tipo de produto químico), provocando a colheita fora de época, o que lhes rende muito mais lucros. Os pequenos produtores, sem recursos, não usam desses artifícios e contam com a ajuda das chuvas fora de período, para a colheita dessas frutas.

Essa atividade é controlada pela figura dos gatos que arregimentam as turmas de trabalhadores e prestam serviços aos pequenos produtores, na maioria das vezes, entram em cena as gatoperativas, ou o trabalho por dia (sem registro). Com a proposta de ser um cooperado, os trabalhadores são burlados de seus direitos trabalhistas. Essa prática foi ganhando tamanha proporção que o Juiz, Jorge Luiz Souto Maior, resolveu levar a público em entrevista à Revista Fecesp. “As falsas cooperativas de trabalho são uma fraude. Objetivam evitar a aplicação do Direito do Trabalho”.¹⁸³ A revista, dando ênfase ao tema, publicou a matéria tendo como título “As gatoperativas”:

Existem, entre as cooperativas de trabalho, aquelas que se enquadram nos princípios de verdadeiro cooperativismo. São criadas por várias pessoas espontaneamente, com liberdade para se associarem, sem imposições de agenciadores ou por interesses de empresários, Ocorre o mesmo na forma de realização do trabalho: sem relação de subordinação entre cooperados, com independência e autonomia. O resultado da atividade deve ser distribuído proporcionalmente entre os cooperados. As que não se enquadram nestas regras são iniciativas fraudulentas.

¹⁸² Narrativa de Sidney José Luiz, trabalhador rural. Novembro de 2008.

¹⁸³ Revista Fecesp – São Paulo, Abril/2002 (Jorge Luiz Souto Maior – Juiz)

Infelizmente, a maioria das cooperativas de trabalho não segue os princípios acima citados. São falsas cooperativas de um dono só. Criadas para ficarem fora das regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e dos encargos sociais, beneficiam apenas o seu proprietário, que paga salários aos demais.

Essa prática nefasta se intensificou a partir de 1994, quando foi estabelecido na CLT que não existe vínculo empregatício entre cooperativa e cooperados. Foi o sinal que o governo deu para que certos empresários pudessem realizar mais uma forma de exploração de mão-de-obra. O que tem acontecido é o seguinte, a empresa fecha um setor, demite seus empregados, até então contratados pela CLT, e mantém os ex-funcionários como cooperados, trabalhando da mesma forma (horários, atividades e salário). Se o cooperado tem chefe, está subordinado a alguém e é remunerado, nada o difere de um empregado.

No meio rural, a exploração é ainda maior: Os chamados “bóias-frias” geralmente nem sabem que são cooperados. Trabalham até 15 horas por dia, sem receber qualquer benefício oferecido pela cooperativa. Mesmo sem ter estatísticas, o Ministério do Trabalho e Emprego admite que é significativo o número de cooperativas de trabalho que funcionam como intermediadora de mão-de-obra.

Um estudo da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) mostra que existem, em 2001, 2.391 cooperativas de trabalho, 22,6% a mais do que em 2000. Mas a própria OCB observa que esses números não são reais, já que muitas funcionam sem registros na entidade ou nas suas filiadas estaduais. A entidade acredita que existem 3.840 cooperativas de trabalho, reunindo cerca de 640 mil cooperados.¹⁸⁴

Era visível a presença dessas falsas organizações na região de Pontalinda. A prática estava muito presente na atividade da colheita de laranja. Os intermediários que negociavam as colheitas das frutas com os produtores já se responsabilizavam pela colheita. Arregimentavam os trabalhadores para efetuarem todas as atividades exigidas no processo da colheita. Essa forma de violação dos direitos dos trabalhadores estava presente também no corte de cana. Essa prática está sendo aos poucos extinta, mediante denúncias ao Ministério do Trabalho e às ações trabalhistas.

As preocupações com as exigências e a presença do Ministério do Trabalho nos laranjais fizeram com que as grandes fazendas, como a de Paulo Okuma, J. Húngaro, procurassem registrar seus trabalhadores, mas pelo fato dos proprietários, de uma maneira geral, não conviverem em meio a esses trabalhadores, há uma dificuldade em formalizar uma relação direta de trabalho entre o boia-fria e o patrão, e esses preferem evitar o contato direto com os trabalhadores, recorrendo a um intermediário, responsável por selecionar os trabalhadores a serem contratados, transportar, controlar e fiscalizar, “estabelecendo uma

¹⁸⁴ Id.

hierarquia entre o bóia-fria e o fazendeiro”.¹⁸⁵ O patrão deixa de ser o fiscalizador direto do trabalhador, passando a responsabilidade ao “gato”, um trabalhador que passa a comandar o andamento das atividades no posto de relação de trabalho com uma ilusão de ser patrão.

Ele deve ser entendido nos contextos da circulação da força de trabalho, da eficácia da lei como instrumento de negação do trabalhador e do mascaramento das relações entre patrões e empregados (...). Retificam-se as relações, em que um ex-igual transforma-se em patrão e este desaparece do bojo das próprias contradições criadas pelo ato jurídico. (Silva, 1999, pp. 114-115).¹⁸⁶

Esse novo personagem tem poderes para estipular os acordos sobre o trabalho, acertando valores, tempo de duração. As atividades de plantio, cultivo ou corte de cana, colheita da laranja, as duas culturas que, no momento, empregam mais trabalhadores, estão atreladas à figura do “gato”. Não há uma relação entre o trabalhador e o usineiro, ou o proprietário do pomar de laranja. Os gatos, que antes tinham presença maior nas colheitas de algodão, milho entre outros, em períodos muito curtos, ganharam espaços com o desaparecimento da diversidade de lavouras e a concentração nas plantações de cana e laranja.

Sendo de conhecimento dos “gatos” os períodos de plantação da cana, corte, cultivo e da colheita da laranja, eles vão até as empresas ou fazendas, fazem o contato com o gerente, nos casos de usinas de cana de açúcar, ou com o proprietário ou administrador, se fazenda. Nos casos de pequenos produtores, o contato já é direto com o proprietário. Esse empregador ou representante estipula o número de trabalhador que necessita e a atividade que deve ser desenvolvida, as condições de trabalho exigida por Lei, que nem sempre são cumpridas integralmente, as questões de transporte e o valor a ser pago. Acertado com o empregador, os “gatos” saem em busca dos trabalhadores. São raros os empreiteiros ou coordenadores de turmas ou “gatos” que não são pessoas conhecidas na cidade, frequentam os mesmos lugares que os trabalhadores, como bares, praças do jardim e demais lugares de lazer, como campo de futebol, campo de jogo de malha. Os gatos sabem bem como e onde encontrarem o melhor peão. Mas, na maioria das vezes, buscam ajuda de um trabalhador de sua confiança, que conhece o trabalho de outros para completar sua turma. Quando a cidade era menor, todos conheciam a fama de cada trabalhador, mas, a partir do momento que intensificou o processo de migração com um novo perfil, o do migrante solteiro ou casado, que deixa sua família na sua terra natal, morador em pequenas repúblicas, que trabalham durante a safra, fez com que os gatos perdessem de vista esse referencial. Assim, passaram a pedir ajuda a outro

¹⁸⁵ CARMO, Maria Andréa Angelotti. Op. cit. p. 145, nota 105.

¹⁸⁶ Id. p. 146.

trabalhador que se encarrega de fazer os contatos individuais para esse processo de seleção para a formação da turma.

Com a turma completa, marca-se um dia e horário de saída, para que todos possam fazer o exame médico. Se o trabalho está ligado à cana de açúcar, os exames são realizados no departamento médico da usina. O “gato” transporta-os com o ônibus rural até o departamento médico da usina. Só quando todos realizam os exames é que voltam para casa, felizes por estarem empregados por mais uma safra. Muitos não passam no exame médico, como o caso do Renato Santos Oliveira, irmão do senhor Wilson, ex-pequeno produtor, hoje boia-fria, após trabalhar vários anos seguidos, sem perder um dia de trabalho, não passou no exame médico para a próxima safra.

Bom, a gente fala pro pião levar todos os documentos que precisa, os documento pessoais, RG, CPF, Carteira de trabalho, certidão de casamento ou nascimento, título de eleitor, uma conta de água ou de luz, o atestado de antecedente criminal e, no dia, o “gato” marca pra ir na usina. O “gato” é quem leva, vai no ônibus do “gato” memo. Aqueles que passa, a gente pega os documento, deixa na usina pra registra e aí é só esperar o dia de trabalhá.¹⁸⁷

Sem registro, Renato voltou a trabalhar “catando dia”, por um tempo e, depois, passou a cuidar de um pomar de laranja de seu primo, juntamente com o filho.

São vários os casos de trabalhadores como Renato que, após anos de trabalho no corte de cana, não passaram no exame médico para trabalharem na próxima safra e ficaram trabalhando fazendo os chamados “bicos”, como servente de pedreiro, ou “catando dia”. Alguns entram na justiça contra a empresa, reivindicando seus direitos, outros, como Renato, preferem não recorrer à justiça.

Quanto aos trabalhadores da colheita de laranja, os “gatos” pedem que providenciem os exames, os documentos e marcam uma data para assinarem os contratos e serem registrados.

No momento da arregimentação, coordenadores ou gatos já estabelecem regras da fazenda ou da empresa, como não faltar ao trabalho, estar no ponto nos horários marcados para saída e volta que dependerá da necessidade da produção diária. Quando se refere ao corte de cana, é necessário cortar toda a cana que foi queimada, e, na colheita de laranja, é necessário colher os frutos necessários para completar a carga dos números de caminhões que foram fretados. “A gente já avisa tudo antes, para, depois, não reclamá, mas, às vezes, o peão

¹⁸⁷ Narrativa de Wilson Pereira dos Santos, ex-boia-fria, fiscal de turma. Dezembro de 2009.

tá cansado”,¹⁸⁸ o que leva à reclamação dos trabalhadores sobre a sobrecarga de trabalho. Como o “gato” é o que determina o que deve ser feito, leva os trabalhadores a terem conceitos diferentes sobre a sua imagem.

Há os que defendem a figura dos “gatos”. Alguns trabalhadores pensam que o “gato” age corretamente. Ele ganha para determinar o que deve ser feito, e que eles são responsáveis pelos empregos das pessoas, para que as mesmas possam sobreviver. Sem emprego, o que seria desses trabalhadores?

Os gatos aproveitam da situação, sabendo do número de trabalhadores que tem sob seu comando, arriscam a serem candidatos, cobrando dos seus trabalhadores o voto. Tendo acesso aos seus documentos, sabendo a seção que os mesmos votam, fazem ameaças, caso desconfiem que alguém venha a deixar de votar.

Há aqueles trabalhadores que agradecem eternamente pelo trabalho oferecido pelos “gatos” e são fiéis, trabalhando como cabo eleitoral, mas tem outros que os veem como mais um explorador, como alguém que ganha mais e de forma mais fácil, como um aliado do patrão. Situação que é de meu conhecimento, pois já vivenciei e que não é diferente, segundo o depoimento abaixo, do senhor Antônio, trabalhador rural da região de Araguary-MG, o qual se refere ao gato que compra carro, mesmo antes de terminar a colheita de café e eles, que trabalham duro, não conseguem comprar nada.

*Ah o gato ganha mais dinheiro que os que...que trabaia, né? Óia o gato aí, aquele gato que ta lá, já ta andano de carro aí, ó. Agora, nós trabaia e num...num pode comprá uma bicicleta, e ele ta andano de carro (...)P'ocê vê, im antes de acabá a coieta, o cara tá andano de carro, e nós num pode comprá um carro, que trabaia, né? E o gato num trabaia e compra o carro, né?*¹⁸⁹

Esses trabalhadores sabem que são eles os responsáveis pelo trabalho mais difícil dentro do processo de qualquer uma das atividades realizadas no campo. São os trabalhadores rurais que precisam levantar de madrugada, estarem no ponto por volta das 05h30 da manhã, viajar horas de ônibus até chegar ao trabalho.

Em se tratando do trabalho do campo, requer esforço físico e habilidade, como a colheita de laranja que necessita de experiência, reflexos, habilidades e muito esforço físico.

As colheitas de laranja são efetuadas em duas etapas: primeiro, é colhida grande parte dos frutos, a safra prevista para o inverno e, depois, colhem-se aquelas frutas provindas das

¹⁸⁸ Narrativa de Wilson Pereira dos Santos, ex-bóia-fria, fiscal de turma. Dezembro de 2009.

¹⁸⁹ CARMO, Maria Andréa Angelotti. Op. cit. p. 148-149, nota 105.

chuvas, fora de tempo, as chamadas pelos trabalhadores e produtores de “temporonas”, as que mais atraem os produtores devido ao bom preço.

As chuvas e o cuidado para segurar as diversas floradas, dão as colheitas em tempos diferentes, exigindo do catador experiência e muito conhecimento. O que parece muito fácil, depende da harmonia de uma série de reflexos e habilidades juntas.

Para identificar a fruta que está no ponto, é necessário conhecimento e reflexos, pois é preciso identificá-las em fração de segundo, o que também necessita de rapidez nos movimentos das mãos para o bom desempenho.

O preparo físico é indispensável na realização dessas atividades. Para colher as frutas do alto, necessita-se de uma escada de, aproximadamente, três metros, e o catador sobe e desce inúmeras vezes por dia, com a sacola de lona ou nylon, com capacidade de até quarenta kg, presa aos ombros. À medida que vai colhendo, a laranja é colocada dentro da sacola e esta vai pesando. Para o bom rendimento, às vezes, é necessário terminar de colher as frutas que estão a sua volta, antes de colocá-las nas caixas, para não precisar subir a escada no mesmo lugar. Os movimentos devem ser controlados, pois as escadas ficam soltas sobre os galhos e qualquer movimento mais brusco a escada ou o peso da sacola pode derrubá-lo. São inúmeros casos de acidente com trabalhadores que caem das escadas, alguns com algumas lesões consideradas leves, outros com fraturas mais intensas.

A maioria dos catadores de laranja trabalha por produção (por caixa), mas nem por isso pode parar para descansar, ou alimentar-se a qualquer hora. A equipe é formada com o número suficiente para realizar a tarefa de cada dia. Os caminhões são contratados para transportar as frutas e devem ser carregados. Há uma média em que cada trabalhador para ser considerado catador de laranja precisa atingir. Caso não atinja a média é dispensado. Dentro desta equipe existem os caixeiros, responsáveis de carregar as carretas que puxam o produto do meio do pomar até o embarcador ou até o carreador, para serem transpostas para os caminhões que as transportam, para serem vendidas nos mercados dos grandes centros urbanos ou para as indústrias de suco.

Os caixeiros são escolhidos pelos gatos, entre aqueles de porte físico avantajado, pois é a atividade que necessita de força física para levantar sacas de, aproximadamente, quarenta quilos, ou caixas. Trabalho que, na maioria das vezes, são pagos pela lotação de cada caminhão. Os caminhões graneleiros, para transportar laranja, são adaptados com uma grade nas carrocerias para aproveitarem o frete, o que dificulta ainda mais o trabalho dos caixeiros,

que improvisam uma escada de caixas de laranja na tentativa de ganhar altura para arremessá-las dentro da carroceria, enquanto o outro vai dando formato à carga. Os braços desses trabalhadores carregam aproximadamente 45 mil kg por dia, entre três a quatro caminhões de 17 mil kg. O senhor Audêncio, de pequeno porte físico, mas com experiência do campo com sacarias de arroz, feijão, café, milho e por ter trabalhado um tempo na máquina de benefício de arroz, enfrentou o trabalho de caixeiro até que, com o peso da idade, passou a catar laranja.

As laranjas são transportadas soltas nas carrocerias dos caminhões quando são comercializadas para moagem nas fábricas de suco. Quando são para “mercado,” são transportadas soltas ou em caixas até um barracão, onde são selecionadas e polidas em uma máquina, depois embaladas para o mercado. Todo esse processo de catação até a embalagem para o mercado dos grandes centros ocupa a mão de obra do boia-fria.

A laranja para exportação necessita de mais cuidado durante o processo da colheita, não podem ser machucadas, são colhidas e embaladas uma a uma com papel, depois encaixadas e transportadas. O catador requer muita experiência para selecionar as melhores frutas do pé. É exigido um padrão de qualidade, tamanho e aparência (sem manchas e com a mesma cor). O que significa que os colhedores ganharão mais por isso, são exigências da profissão, do bom catador de laranja.

O trabalhador sempre está exposto a situações de risco, nos laranjais que necessitam do emprego de muito agrotóxico, devido a inúmeras doenças que aterrorizam os plantadores, como o caso da amarelinha (*xylella fastidiosa*), uma doença que deixa as folhas do pé menores, com uma cor mais amarelada e os frutos são menores. Essas são comercializadas apenas para as indústrias de suco. O cancro cítrico é outra doença temida pelos produtores e pelas autoridades governamentais. Existem equipes de pessoas treinadas, pagas pelo Estado, para visitar os pomares. Se aparecer um pé com a doença, como prevenção, arrancam todos os pés em um raio de cinquenta metros. Se tiver vários focos da doença, o pomar é erradicado, o que leva os plantadores, principalmente os maiores, a colocarem placas, proibindo a entrada de pessoas e veículos estranhos nos pomares. Os trabalhadores, que peregrinam de um pomar para outro, são submetidos a uma esterilização na entrada para o trabalho, assim também seus utensílios e os veículos que os transportam e os que transportam o produto. Situação que já causou várias discussões com relação a futuros problemas de saúde para esses trabalhadores.

Trabalhadores que lutam nesse cenário pela sua sobrevivência, sujeitos que não tiveram outra oportunidade de ganhar a vida, como relata Hélio Cândido de Oliveira, casado, pai de três filhos, órfão de pai, também trabalhador rural desde muito criança. Após a morte

de seu pai, sua mãe mudou com seus irmãos mais velhos para a cidade e ele continuou a trabalhar no campo, mas na condição de bóia-fria. As recordações de Hélio são da vida de boia-fria. Sem outras opções, continua nessa condição até hoje e, em entrevista reclama da falta de oportunidade e das dificuldades que o boia-fria enfrenta.

(...) sempre trabalhei como boia-fria. É muito difícil, ainda mais pra mim que perdi meu pai ainda muito criança, nois era pobre, meu pai também era trabalhador rural, e eu não tive outra oportunidade e continuei também como trabalhador rural.¹⁹⁰

A foto foi tirada pelo trabalhador rural Edson Belmiro de Paula, no ano de 2005, momento em que Hélio Cândido de Oliveira colhia as frutas do pé, usando a escada. Segundo Hélio, Edson registrou diversos momentos de seus companheiros trabalhando, antes de ficar com problemas mentais.



Figura 20 - Colhedor de laranja.*

Fonte: cedida pelo trabalhador Hélio Cândido de Oliveira.

O trabalho foi realizado com as fotos de trabalhadores rurais, procurando usá-las não apenas como ilustração, mas como fonte, que articuladas com as interpretações, relatos desses

¹⁹⁰ Narrativa de Hélio Cândido de Oliveira, trabalhador rural. Novembro de 2002.

* Através da foto (figura 20) percebe-se as dificuldades e a falta de segurança encontradas nas atividades da colheita de laranja. O personagem é o trabalhador rural Hélio Cândido de Oliveira, que além de fornecer as fotografias, contribuiu com seu precioso tempo de descanso dando depoimentos.

sujeitos inseridos na história, e com minhas interpretações, diante de tais experiências por mim, também, vividas. “Dessa forma, venho aqui como alguém de fora que também é, de um modo oblíquo, alguém de dentro”.¹⁹¹

Com a sacola presa aos ombros, num sobe e desce de escada, galhos que arranham os rostos queimados pelo sol, vão com pressa atrás daquela fruta que ficou entre as folhas, que não passará despercebida aos olhos do patrão ou do “gato”, pois têm a certeza de que serão advertidos, caso venham a deixar algum fruto para trás.

As camisas suadas, rosto queimando ao sol, mãos sujas não aliviariam o ardor do suor que adentra nos olhos, vestes impregnadas de espinhos, não são motivos para impedir os movimentos.

*Olha, não é fácil subir e descer com uma sacola de laranja nos ombros. Se você está lá em cima da escada, você precisa catar todas as laranja que está perto, e a sacola vai pesando e, aí, você desce, despeja na caixa e torna subi. É um sobe e desce o dia inteiro, as pernas vão cansando, parece que não tem nem perna mais. A escada precisa ter cuidado se não ela cai, porque ela fica escorada nas ramas, nos gaios, dos dos pé, não tem firmeza. Já aconteceu de muitos companheiro cair e se machucar.*¹⁹²

Na lida, só param para almoçar. Apropriam-se de uma sombra da laranjeira, com bancos improvisados de caixa ou a própria sacola de colher os frutos, tentam repor suas energias, saboreando a boia que foi feita de madrugada, às vezes até no dia anterior. Os minutos passam voando, é hora de voltar ao trabalho, O calor é intenso, as mãos parecem que, automaticamente, colhem os frutos, os ombros calejados, começam a queimar, parece já não sentir as pernas no subir e descer da escada. Ao longe, ouve o grito do fiscal, que é necessário carregar o caminhão. A tarde parece não chegar diante do trabalho fatigante. O fim do dia é um alívio, só resta contar as caixas, saber o quanto ganhou. Entrar em um velho ônibus empoeirado e viajar dezenas de quilômetros até chegar à cidade.

A gente, sabe, precisa comer, se não a gente não aguenta, a gente encosta na sobra do pé de laranja e come,(...) a gente tem que levantar cedo, fazer a boia ou esquentar a sobra da janta. Tem que estar no ponto para pegar o ônibus, às 5h30, com a garrafa, e a bóia. As vezes, a gente vai trabaia perto, mais, as vezes, a gente vai trabaia longe. A gente trabaia o dia inteiro, depois, pega aquele ônibus cheio de poeira até chegar em casa. É duro, a gente chega tarde, porque, se o pomar é ruim e é preciso carregar os caminhão que estão esperando, enquanto não carregar, a gente não vem embora. O fiscal já grita que tem que acelerá, senão não dá tempo de encher os caminhão. (...)Beber, só quando a gente chega, às vez, a gente para no boteco pra tomar uma cerveja

¹⁹¹ HOBSBAWM, Eric J. Op. cit. p. 13, nota 4.

¹⁹² Narrativa de Hélio Cândido de Oliveira, boia-fria. Dezembro de 2010.

*com os companheiro, uma pinga no boteco e, depois, a gente vai embora, descansá pro outro dia, né.*¹⁹³

Após a parada do ônibus no ponto, alguns vão para os botequins para tomar uma bebida, outros vão com as mulheres às creches buscar seus filhos, e vão para casa iniciar as atividades domésticas, preparando para o outro dia. A situação ainda é mais difícil para as mulheres, que arcam com grande parte dos afazeres domésticos, como lavar roupas e cozinhar o que é de meu conhecimento por conviver no meio desses trabalhadores.

Os trajés dos colhedores de laranja são parecidos com os demais trabalhadores, usam bonés, lenço no pescoço para proteger-se do sol. O uso do chapéu é abolido, pois atrapalha o movimento entre os galhos, também usam calça comprida, sapatão, perneiras para enfrentar os pomares com ervas daninhas como, “carrapicho, malícia, colonial, picão. A gente precisa ir com perneira”,¹⁹⁴ e os demais utensílios como a mochila de boia, a garrafa de água. Diferenciando dos cortadores de cana, identificados pela cor das roupas e da pele encarvoadas e o facão. As botas especiais, perneiras, mochila de boia, garrafa de água, utensílios usados em ambas as atividades. Breve analogia das duas atividades que mais empregam mão de obra na região.

Aquele trabalhador polivalente, procedente e conhecedor de todas as atividades do campo, que sabe manusear com perícia a enxada, o enxadão, a foice, o machado, sabe colher café, amendoim, mamona, feijão, milho, algodão, arroz, todo tipo de colheita manual. Aquele que sabe usar o arado de tração animal em todos os tipos de plantações, conhecedor da natureza e das técnicas para pulverizar plantações com máquinas costais. O trabalhador com esse perfil foi muito procurado, mas, aos poucos, esses produtos foram desaparecendo e, com isso, surgiram novas técnicas de cultivo e a plantação de outras lavouras. Esse trabalhador teve de se especializar em outras atividades estranhas as suas experiências adquiridas no trabalho rural no campo. “Você não vai ficar olhando pra laranja, precisa catar rápido e não pode catar laranja que não esteja no ponto, senão o fiscal te chama a atenção, aí o cara precisa ser bom”.¹⁹⁵

(...) O espaço dos trabalhadores rurais reestruturou-se, com o incremento dos assalariados temporários, nas regiões de grande produção de café, cana de açúcar, cacau, e de laranja; e o surgimento de trabalhadores especializados, em

¹⁹³ Ibid.

¹⁹⁴ Ibid. Dezembro de 2010.

¹⁹⁵ Idib.

*particular, nas granjas de soja e trigo ou nas plantações de hortigranjeiros, orientadas para mercados urbanos de altas rendas.*¹⁹⁶

Hélio, em seu depoimento, fala da necessidade de habilidade, reflexos e conhecimento que o catador de laranja necessita para colher a fruta para o mercado. Entre as inúmeras laranjas produzidas no pé e de diferentes floradas, o catador, em fração de segundos, deve decidir quais devem ser colhidas, quais estão no ponto. Caso demore na escolha, ou colha laranjas fora do ponto, será chamado à atenção pelo fiscal.

A redução de opção de trabalho dos boias-frias, na região, estão presentes na narrativa de Sidney José da Silva, que afirma que esses contam com apenas duas opções, o trabalho na colheita da laranja ou na cana de açúcar. Para exercê-las, exige a necessidade de especialização nas mesmas. Caso contrário, não vão ganhar o mínimo para seu sustento ou são pressionados a desistirem e não são mais chamados para as próximas safras.

*(...) O cara trabalha cortando cana, ou o cara trabalha panhando laranja. Mais a panha de laranja não dá dinheiro igual o corte de cana, porque no corte de cana eu já acostumei. Tem outra coisa você entra no corte de cana, quando acaba a safra, você vai procurar outro serviço e você não acha. É, praticamente, tá, porque entra o corte de cana, a turma tá completa, acaba a cana, a laranja tá com a turma completa, então, fica difícil. Então, você não consegue trabalhar.*¹⁹⁷

As virtudes do bom peão já não são tão necessárias e pouco representa para as novas atividades introduzidas no mundo do trabalho rural. É preciso sobressair nas novas atividades, especializar-se, adquirir novas habilidades, mesmo com os reflexos cansados pelos anos de trabalho, caso contrário, será descartado da equipe composta pelos gatos. Um constrangimento para alguém que tem no trabalho uma das virtudes do homem, com “a noção de que toda a virtude é feita de renúncia, isto é, se “rendição das paixões mediante uma ambição racional de ser bom”,¹⁹⁸ sacrificou momentos de prazeres e ócio, que se esforçou além de suas limitações, diante de jornadas fatigantes a sua vida inteira, em um meio para ser o bom peão.

Em um passado bem próximo, o bom peão do mundo rural precisava saber fazer de tudo relacionado ao trabalho rural, fazer com qualidade e com produtividade as atividades. Ser aquele peão que saía à frente no eito.

¹⁹⁶ SANTOS, José Vicente Tavares dos. História & Pesquisa. Universidade Federal de Uberlândia. MG. 1994. p. 55.

¹⁹⁷ Narrativa de Sidney José da Silva, boia-fria. Novembro de 2002.

¹⁹⁸ GIANNETTI, Eduardo. Op. cit. p. 141, nota 175.

(...) Já formei café, plantei algodão, milho, mamona, arroz, amendoim, feijão, fiz de tudo na roça, sempre gostei da enxada. Era bom de enxada, parece que é fácil trabalhá na enxada, o caboclo tem que ser bom, tem que ter resistência, saber preparar a ferramenta, pra cada tipo de carpa, é o tipo de enxada, o jeito de encabar e para cada tipo de cultura, o jeito da terra e como o caboclo manuseia a enxada. Eu fui bom, para sair comigo tinha de ser bom, (dá um sorriso), mas nunca consegui nada não.¹⁹⁹

Na atividade de capinar, o capineiro necessita de ter o conhecimento para a preparação da ferramenta para cada tipo de solo e seu grau de umidade, e plantação em suas diversas fases, algo que exige técnicas herdadas de pais para filhos no mundo rural e as habilidades em manusear a enxada a cada golpe, em cada tipo de plantação. Quando falamos em trabalhar no campo, vem à memória a figura do camponês com uma enxada, até de forma pejorativa. Parece que essa atividade é realizada da mesma forma em todas as plantações e que não há uma técnica que diferencie a necessidade de um tamanho da ferramenta para cada tipo de carpa, em cada plantação, os ajustamentos para os diversos tipos de solo, e as diferentes formas de manuseá-la. Para analisarmos as atividades do campo, não podemos deixar de considerar suas limitações, mas analisar o ato de capinar como um trabalho sem técnica e grotesco, é fazer uma análise grotesca de muitos que não tiveram a amarga experiência.

(...) a tentativa de explicação histórica de fenômenos recentes sempre precisa confrontar-se com a memória das pessoas que participaram diretamente dos fatos, ou que tiveram intenso conhecimento deles, ainda que indiretamente. Todo acontecimento do passado pode ser objeto de uma disputa de memória, entendida não como “evocação” ou “lembrança”, mas como afirmação de uma determinada “verdade”.²⁰⁰

Como cada atividade tem suas particularidades e pode ser desenvolvida de diversas formas, aproveitando a fala do senhor Orlando, que auxilia para o breve comentário das técnicas que o trabalhador precisa para ser bom de enxada em diversos tipos de carpas, pois capinar um arroz plantado nas margens dos córregos é diferente do plantado em outras áreas não úmidas. Situação que muda com o crescimento da planta, assim como a capina do café é diferente do processo de “arruação” que é completamente diferente de capinas das demais plantações.

No cultivo do café, são utilizadas, como instrumento para a carpa, enxadas e rodos maiores, e a maneira de como manuseá-los é diferente. Na “arruação,” é necessário que a ferramenta deslize na superfície do solo, de maneira que vai plainando o solo, o que facilitará

¹⁹⁹ Narrativa de Orlando dos Santos Oliveira, trabalhador rural aposentado. Novembro de 2002.

²⁰⁰ FICO, Carlos. “João Goulart e a Operação Brother Sam.” In: O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008, p. 67.

para a colheita. São fixadas pequenas travas de madeira para que a terra, as folhas e as impurezas sejam retiradas debaixo e entre os pés de café e colocadas no meio da rua, formando leiras ou pequenos montes quando os pés são grandes.

O capineiro começa cedo, com a ferramenta afiada e bem encabada, ao lado do fiscal. Com os golpes firmes, vai derrubando o mato, junto com o orvalho e, a cada momento que passa, o calor aumenta. As vestes molhadas de suor colam ao corpo, a fadiga toma conta pelo ritmo acelerado, até a hora do almoço para aproveitar o período mais fresco.

Encostando a uma pequena sombra, abre o caldeirão com cardápio costumeiro à base de arroz, feijão, ovos fritos, alguns legumes, como abóbora, maxixinho, às vezes, um pedaço de carne. Alimentos que têm que oferecer energia para a longa jornada que ainda falta cumprir. Tive o desprazer de presenciar alguns companheiros de eito que, na hora do almoço, procurava comer longe da turma. Só depois é que descobrimos que havia levado o caldeirão na mochila, mas sem nada dentro. Esses casos estiveram presentes até alguns anos atrás.

É hora de voltar. O sol estridente, as horas demoram a passar. Os braços quase sem forças. Os golpes, já sem tanta precisão, são reparados pelo olho fiscalizador, que vão até aos últimos minutos da diária, até ouvir o grito do fiscal “quebrou”. É hora de tomar o caminho de volta para casa, cuidar dos filhos que estão esperando, fazer os serviços domésticos e descansar para o próximo dia.

No depoimento do senhor Wilson, percebemos que é um polivalente nos trabalhos agrícolas “(...) trabalhamos muito, como meeiro de café, arrendatário plantando algodão, mamona, arroz, milho, feijão de tudo”²⁰¹.

Agora, falando outra vez na condição de narrador, escreverei situações que não são estranhas para mim. Trata-se da domesticação de animais para cultivar a terra com o arado, que pude vivenciar enquanto pequeno arrendatário, juntamente com minha mãe e, meu irmão, e depois, como boia-fria.

As realizações de tarefas de arar a terra necessitam, primeiro, de um animal “mestre”, animal que efetua o trabalho com perfeição. Aí entra o trabalho do “amansador”, aquele que ensina o animal a realizar as tarefas. Esse processo inicia com o animal depois arreado. Para “arrear” o animal, são necessários alguns acessórios, que os camponeses chamam de “traias”.

²⁰¹ Narrativa de Wilson Santos de Oliveira, trabalhador rural. Outubro de 2002.

O primeiro passo é que o animal tenha um foco de visão somente para a frente, para onde ele deve caminhar, sem perceber outros movimentos ao seu lado. Para isso, usa-se a tapa, acessório feito de couro, preso na cabeça por correias. Nessa tapa, na altura do nariz do animal, é preso o “cabeção”, um instrumento de metal com formato de meia-lua, contornando parte do nariz, com uma argola de cada lado, onde são presas as cordas “rédeas,” tendo como função guiá-los (muitos usam o freio ou o “abridão” que são colocados na boca do animal). A peiteira ou “coalheira”, feita de couro ou de palha, com canzil de ferro ou de madeira. Esses canzils são juntados e amarrados acima da crina com correia ou cordas finas. No meio dos canzils, são presos cachos que conectam as correntes que ligam ao cabeçalho do arado, através de um gancho. Nesse intervalo das correntes, entre a peiteira e os ganchos que ligam ao cabeçalho do arado é colocada a lombeira, um acessório feito de couro ou de sacos de estopas, com ganchos nas suas extremidades, o que serve de apoio. A medida que o animal faz força, facilita os seus movimentos e serve também para regulação do arado no solo. Outro acessório é o “balancinho”, uma espécie de travessa colocada entre as correntes próximas ao cabeçalho do arado, medindo cerca de quarenta a cinquenta centímetros, (dependendo da lavoura e o tamanho da mesma a ser cultivada é o tamanho do acessório, pois as correntes mais abertas podem quebrar os galhos das plantações) que, na maioria das vezes, é feito de madeira, pelos lavradores, ou comprado pronto nas lojas de ferramentas, tendo, também, como função principal abrir as correntes, facilitando o andar do animal.

As correntes que vão da peiteira até a ponta do cabeçalho, à medida que o animal se esforça, esfolam o couro do animal, na altura da paleta, das costelas e nas pernas. Havia pessoas que se preocupavam e encapavam as correntes com mangueira ou tecidos, tentando proteger o animal.

Para ter um animal “mestre,” são necessárias muitas horas de trabalho. O amansador inicia o processo de adestramento, colocando o animal para arrastar pequenos troncos até ficar manso, somente depois é que o coloca para puxar arados, carrinho etc. Só depois de muito tempo de treino, de cultivar as terras solteiras (sem plantações), é que era usado no cultivo das plantações.

O uso do arado, assim como o da enxada, também requer técnicas, ou melhor, faz-se necessário saber como é solo, se firme, arenoso, fofo, umidade, o tipo de plantação a ser cultivada, a idade da mesma. Tudo isso para escolha da ferramenta a ser usada, e como ser ajustada ao arado. Para um solo firme, é necessária uma ferramenta menor e ajustada mais em

pé, alongando as correntes, o que facilita a penetração no solo e de forma que o animal possa arrastar.

Essa técnica pode ser usada em quase todas as plantações e fases dos cultivos. Nas plantas menores, o arado deve ser ajustado para não enterrar as mesmas e cobrir as ervas daninhas. Todo o trabalho com arado tem sempre a hora certa de ser realizado. Quando as ervas daninhas estão pequenas (“sementeira”), o lavrador precisa muita atenção, habilidade para manusear o arado e de um animal muito “mestre”, principalmente no cultivo de plantas como arroz, feijão, algodão, milho, mamona e amendoim.

As plantações tratadas no parágrafo anterior, cada uma tem suas particularidades, mas o cultivo é praticamente realizado da mesma forma. Quando pequenas, à medida que vão crescendo, deve-se alterar, aumentar o tamanho da ferramenta e introduzindo o arado mais no chão (devido ao processo de aração, vão acumulando uma quantidade de terra no caule das plantas) e jogando mais terra para cobrir a sementeira.

Para o bom uso do arado, o lavrador precisa conhecer as fases de formação da lavoura. O arroz, por ser uma planta com as raízes espalhadas sobre a superfície da terra, o sistema de aração deve ser raso,²⁰² não sendo aconselhável o uso do mesmo quando está perto de soltar os cachos, o que pode levar à perda da colheita. O feijão, uma planta de ciclo curto, o que reduz as despesas com o cultivo, mas que exige muito cuidado com a introdução do arado no período de sua formação, pelo seu precário sistema radicular.²⁰³ Não é aconselhável o uso do arado no período de sua florada, pois a movimentação em meio à plantação, pode derrubar suas flores, que são sensíveis. O algodão exige muito cuidado, deve ser bem cultivado para que pragas, como espinho de carrapicho, malícia, espinho chifre de carneiro, cipós não atrapalhem a colheita, o que provocaria o uso do arado constantemente. Como o seu ciclo é de, aproximadamente, 180 dias, o sistema de aração deve ser raso,²⁰⁴ o que é necessário saber dosar o tanto de terra a ser jogado em seu caule, que encubra a “sementeira,” sem deixar a ferramenta tocar no caule, o que prejudica seu crescimento. Depois de grande, é necessário o cuidado, para não quebrar os galhos. A atividade necessita de um animal mestre e vagaroso. O

²⁰² Disponível em: <http://www.crireplantar.com.br>. “O instrumento de carpa no caso do arroz, em virtude deste sistema radicular bastante superficial, deverá ser apenas para escarificar o terreno, sem se aprofundar ou levantar terra, ocorrências que prejudicariam a planta.”

²⁰³ Ibid. O feijão, normalmente, não consome muitos nutrientes, mas, considerando-se a fragilidade da planta e a precariedade do seu sistema radicular, o seu pequeno porte e o ciclo muito curto, importante a existência, no solo, de elementos nutritivos indispensáveis ao seu desenvolvimento, como fósforo, enxofre e zinco, cálcio e magnésio, potássio e nitrogênio.

²⁰⁴ Ibid. “O cultivo mecânico pode ser efetuado com máquinas à tração animal ou motorizadas. É preciso salientar que os cultivos devem ser rasos e que sua principal função é eliminar as sementeiras.”

milho, por ser uma lavoura considerada rústica,²⁰⁵ o que não exige tantos cuidados, é uma planta que forma rápido, abafa as ervas daninhas e a introdução do arado, quando maior, necessita de mais terra em seu caule, evitando, também, no período de sua florada, “penduação”.²⁰⁶ Mamona, considerada nativa,²⁰⁷ é uma das plantações mais resistentes, dá pouca mão de obra e pode ser cultivada mais livremente, sobressai às demais. Quanto ao amendoim, necessita de ser bem cultivado as pragas daninhas tornam impossível sua colheita. Ao contrário do arroz e do milho, na fase de sua florada, usa-se uma ferramenta pequena, até pela largura de sua plantação, mas que jogue muita terra nos seus caules para maior produção.²⁰⁸

Na atividade de aração em todos os cultivos de qualquer planta, o trabalhador necessita resistência física para caminhar o dia todo em terrenos ondulados e fofos, concentração e equilíbrio no arado, para não danificar a plantação e paciência com o animal. Há uma linguagem típica para a comunicação entre o lavrador e o animal, que se inicia no adestramento. Para o animal sair, costuma-se dizer: vamos, ou vai. Quando precisa parar, diz-se “oua”, se o animal precisa ir mais para a direita, o trabalhador diz encosta, ou simplesmente, “costa”. Se para esquerda, “vem”, quer dizer, vem mais para o outro lado. A maioria dos trabalhadores diz “vei”, (encosta ou “costa”, vem ou vei) depende de quem está

²⁰⁵ Ibid. “O milho, sendo uma planta relativamente rústica, no nosso meio, ela sofre uma diversificação muito grande em seu grau de tecnificação.”

²⁰⁶ Ibid. A planta do milho é monoica, isto é, possui os dois sexos na mesma planta, separadas em inflorescências diferentes.

Assim é que possui as flores masculinas numa panícula terminal, conhecida pelo nome de flecha ou pendão e as femininas em espigas axilares.

A panícula, que contém as flores masculinas, é formada por um central que termina num ramo principal, abaixo do qual partem lateralmente ramificações secundárias, que podem ramificar-se dando as terciárias. A região de ligação da panícula com o caule constitui o pedúnculo. Essa inflorescência pode atingir de 50 a 60 cm de comprimento, possuindo coloração variável, podendo ser esverdeada, marrom ou vermelho escuro.

As flores masculinas dispõem-se ao longo do ramo principal e das ramificações. Cada flor é constituída de 3 estames protegidos por duas formações membranosas chamadas lema e palea. Dois desses conjuntos são protegidos por duas plumas, formando uma espiguetas. Essas espiguetas são inseridas nos ramos das inflorescências em grupo de duas, sendo uma pendunculada e outra sésil, ou seja, sem pedúnculo. Essas duas flores amadurecem seus grãos de pólen em períodos diferentes, sendo que a produção de pólen dura cerca 8 dias e cada panícula pode produzir até 50 milhões de grãos de pólen.

²⁰⁷ Ibid. A mamona é uma euphorbiácea, cuja origem é dada ora sendo asiática, ora como africana e, até mesmo, como planta nativa d América. De qualquer forma, menção dela é feita desde a mais remota antiguidade, pois, segundo autores clássicos, já era conhecida à época dos antigos egípcios que a apreciavam como planta milagrosa, sendo igualmente utilizada na Índia desde os tempos imemoriais para os mais diversos fins. No Brasil, a mamona é conhecida desde a era colonial, quando dela se extraía o óleo para lubrificar as engrenagens e os mancais dos inúmeros engenhos de cana.

²⁰⁸ Ibid. Os cultivos são necessários para evitar a concorrência das ervas daninhas e melhorar as propriedades físicas do solo. Utilizando-se o cultivador de enxadinhas, entre linhas, o mesmo usado para as demais culturas. Outra peça, a chapa, é de emprego bastante generalizado. Na lavoura do amendoim são utilizadas as de nº 12 e 14. Em terrenos pesados, como o massapé, faz-se pequena amontoa com um sucador pequeno, cinco a dez dias depois do início da floração.

trabalhando. O que pode confundir o animal, quando troca de dono ou de condutor. Esses dizeres são percebidos pelo animal, depois de muitos golpes nas rédeas, com o cabeção (instrumento de metal com pequenas pontas cortantes presas às rédeas) o que causam grandes sofrimentos aos animais. O nariz do animal, já inchado pelos ferimentos anteriores, sangra com os repetidos golpes, quando não consegue entender a linguagem do condutor.

O bom condutor é aquele que fala com o animal de maneira calma, com leves toques nas rédeas para orientá-lo. Gritos e golpes violentos nas rédeas desorientam o animal que, sem saber para onde ir, e no seu instinto, com medo, tenta sair da situação tentando correr, o que é contido com mais golpes nas rédeas. Ele acaba pisando nas plantas, o arado foge do controle do trabalhador e danifica toda a plantação ao redor.

No início do cultivo das terras, “não era possível usar ferramenta porque existiam muitas raízes e tocos. Não tinha como trabalhar com animal, só depois de alguns anos. A gente ia rancando os tocos, outros iam apodrecendo, então, ficava mais fácil”²⁰⁹. As primeiras arações foram possíveis com utilização de ferramentas menores. As ferramentas as quais o senhor Orlando refere-se, são fabricadas de vários tamanhos, tanto a chapa ou meia-lua como são chamadas no meio rural, iniciam com uma escala de dois em dois números até o número vinte e oito, como o sulcador, bico de pato (usado muito pouco, somente no início, facilitava manuseá-lo entre os tocos e as raízes), tombado, ferro para cortar amendoim.

Na terra já cultivada, a meia-lua número vinte e oito era a predileta dos cafeicultores. Depois da geada e com a escassez das chuvas, as lavouras de café antigas, os pés não conseguiram alcançar o tamanho de antes, criando um espaço maior a ser cultivado entre os pés, o que levou os trabalhadores a buscarem ajuda nas oficinas, ampliando a extensão dessas ferramentas, para diminuir o trabalho com a enxada no espaço entre os pés, o que necessitou maior esforço dos animais. Para o uso dessa ferramenta, é necessário ajustar de forma que fique apoiada no chão com suas laterais “asas” e possam penetrar no chão de maneira uniforme.

Wilson, com os demais trabalhadores, sabia da necessidade de executar o trabalho no momento certo, percebia através da natureza as proximidades das chuvas. Assim como na colheita, no cultivo, é necessário salvar a lavoura das pragas daninhas. Sabia o momento certo de pulverizar a lavoura, sem o auxílio de engenheiro agrônomo, o lavrador acompanhava com atenção a infestação de pragas na lavoura.

²⁰⁹ Narrativa de Orlando dos Santos Oliveira, trabalhador rural aposentado. Novembro de 2002.

O inseticida em pó foi muito usado. Até os finais da década de 1970, sua pulverização era realizada ao entardecer, a noite ou de madrugada, horário em que os ventos estavam mais calmos. Esse conhecimento da natureza, fazia esses trabalhadores estenderem sua labuta, muitas vezes, “do amanhecer até o crepúsculo natural”.²¹⁰ Trabalho extremamente prejudicial à saúde, as experiências dos trabalhadores em pulverizar, de maneira que o vento os protegesse da fumaça tóxica, não era suficiente para livrá-los do perigo.

Em busca do melhor aproveitamento do inseticida e as necessidades de aproveitar o dia em outras tarefas, preferiam pulverizar ao anoitecer, em que deparavam com os buracos de tatus, erosões, pequenos troncos e raízes espalhados pela lavoura, sujeitos a tropeços e tombos, tendo seus corpos cobertos pelo inseticida. O trabalhador só se livrava do inseticida espalhado sobre o corpo, depois que voltava para casa, após terminar a tarefa.

Os produtores considerados de médio e grande porte (em termos de região), após mecanizar as lavouras com o uso do trator, passaram a usar máquina no trator para a atividade de pulverização. Enquanto parte dos pequenos produtores continuaram com suas máquinas manuais, os de melhores condições financeiras aderiram à máquina motorizada costal, que desenvolvia o trabalho de forma mais rápida e não prejudicava as plantações, como a pulverização realizada com trator, mas os riscos à saúde eram maiores, pela quantidade e força que lançavam os inseticidas.

Das lavouras, a de algodão era a que mais necessitava do uso de agrotóxicos. O algodão, por muito tempo, foi ao lado do café, um dos produtos que sustentavam a economia da região. Depois do fracasso do café, devido à geada de 1975 e a seca de 1986, o algodão, por alguns anos, foi o principal produto cultivado na região.

O algodão exigia cuidados especiais na sua formação,²¹¹ desde a plantação. A boa lavoura começava de como regular as máquinas plantadeiras, equilibrando para não jogar a semente na superfície da terra, nem muito funda, pois corria o risco de cair em chuvas fortes, assoreando a plantação. Depois de nascida, viria o processo de “raleação” a seleção dos pés. Tarefa cujo trabalhador necessitava de muitos reflexos para identificar rapidamente os pés de melhor qualidade e arrancar os demais, sem perder a noção do espaço entre os pés para melhor produção. Como a tarefa exigia que o trabalhador a efetuasse com o corpo curvado, o que forçava muito a coluna cervical, esse trabalho destinava-se às crianças e mulheres, por ser

²¹⁰ THOMPSON, E. P. Op. cit. p. 269, nota 79.

²¹¹ Disponível em <http://www.crireplantar.com.br>. “O algodoeiro é muito susceptível à concorrência de ervas daninhas. Por essa razão ele deve ser mantido no limpo, isto é, livre das ervas daninhas desde a semeadura até próximo à colheita.”

considerado “trabalho leve”. Nos finais das tardes, os trabalhadores realizavam essa atividade de joelhos, devido às fortes dores na coluna cervical, resultado do esforço e da longa jornada de trabalho.

Para narrar sobre essas experiências, recorri outra vez ao trabalhador rural Hélio, um ex-companheiro de trabalho, que viveu situações parecidas com as minhas, após perder seu pai e enfrentar os trabalhos do campo ainda criança.

*Ralear algodão é mais leve, apesar que ralear algodão dar uma dor na coluna danada. Lembra quando a gente era moleque, a gente raleava algodão, era preciso saber escolhê os pés mais bonito e rancá os mais pequeno, deixa os espaços certo entre os pé, tinha que se rápido. Tinha de fazê bem feito senão o dono da roça mandava a gente embora. O sol quente era difícil, à tarde, a gente ia de joelho pra tentar acabar a rua. Que alívio, quando a gente ia embora.*²¹²

Hélio, durante a sua entrevista, por diversas vezes, repetiu a frase “você lembra”, como na fala acima, “Lembra quando a gente era moleque, a gente raleava algodão”. Ele está se referindo ao tempo que trabalhamos juntos, desde a infância, nas diversas atividades de trabalho do campo. Por ele ter conhecimento que vivi também esta experiência, ele não dá tantas explicações. Vale lembrar que Hélio fala de um momento antes da aprovação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente),²¹³ em que o trabalho infantil era mais explorado no meio rural.

A colheita do algodão foi outra atividade do campo que empregava crianças e mulheres, por ser considerado como um trabalho leve, mas que necessitava de muito esforço. O trabalhador precisava começar o dia o mais cedo possível. Aproveitar o frescor das manhãs, o orvalho que caia sobre a lã aumentando o peso do produto, que eram colhidos por quilo e porque tinham de aproveitar o máximo possível de tempo. Muitos trabalhadores não param nem para alimentar-se. Não podiam perder tempo. Era necessário aproveitar o máximo, pois a colheita era curta.

Quando o trabalho é considerado mais leve, necessita de muito mais esforço (no sentido de trabalhar sem parar para descansar), é necessário aproveitar o tempo. Hélio, na época da entrevista, 2002, era um trabalhador que, na colheita de algodão, aproveitava para ganhar um pouco mais, era um bom catador de algodão.

²¹² Narrativa de Hélio Cândido de Oliveira, boia-fria. Dezembro de 2010

²¹³ ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Artigo 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

*A vida é muito difícil, se o trabalho é mais maneiro, ele depende que a gente esforce mais. Quando tava catando algodão, por exemplo, a gente sai de manhã, às 05h00 da manhã e chega lá, a gente pega logo de manhã, quanto mais tempo a gente trabalha, a gente ganha mais. Então, a gente só se alimentava de manhã cedo e, talvez, a gente, se a gente se alimentava até 1h00 ou até chegava lá e nem se alimentava, porque já tinha passado da hora, porque, no intervalo que a gente trabalha bastante, mais tempo que a gente trabalha, a gente ganharia mais, e chegava até umas 2h00 ou 3h00 da tarde, a gente já tava cansado.*²¹⁴

Os catadores de algodão quase não se falam, concentram-se nas maçãs de algodão. A pegada tem que ser certa, seus dedos sensíveis para que possam deslizar das pontas das cascas das maçãs até a percepção de estar no ponto para fecharem os dedos, rapidamente, arrancando somente a lã. Se o algodão sofreu com algumas chuvas, antes de ser colhido, saem as casas, que não podem ser todas colhidas junto com a lã, o que há um percentual de tolerância. Então, o catador leva imediatamente o chumaço de algodão à boca, mordendo-o e arrancando as cascas. As mãos, de maneira automática, levam os chumaços de algodão para dentro da sacola, um fardo amarrado à cintura, com uma abertura para ser introduzido o produto colhido, que só é desamarrada da cintura após estar cheia. O catador leva-a até a balança para ser pesada e despejada na frente dele, para ver a quantidade de impurezas. Caso haja impurezas, como muitas cascas, folhas e maçãs verdes de algodão, o trabalhador é chamado a atenção na frente de todos e sofre descontos de alguns quilos. Há casos em que o produtor acaba demitindo o catador.

*Agora você sabe, catar algodão é um serviço leve, só é pesado levar a sacola, ou arrastá a sacola na cintura, quando está cheia. Vai cortando a cintura da gente, mais pra podê ganhar um pouco mais de dinheiro, é preciso ser bom. O cara precisa olhá prá maçãs, tirar as casquinha com a boca, não pode usar as mãos prá tirar casquinha, não, e se colocar muita casquinha, aquelas maçãs meia verde que está começando abri, a gente coloca no fardo, mas, se exagera, o dono da roça na hora de pesá, desconta ou manda a gente embora. Bom, você sabe como é né?*²¹⁵

Temendo humilhações e necessitando ganhar mais, o trabalhador se autofiscaliza, determinando o quanto deve produzir e a qualidade de sua produção. “O trabalhador deve transformar-se no seu próprio feitor”.²¹⁶

As balanças são montadas em um lugar da roça. A área plantada quanto maior mais dificulta para o catador que precisa levar sobre os ombros, nas costas ou na cabeça, à distância de quase um quilômetro para pesar. E, para não perder tempo, só nesse momento é que toma

²¹⁴ Narrativa de Hélio Cândido de Oliveira, boia-fria. Novembro de 2002.

²¹⁵ Id. Dezembro de 2010.

²¹⁶ Weber, op. Cit., esp. pp.54, 60-67, 160-61, 178; E. Fromm. The Fear of Freedom (ed.1960), p. 80.

água. Água que, na maioria das vezes, é transportada em latões ou em tanques, que são usados para abastecer máquinas de pulverizar as lavouras.

Nos tempos da colheita de algodão, era comum ver trabalhadores sentados em algum banco na praça da cidade, junto com os companheiros, comer o almoço, antes mesmo que a carreta chegasse, por volta das 5h30, para transportá-los para a roça. Muitos faziam ou terminavam a refeição durante o caminho da roça. Alimentados, só voltariam a se alimentar por volta das 13h00, quando já estava fria, se quente era por ter esquecido a mochila no sol. Era necessário repor as energias do cansaço de quem se levantou às 4h00. Passadas nove horas e com apenas uma refeição, o corpo fragilizado repõe com o que sobrou do almoço às 5h30, um pouco de arroz, feijão, às vezes abóbora, ou maxixe baiano, colhido nas roças, ovo frito, batata, sopa de mandioca. A carne era questão de status. Os trabalhadores valiam-se dos miúdos dos animais por serem mais baratos, não adiantava querer se vangloriar de um caldeirão com bifés de primeira, pois todos sabiam das condições de cada um e, se fizessem isso, com certeza, o dono do açougue logo deixaria de vender por falta de pagamento. Situação muito parecida com a dos trabalhadores da Inglaterra no século XIX.²¹⁷ Na colheita de algodão, como ganhava mais, dava para comprar a carne para o almoço de domingo e alguns pequenos pedaços para alguns dias da semana. A carne consumida pelos trabalhadores era de segunda.

Por ser a colheita de algodão uma tarefa que poderia ser realizada por mulheres e crianças, sempre foi paga com preços abaixo da média, necessitando de um esforço muito maior destes, o que não significava melhorar de vida. “Não podemos determinar média para o bem-estar, mesmo sendo possível prová que houve um ganho ao final do processo, devemos lembrar que este ganho beneficiou a outras pessoas”.²¹⁸

*Não há nenhum sinal do preço “justo”, ou do salário justificado em relação a sanções sociais ou morais, como algo oposto à livre atuação das forças no mercado. O antagonismo é aceito como intrínseco às relações de produção. Funções de gerência ou supervisão demandam a repressão de todos os atributos, à exceção daqueles que promovam a expropriação do máximo de mais-valia do trabalho. Esta é a economia política que Marx dissecou n’O Capital. O trabalhador tornou-se um “instrumento” ou uma cifra, entre outras, no custo.*²¹⁹

Situação de extrema dificuldade relatada em novembro de 2002, pelo trabalhador Audêncio de Souza que reclama: “a gente ganha muito pouco não dá prá nada, paga a venda e

²¹⁷ THOMPSON, E.P. Op. cit. p. 180-182, nota 140.

²¹⁸ Id. p. 66.

²¹⁹ Id. p.28.

já foi o dinheiro. Os preços das coisas, tudo sobe, mas o preço do nosso dia de serviço não sobe. É difícil”.²²⁰

Segundo Luiz Goes, essa situação sofreu algumas alterações. “Nos últimos anos, melhorou um pouco, mas é porque melhorou para todo mundo. O governo Lula melhorou o País”²²¹. Essa melhora também foi percebida na fala de Hélio Cândido de Oliveira, “estou trabalhando registrado, as coisas melhorou um pouco”.²²²

As dificuldades econômicas reclamadas nas falas dos boias-frias durante anos anteriores, que são relatadas por Hélio, Orlando, Audêncio entre outros, demonstram que esses trabalhadores podem estar entre os 10% das pessoas ocupadas com rendimentos mais baixos, que tiveram o crescimento da renda média mensal de 4,3% no ano de 2008, enquanto que, nos rendimentos dos 10% mais elevados, houve uma elevação de 0,3%.²²³ Mesmo diante de uma melhora considerada significativa para Luiz Goes, ainda está muito distante, quando sonhamos com um mundo mais justo e igualitário.

Depois de um ano da entrevista sobre essa pesquisa, voltei à casa de Luiz Goes, localizada na rua Adalberto Brandão, a alguns metros do Bairro Nossa Senhora Aparecida, bairro habitado por trabalhadores rurais, já comentado neste capítulo. Conversamos sobre vários assuntos, entre eles, sobre as mudanças que aconteceram no País nos últimos anos, a partir do Governo Lula, foi possível melhor poder aquisitivo. Luiz Goes, que continua residindo com sua mãe de oitenta e dois anos, sofrendo de alguns problemas de saúde, aproveita os dias de folga para a realização de alguns afazeres domésticos. Nesse dia, Luiz Goes não foi trabalhar pelo motivo de chuva, aproveitando para dedicar-se aos afazeres domésticos, como percebe na foto (figura 21) havia acabado de estender as roupas para

²²⁰ Narrativa de Audêncio de Souza, boia-fria. Outubro de 2002.

²²¹ Narrativa de Luiz Goes, bóia-fria. Dezembro de 2009.

²²² Narrativa de Hélio Cândido de Oliveira, bóia-fria. Dezembro de 2010.

²²³ Disponível em: <http://www.informes.org.br>. Segundo os cálculos da Fundação, sem as políticas de desenvolvimento econômico sustentável e de distribuição de renda, o País estaria hoje com 50 milhões de pobres. O levantamento da FGV revelou também que a crise financeira internacional não impediu que houvesse uma redução da pobreza no Brasil. No ano passado um total de 3,8 milhões de brasileiros saíram da miséria, o que representou uma queda de 12,27% no número de pessoas pobres. Os dados são da pesquisa Consumidores, Produtores e a Nova Classe Média, elaborada pelo Centro de Políticas Sociais da FGV. Pelos números, o Brasil tem atualmente 29,3 milhões de miseráveis, o que significa que 16,2% da população vive abaixo da linha da pobreza. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) também mostrou que, em 2008, os pobres sofreram menos com a desaceleração da economia provocada pela crise financeira. Para os 10% das pessoas ocupadas com rendimentos mais baixos, o crescimento da renda média mensal foi de 4,3% no ano passado, enquanto para os 10% com rendimentos mais elevados houve elevação de 0,3%.

secarem, na área da frente de sua casa, construída dentro do projeto de reforma da mesma. A intenção da foto, tirada por ele mesmo, foi de “registrar a reforma”²²⁴ de sua casa.



Figura 21 - Casa de bóia-fria reformada.

Fonte: cedida por Luiz Goes.

Para Luiz Goes, essas melhorias aconteceram em decorrência de alguns fatores, entre eles o aumento do salário mínimo, o que representou uma melhoria no seu orçamento familiar, pois sua mãe é aposentada com um salário, (situação de grande parte dos trabalhadores rurais que se aposentam com um salário mínimo, depois de ganhar esse direito na justiça por não contar com registro em carteira). Ele, que trabalha na colheita de laranja por caixa, percebeu uma melhoria expressiva nos seus vencimentos, durante esse período, e aos preços das mercadorias básicas que permaneceram estáveis.

Essa melhora percebida nos últimos anos é resultado de uma situação ainda mais crítica vivida até então e denunciada no ano de 2002, pelo senhor Audêncio de Souza, outro trabalhador rural que reclamava das dificuldades dos trabalhadores boias-frias pela falta de reajuste em suas diárias, com os preços dos produtos que subiam. “Há quatro anos, eu ganhava R\$ 15,00, (quinze reais). Hoje, eu estou ganhando no mesmo serviço e ganho os

²²⁴ Narrativa de Luiz Goes, bóia-fria. Dezembro de 2009.

mesmo R\$ 15,00 (quinze reais)”.²²⁵ “O limite dado do montante de salários está fundado na *mera vontade* do capitalista ou nos limites da sua avareza, é um limite arbitrário”.²²⁶

Nesse universo do trabalho rural, voltando a tratar das experiências vividas pelo senhor Orlando dos Santos Oliveira, expressas nas suas narrativas sobre as técnicas e dificuldades relacionadas às atividades da colheita do café. “Essa colheita que demanda muito trabalho, se o café é novo, você, então, colhe ele mais fácil na peneira ou no chão, quando ele ainda está verde”.²²⁷

Usando alguns fragmentos da narrativa do senhor Orlando, que refere colheita trabalhosa do café, trata-se das primeiras colheitas da lavoura ainda nova, onde o trabalhador usa a peneira que, colocada com cuidado entre os galhos encostada ao tronco, vai derriçando com os dedos, de galho em galho, com cuidado para não deixar cair no chão. Nesse caso o café não foi arruado, os frutos que caem se perdem na terra, nas folhas e em outras impurezas do solo. Com a peneira cheia, inicia-se a atividade de abanar para retirar as folhas e alguns pedaços de galhos secos e ensacar, ganhando mais tempo do que a colheita no pano, que necessita de tempo para estendê-lo e, depois, passar o café para a peneira para ser abanado. A derriça direta na peneira facilita a atividade de abanar mais simples do que a derriça direta no chão, porque não há o contato com as impurezas da terra, como areia, folhas.

A lavoura de café nova, quando começa a ganhar um tamanho, vai se ramificando e a colheita com a peneira é prejudicada devido aos galhos. Então, nessa fase, realiza-se a colheita com uso de panos, que são estendidos debaixo dos pés e, depois de colhidos, os grãos são amontoados e abanados para depois serem ensacados.

As derriças realizadas com peneiras e panos dão melhor qualidade aos grãos. Essa prática é realizada com os grãos ainda em cereja (vermelhos), pois, quando o café toma a cor preta, há um grande percentual caído no chão.

A colheita realizada através da derriça direta ao chão, pode ser iniciada com os grãos ainda em cereja, uma forma de adiantar o processo de colheita e economizar os trabalhos com varredura e repasso de arruação, apesar de ser uma derriça demorada, se comparada com a derriça realizada com pauzinho. Ela é praticada com os dedos deslizando nas varas cheias de grãos, mas há uma demora no processo de secagem do café no terreiro. As derriças com um

²²⁵ Narrativa de Audêncio de Souza, trabalhador rural. Outubro de 2002.

²²⁶ MARX, Karl. Salário, preço e lucro. São Paulo: Produção Editorial: Adalmir Caparrós Fagá. Tradução: Silvio Donizete Chagas. Centauro, p. 15.

²²⁷ Narrativa de Orlando dos Santos, trabalhador rural aposentado. Novembro de 2002.

pequeno pedaço de madeira leve, taboca ou bambu seco, exigem muito cuidado para não quebrar as ramas, pois deve-se bater com pouca força e, repetidamente, muito rápido, fazendo estremecer os galhos para que os grãos caíam ao chão. Para melhor aproveitamento da colheita, é realizada a “recata” dos grãos que sobraram. Após a recata, é hora de limpar os troncos, atividade realizada com as mãos nuas ou com a ajuda de facão feito de madeira. Tiram-se os grãos entre os troncos, o que facilita a rastelação. Essa limpeza dos troncos era feita por crianças ou pelos adultos, se a “recata” fosse deixada para o dia seguinte, de manhã, uma vez que, com o orvalho e a temperatura mais baixa da noite, os grãos umedecidos dificultavam a derriça logo cedo com um pedaço de madeira. Então, para aproveitar o tempo, os adultos iam limpando os troncos até o sol esquentar o café nas varas. Vale lembrar que as atividades de “recata” e limpa de troncos, faziam parte do processo de derriça quando empreitadas por pé derriçado, uma prática muito comum nas colheitas da região.

Rastelar era a próxima atividade, que carecia de experiência. Ao rastelar puxando os grãos, não poderia firmar muito o rastelo no chão para não juntar muita terra, o que dificultaria o trabalho do abanador, e não poderia misturar os grãos com as folhas. Depois de juntar em montes, é hora de bater as folhas e retirá-las, não podendo jogar os grãos junto com as folhas. Bem amontoados e sem muita terra, o abanador “pega um monte de café aqui, outro ali, abaixa, levanta, não é fácil, e precisa ser forte para poder jogar a peneira cheia de café para cima, e o jeito para não derrubar os grãos no chão, o caboclo tem que ser bom”.²²⁸ Há sacas de 100 litros, mas nas sacas que devem ser bem cheias cabem muito mais, em média 120 litros, causando um prejuízo de 20%. Caso não estejam bem cheias, o fiscal exige que complete ou desconta nas anotações.

As atividades da colheita de café, na maioria, são empreitadas de diversas maneiras. Por sacas, quando o trabalhador encarrega de derriçar, limpar os troncos, rastelar, abanar e entregá-lo ensacado. Pode também ser empreitado por atividades isoladas, como só derriçar, rastelar, ou para abanar. Os trabalhadores também são contratados como diaristas.

O café é diferente de outras plantas de ciclo curto, como o amendoim, que necessita de pouco tempo para formar, e sua colheita é uma das mais rápidas.²²⁹ Mas é uma colheita que ocupa muita mão de obra. Hoje, na região, essa plantação e sua colheita são mecanizadas, atividades que antes dependiam do esforço físico do homem e do animal (cavalo). Era

²²⁸ Narrativa de Orlando dos Santos Oliveira, trabalhador rural aposentado. Novembro de 2002.

²²⁹ Disponível em: <http://www.crireplantar.com.br>. A maturação das variedades atualmente cultivadas ocorre três meses após o plantio, estando a maioria das vagem em ponto de colheita aos noventa ou cem dias para a variedade tatu; 100 ou 110 dias, para a tatuí, e mais de 120 dias para o roxo.

conectado no arado um ferro que, após ser centrado, servia para cortar as plantas abaixo de suas vagens,²³⁰ facilitando ao trabalhador responsável de puxar as ramas, chocalhar e fazer os pequenos montes com as vagens para cima, caso estivesse com ameaças de chuva, mas se o clima favorecesse a colheita, eram estendidas ao solo para secar.

Os trabalhadores na atividade de chocalhar amendoim trabalhavam por empreitas, por metros lineares chocalhados ou por dia. É uma atividade penosa, sua colheita era prevista para os meses de janeiro e fevereiro, período mais quente na região o que fazia aumentar ainda mais o grau de dificuldade na sua realização.

Mesmo sendo consideradas penosas são tratadas como trabalho “leve”, as tarefas que mulheres e crianças podiam efetuar. Como todo trabalho considerado “leve,” os preços eram mais baixos em relação a outros trabalhos. O preço era pago por metro e necessitava de rapidez e não oferecia espaço para descanso para quem pretendesse ganhar o dia. Se estivesse trabalhando na diária, o olhar do patrão ou do fiscal incomodava o trabalhador, que só podia tomar água, alimentar-se ou descansar um pouco para aliviar a dor infernal na espinha cervical nos horários marcados para almoço e merenda, ou pedir autorização, que era concedida com pouca vontade ou negada.

Depois de alguns dias de sol, era só bater. Muitos usavam um balaio, com uma pequena trava de madeira presa em uma lateral na parte de dentro do balaio. O trabalhador juntava um pequeno feixe, segurava nas ramas já secas, batia na travessa dentro do balaio, de forma que as vagens não sofriam atrito direto com a madeira para não debulhá-las. À medida que os balaios iam enchendo, alguns trabalhadores juntavam em um local só para fazer o chamado terreiro para a atividade de abanação. Outros carregavam as peneiras e a sacaria. Conforme iam enchendo o balaio, já iam abanando e ensacando, deixando os sacos espalhados pela roça que, depois eram recolhidos por algum meio de transporte, tração animal ou automotores.

A atividade de bater o amendoim é uma atividade que exige técnica e cuidado para não debulhar as vagens. Precisa ter uma técnica especial de batê-lo sem deixar cair fora do balaio, porque se isso acontecer, o fiscal faz o trabalhador juntar do solo, o que atrasaria, e

²³⁰ Id. O arrancamento das plantas se faz em dias de sol e pode ser manual (culturas pequenas, do tipo familiar) ou mecânico (com tração animal, linha por linha ou por trator). Quando o solo é bem trabalhado e leve, o manual fica facilitado, perdendo-se poucas vagens na terra. Agarram-se as ramas em feixes, movimentando-se a touceira de um lado para o outro, com movimentos leves, até que a parte da planta sob o solo se desprenda, arrancando-se, a seguir, com cuidado. Uma enxada facilita o serviço de movimento do solo, além de reduzir o número de vagens que ficam na terra.

muito, o desenvolvimento da colheita. No momento da abanação, é necessário deixar o produto sem impurezas, como folhas, gravetos e terra. Depois, as sacas são revisadas se estão bem cheias, caso contrário, é descontado um percentual maior do que falta na medida uma maneira de fazer com que os trabalhadores nem tentem violar o “combinado”.

Outra lavoura de ciclo rápido, mas que exige pouca mão de obra, é o feijão. Com uma colheita com atividade muito parecida com a do amendoim no processo de arranca.

Num passado não distante, os pés de feijão eram arrancados, feitos os montes ou leiras no meio da lavoura, após secar por alguns dias. Depois de serem transportados para um determinado local, na roça mesmo, eram batidos com varas de madeira de, aproximadamente, dois metros e, na ponta, eram amarradas as duas varas com correias ou cordas, de maneira que as amarras girassem, facilitando o golpe para debulhar as vagens. O trabalhador tinha de saber manusear o “cambito,” caso contrário, corria o risco de se machucar. Hoje, essa atividade é realizada por grandes e pequenas debulhadoras. O trabalho braçal está restrito ao ato de arrancar, amontoar e, nas debulhadoras pequenas, juntar o produto seco do chão e colocar nas máquinas. As máquinas mais modernas vão sugando as leiras do produto seco espalhado no campo, restando ao trabalhador o pesado trabalho de ir ensacando o produto e colocando em outro meio de transporte para ser armazenado.

Na arranca do feijão, os trabalhadores são contratados para trabalharem por empreitas, por metros de feijão arrancados. É raro o pagamento por dia. É outra atividade que força muito a coluna cervical. Muito parecida com a de chocalhar amendoim e de “raleação” de algodão, mas que, pela minha experiência, apresenta um maior grau de dificuldade.

É uma atividade considerada “leve”, em que os trabalhadores necessitam de muito esforço para ganharem o dia. Atividade que, até quando foi proibido o trabalho infantil, era destinada às crianças.

Tratando da atividade empreitada por “ruas”²³¹ (por metros lineares), os trabalhadores procuram escolher as “ruas” mais “ralas”, com menos pés, o que facilita no desenvolvimento da atividade, diferentemente da colheita de algodão ou de laranja, que ganham por arroba e por caixa. Há uma disputa entre os trabalhadores na escolha. Os “gatos, que deveriam determinar quem deveria distribuí-las, se omitem,²³² deixando criar um conflito entre os

²³¹ “Ruas”, expressão definida como “que constituem os espaços desses trabalhadores na realização das atividades”, ver: CARMO, Maria Andréa Angelotti. Lavradores de sonhos: saberes e (dês)caminhos de trabalhadores volantes. Op. cit. p. 90, nota 105.

²³² Id. 103-104.

trabalhadores, uma maneira de ficar de bem com todos e colocar uns contra os outros, o que facilita seu controle sobre os trabalhadores.

Alguns trabalhadores, quando percebem que as próximas ruas não vão dar rendimento no desenvolvimento da produção, tentam se esconder, esperando que alguém pegue as consideradas ruins, para que eles possam pegar as ruas “boas”.

Essas atitudes não são levadas em consideração, quando são dirigidos elogios por parte de patrões e “gatos”, como o melhor da turma. Elogios que criam vaidades por serem os melhores trabalhadores, tornando o espaço de trabalho num campo também de disputa. São trabalhadores que querem dar o melhor de si, na busca de ganhar seu sustento e de ganhar status dentro desse espaço.

Os “gatos”, ou os patrões, usam de artimanhas, passando pelo local do trabalho, tecem elogios a um trabalhador e, depois, secretamente, pedem para “puxar o eito”, o que significa fazer frente no trabalho, proposta também feita a outros trabalhadores que inspiravam mais confiança do patrão. Esse jogo de necessidades e “vaidades” só vem a favorecer os patrões que, na maioria das vezes, dão o preço da empreitada depois de ver o rendimento diário dos melhores peões.

Acontecem casos de trabalhadores se esforçarem tanto, que suas capacidades físicas não resistem e desmaiam no trabalho, provocando pânico entre os demais.

Vale lembrar que, dentro do campo de domínio, além de exploração e competição presentes no meio rural, há também integração desses trabalhadores. O espaço da roça passa a ser também um espaço de:

*(...) relacionamentos que se iniciam e terminam, onde conhece pessoas de outros bairros da cidade, de outras regiões do país. Ali muitos até arriscam a trabalhar juntos, formando as referidas duplas de serviço, alguns obtendo maior êxito, outros nem tanto.*²³³

No desenvolvimento das atividades da roça, muitos trabalhadores procuram realizar suas atividades em duplas, o chamado “baião”. A prática do “baião”, em grande parte das atividades rurais, provoca formação de grandes amizades, em que acontecem trocas de experiências durante o trabalho e, à hora do almoço, comentam sobre seus planos de vida, confidenciam seus segredos. Essa prática traz a união de homens e mulheres, assim como provoca separação de casais que trabalham em locais diferentes. Existe também o

²³³ Id. p. 104.

desentendimento entre as duplas, quando alguém sente a necessidade de trabalhar mais e seu parceiro não, seja por motivos pessoais ou até mesmo de trabalho. Acaba provocando o fim da sociedade no campo do trabalho.²³⁴

Tratando, agora, das atividades realizadas na cultura do milho, cujas grandes plantações, que, hoje, são raras na região, os proprietários recorrem às grandes colhedeiças que necessitam de poucas pessoas. Para o boia-fria resta mesmo colher as espigas que sobram caídas ao chão, nos bicos de curvas de níveis, próximas aos troncos de árvores e onde as ervas, como cipós, capim colonial cresceram e a máquina não conseguiu colher.

Tratando do pequeno produtor que utiliza a mão de obra do boia-fria, a lavoura do milho oferece pouco trabalho, por ser uma planta que necessita de pouco cuidado na sua formação, e com o uso das máquinas, o uso da enxada praticamente, está abolido da lavoura de milho.

As atividades na lavoura de milho são difíceis de serem executadas. A lavoura crescida, suas folhas estreitas e compridas, com suas bordas serrilhadas, abafam o ambiente, sufocando as ervas daninhas. Somadas ao calor da região, torna insuportável qualquer atividade, principalmente, o cultivo com arado de tração animal, uma das últimas atividades realizadas na lavoura. São folhas que passam queimando a pele dos braços, das mãos e do rosto, num ambiente fatigante, que só alivia quando encontra as margens do carreador.

Quanto a sua colheita manual é, empreitada por balaies de medida, por “carro”, que se refere ao antigo carro de boi, que comportaria quarenta balaies. Hoje já falam por carreta. O trabalhador usa dois métodos para colher o milho, manualmente. Ele vai quebrando as espigas e vai jogando em montes numa determinada distância que ele possa arremessá-las sem dificuldade, formando as “bandeiras” que, depois, são juntadas com carroças, carretas de tratores ou até mesmo nas costas. É uma colheita penosa devido à falta de cuidado com a plantação que sobressai às plantas daninhas. É necessário o uso de perneiras, calças de lona e sapatão para proteger-se dos espinhos de carrapichos, chifres de carneiros, malícias entre outros. Para apanhar as espigas, “quebrar”, precisa que estas estejam bem secas. A umidade do orvalho dificulta a realização da atividade no período da manhã. Muitos usam esse período para juntar o que colheram no dia anterior. Vale lembrar que muitos preferem ir colhendo as espigas e jogando direto no balaio, economizando a tarefa de juntá-las. Depende muito de como o patrão prefere empreitar, usam seus recursos como carretas, e acabam pagando

²³⁴ CARMO, Maria Andréa Angelotti. Op. cit. 104-105, nota 105.

menos. Depois das espigas amontoadas, é contratada uma equipe para ajudar na debulha. As mulheres são responsáveis de encher os balaios, um trabalho considerado mais leve dentro do processo de debulhação, que recebe uma diária inferior à dos homens, dos que jogam os balaios na debulhadora, dos responsáveis de ensacar o milho debulhado que cai na bica, e do operador da debulhadora que fica controlando a entrada das espigas. O fiscal sempre grita que não podem faltar espigas na máquina. A falta de espiga faz a máquina jogar milho debulhado fora e causa prejuízo. Nunca contratam o número de pessoas certo para a realização dessa atividade, sempre falta alguém e, os que estão, precisam dar conta da tarefa. À tarde, o rosto das pessoas que trabalham, principalmente de quem trabalha na bica, de onde sai o milho debulhado, fica todo coberto de pó do milho que sai junto com os grãos.

*Cá não murmuraram fontes, cantam passarinhos
Nem correm pela relva alegres cordeirinhos;
Em toda a paisagem não se vê alegria;
Tudo desperta na musa a melancolia,
Ao debulharmos vagens sujas de fuligem,
Obscurecida fica nossa cor de origem:
O suor, o pó, a fumaça sufocante
Dão-nos do etíope aparência negrejante.
Quando, ao cair da noite, aos lares retornamos,
Nossas esposas e filhos amedrontamos.
Passam as semanas, e não muda a trabalhadeira,
Até que chega enfim o dia da joeira:
Mas, se o trabalho muda, é bem pior que antes:
O capataz nos grita ofensas humilhantes.²³⁵*

Usei o poema acima “O poeta debulhador” de Stephen Duck, (1730) citado no livro de Raymond Williams, que fala, não das belezas do campo, mas do trabalho fatigante de debulhador. A intenção não é fazer analogia de épocas diferentes da história, mas, como é de meu conhecimento da dureza das realizações das atividades do campo, resolvi destacar condições de trabalhadores que vivem no presente, situações parecidas há séculos.

A vida do trabalhador rural é marcada pelas dificuldades, que se enfrentam no campo, seja pela falta de condições de trabalho, pelo trabalho duro no sol ardente, remuneração muito longe do merecido, sem contar com as discriminações que sofre por parte da sociedade.

Como muitos desses trabalhadores começam o dia por volta das 03h30min/4h00 da manhã, quando levantam para fazer a “boia”, enchem a garrafa de água, pegam o facão e partem para o ponto para esperarem o veículo para levá-los até o canavial que, às vezes, saem

²³⁵ WILLIAMS, Raymond. Op. cit. p.124. nota 127.

por volta de 4h30min/5h00 e viajam duas ou três horas até chegarem ao local de trabalho, muitos vão até a outros estados, como Minas Gerais.

Chegando ao local de trabalho, começam a trabalhar. Logo o sol começa a queimar o rosto já coberto de cinzas da cana queimada, o braço começa a cansar diante dos milhares de golpes efetuados²³⁶. O facão parece um instrumento que age automaticamente, que se lança sobre o feixe de cana, que tomba inúmeros caules.²³⁷ Já quase sem força, é hora de almoçar, a comida cozida de madrugada é consumida debaixo de uma sombra improvisada por um feixe de cana ou de uma árvore quase morta que restou da última queimada. Como não se pode perder muito tempo, é hora de voltar ao trabalho. Os golpes de facão vão se repetindo até o final do “taião”(é uma área demarcada dentro da plantação). Então, é hora de voltar para casa. Seu corpo completamente coberto pelo carvão da cana queimada. É necessário chegar bem perto deles para perceber que 63,7% desses são negros. (Folha de São Paulo, 24/08/2008). Ao chegarem em suas casas, grande parte vai ver seus filhos que ficaram dormindo. Sem muito ânimo, depois da longa jornada de trabalho, é hora de descansar, porque, no outro dia, têm que estar de madrugada no ponto, não podem perder dia, porque perdem os abonos que ajudam a completar o salário.

A foto (figura 22) possibilita uma interpretação a respeito dos milhares de golpes dados com o facão durante a longa jornada do cortador de cana. Demonstra também o momento em que o trabalhador está cortando a última rua de cana do eito de cinco ruas. Percebe-se que as canas estão amontoadas na terceira rua à esquerda do trabalhador, além de um cenário rico em detalhes sobre a atividade do corte de cana que se pode visualizar. Mas o que me chamou mesmo atenção, foi como esta foto chegou as minhas mãos, pois, até hoje, o doador, assim como a personagem, encontram-se no anonimato.

No momento em que procurava documentos para iniciar a pesquisa, ainda na graduação, naquela ânsia de pesquisar, procurei muitos amigos, visitei várias “repúblicas” de trabalhadores nordestinos cortadores de cana. Alguns levaram até a minha casa, outros

²³⁶ Disponível em: <http://www.comciencia.br>, Luiz Paulo Juttel, foi primeiramente veiculado no site Consciência 2-8 de junho, 2008. Com o auxílio de um software francês, os pesquisadores analisaram a rotina de trabalho de um cortador que, ao fim do dia, havia cortado 11,54 toneladas de cana. Quando se ampliam os dados obtidos em 10 minutos para um dia inteiro de trabalho chega-se a 3792 golpes de facão e 3994 flexões de coluna, o que representa um sério risco à coluna e articulações, segundo informa Laat.

²³⁷ Id. O estudo da Unimep também tratou sobre o ciclo de atividades repetitivas do cortador. Em média ele precisa de 5,6 segundos para abraçar um feixe com cinco a dez varas de cana, puxar ou balançar, flexionar a coluna, cortar o feixe rente ao solo, jogar a cana em montes e progredir. "Estudos ergonômicos mostram que qualquer atividade laboral com ciclo de repetição inferior a 30 segundos possui grande risco de surgimento de lesões", afirma o pesquisador.

entregaram as fotos no meio da rua. A foto acima chegou as minhas mãos de uma outra maneira. Foi deixada no meu trabalho, em um envelope destinado para mim, mas sem remetente. A pessoa responsável que me entregou não soube explicar quem a deixou. Depois de interrogar todos aqueles que me ajudaram na coleção de documentos, não consegui descobrir o personagem.



Figura 22 - Cortador de cana desconhecido.

Fonte: enviada por um trabalhador anônimo.

O cortador de cana, Sidney, trata a situação com uma certa revolta sobre as dificuldades encontradas no trabalho e recorda o período que viajavam de caminhão e, depois de muita luta, o Ministério do Trabalho obrigou que os trabalhadores rurais fossem transportados em veículos fechados que lhe dessem segurança e conforto, o que não se estende ainda a todos. Na visão desse trabalhador, o mérito é do governo e não dos trabalhadores que, há décadas, vêm tentando assegurar alguns direitos que levaram séculos para conseguirem.

*É muito difícil, porque dependendo aonde você vai trabalhá, você precisa levantá muito cedo, quando vamo trabalha pra Minas Gerais, ou mesmo aqui, mais em região mais longe, às vezes, até cento e cinquenta quilometro ou mais, a gente já andou. Às vezes, tem que levantar cedo porque, as vezes, o ônibus sai a 5h00. Antes era ainda mais difícil, porque ia de caminhão coberto de lona, depois passou a ir de ônibus, agora os ônibus melhorou um pouco, já não comemos mais no sol, todos os ônibus têm de ter um toldo pra fazer sombra, umas mesas e umas cadeira pra sentá. Dentro do ônibus têm água, alguns têm banheiro, é claro que tem alguns que ainda não têm isso. Essas melhoria foi porque o ministério do trabalho pegou no pé desses caras, se não tinha mudado nada.*²³⁸

Não há por parte de muitos gatos o compromisso com o conforto do trabalhador. Fazem o mínimo exigido pela Norma Regulamentadora nº. 31, do Ministério de Estado do Trabalho e Emprego, aprovada pela Portaria nº. 86/2005. Como as exigências ainda não são cumpridas, é necessária a fiscalização e as denúncias, a aplicação de multas para que os trabalhadores tenham um mínimo de conforto nas horas das refeições.²³⁹ Essas medidas levaram os empreiteiros a improvisarem nas laterais dos ônibus, uma espécie de toldo que arma para que sejam feitas as refeições.

Na foto a seguir, podemos ver um dos ônibus que seu proprietário e empreiteiro procura cumprir as formalidades da Lei, utilizando o toldo, mesa com um banco e uma cadeira de metal desmontáveis. A intenção é para tentar aliviar os trabalhadores do sol ardente nos momentos da refeição. Tal recurso parece ainda muito longe de proporcionar o bem-estar dos trabalhadores. O toldo oferece poucos metros quadrados de abrigo, com a instalação de uma mesa, banco e cadeiras, poucos metros restam para um número de, aproximadamente, 30 a 35 trabalhadores que são transportados diariamente nesses ônibus.

Há milhares de ônibus espalhados pelos canaviais desse país, estacionados nos carregadores de canaviais ou às margens das estradas a espera dos trabalhadores. Expostos ao sol, no seu interior, o calor torna-se insuportável, não dando condições dos trabalhadores fazerem suas refeições ou tentarem abrigar-se do sol por alguns minutos. Observando a foto, avista-se um horizonte sem nenhum vestígio de sombra, não há arvoredos, nem ranchos o

²³⁸ Narrativa de Sidney José Luiz, bóia-fria. Novembro de 2008.

²³⁹ Disponível em: <http://www.sucre.ethique.org>. As diligências conjuntas, compostas por quatro Procuradores do Ofício de Bauru do Ministério Público do Trabalho e doze auditores fiscais do Grupo Móvel de Fiscalização Rural do Ministério do Trabalho e Emprego, percorreram oito cidades da região de Bauru. Nas frentes de trabalho de corte de cana, a blitz também constatou falta de reposição de equipamentos, não obediência a pausas para almoço e descanso, bem como falta de abrigo para refeições. Quase todos os trabalhadores são migrantes, oriundos do Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco e Paraíba.

único recurso é revezarem no pequeno espaço de sombra que o abrigo do toldo oferece. Essas exigências ainda não são cumpridas por todos, “tem alguns que ainda não têm isso”.²⁴⁰

A luta por algumas melhorias das condições de trabalho vem se arrastando ao longo dos tempos. A questão do banheiro é difícil para os trabalhadores, obrigados a fazerem suas necessidades fisiológicas em meio ao canavial, uma situação constrangedora para todos, ainda mais para as mulheres, sem arbustos e as folhas da cana queimada, reclamações que levaram o Ministério do Trabalho a obrigar donos de ônibus que transportam trabalhadores a instalarem banheiros, e a usina a improvisar banheiros desmontáveis no local de trabalho.



Figura 23 - Veículo de transporte de trabalhadores boias- frias.

Fonte: cedida por Carlos Alberto da Silva, filho de um empregador.

Os trabalhadores que fazem a produção por metros de cana cortada, carregam junto de si a garrafa de água, pois, trabalhando na diária têm de suportar a boca seca de sede, num calor de até ou mais de quarenta graus, ter de esperar as ordens para que possam matar a sede. Com o corpo fragilizado, tentam buscar forças onde não existe,²⁴¹ e esperar o grito do fiscal

²⁴⁰ Disponível em: <http://www.sucre.ethique.org>.

²⁴¹ Disponível em: <http://www.comciencia.br>, Luiz Paulo Juttel, foi primeiramente veiculado no site ComCiência 2-8 de junho, 2008. "A conclusão que chegamos é que a condição física de um cortador de cana se assemelha a de um maratonista. Seus músculos são franzinos, mas sua resistência é elevada", afirma Erivelton Fontana de Laat, coordenador da pesquisa. O estudo também aponta que muitos dos problemas de saúde que acometem esses trabalhadores são os mesmos a que estão sujeitos atletas de alto desempenho. Mas sob quais condições?

“quebrou”. O grito, vindo de um mensageiro do explorador, agora, é motivo de alívio, é hora de voltar, para tomar o veículo de transporte e andar horas até chegar à residência.

No caso das mulheres, a situação ainda é muito mais difícil, se casadas, quando chegam a casa têm de cuidar dos filhos, preparar o jantar, dar banho nos menores, buscar os filhos na creche, lavar as roupas encarvoadas e os uniformes dos filhos para irem à escola no dia seguinte, uma rotina que só termina algumas horas depois. Tarefas que raramente são divididas pelos maridos, pois vivemos em uma sociedade machista. Sem contar que vários maridos ficam até mais tarde no botequim para tomar umas e, às vezes, pensam que as mulheres são culpadas pelas dificuldades que estão passando.

Quanto às mulheres separadas ou solteiras, não precisam lavar as roupas do marido, nem têm que suportar o marido nos momentos de embriaguez, mas, em compensação, reclamam de preconceito da separação, ou por ser mãe solteira e as dificuldades de serem pai e mãe na educação de seus filhos. A situação ainda fica mais difícil na questão financeira, que pesa no orçamento, pois só entra o rendimento de sua força de trabalho. Várias delas pagam aluguel, sem contar que têm dificuldade em alugar casa para morar, devido à preocupação dos proprietários de não receberem o aluguel.

Na atual situação, é preocupante a questão da mulher no corte de cana, uma vez que várias delas não encontram outro trabalho e as usinas são a saída. A pesquisa da Folha de São Paulo, de 24/08/2008, mostra que somente 08% dos trabalhadores são mulheres.

As pesquisas também mostram que os cortadores de cana, hoje, precisam trabalhar muito mais do que antes. Na década de 80, o cortador de cana cortava em média 3,97 toneladas por dia. Hoje eles precisam cortar 9,3 toneladas e a remuneração é em reais por toneladas, na década de 80, era de R\$ 6,53, já em 2007 é de 3,29. Numa perspectiva onde necessitam trabalhar mais, pois a tendência é de ganhar cada vez menos, o que vem na contramão do preço do álcool que sobe a cada ano. Situação que ocorre nos produtos cítricos (laranja). A alta nos preços desses produtos não é repassada a esses trabalhadores, seguindo “a doutrina de que o trabalho encontra seu preço “natural”, de acordo com as leis da oferta e da procura.”²⁴²

A preocupação da categoria não para por aí, diante das previsões de avanço da mecanização do corte de cana, é desempregar o trabalhador do corte de cana manual: safra

²⁴² THOMPSON. E. P. Op. cit. p. 52, nota 140.

2006/2007, 40% da área são de colheita mecânica (299 toneladas), safra 2010/2011, 70% da área de colheita mecânica, a previsão da safra 2015/2016 é de 100% mecânica.

O processo de migração com ênfase do norte e nordeste e o êxodo rural provocou a expansão da cidade, que foi redefinindo seus espaços, criando bairros às margens do centro da cidade, destinados aos trabalhadores boias-frias, formados por loteamentos clandestinos, por programas habitacionais como “casa própria” e doação de terrenos públicos, onde são construídas casas, lentamente, pelo então co-proprietário e através de sistema de mutirões, entre os amigos, aos domingos e dias de folgas.

Entrevistando Solange Aparecida Barbosa, 33 anos, nasceu em Urânia, casada também com um trabalhador rural, cortador de cana, mãe de uma filha, estudou até a 5ª série do Ensino Fundamental, mudou-se para Pontalinda, há mais ou menos oito anos. Migrou em busca de trabalho, conseguiu um terreno através do departamento de Assistência e Promoção Social da Prefeitura, onde construiu sua casa que ainda está para terminar, no bairro Nossa Senhora Aparecida, considerado o bairro mais “humilde” da cidade. Bairro dividido em casas de programa habitacional, e as casas construídas em terrenos doados pelo poder público que são construídas aos poucos. Primeiro, fazem os alicerces, depois levantam as paredes, cobrem e com banheiros improvisados, entram e moram anos, para, depois, rebocarem, colocar vidros nas janelas e, por fim, as calçadas. A foto, a seguir, da casa de Solange faz parte de um cenário das residências do bairro, ocupado por trabalhadores rurais com maior dificuldade financeira.

A produção de fotografias se tornou muito importante para a reflexão sobre os sujeitos e a cidade, sendo parte analítica do objeto de estudo, permitindo compreender expressões e lugares demarcados pelos trabalhadores. Isso não significa estar preso ao tempo e enquadramento da foto, mas tê-la como uma fonte de investigação, pois a fotografia corresponde a uma realidade decodificada pelo nosso olhar e processada pelo nosso intelecto, sendo referente ao real, mas não a realidade recriada (...).²⁴³

Esses trabalhadores lutam para ganharem a confiança da comunidade, depois de vários anos de trabalho, e cumprirem com seus compromissos, pagando as contas de mercados, aluguel, materiais de construção, entre outros. “Se estão querendo sair rápido do aluguel,

²⁴³ TEIXEIRA, Eber Mariano. “Amanhã é outro dia”: falas, memórias e outras histórias de trabalhadores cortadores-de-cana em General Salgado-SP, 1980-2008. Dissertação (Mestrado em história) PUC-SP. 2010. Apud. CARVALHO, T.C. Fotografias e cidade: São Paulo na década de 1930. Dissertação de Mestrado em História. PUC-SP. 1999.

resolvem adiantar a obra, comprando os materiais básicos para levantar e cobrir a casa. Depois, paga com o acerto, no final da safra das canas ou no da laranja.²⁴⁴

A situação financeira de Solange, como de outros tantos moradores de bairros situados às margens da cidade, fez com que a mesma começasse a construir sua casa com uma estrutura vulnerável. Levantou quatro cômodos e um banheiro, com blocos vermelhos, em cima de um alicerce de tijolos pó de mico, usando portas laminadas que fecham a frente e os fundos, e cobertura com telha Eternit. Mesmo buscando nos materiais mais acessíveis a sua condição financeira, foi necessário construir aos poucos. Tentando fugir do aluguel, entrou na casa faltando calçada, reboco nas paredes do lado de fora, mas se preocupou com um certo conforto interno, colocando piso de cerâmica no interior da casa, o que facilitaria também na limpeza.²⁴⁵



Figura 24 - Foto da casa de Solange, rua Amazônia, n. 1873, jardim Nossa Senhora Aparecida.

Fonte: arquivo do pesquisador.

Atrás de um rosto sofrido de cor morena, procura esconder os traços de uma mulher bonita, de altura média, de cabelos negros, deixando evidente sua descendência indígena, mas de temperamento forte, Solange não admite sujeitar-se às imposições aos caprichos de muitos “gatos”, o que atrapalha sua permanência no trabalho. A mesma trabalhava no corte de cana até que um dia cansou de atender aos “caprichos” do fiscal e desentendeu-se com o mesmo,

²⁴⁴ Narrativa de Wilson Pereira dos Santos, ex-boia-fria, fiscal. Dezembro de 2009.

²⁴⁵ Narrativa de Solange Aparecida da Silva, trabalhadora rural. Novembro de 2008.

nunca mais voltando a cortar cana. Seu comportamento, mais as preferências das usinas diante do grande contingente de mão de obra masculina, diminuiu suas chances de trabalho. “Agora, as usinas dificultam para contratar as mulheres, existem muitos homens querendo trabalhar e também existem as máquinas (...)”.²⁴⁶ Solange levanta às quatro horas para preparar o almoço para o marido que toma o ônibus que sai às 05h00. Agora, ela trabalha nos pomares de laranja, mas não é sempre que tem serviço. Quando tem, leva sua filha à creche e vai para o ponto tomar o ônibus, “(...) então preciso de levantar mais cedo, às 03h30min.”²⁴⁷

Como os demais trabalhadores, enfrenta o trabalho duro da lavoura, até o fim da jornada, hora de pegar o caminho de volta para casa. Às vezes, viaja horas até chegar de volta ao ponto de partida. Ao chegar com a mochila nos ombros e a garrafa de água em uma das mãos, vai buscar a filha na creche. Caminha por algumas quadras até lá, dá um abraço na pequena e, segurando-a pela mão, atravessa a cidade para chegar a sua casa. E, ao deparar com os afazeres domésticos, é necessário associá-los ao mesmo tempo e enquanto enche o tanque de lavar roupa, vai lavando a “louça”. Enquanto ensaboa a roupa no antigo batedor, é preciso estar de olho no jantar que está no fogo. Nesse ritmo, vai até tirar um tempo para tomar banho. Depois do jantar, é preciso estender a roupa no varal para secar, passar a vassoura na casa, porque a limpeza pesada fica para o final de semana. Já por volta das 21h30, tira um tempo para ver televisão com os olhos já se fechando pelo cansaço e, então, vai para cama, não esquecendo de programar o relógio para despertar às 03h30. “Essa rotina vai de ano a ano”.

Ao associar os fragmentos das falas de outros trabalhadores à narrativa de Solange, permite evidenciar a trajetória de vida desses trabalhadores. A depoente atribui as dificuldades enfrentadas, hoje, devido à necessidade de ter interrompido os estudos para trabalhar no campo, desde a infância, ajudando seu pai no orçamento familiar. A falta de estudos, uma característica que faz parte do perfil de grande maioria dos trabalhadores bóias-frias de Pontalinda, dificulta conseguir um trabalho menos sofrido que o de bóia-fria.

A vida corrida da mulher bóia-fria, com os trabalhos domésticos, a preocupação com os filhos e a tensão de não perder a hora de preparar a bóia, levar as crianças à creche quando pequenos, ou deixá-los dormindo, se maiores. Essas preocupações não as fazem perder o sono, porque desfalecem ao dar por encerrada a jornada.

²⁴⁶ Ibid.

²⁴⁷ Ibid.

A cortadora de cana, Dulce Souza de Jesus, analfabeta, mãe de dois filhos, migrou do estado da Bahia. Ainda muito jovem, casou-se com João Ferreira da Silva, também cortador de cana, filho de baiano, nascido em Pontalinda-SP. Dulce corta cana há mais de doze anos e relata sua vida sofrida em poucas palavras, num tom de tristeza e sem perspectiva de melhora para sua categoria. Além de enfrentar o trabalho duro do corte de cana, está encarregada da realização das tarefas domésticas que adentram a noite, restando-lhes poucas horas de descanso para recuperar suas energias para o próximo dia difícil.

Dulce sente a falta que lhe fazem os estudos para a conquista de um trabalho menos sofrido, ou para ter condições de acompanhar e ajudar nas tarefas escolares de seus filhos. Vê nesses estudos a possibilidade de um futuro diferente para eles.

Bom, eu estou trabalhando no corte de cana, porque não tem outro serviço. Eu não estudei não, porque, no meu tempo, não tinha escola perto, né, era muito longe. A gente não tinha como ir. (...) eu espero que nunca elas enfrenta o que estou enfrentando. Imagina você, ter que levantar 3h00 ou 3h30, para fazer almoço, arruma essas crianças e leva na creche, depois entra num ônibus até chegá no canavial. Bate facão até de tarde num sol quente. Depois, volta pra casa, ainda tem de buscá os fios na creche e fazer janta, lavar roupa de noite. Lava os trens, deixa mais ou menos arrumado pro outro dia. É muito duro, né. Mais ou menos uns doze anos. Sempre levantando cedo, (...) até o final da safra, sempre foi assim. É, minha vida é essa, não sei, só Deus prá ter dó.²⁴⁸

Dulce, apesar de mostrar todo seu descontentamento, diante da sobrecarga de trabalho, das dificuldades financeiras impostas pela exploração do mundo capitalista e toda a atribuição das tarefas domésticas que recai sobre a mulher, dentro dessa sociedade ainda machista, não vê perspectivas de saída. Ao mesmo tempo, sente que sua saga está submetida ao destino traçado, aqui, na terra, e procura buscar o alívio de suas angústias, recorrendo ao sobrenatural. Vê-se em uma situação que só Deus pode mudar.

(...) a sua condição de inferioridade foi lhe atribuída pela mão de Deus. Sua função é a de cumprir fielmente todas as obrigações e suportar pacientemente as inconveniências. O estado atual das coisas é muito breve; as questões pelas quais as criaturas mundanas se batem tão avidamente não são dignas de atenção (...).²⁴⁹

A classe trabalhadora, segundo E.P. Thompson, sofreu pressões do Estado através de Lei e com apoio da Igreja Oficial, quanto às questões disciplinares no trabalho, nas escolas e

²⁴⁸ Narrativa de Dulce Maria de Jesus, boia-fria. Novembro de 2002.

²⁴⁹ THOMPSON, E. P. A formação da Classe Operária Inglesa II, A Maldição de Adão. Op. cit. p. 292. Apud. W. Wilberforce, A Practical View of the Prevailing Religious System of Professed Christians. 1797, pp. 405-6.

em todos os aspectos da vida, o que geraria um complexo de subordinação e inferioridade,²⁵⁰ e que lhes eram neste cenário de lutas pela sobrevivência, nas buscas de novas experiências, para conquistar um espaço no novo mundo do trabalho, não perdendo os gestos de solidariedade. Esses trabalhadores lutam também pelos seus direitos, tanto na justiça, quanto por um espaço na sociedade. Lutam pela preservação de sua cultura dentro do conceito da historiografia social marxista, que segundo E.P. Thompson, incorpora valores, costumes, hábitos, emoções, relações sociais e de trabalho, enfim, cultura como modo de vida.

*(...) não podemos esquecer que “cultura” é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho.*²⁵¹

Pelo fato de pertencer a um meio de pessoas consideradas “humildes”, pude presenciar inúmeros comentários sobre alguém que ocupava uma posição de “status” na sociedade. Essa posição não levava em consideração a falta de socialização das oportunidades dentro do meio social. G. Lora atribuiu “essa autoridade superior e dominação a governos de minorias, que, através de um complicado mecanismo estatal, jurídico e ideológico, impõem aos menos favorecidos como autoridades indiscutidas, como se fossem produtos da vontade divina”.²⁵²

Dulce parece não ter esperança quanto ao seu futuro, quando fala de si. Entretanto, quando fala pensando em seus filhos, ela já se enche de esperança, vendo nos estudos uma saída para que nunca eles enfrentem o que ela está enfrentando, atribuindo, assim, como Solange, a sua vida sofrida à falta de estudos.

²⁵⁰ Ibid. p. 292, nota 141. As pressões em favor da disciplina e da ordem partiam das fábricas, por um lado, e das escolas dominicais, por outro, estendendo-se a todos os demais aspectos da vida: o lazer, as relações pessoais, a conversação e a conduta. Juntamente com os instrumentos disciplinares das fábricas, das igrejas, das escolas, dos magistrados e dos militares, havia outros meios semi-oficiais para se impor um comportamento moralizado e disciplinado. Wilberforce, o auxiliar de Pitt para assuntos morais, combinou o ethos metodista com a unção da Igreja Oficial, tendo sido o mais ativo defensor desta causa entre 1790 e 1810. Em 1797, ele interpretou detalhadamente a “lei geral da subordinação” e formulou instruções para o controle dos pobres.

²⁵¹ THOMPSON, E. P. Op. cit. p. 22, nota 80.

²⁵² G.LORA, Liberacion de las naciones oprimidas: 500 años de opresión ii basta!!. Ediciones La Colmena. La Paz. Bolívia. 1992, p. 19.

4

JUSTIÇA E TANTAS OUTRAS EXPERIÊNCIAS

Pensando a história como experiência vivida integral e socialmente, num campo de contradições, dominação e resistência nas relações de trabalho, no viver e nos embates com outras culturas, dediquei este capítulo às lutas e às resistências dos trabalhadores rurais, “os boias-frias” como são chamados agora. Expressão dada pelo fato de não terem mais o almoço levado no caldeirão, ao pé do eito, e terem de se alimentar com a refeição fria, cozida nas madrugadas. Mas isso não só representa o grau de calor da refeição, significa não mais saborear o arroz com feijão, verduras, legumes orgânicos, colhidos na roça e na horta do fundo do quintal e carne de animais e aves que crescem no seu terreiro. Significa perder o direito de almoçar na hora que tiver fome, poder descansar quando o corpo necessitar de recuperar as energias. Nesses momentos, vem à memória dos trabalhadores mais velhos, que viveram a experiência de pagar rendas absurdas aos proprietários da terra, mas que tinham parte daquilo que produziam. Sentem o distanciamento daquele meio de sociabilidade, das visitas noturnas, dos bailes de barracas, dos gestos de solidariedade e das folgas nos finais de semana e dias santos, os “bons tempos de vida no campo” que Audêncio recorda “com muita saudade”.²⁵³ Lembramos que “a memória opera com liberdade, escolhendo acontecimentos no espaço e tempo”.²⁵⁴ Não se trata aqui do bucólico romântico, nem se pretende ocultar o “conforto da mansão senhorial às custas da miséria dos trabalhadores rurais”,²⁵⁵ mas do fenômeno do capitalismo, que rompe com as formas de práticas tradicionais da agricultura, com tamanha velocidade, da qual pude vivenciar, deslocando o trabalhador rural de seu meio para um outro, deixando-o à disposição, para a realização das tarefas, de acordo com as necessidades dos capitalistas agrários.

²⁵³ Narrativa de Audêncio de Souza, trabalhador rural. Outubro de 2002.

²⁵⁴ BOSSI, Ecléa. Op. cit. p. 31, nota 10

²⁵⁵ WILLIAMS, Raymond. Op. cit. pp. 34-38, nota 24

(...) nunca houve um só tipo de “transição”. A tensão desta recai sobre a totalidade da cultura: a resistência à mudança e o acesso à mesma surge da cultura inteira... O que necessita dizer-se não é que uma forma de vida é melhor que outra, mas sim que é um ponto de um problema muito mais profundo; que o testemunho histórico não é simplesmente um de mudança tecnológica neutra e inevitável, mas também de exploração e resistência à exploração; e que os valores são suscetíveis de serem perdidos e encontrados.²⁵⁶

Dentro desse contexto estão ex-pequenos produtores e ex-pequenos sitiantes que não conseguiram sobreviver à falta de uma política voltada para os pequenos produtores e aos avanços do agronegócio. Esses se juntaram a milhares de outros, formando a maior parte do contingente populacional de Pontalinda, que lutam por direitos trabalhistas, pela sobrevivência econômica, contra a discriminação pelos seus costumes, hábitos, emoções, crenças, tradições, enfim, pela sua “cultura”, entendida como modo de vida, segundo E.P. Thompson.

Assim como tantos migrantes nordestinos e de outras regiões do país juntaram-se com antigos moradores da zona rural, como os senhores Audêncio e Wilson, trabalhadores rurais, e com aqueles que a vida toda trabalhou como boia-fria, como Hélio Cândido de Oliveira, já mais jovem que migrou para a cidade, após perder seu pai ainda muito pequeno, e não conheceu outra vida, até hoje, que não fosse a de boia-fria. Enfrentam dificuldades peculiares tanto no seus modos de vida, costumes, na sua cultura como na luta pela sua sobrevivência, por um espaço no meio social. Dentro desse campo de lutas e resistências, podemos destacar aqui alguns exemplos de lutas de trabalhadores rurais por direitos trabalhistas.

Analisando algumas ações trabalhistas movidas pelos trabalhadores rurais contra fazendeiros e empresas agrícolas, nas décadas de 1990, estão presentes a reivindicação de horas extras, “in itinere”, aviso prévio, décimo terceiro e férias proporcionais. Em algumas ações trabalhistas aparecem denúncias de trabalhadores, acusando os patrões ou gerenciadores de combinar oralmente as propostas e ludibriar os trabalhadores na hora de registrar documentos, como contratos e recibos, às vezes, incompletos ou até mesmo em branco.

Os patrões ou “gatos” usavam desses artifícios com a intenção de produzirem provas materiais, caso os trabalhadores recorressem à justiça posteriormente, uma prática comum na região.

Vários trabalhadores entraram na justiça, requerendo seus direitos trabalhistas e foram vítimas dessas provas produzidas através dessas artimanhas. Os advogados entravam com

²⁵⁶ THOMPSON. E. P. “Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial”, in Tradición, Revuelta y Consciência de Clase. Editora: Crítica. Barcelona. 1969. pp. 271 e 288.

petições, contestando os recursos de patrões que usavam desses artifícios, alegando que esses empregadores usaram de má fé, da confiança e da falta de escolaridade dos trabalhadores que assinaram contratos em branco, conforme descrição na petição protocolada em 09/12/1992 (Processo nº 1392/1992):

*O Reclamado, aproveitando-se que o Reclamante é pessoa humilde, pobre e semi-analfabeto, e que precisa trabalhar para o sustento de sua família, o enganou fazendo-o assinar diversos papéis em branco, no momento de sua contratação.*²⁵⁷

Entrevistando trabalhadores e verificando as ações trabalhistas envolvendo-os, percebi que um grupo de advogados era responsável pela elaboração das petições e do acompanhamento das ações.

Esse grupo era composto por um advogado da cidade de Pontalinda, Dr. Benedito Tonholo e dois sócios, Dr. João Aparecido Papassídero e Dr. Fernando Neto Castelo, com escritório na cidade de Jales. Essa parceria deu-se entre os três advogados, sendo que João Aparecido Papassídero era formado também em contabilidade, Dr. Fernando Neto Castelo, antigo morador na zona rural de Pontalinda, com a qual ainda cultivava uma grande amizade e o Dr. Benedito Tonholo, influente na política local, com participação ativa nas instituições religiosas, Associação de Bairro, Comissão administrativa da igreja católica, morador da cidade, o único advogado local e responsável por organizar os grupos de trabalhadores a reivindicarem seus direitos, uma vez que, na maioria, são pessoas simples, analfabetos ou semianalfabetos.

A frente de sua casa, ao entardecer e à noite, era cercada por pessoas que buscavam orientações jurídicas. Horário propício tanto para os trabalhadores que trabalhavam o dia todo como também para o advogado que tinha um escritório na cidade de Jales-SP, cerca de 20 quilômetros de Pontalinda, e contava com várias Varas Judiciais. Sua estratégia de trabalhar em Jales era uma maneira de conquistar clientes também da região, até porque os da cidade dificilmente procuravam outros juristas. O atendimento adentrava noite adentro, às vezes, até pela meia noite durante a semana. Aos sábados o dia todo, aos domingos até a hora do almoço. É claro que os atendimentos variavam entre problemas conjugais, aposentadorias, processo criminal e outros.

²⁵⁷ Ação Trabalhista Processo nº 1392/92, Justiça do Trabalho – JCJ de Fernandópolis-SP, movida pelo trabalhador Cíleno Theodoro Lisboa, contra Ubaldo Américo Faggioni Moreira.

O advogado, Dr. Benedito Tonholo, fazia reuniões com trabalhadores em espaço de instituições, como no centro de catequese da Igreja Católica, para esclarecerem sobre seus direitos.

O cortador de cana, Altino Mendes dos Santos Filho, migrante nordestino, casado, juntamente com mais dezessete trabalhadores, fizeram parte desse contingente de clientes, após procurarem seu escritório, explicarem como foram dispensados, o que faziam, que horas saíam para trabalhar, que horas chegavam ao local de trabalho, quanto recebiam, quantas horas extras eram pagas. Após explanarem sobre as condições de trabalho, foram orientados pelo Dr Benedito Tonholo a moverem uma ação trabalhista contra a Fazenda Santo Antônio, de propriedade de Osmir José Zanatta e Edemir Antônio Zanatta, localizada em Monte Alto, município de Iturama, no estado de Minas Gerais, onde foram admitidos em 08/06/1992 para o corte de cana e foram dispensados em 05/11/1992, no final da safra, que deu origem ao Processo nº 0063/93.

Os advogados, Dr Benedito Tonholo e Fernando Neto Castelo, reclamaram na petição os direitos trabalhistas de seus cliente por não terem recebido “in itinere” e “extras”, uma vez que os trabalhadores, por terem de trabalhar em diversos lugares, às vezes em Minas Gerais, lugares de difícil acesso, era necessário estarem no ponto para tomar o veículo de transporte às 05h30 da manhã, viajavam um longo período e só começavam a cortar cana às 07h30, com meia hora de almoço, sem café da tarde, trabalhando até às 16h30, e só chegavam ao ponto de partida às 18h30, além de ter trabalhado em dias santos e feriados. Não receberam aviso prévio, alegando não existir direito no contrato de safra por prazo determinado, bem como o décimo terceiro salário, com incidência nas horas suplementares; férias proporcionais, com adicional de 1/3 e incidência nas horas excedentes; fundo de garantia com reflexos das horas extras, “in itinere” e adicional de 40%; horas extraordinárias, incluídas entre estas as de percurso, com adicional de 50%, com incidência nos domingos e feriados. Os advogados alegaram também que os trabalhadores haviam assinado recibos incompletos, outros em branco e a usina não fornecia os comprovantes de pagamentos com a discriminação de produção diária, assim como verbas efetivamente pagas.²⁵⁸

A Petição requeria um montante de CR\$ 157.885.720,00, foi ajuizada em 10/01/1993 ao Juiz presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Fernandópolis-SP, que notificou as partes em 21/01/1993, para comparecerem à avenida Paulo Saravalli, nº 840, Fernandópolis-SP, no dia 18/02/1993, às 15h25.

²⁵⁸ Ação Trabalhista, Processo nº 063/93. Justiça do Trabalho – JCJ de Fernandópolis-SP.

Segundo os trabalhadores, as empresas agrícolas exigiam que os mesmos cumprissem uma jornada de trabalho além do estabelecido em lei, não levando em consideração o tempo que eles ficavam à disposição das empresas, negando o ressarcimento desse período.

Intimados para as audiências, os reclamantes deslocavam-se por mais de sessenta quilômetros em veículos dos advogados e em veículos alugados até a cidade de Fernandópolis-SP, para as audiências.

Em Audiência UNA, é proposto pelo Juiz um acordo entre as partes. Não havendo acordo, passa então para a Instrução, momento de ouvir as testemunhas, os debates entre as partes e a sentença do juiz.

Após as audiências, em 18/08/1993 e 13/01/1994, devido ao número de pessoas a serem ouvidas, o Juiz decidiu dividir em duas audiências. Os representantes da usina, não conformados com a decisão que julgou procedente em parte a Reclamação, interpôs um Recurso Ordinário, datado de 22/04/1994, pelo advogado Clóvis Domiciano, alegando a incompetência do JCJ de Fernandópolis-SP, e que suas lavouras estavam situadas no Município de Iturama -MG, e a área de Jurisdição era JCJ de Ituiutaba – MG, baseando-se no que diz o artigo 651 da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas:

A competência da Junta de Conciliação e Julgamento é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou Reclamado, presta serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutra local ou no estrangeiro.

O advogado, Clóvis Domiciano, usando os direitos de defesa e na esperança de que os trabalhadores, sem recursos, resolvessem desistir da ação, contestou as horas extras, dizendo que a jornada dos trabalhadores eram das 07h00 às 15h50min, de segunda a sábado, com intervalo de uma hora para almoço e meia hora para lanche da tarde, tentando justificar que os locais de trabalho não eram de difícil acesso, pedindo a exclusão da condenação da Reclamada (Usina) ao pagamento das horas “in itinere”. Quanto aos reflexos pleiteados e deferidos na sentença “a quo”, a mesma também deveria ser modificada, no sentido de ser excluída da condenação tal parcela, uma vez que o principal (hora “in itinere”) é indevido, o mesmo acontecendo com o acessório (reflexos), Contestou a condenação ao pagamento do FGTS.

Face ao exposto, esperam os recorrentes seja acolhida a preliminar argüida, ou caso ultrapassada seja reformada a decisão, indeferindo-se na pretensão do recorrido, adicional de horas extras, horas “in itinere” e reflexos, FGTS mais

*40%, julgando improcedente a presente reclamatória para que se restaure a sempre procurada JUSTIÇA.*²⁵⁹

Os advogados dos trabalhadores apresentaram a Contra Razões no prazo legal, reforçando o pedido, alegando que, de acordo com

*(...) o teor do artigo 4º da CLT e disposição contida no Enunciado 90 do Colendo TST, houve prestação de serviços no território de jurisdição da JCJ ora excepcionada, haja vista que, que os reclamantes são residentes em Pontalinda-SP, Comarca de Jales, e de lá eram transportados diariamente pela reclamada, ora recorrente, até às suas frentes de trabalho, isto, dentro da área de jurisdição de JCJ de Fernandópolis-SP.*²⁶⁰

Apresenta a Contra Razões a Junta de Conciliação de Justiça que já havia concedido parcialmente o requerido: Inclusive quando ao “in itinere”, mesmo constatado que o tempo gasto no percurso até o trabalho era superior a uma hora, período em que os trabalhadores estavam à disposição da Usina, o Juiz, embasado na Certidão da Delegacia Regional do Trabalho, no Estado de São Paulo, da Convenção Coletiva de Trabalho, na forma dos artigos 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, que define cláusulas válidas exclusivas para empresas rurais produtoras de cana do Estado de São Paulo, ligadas às usinas e /ou destilarias de álcool, onde, de um lado, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo e os Sindicatos filiados, e, de outro lado, o Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo e o Sindicato da Indústria da Fabricação do Álcool no Estado de São Paulo. Nesse dissídio coletivo, definiram normas para a contratação, entre elas:

*Os trabalhadores não residentes em propriedade das empregadoras, remunerados por produção, que tenham direito ao salário “in itinere” nas condições do Enunciado 90 do TST, farão jus durante o período do corte de cana, a uma hora extraordinária por dia, no valor do salário horário estabelecido acrescido de 50% (cinquenta por cento), título de salário “in itinere”, que fica assim pré-fixado. Os trabalhadores com salário fixo farão jus à remuneração da hora “in itinere”, sem qualquer acréscimo, se essa hora estiver integrada na jornada normal de oito horas (8) de trabalho diária, e com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), se extraordinária. Na entressafra, a hora “in itinere” será integrada à jornada normal de trabalho e, portanto, remunerada no valor da hora simples calculada em função da diária estabelecida, sem qualquer acréscimo.*²⁶¹

A decisão Judicial, mesmo reconhecendo que os trabalhadores teriam direito a maior número de horas “in itinere” e provado nos autos, optou por ater-se às normas acordadas na

²⁵⁹ Ibid.

²⁶⁰ Ibid.

²⁶¹ Certidão da Convenção Coletiva de Trabalho, entre as partes . De um lado A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo e os Sindicatos Filiados e, de outro lado, o Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo e o Sindicato da Indústria da Fabricação do Álcool no Estado de São Paulo.1989.

Certidão da Convenção Coletiva, provocando prejuízos aos trabalhadores, tanto no montante de horas solicitadas, quanto nos reflexos que recaíam sobre as demais horas “in itinere” que lhes davam direito.

A sentença considerou que o horário que os trabalhadores cumpriam era de 8 (oito) horas de trabalho de segunda a sábado, cumprindo uma carga horária de 48 (quarenta e oito horas). Que os trabalhadores reclamantes trabalhavam por produção, conforme eles reconheciam através da petição e, assim, tinham horas remuneradas, restando, a seu favor, o adicional de 50% sobre as horas excedentes das 44 horas semanais, e deferiu a favor dos trabalhadores, o pagamento do adicional de 50% sobre 4 horas extras semanais, durante todo o contrato, o que deveria integrar a remuneração dos trabalhadores reclamantes os efeitos de reflexos nas demais verbas, 13º salário, férias, e incidência do FGTS. Quanto às horas extras trabalhadas nos “dias santos” e feriados, o pedido foi negado, alegando falta de provas. Quanto ao pagamento de aviso prévio e também multa de 40% do FGTS, o juiz entendeu que foi comprovado o trabalho durante a safra, tendo válidos os contratos por prazo determinado, sendo indevido o pagamento de aviso prévio e também a multa de 40% do FGTS, porque não houve dispensa injusta.

Depois de um ano e quatro meses de luta e angústia, ficaram na expectativa do cumprimento da justiça para recuperar seus direitos, mesmo que parcialmente, o que significaria muito para a história de luta desses trabalhadores.

Os envolvidos na ação faziam planos do pouco que iriam receber. Alguns programavam a compra de parte de material para construção da casa própria, outros pensavam em empregar sua indenização, dando entrada na compra de um terreno. Entre planos diversos, o que não esperavam é que a usina decretaria a falência. Esses trabalhadores voltaram, então, ao tempo, através de sua memória, reconstruindo os momentos difíceis, das madrugadas, as longas viagens em veículos desconfortáveis, o trabalho duro aos olhos do fiscalizador, até a volta para suas casas, cansados, um período que parecia não passar. Como que reduzissem todo esse tempo a poucos segundos, das horas de espera para falar com o advogado, depois de uma longa jornada de trabalho, sonolentos ouviam as orientações dos juristas sobre seus direitos, as viagens com veículos fretados até a cidade de Fernandópolis, os favores que ficaram devendo às testemunhas que deixaram seus afazeres para lhes serem solidários. As despesas com as testemunhas como viagens, alimentação como o pão com mortadela, o que, para eles, representavam um imenso gasto. O prejuízo dos dias que deixavam de trabalhar, porque tinham de participar das audiências. O prejuízo não só foi econômico, houve um

desgaste emocional ao verem a esperança de vitória desmoronar, até o espírito de luta de tantos companheiros que já passaram a desacreditar na justiça.

Enquanto esses e outros trabalhadores tentavam reivindicar seus direitos na justiça, os empregadores e gatos buscavam descartá-los, chamando somente em último caso, e para trabalhos eventuais não mais de dois ou três dias, esquivando do vínculo empregatício previsto em Lei.²⁶² Os empregos registrados nas usinas de cana de açúcar, como “safristas”,²⁶³ também foram dificultados, por serem intermediados pelos “gatos”, num gesto de retaliação, intimidando os demais a entrarem na justiça.

*O controle social numa sociedade capitalista procura abarcar todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano: este controle se exerce desde a tentativa do estabelecimento da disciplina rígida do espaço e do tempo na situação de trabalho até a tentativa de normatizar ou regular as relações de amor e de família, passando, nos interstícios, pela vigilância e repressão contínuas dos aparatos jurídico e policial.*²⁶⁴

Tudo ocorria num período em que os proprietários haviam descoberto que o trabalhador, morando na cidade, lhes daria menor despesa. O patrão não precisaria preocupar-se em fornecer habitação, uma área de terra reservada para o quintal, onde eram plantados alguns pés de mandioca, poucas árvores frutíferas, um pequeno chiqueiro de porcos, um terreno com área livre ao redor da casa enfeitada com flores que, também, servia de espaço para o transitar de aves domésticas e um piquete de pasto para o burro, cavalo ou mula que puxava o arado, e que também serviam como meio de transporte, e vaca para dar leite para as crianças, e o bezerro vendido no final de cada ano que ajudaria no orçamento familiar.

Mesmo diante de preconceitos, a história de luta pelos direitos trabalhistas não cessou e a trabalhadora Sônia Lourenço Rabetti liderou um grupo de trabalhadores em uma Ação Trabalhista contra a Agrícola Arakaki, reivindicando os direitos violados pelos empregadores, como “in itinere”, horas extras, e seus reflexos em décimo terceiro salário, 1/3 de férias,

²⁶² Empregado rural: A Constituição Federal, equiparou os trabalhadores urbano e rural, conforme disposto no artigo 72, aplicando-se ainda no trabalho rural, a Lei Especial nº 5.889/73, que, em seu artigo 2º define o empregado rural.

“Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviço de natureza não eventual em Empregado rural, sob uma dependência deste e mediante salário.

²⁶³ Safristas: São aqueles empregados cujo contrato tem a sua duração dependente de variações estacionais da atividade agrária, e que foram colocados sob uma proteção da Lei n. 5.889/73, que lhes assegurou os depósitos do fundo de garantia, por mês de serviço ou fração igual ou superior a 15 dias; umas férias e gratificação natalina (13º salário) 1/12/mês sendo trabalhado, folga semanal (mínimo 1 dia) ou repouso semanal remunerado (calculado pela média dos ganhos da semana), horas extras (quando uma jornada diária superar trabalhadas 8 horas.

²⁶⁴ CHALOUB, Sidney. Op. cit. p. 101, nota 280.

FGTS, assunto tratado na introdução. Existiram outras tantas ações, em que os advogados dos trabalhadores que recorrem aos direitos de seus clientes, que cumprem sua função social como bons trabalhadores na busca do sustento de suas famílias, e os advogados dos patrões, que com discursos jurídicos desempenham o seu papel na construção ideológica da oposição do bom trabalhador/mau trabalhador.²⁶⁵ Entre elas procurei dar ênfase a uma mais recente, que trata de uma Reclamação Trabalhista de um colhedor de laranja, Cláudio Berto Silva, 27 anos, separado, nascido em EMBU, São Paulo, que migrou para Pontalinda há poucos anos. Após trabalhar como boia-fria em vários lugares, passou a trabalhar com Leonel, exercendo a função de catador de laranja. Pelo seu porte físico avantajado, logo passou a exercer a função de caixeiro, ganhando R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por dia, cujo pagamento era semanal. Na expectativa de “arranjar um emprego”²⁶⁶, como sonho dos demais boias-frias, deixou o trabalho duro da lavoura e aproveitou que o empregador Leonel Nunes Torres, proprietário de pomar de laranja e comprador do produto na região, precisava de um motorista para o caminhão, passou o mesmo a exercer tal função, ganhando a quantia de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) por mês, transportando as frutas para as cidades do Estado de São Paulo e outros Estados como Minas Gerais, Distrito Federal e Goiás.

Segundo consta nos autos da Ação Trabalhista, Processo nº 832/2006, protocolada em 10/11/2006, Cláudio reclama dos seus direitos violados nos períodos trabalhados entre 01/02/2001 a 20/03/2002 e de 10/05/2003 a 10/01/2006 e recorre aos advogados, Benedito Tonholo e Marcelo Lima Rodrigues, um jovem que nasceu em Pontalinda, recém-formado em direito, possuidor de grandes amizades, tornando-se também um grande aliado nos trabalhos jurídicos da cidade. Juntos, elaboraram uma petição datada de 08/11/2006, reclamando da falta de registro na carteira profissional do reclamante, uma prática comum nos empregadores da cidade, com intuito de amenizar as despesas, aumentando seus lucros.

Não registrar os trabalhadores, uma prática comum na região, que, no caso, serviu de alibi pelos advogados nas defesas dos empregadores, alegando que os mesmos não possuíam provas materiais consistentes para o requerido. Vale salientar que essa prática vem causando prejuízo aos trabalhadores não só em casos de reclamações trabalhistas. Esses trabalhadores enfrentaram dificuldades para se aposentarem por falta de documentos de contribuições, documentos que provavam que eram trabalhadores rurais boias-frias, associados à falta de contratos registrados, os acordos orais, “a palavra era o documento”. Eram obrigados a

²⁶⁵ Id. p. 83.

²⁶⁶ Narrativa de Luiz Goes, bóia-fria. Dezembro de 2009

recorrerem a advogados que combinavam “oralmente” um percentual da quantia a ser recebida, arrolavam as testemunhas para afirmarem que trabalharam na roça durante toda a sua vida. Há casos de recursos por parte dos advogados do INSS (Instituto Nacional de Serviço Social) que levavam décadas para sair a sentença, mas quando saía favorável, o trabalhador, que passou dificuldades durante anos, sem outro recurso para sobreviver, a não ser pouca força de trabalho para vender, dividia os ganhos com os advogados que acompanharam a ação.

Voltando ao processo, foram requeridos na petição judicial também os direitos às horas extras e os reflexos que as incidem sobre as viagens para Goiânia-GO, Brasília-DF, Uberlândia-MG, e outras cidades do Estado de São Paulo, como a cidade de Limeira, entre outras.

As viagens tinham sempre uma previsão de chegada para entrega dos produtos nas cidades, assim como era necessária a volta imediata para recarregar os produtos colhidos nos pomares pelos trabalhadores, o que daria pequeno descanso no interior da cabine do caminhão e horas de trabalho em dias de feriado, e dias santos nacionais, conforme alegação na referida petição. Reclamara de aviso prévio e horas extras noturnas, adicional noturno, FGTS, 1/3 de férias e 13º salário, seguro-desemprego, e o Reclamado pagar multa ao Reclamante de um salário corrigido, por ter infringido o artigo 477 da CLT, § 6º, letra b, conforme seu parágrafo 8º, devidamente acrescentado das extras habituais. Pela irregularidade que incorreu o Reclamado em não efetuar os depósitos do FGTS, o Reclamante faz jus a 20% de multa sobre o valor e mais 1% ao mês, artigo 22 da lei nº 8.036/90 do FGTS.²⁶⁷

Após as entregas das intimações das testemunhas, tornou pública a posição de cada um, com relação a trabalhador e patrão, criou uma tensão entre o grupo. Olhares de ódio se cruzavam, tanto por parte do empregador, quanto dos trabalhadores. Muitos condenaram como atitudes covardes as testemunhas contrárias a seu companheiro de serviços, outros preferiram ficar calados, com medo de represálias. Havia receio do trabalhador em avisar o empregador ou o “gato” sobre a falta ao trabalho, mediante a intimação para comparecer como testemunha do companheiro de trabalho.

A Audiência marcada para o dia 10 de janeiro de 2007, na Justiça do Trabalho - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região Vara do Trabalho de Jales-SP, às 10h58, na sala

²⁶⁷ Ação Trabalhista nº832/2006, ajuizada em 10/11/2006.

de audiências. Em grupos separados, as testemunhas de Cláudio, que esperavam tensos a vez de depor, preferiram manter distância do grupo de apoio do empregador.

As testemunhas do recorrente, José Ferreira do Nascimento e Francisco de Assis da Silva, ambos trabalhadores rurais, eram companheiros de serviço durante o período em que Cláudio trabalhou para Leonel. Francisco já havia movido ação trabalhista contra Leonel. Ambos firmaram as declarações de Cláudio, mas sem precisão de valores e datas, o que provocou algumas contradições entre um depoimento e outro.

A precisão de datas entre os trabalhadores rurais, principalmente os não registrados, não está presente na memória desses trabalhadores, pois ainda trabalham por curtos períodos, tudo de acordo com as necessidades que atendam o empregador. A busca constante de trabalho pela sobrevivência, em diferentes locais de trabalho, provoca um rompimento na construção da memória desses sujeitos. Segundo Ecléa Bossi: “Condenados pelo sistema econômico à extrema mobilidade, perdemos a crônica da família e da cidade mesma em nosso percurso errante.” Provocando o “desenraizamento, condição desagregadora da memória.”²⁶⁸

Uma das testemunhas de Leonel, Sergio Crepaldi, motorista de seu caminhão que transportava laranja, firmou que Cláudio trabalhou até outubro de 2004, quando Leonel entrou para a política e deixou de trabalhar como intermediário na compra de laranja. E que Claudio passou a cultivar lavoura de algodão na Fazenda Boa Esperança. A outra testemunha, Leonardo Pagani, confirmou as declarações de Sérgio e disse também que seu pai e ele, Leonardo, foram sócios de Leonel nos negócios de laranja durante o período de 2005 e 2006. Neste momento, a testemunha também está na condição de “empregador que se une em defesa de uns aos outros”.²⁶⁹

A estratégia do advogado de defesa não foi de se preocupar tanto com o primeiro período (01/02/2001 a 20/03/2002), que já havia sido prescrito. Era preciso provar que o Reclamante trabalhou eventualmente, recebendo por porcentagem pelas viagens realizadas até início de outubro, para ser mais preciso até 03/10/2004, dia da eleição, data em que Leonel deixou de trabalhar com serviços de laranja e passou a dedicar-se à vida política. Essa data invalidaria a Petição que foi ajuizada em 10/11/2006, há mais de dois anos da relação de emprego entre os litigantes, embasado no inciso XXIX, do artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

²⁶⁸ BOSSI, Ecléa. Op. cit. pp. 27-28, nota 10.

²⁶⁹ CLALOUB, Sidney. Op. cit. p. 79-80, nota 280.

No dia 22 de janeiro de 2007, dia do julgamento, o advogado de Leonel, baseado no parágrafo 4º do artigo 162 do Código Processual Civil, manifestou-se na forma de Razões Finais. Na petição, o jurista volta a mencionar que o Reclamante trabalhou na Fazenda Boa Esperança, município de Pontalinda, como arrendatário, que as testemunhas “comprovadamente faltou com a verdade em Juízo, deixando clara a existência de troca de favores entre o Reclamante e as testemunhas, ambas confirmando que já moveram reclamação trabalhista contra o Reclamado”.²⁷⁰ Procurou ainda colher frutos de algumas contradições nas precisões de datas declaradas pelas testemunhas do reclamante, durante o depoimento, provocadas pelas suas perguntas. Tentou provar ao Juiz que houve falso testemunho, embasando nas declarações da testemunha José Ferreira do Nascimento Filho, que alegou que:

(...) o reclamante voltou a trabalhar em maio de 2003, na função de motorista de caminhão, tendo trabalhado direto até o final de 2005”, a outra testemunha Francisco de Assis Silva alegou que “o reclamante foi admitido em 10/05/2003 (?), para o exercício da função de motorista de caminhão, tendo trabalhado até o começo de 2006, ininterruptamente.”²⁷¹

Com relação aos valores descritos na petição e confirmados por José Ferreira do Nascimento Filho, a testemunha Francisco de Assis Silva entrou em contradição.

(...) José Ferreira da Silva Filho, afirmou que “no primeiro contrato o reclamante recebia R\$ 25,00 por dia e no segundo recebia R\$ 1.200,00 por mês, a testemunha Francisco de Assis Silva declarou que “por boatos ficou sabendo que o reclamante recebia R\$ 1.000,00/R\$ 1.100,00 por mês.”²⁷²

No dia 02 de fevereiro de 2007, saiu a sentença do MM. Juiz do Trabalho, que fez referência ao depoimento pessoal do Reclamado reconhecendo que o Reclamante lhe prestou serviços no período de julho de 2003 a outubro de 2004, sem interrupção, o que descaracterizou o trabalho eventual, como havia sustentado na peça da defesa, reconhecendo o vínculo empregatício no período.

O juiz não deu crédito à testemunha do reclamante Francisco de Assis Silva, alegando que:

O depoimento da segunda testemunha convidada pelo reclamante, Francisco de Assis Silva, não merece maior crédito, pois colide com o depoimento pessoal do próprio autor. De fato, declarou a referida testemunha (fl.35): “...2) que o

²⁷⁰ Ação Trabalhista nº832/2006, ajuizada em 10/11/2006, p. 73

²⁷¹ Ibid. p. 74

²⁷² Ibid. p. 75.

reclamante foi admitido em 10/05/2003, para o exercício de função de motorista de caminhão, tendo trabalhado até o começo de 2006, ininterruptamente...”, ao passo que o autor em depoimento pessoal reconhece (fl.34): “7) que conhece Leonardo Pagani, tendo trabalhado 01 mês com tal senhor, ou seja, em dezembro de 2005...” (negritei). Como bem se vê, o trabalho do reclamante não foi ininterrupto no período de 10/05/2003 até o começo do ano de 2006, como afirmado pela segunda testemunha obreira. (...)Já em relação ao segundo período a dupla testemunhal ouvida pelo reclamado não deixa dúvidas de que o contrato de trabalho vigorou no período de julho de 2003 a outubro de 2004, ocasião em que o Claudio reclama “parou de mexer com laranja” e “entrou na política” (primeira testemunha patronal – fl. 36, item 10e segunda testemunha patronal, fl. 36, item 2). Após outubro de 2004 e até por volta de novembro de 2005, segundo se colhe da prova oral, o autor tocou roça de algodão e, após, foi sócio da segunda testemunha patronal na compra de laranja, ou seja, no período de dezembro de 2005 a janeiro de 2006. Ressalto que os serviços prestados pelo autor ao reclamado após outubro de 2004, segundo a prova testemunhal, de forma eventual e esporádica, portanto, sem vínculo de emprego.²⁷³

O Juiz reconheceu o vínculo empregatício entre as partes, em dois períodos distintos, ou seja, de 01/02/2001 a 20/03/2002 e de 01/07/2003 a 03/10/2004. Com base no depoimento de José Ferreira da Silva Filho, testemunha obreira (não infirmado por outra prova), que Cláudio trabalhou e exerceu a função de motorista de ônibus e colhedor de laranjas, com salários de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por dia trabalhado e, no segundo período, como motorista de caminhão, com salário mensal médio de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

Condenou o Reclamado no prazo de até dez dias após intimado a proceder na CTPS do autor à anotação dos contratos de trabalho para constar os dois períodos contratuais reconhecidos nesta decisão, sob pena de referida anotação ser procedida pela Secretaria.²⁷⁴

Mesmo o Juiz considerando que o segundo período findou-se em 31/10/2004 e não em 03/10/2004, como proposto pela defesa, o advogado, Leozino Marioto, conseguiu através dos depoimentos das testemunhas e da falta de provas materiais concretas por parte do Reclamante (a falta de registro na CTPS), convencer o Juiz que passou “a apreciação da prejudicial de prescrição suscitada na peça de defesa à fl. 39, penúltimo parágrafo (está prescrito (CF, art. 7º, XXIX, a)”.²⁷⁵ Uma vez que a Reclamação Trabalhista foi ajuizada em 10/11/2006, prescrita segundo a decisão judicial por alguns dias.

Ao Reclamante restou a concessão dos benefícios da justiça gratuita, no importe de R\$ 2.065,21 (dois mil, sessenta e cinco reais, e vinte e um centavos), mas com uma preocupação com relação aos depoimentos de suas testemunhas, uma vez que o Juiz encaminhou a presente

²⁷³ Ibid. pp. 82-83.

²⁷⁴ Ibid. p. 83.

²⁷⁵ Ibid. p. 83.

sentença, ofício à Polícia Federal para a apuração de eventual incidência das testemunhas inquiridas no processo por falso testemunho.

Os advogados de Cláudio recorreram através de uma petição com treze páginas dirigidas ao Egrégio Tribunal do Trabalho da 15ª Região, pela decisão do Juiz da Vara Trabalhista de Jales, por não considerar o segundo período até 10/01/2006. Atribuiu a falta de prova desse pequeno período ao empregado que foi negligente em não registrar na CTPS, questionando vários depoimentos entre eles o de Leonardo Pagani:

*Ora Excelência, como poderia as testemunhas do reclamante precisar os exatos meses em que o Reclamado era empregador do Reclamante, tendo em vista que também a testemunha LEONARDO PAGANI, tinha o pai que também era sócio na compra de laranja do Reclamado? Deixou assim margem para confusão na produção de provas, o que merecia naquele instante uma acareação das testemunhas ali presentes na audiência.*²⁷⁶

Terminaram a petição pedindo aos Julgadores que se dignassem em apreciar o Recurso, afastada a prescrição bienal pronunciada pela instância de origem, determinando o retorno dos autos à respectiva vara, para melhor análise dos pleitos contidos na petição inicial.²⁷⁷

A tensão entre os advogados e Cláudio aumentou, pois estavam envolvendo de maneira direta as testemunhas. Não são os direitos trabalhistas que estavam ameaçados, mas também corriam o risco de um processo por falso testemunho. A esperança de algum êxito estava no recurso ao Tribunal, em 22/03/2007, que anexou uma nota fiscal nº 055303, da PARTECAL – PARTEZANI CALCARIOS LTDA, em nome de Leonel Nunes Torres, datada de 11/05/2005 e assinada por Cláudio, resultado de retorno de viagens de carga de laranjas levadas até Brasília.

O advogado Leozino Marioto, em 16/04/2007, apresentou as Contrarrazões ao recurso Ordinário, interposto pelo reclamante, alegando autenticidade e origem duvidosa, diante das assinaturas dos documentos que poderiam comprovar o período solicitado. Baseando-se nos trâmites legais de processos, alega: “A prova documental deve acompanhar a contestação. Após, somente é permitida a juntada de documentos referentes a fatos novos” (JTAERGS 84/301).

Em 28/10/2008, é publicado o resultado do Recurso Ordinário pelo Juiz Relator, Marcelo Garcia Nunes, que manteve na “íntegra, a respeitável sentença de origem, inclusive

²⁷⁶ *ibid.* p. 94.

²⁷⁷ *Ibid.* p. 97.

quanto ao arbitramento das custas”.²⁷⁸ Em 17/11/2008, ocorreu o trânsito em julgado e, em 18/11/2008, é publicado o ACÓRDÃO N° 72247/2008.

Inconformados e preocupados, as testemunhas, José Ferreira do Nascimento Filho e Francisco de Assis Silva, o segundo, correndo o risco de ser processado devido ao seu depoimento, perdia noites de sono, quando vinham ao seu pensamento os momentos do depoimento. Não acreditava que as precisões das datas fossem mais importantes para os juízes, para o desfecho da verdade dos fatos.

A Juíza do Trabalho, em ofício n° 01.382/2008, de 18/12/2008, encaminhou ao departamento de Polícia Federal – Delegacia de Polícia Federal, a cópia do termo da ata de audiência e da sentença prolatada nos autos do processo.²⁷⁹

O Delegado da Polícia Federal, pelo ofício n° 1192/2009 – DPF/JLS/SP, de 06/10/2009, informou a Juíza do Trabalho que, naquela data, foi instaurado o inquérito policial referente a pedido da Juíza do Trabalho, para averiguação de falso testemunho ou falsa perícia, infração: artigo 342²⁸⁰ e 343²⁸¹, do Código Penal - Decreto Lei 2848/1940),

Enquanto a Polícia Federal trabalhava em sigilo, o abatimento dos advogados era visível. Além de amargarem a derrota no Tribunal, teriam de suportar os comentários dos aliados políticos de Leonel, uma vez que Benedito Tonholo e Marcelo Lima Rodrigues faziam parte de outro grupo político local. Marcelo é vereador (2008/2012) e Benedito foi vice-prefeito e prefeito por dois mandatos.

²⁷⁸ Ibid. p. 124

²⁷⁹ Ibid. p. 132

²⁸⁰ **Art. 342.** Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: (Redação dada pela Lei n° 10.268 , de 28.8.2001) Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

§ 1o As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta. (Redação dada pela Lei n° 10.268 , de 28.8.2001). § 2o O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade. (Redação dada pela Lei n° 10.268 , de 28.8.2001)

²⁸¹ **Art. 343.** Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação: (Redação dada pela Lei n° 10.268 , de 28.8.2001) Pena - reclusão, de três a quatro anos, e multa. (Redação dada pela Lei n° 10.268 , de 28.8.2001). Parágrafo único. As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta. (Redação dada pela Lei n° 10.268 , de 28.8.2001)

O resultado da decisão judicial refletia, além das tensões por direitos entre trabalhadores e patrões, a rivalidade política local, atingindo o profissionalismo dos advogados pertencentes a grupos opostos ao do reclamado.

*De fato, existem provavelmente dois espectros superpostos, dos quais um expressa as várias nuances da dimensão política ou ideológica dos processos e descobertas da pesquisa, e o outro, as conseqüências que se pretendem deduzir daí para o comportamento subjetivo do historiador. Para colocar em termos simples, um diz respeito ao engajamento dos fatos, o outro, ao das pessoas.*²⁸²

Ouviam-se comentários nas praças e nas roças que ridicularizavam o profissionalismo dos advogados de Cláudio, “Leonel tem advogado”.²⁸³ Comentários que tentam desqualificar os dois profissionais, não levando em consideração os artifícios usados pela defesa no desenrolar da ação. Para Flávio Santos Oliveira os comentários sobre a derrota não tinha a finalidade de atacar somente o profissionalismo dos advogados, a derrota representava mais do que o prestígio profissional, mas também uma derrota política para o grupo dos advogados.²⁸⁴

O resultado atingiu alguns militantes e as lideranças políticas locais que sempre incentivaram os trabalhadores a lutarem pelos seus direitos. Esses ficavam ainda mais intrigados ao ouvir alguns comentários, principalmente os mais velhos do antigo ditado “quem pode, manda e quem tem juízo obedece”. Nesse momento, não era somente Cláudio quem perdia a causa, sua derrota poderia levar os demais trabalhadores a recuarem na luta por direitos, como o registro na CTPS.

Diante dos comentários sobre o resultado da decisão, outros trabalhadores se intimidaram em depor contra seus patrões, com medo de serem processados por falso testemunho, caso sua memória falhasse diante de perguntas que exigissem detalhes ou precisão de datas, como as feitas para Francisco. “Poderiam se complicar, o que representava grande dificuldade na luta por direitos dos trabalhadores boias-frias”.²⁸⁵

Durante o período de todos os trâmites da ação, Cláudio continuou trabalhando como motorista concursado da Prefeitura Municipal (desde 13/01/2006). Vale salientar que Cláudio nunca fez parte do grupo político de seus advogados, e, ainda, apoiou os dois pleitos eleitorais que Leonel disputou como vice-prefeito, inclusive o de 2008, quando já havia entrado com a

²⁸² HOBSBAWM. E. J. Op. cit. p. 139, nota 5.

²⁸³ Narrativa de Flávio Santos Oliveira, ex-pequeno produtor, hoje cabeleireiro. Outubro de 2010.

²⁸⁴ Id.

²⁸⁵ Narrativa de Wilson Pereira dos Santos, fiscal de turma. Entrevista em Dezembro de 2009.

ação trabalhista. Dentro desse contexto, pode se admitir que Cláudio, apesar dos seus direitos violados, não deixou de ser militante do grupo político local de Leonel, que pertence a um partido político conservador, o que subentende que sua briga na Justiça contra Leonel era apenas por questão de interesse econômico individual.

A Polícia Federal iniciou o processo de investigação e o caso começou a tomar outra direção e a ganhar uma dimensão maior do que a esperada. A Procuradoria da República, em Jales-SP, em 10/11/2009, deferiu a dilação de prazo de 90 (noventa) dias, para a complementação das diligências necessárias da Polícia Federal.²⁸⁶

Em 19 de janeiro de 2010, a Juíza da Vara do Trabalho de Jales envia ao Delegado da Polícia Federal a petição inicial, contestação e acórdão, atendendo o ofício nº 1192/209-DPF.²⁸⁷

Após a chegada dos documentos requeridos pela DPF/JLSP, junto à CITROVITA e cópias do referido processo requerido junto à Vara do Trabalho, a Procuradoria da República defere a dilatação de mais até 90 (noventa) dias de prazo, para a complementação das diligências necessárias. E, em 07 de maio de 2010, o Delegado de Polícia Federal decidiu intimar Jerônimo Lopes Neto, administrador da Fazenda Boa Esperança; Dejair Tranquero Mendonça, arrendatário de terras para plantar algodão na Fazenda Boa Esperança; e as testemunhas de Leonel: Antônio Sérgio Crepaldi e Leonardo Pagani. A audiência fora marcada para o dia primeiro de junho de 2010.²⁸⁸

No depoimento, Jerônimo afirmou o que já havia dito anteriormente, e que Cláudio não era arrendatário. Aloysio cedeu uma área de doze alqueires para Jerônimo explorar como quisesse. Jerônimo cedeu ao seu irmão, José Arnaldo, uma área de, aproximadamente, quatro a cinco alqueires. José Arnaldo chamou Cláudio para ajudá-lo na lavoura de algodão. Cláudio ia à lavoura para ajudá-lo em alguns finais de semana, quando voltava de viagem, e sempre ia à roça com o caminhão de Leonel. Afirmou que Cláudio ajudou José Arnaldo por um pequeno período, na colheita do algodão, mas que não trabalhou mais do que sessenta dias, ajudando José Arnaldo. Jerônimo concluiu seu depoimento, dizendo que foi procurado por Leonel para depor na Justiça do Trabalho, afirmando que Cláudio era arrendatário na Fazenda que ele

²⁸⁶ Inquérito Policial n. 20-0203/09, p. 17.

²⁸⁷ Ibid. pp.18-25.

²⁸⁸ Ibid. p.80

administrava, o qual respondeu que se fosse chamado para depor, iria dizer somente a verdade, e não mais foi procurado por Leonel.²⁸⁹

A testemunha, Dejair, afirmou que foi arrendatário de uma área de 220 alqueires para o cultivo de algodão, na Fazenda Boa Esperança, na safra 2004/2005. Deu início aos preparativos do solo a partir das chuvas do final de setembro, início de outubro, o plantio em novembro e a colheita da safra a partir de março, que tinha várias parcerias de arrendamentos, mas nenhuma com Cláudio, e que nem o conhecia.²⁹⁰

A testemunha do reclamado, Leonardo Pagani, não mudou seu depoimento e continuou afirmando o mesmo que havia dito junto à Justiça do Trabalho, ou seja, que Cláudio foi arrendatário de terra na Fazenda Boa Esperança, que sua família havia emprestado uma grade niveladora para preparar o solo para o plantio de algodão e o trator; que Leonel deixou de trabalhar com venda e compra de laranja depois de 03/10/2004; que alugava o caminhão para transporte de laranja; que trabalhou para o mesmo de outubro a novembro de 2006, na função de motorista de ônibus de turma de laranja, porque Leonel ainda tinha um ônibus, que alugava para o transporte de trabalhadores. Não soube explicar porque afirmou que, nesse período, Leonel era sócio de seu pai na compra de laranja, já que afirmou que Leonel teria parado de trabalhar com laranja na época das eleições de 2004.²⁹¹

Antônio Sérgio Crepaldi, outra testemunha do reclamado, não atendeu à intimação. Como o prazo havia expirado, o interrogatório ficou prejudicado e o Delegado remeteu os autos diretamente ao Ministério Público Federal, em Jales, solicitando novo prazo para a conclusão das diligências.²⁹² Em 08 de junho de 2010, foram deferidos mais noventa dias para a complementação das diligências, pela Procuradoria da República em Jales-SP.

A testemunha foi intimada a comparecer no dia 25 de agosto de 2010, na Delegacia de Polícia Federal de Jales, onde prestou depoimento. Iniciou afirmando que começou a trabalhar para Leonel como motorista, depois que Cláudio havia saído, em janeiro ou fevereiro de 2006, mas sua CTPS só foi anotada em 03/07/2006, o que dava para perceber a prática de grande parte dos “gatos”, empreiteiros e produtores, de não registrar seus trabalhadores. O testemunho de Antônio Sérgio Crepaldi confirmou que Cláudio era o único motorista de Leonel e, com relação ao testemunho prestado na Vara do Trabalho de Jales, no dia 10/01/2007, retificou algumas afirmações já feitas, alegando:

²⁸⁹ Ibid. pp.81-82

²⁹⁰ Ibid. p.83.

²⁹¹ Ibid. p.85.

²⁹² Ibid. p.80.

(...) já que foi forçado a fazer algumas afirmações para manter o emprego; QUE as datas de admissão foram as acima informadas, assim como a data de dispensa de Cláudio; QUE Leonel e seu advogado pediram para o declarante confirmar que Cláudio passou a trabalhar com arrendamento de algodão depois das eleições do ano de 2004, ao passo que Cláudio só havia comentado que estava com uma roça de algodão em parceria com parentes, mas não tinha parado de trabalhar para Leonel; QUE Leonel e seu advogado também pediram para o declarante dizer que Leonel havia parado de mexer com laranja depois que entrou para a política, voltando a trabalhar com laranjas somente em outubro ou novembro de 2006, ao passo que sabe que Leonel nunca parou de comprar e vender laranjas, que nunca deixou de ser o seu negócio; QUE não sabe se hoje Leonel continua a trabalhar comprando e vendendo laranjas, já que se mudou para Jales há quase três anos. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado.²⁹³

A inversão do depoimento de Sérgio confirmou as declarações de Cláudio que “indicou Antônio para a função de motorista, já que pretendia deixar o serviço no início de 2006”.²⁹⁴

Após todas as diligências realizadas, o delegado de Polícia Federal encerrou o Inquérito Policial em 26/08/2010, constando em Relatório a careação entre os depoimentos do reclamante e do reclamado, e de suas testemunhas, realizados na Justiça do Trabalho e na Polícia Federal. Relacionando com os depoimentos de Jerônimo, Dejair e do funcionário da Casa da Agricultura do Município de Pontalinda, chegaram à conclusão de que houve falso testemunho, mas por parte das testemunhas de Leonel.

O Delegado da Polícia Federal da Delegacia de Jales/SP, enviou o Relatório do referido Inquérito tendo como “indiciado: Leonardo Pagani, e como “Investigado”: Antônio Sergio Crepaldi”:

ANTÔNIO SERGIO CREPALDI foi ouvido em declarações às fl. 94, e deixou de ser indiciado por falso testemunho porque colaborou com a investigação, não só esclarecendo a verdade sobre os fatos em apuração, mas voltando à sua residência para buscar sua CPTS para extração de cópia, imprescindível para a determinação de algumas datas.²⁹⁵

Enviado o Relatório ao Ministério Público Federal, o mesmo acatou a denúncia e, segundo sua análise dos depoimentos e Relatório do Delegado da Polícia Federal de Jales-SP, entendeu que denunciados Leonel Nunes Torres e Leozino Marioto, induziram Antônio Sérgio Crepaldi a prestar o depoimento falso, pedindo que afirmasse na Justiça do Trabalho que Cláudio havia passado a trabalhar com arrendamento de algodão após as eleições de 2004

²⁹³ Ibid. p.94.

²⁹⁴ Ibid. pp. 21-22.

²⁹⁵ Ibid. p. 105.

e que Leonel deixou de trabalhar com laranja, depois que entrou na política, voltando a trabalhar com o negócio somente em outubro de 2006, mesmo sabendo que não era verdade.

ASSIM AGINDO, o denunciado ANTÔNIO SÉRGIO CREPALDI incorreu na conduta tipificada no artigo 342,²⁹⁶ caput, do Código Penal e os denunciados LEONEL NUNES TORRES e LEOZINO MARITO incorreram na conduta tipificada no artigo 342, caput, c/c artigo 29,²⁹⁷ ambos do Código Penal.²⁹⁸

Mesmo tendo colaborado na investigação para o esclarecimento dos fatos, o que foi proposto no relatório pelo Delegado da Polícia Federal, que o mesmo “deixou de ser indiciado por falso testemunho, porque colaborou com a investigação”,²⁹⁹ o Procurador da República entendeu que Antônio Sérgio Crepaldi infringiu o artigo 342 do Código Penal e propôs ao mesmo a pena do pagamento de 5 (cinco) cestas básicas no valor de R\$ 100,00 (cem reais) cada, uma a cada mês, para instituição a ser indicada pelo Juízo, e o comparecimento pessoal e obrigatório em Juízo, mensalmente, para informar suas atividades. Para Leonel Nunes Torres e Leozino Marioto, a pena do pagamento de 5 (cinco) cestas básicas no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) cada, uma a cada mês, para uma instituição a ser indicada pelo Juízo, e o comparecimento pessoal e obrigatório em Juízo mensalmente, para informar e justificar suas atividades.³⁰⁰

Segundo apurado, os denunciados prestaram ao Juízo trabalhista informações que revelaram-se falsas. Ressalte-se, ainda, que a versão apresentada pelo primeiro denunciado quanto a cessação da atividade com laranjas pelo reclamado acabou acolhida na sentença trabalhista, mas revelou-se falsa no decorrer das investigações policiais.³⁰¹

O Procurador entendeu que Leonardo Pagani, indiciado pelo Delegado da Polícia Federal de Jales-SP, não cometeu falso testemunho ao manter seu depoimento e, mesmo reconhecendo que o Reclamado foi beneficiado por seus depoimentos apresentados junto à Justiça do trabalho, com informações falsas, segundo o Relatório da Polícia Federal, que levaram o Juiz Trabalhista a decidir em favor do Reclamado, não acatando o período

²⁹⁶ Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001) Pena - reclusão, de um a três anos, e multa

²⁹⁷ Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

§ 1º - Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

§ 2º - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

²⁹⁸ Inquérito Policial SR/DPF/SP – Delegacia de Polícia Federal em Jales/SP, nº 20-0203/09. p. 110.

²⁹⁹ Idem, ibidem, p. 105.

³⁰⁰ Idem, ibidem, p.111.

³⁰¹ Inquérito Policial SR/DPF/SP – Delegacia de Polícia Federal em Jales/SP, nº 20-0203/09. p. 109.

requerido na petição, ou seja, até 10/01/2006, (dando por prescrito em outubro de 2004) e propondo, ainda, a instauração de inquérito policial contra as testemunhas do Reclamante, por falso testemunho.

Depois do resultado do Inquérito Policial e as decisões do Procurador da República, os advogados de Cláudio protocolaram uma petição, requerendo anulação da sentença mediante a comprovação dos fatos, o que está sendo aguardado.

O caso está em aberto. Há uma expectativa no recurso impetrado por parte dos interessados financeiramente e dos advogados que serão reconhecidos e valorizados. Há também aclamação por justiça por parte de companheiros de trabalho, membros sindicais, militantes de esquerda e por integrantes de movimentos sociais locais, ainda em pequeno número.

A luta por direitos do trabalhador rural na região arrasta-se há décadas. “Quando a palavra tinha valor de documento”, a maioria desses trabalhava no campo como meeiros, parceiros, arrendatários, empreiteiros ou colonos.

Como tive a experiência de boia-fria e ainda convivo em meio a este contingente, no momento, não diretamente como boia-fria, mas, toda vez que o assunto é referente à luta de trabalhadores e fazendeiros, já vem à mente uma cena que não sai da memória. Após ter saído da escola, ainda com apenas oito anos, recordo que um aglomerado de pessoas, em frente à Igreja da praça, enquanto esperava o corpo do falecido chegar à Igreja, o que era de costume para os católicos, comentava-se sobre o assassinato de um trabalhador cometido pelo patrão. A curiosidade fez-me deixar de tomar o caminho de volta para casa e juntar-me aos presentes.

Com poucos acompanhantes, dentro do caminhão do traslado que parou ao lado da praça, retirado pelos acompanhantes que se juntaram aos que ali esperavam, seguiram com o som do sino que batia compassado em um silêncio profundo, regado por lágrimas de pessoas simples, com trajes singelos que seguravam a alça do caixão, que adentrou a Igreja. Após alguns instantes, havia uma multidão, para os rituais de costume e a despedida dos amigos e familiares e curiosos. Um início de tumulto pela multidão, que logo foi acalmada. Eram curiosos querendo ver o falecido, saber detalhes da tragédia, o número de tiros disparado contra o corpo da vítima. Outros, revoltados pelo ato violento de assassinar um ser humano, trabalhando em sua roça, num sol do meio-dia, onde derramavam seu suor no “cabo da enxada”, capinavam a sua pequena lavoura de arroz. Comentários se estendiam com “não teve o prazer de satisfazer a sua vontade de fumar o cigarro que seu amigo havia lhe

proporcionado”. Quanto ao assassino, divergiam as opiniões. Alguns comentavam que ele não voltaria mais a sua propriedade. Outros acreditavam que ele até iria vender a fazenda. Ouviam-se também comentários em pequenos grupos “quem tem dinheiro não vai preso”. Após os rituais de oração e despedida, fechou-se o caixão. Acompanhados pela multidão ao som do sino, de cabeça baixa e lágrimas correndo pelo rosto, levavam o ente querido e, com ele, a esperança de justiça. Via-se no rosto das pessoas ali presentes com olhares de revolta e a desaprovação moral – o juízo ético e a atribuição de responsabilidade (dolosa) aos causadores do mal.³⁰²

Essas lembranças levaram-me à procura desse processo, depois de quarenta e três anos, para fazer parte da pesquisa.

Dirigi-me ao fórum onde fui muito bem recebido pelos funcionários que abriram as portas dos arquivos para que pudesse verificar os autos do processo.

Procurando através dos nomes dos envolvidos, encontrei o processo com a capa desgastada e, ao folhear as páginas um tanto amareladas pelo tempo, mas nítidas, deparei-me com uma fotografia em preto e branco, que me comoveu. Diante daquele artefato parcial, descobri que podia perceber a realidade.³⁰³ Era a foto de Pedro Ângelo, estirado em meio a uma pequena lavoura de arroz, com a cabeça apoiada em um saco de estopa, com o rosto ensanguentado. Ao seu lado, alguns objetos, um garrafão de água, seu chapéu de pano desgastado, um saco que apoiava a sua cabeça e a enxada, ferramenta de trabalho que derramava seu suor para ganhar seu sustento, ali manchada de sangue, compunham aquele triste cenário, juntamente com Pedro que lavrava, com olhar fixo para o céu. De braços abertos, deixou seus filhos, sua esposa e a pequena lavoura, esperança de sustento de sua família, mas não saiu da memória de todos que vivenciaram aquele fato. Essa cena veio preencher parte de uma lacuna em meu imaginário, que construía e reconstruía cenas buscando o real do acontecido, mas, ao mesmo tempo, outras tantas vieram, mediante os vestígios ali apresentados.

Nessa ânsia de desvendar os vestígios que vieram a minha memória, voltei-me ao início do processo e, ali mesmo, em meio à poeira dos arquivos e à pouca claridade, comecei

³⁰² GIANNETTI, Eduardo. Op. cit. p. 19, nota 176.

³⁰³ CARVALHO, T. C. Fotografia e cidade: São Paulo na década de 1930. Dissertação (Mestrado em História) PUC-SP. 1999.

a leitura do auto de prisão em flagrante delito nos termos do artigo 121. CPB³⁰⁴, escrito à máquina, com data de 12 de dezembro de 1968, data do ocorrido.



Figura 25 - Foto de Pedro Ângelo morto em roça de arroz.

Fonte: constante no Processo Crime nº 1.002/68.

Diante da ansiedade de decifrar o desenrolar dos fatos, tentando interpretar os depoimentos do acusado, do investigador e das testemunhas que presenciaram o caso, não percebi que já era hora de tomar o último ônibus que partia para Pontalinda. Antes, teria de passar pelo cartório criminal responsável, para cumprir normas legais para retirar o processo e a cópia, o que foi agilizado pelos funcionários responsáveis.

Debrucei-me sobre as cópias do processo. As horas pareciam passar rapidamente, enquanto tentava interpretar as falas resumidamente descritas nas atas de depoimentos. Queria desvendar os fatos e descobrir qual era a linha de defesa dos advogados dos acusados e dos promotores de justiça, diante das provas materiais colhidas no local do crime, em que parecia evidente a consumação do crime. Após ler as declarações dos testemunhos de Jorge, do investigador de polícia, das testemunhas oculares, da família da vítima e do administrador, o caso foi ganhando mais visibilidade, mas sempre lembrando que:

³⁰⁴ Código Penal Brasileiro, Art 121. Matar alguém: Homicídio qualificado - § 2º Se o homicídio é cometido: II - por motivo fútil. Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

*(...) ler os processos criminais não significa partir em busca do que realmente se passou, porque esta seria uma expectativa inocente, da mesma forma como é pura inocência objetar a utilização dos processos criminais, porque eles “mentem”. O importante é estar atento às coisas que repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência.*³⁰⁵

O auto de prisão em flagrante delito está composto de sete laudas, papel ofício especial, relatando a prisão em flagrante de Jorge Madi Faris, de 38 anos, efetuada pelo investigador Carlos Gomes de Toledo, que, por volta das dezesseis horas chegou à fazenda de Jorge, no distrito de Pontalinda, após terem recebido a notícia na Delegacia de Polícia de Jales, (nessa época, Pontalinda não contava com Delegacia de Polícia) de que um empregado havia sido atirado por seu patrão e a pessoa ferida estaria viva. Ao chegarem a fazenda, descobriram que o patrão e o administrador da fazenda atiraram contra a vítima, Pedro Ângelo, por motivos desconhecidos e que a vítima já estava morta.

O investigador e os policiais dirigiram-se até a roça de arroz, situada na própria fazenda de Jorge, onde aconteceu o crime. O investigador e os policiais viram que a vítima estava morta. Averiguaram o local, colheram os nomes e algumas informações das pessoas ali presentes e dos que presenciaram o acontecido. Em seguida, retornaram à cidade de Jales. No caminho, depararam com o veículo do fazendeiro, uma perua “DKV”, cor azul, que estava voltando de Jales com sentido a Pontalinda. Após abordar e revistar o acusado (que não apresentou resistência à ação dos policiais) e o carro, encontraram o revólver embaixo do banco do passageiro da frente, com quatro projéteis intactos. Conduziu Jorge até a Delegacia de Polícia de Jales, onde prestou depoimento.³⁰⁶

A diligência dirigida pelo investigador, no local, acolheu como testemunha Benedito Barbosa, lavrador, 19 anos, analfabeto, solteiro, morador da fazenda de Jorge Madi Faris, que declarou:

(...) que por volta das treze e trinta horas, junto com seu pai foi até a roça de Pedro Ângelo levar a ele um pedaço de fumo; que, ali estavam, isto depois da merenda quando chegou o patrão Jorge Madi Faris e o administrador Pedro; que, após algumas conversas entre patrão o administrador e Pedro Ângelo, que girava a respeito do conserto de estrada, os ânimos se alteraram havendo então uma discussão entre essas pessoas; que Jorge o patrão virando-se para Pedro Ângelo disse que não precisava haver discussão e afastando alguns passos atrás sacou de um revólver, fazendo três disparos contra Pedro, (...) Jorge saiu correndo, tendo o administrador virado e sacado de uma arma com a qual também desfechou um tiro contra Pedro Ângelo; que, Pedro há esta altura já estava caído ao solo e o administrador Pedro atirou contra ele; (...) Pedro

³⁰⁵ CHALHOUB, Sidney. Op. cit. p. 23, nota 280.

³⁰⁶ Processo Crime nº 1.002/68. p. 6.

Ângelo não fez menção de usar contra Jorge a enxada que estava nas mãos no momento em que discutia. (...) que a causa toda da discussão se prendeu devido a que os empregados da fazenda ficaram de ajudar na conservação da estrada, serviço esse a ser feito hoje e que Pedro Ângelo não acatou (...) ia mandar seu filho para compensar o dia de hoje, no próximo sábado; (...) a discussão com Pedro Ângelo, o saque da arma por parte de Jorge e de Pedro o administrador foi coisa de vinte minutos; que, diz o depoente que Pedro Ângelo e seus filhos traziam como instrumento somente a enxada que servia na ocasião para o seu trabalho; (...) que Jorge não é bom patrão, pois não paga aos empregados o que os empregado merecem(...)que Pedro Ângelo era um sujeito bom e não costumava beber; (...) que após os ferimento recebidos Pedro Ângelo veio a falecer, isto passando meia hora, ali mesmo na roça.³⁰⁷

No depoimento de Benedito Barbosa, acima, pode-se perceber entre outras evidências, o meio e as situações sociais e econômicas em que estavam inseridos esses trabalhadores, além das declarações que incriminam o acusado. “A palavra contém uma riqueza inesgotável, podendo ser analisada a partir de múltiplos pontos de vista, que apontarão para diferentes possibilidades, entre o dito e o não dito”.³⁰⁸

As evidências também se fizeram presentes no depoimento do pai de Benedito, o senhor Benedito Barbosa, 56 anos, lavrador, casado, analfabeto, morador da fazenda de Jorge, que reclamava da “falta de coisa”,³⁰⁹ diante dos Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros novos) que recebia da diária e não dava para suprir as necessidades básicas da casa. Mesmo diante das dificuldades econômicas, os gestos de solidariedade estavam presentes no simples ato de dividir o pedaço de fumo com o amigo.

As testemunhas oculares, Benedito Barbosa (pai) e Benedito Barbosa (filho), eram vizinhos da vítima e trabalhavam na mesma fazenda. No dia do crime, estavam trabalhando nas proximidades. Pedro Barbosa trabalhava junto com seu filho em sistema de empreitas. Enquanto que, Pedro Ângelo trabalhava como colono nas lavouras de café e cultivava uma pequena lavoura de arroz, arrendada a 30% da produção e a meia. O patrão era responsável pelo preparo da terra e o trabalhador responsável pela planta, cultivo e colheita. A fala de Jorge no seu depoimento não deixa claro se Pedro Ângelo cultivava outra roça a não ser aquela em que aconteceu o assassinato. Quando afirma que a vítima trabalhava como colono no café, cultivava pequenas lavouras como arrendatários a 30% e a meia (50%), e que a

³⁰⁷ Id. p. 6 Trecho do Depoimento de Benedito Barbosa, testemunha que presenciou o assassinato. Realizado em 12/12/1968, às 21h00.

³⁰⁸ SILVA, Dalva Maria de Oliveira. Texto: “Algumas experiências com o diálogo com a memória”. Muitas memórias, outras histórias. Déa Ribeiro Fenelon, Laura Antunes Maciel, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Khoury. (orgs.). São Paulo: Editora Olho D’água, 2005, p. 193.

³⁰⁹ Processo Crime nº 1.002/68. p. 6-7. Trecho do Depoimento realizado na noite de 12/12/1968, de Benedito Barbosa (pai), testemunha que presenciou o assassinato de Pedro Ângelo.

fazenda era responsável pelo preparo da terra, deixando nas condições de plantio e ele era obrigado a trabalhar para a fazenda, quando convocado.

Nas afirmações de Jorge, durante seu depoimento, percebem-se os diferentes meios de contratações dos trabalhadores rurais em sua fazenda, o que é firmado no depoimento de Salvador, após 42 anos, que trabalhava como arrendatário com sua família, cultivando lavoura de algodão, mas existiam trabalhadores que “tocavam café de colonos e tocavam umas rocinhas e trabalhavam como diaristas”.³¹⁰

No Processo Crime nº 1.002/68, não é mencionado, nem aparece cópia de contrato por escrito, o qual devia conter em seu teor, cláusula que obrigasse Pedro Ângelo. Pelo que parece, os acordos eram verbais.

A valentia de Jorge era expressa em meio aos seus empregados, como afirma a narrativa de Salvador de Oliveira, que, na época do crime, morava na fazenda, juntamente com sua mãe e seus irmãos, plantando roça arrendada de algodão. “Jorge andava sempre na fazenda com um revorvão na cinta”.³¹¹

Os donos das fazendas que arrematavam esses trabalhadores para trabalharem por empreitadas, quando o administrador ou o patrão não tinha certeza de quanto o peão podia produzir por dia, mandavam que efetuassem a tarefa, depois o preço seria dado, e era bem abaixo do estabelecido no mercado da região. Esses trabalhadores também trabalhavam por dia. Por morarem na propriedade, o preço era abaixo do pagamento efetuado a outros peões, como pequenos produtores, arrendatários, meeiros, parceiros que, folgando dos trabalhos de sua lavoura, prestavam serviços às fazendas eventualmente.

Voltando ao depoimento de Benedito (filho), o mesmo demonstrou a preocupação em afirmar a idoneidade de Pedro Ângelo, afirmando que não tinha vício. Os conceitos de boa pessoa, sempre estiveram ligados às questões de vícios como bebidas, jogos, brigas e furtos. Havia bom relacionamento entre ambos, uma vez que moravam vizinhos, a cinco metros da casa de Pedro Ângelo.

³¹⁰ Narrativa de Salvador de Oliveira, ex-pequeno produtor, ex-boia-fria, ex-pedreiro e funcionário público municipal. Dezembro de 2010.

³¹¹ Id.

Benedito também afirmou que Pedro Ângelo e seus filhos não fizeram ameaças de agredir Jorge e Pedro Lima durante a discussão, conforme declarações em audiência no fórum de Jales, dia 16 de janeiro de 1969.³¹²

O investigador, Carlos Gomes Toledo, sustentou as declarações firmadas no dia 12/12/1968, na Delegacia de Polícia de Jales-SP, “(...) que o depoente não ouviu nenhum comentário no sentido de que a vítima, seus filhos ou qualquer outra pessoa presente no local dos fatos, procuraram praticar qualquer agressão contra um dos acusados(...)”.³¹³

Diante das declarações das duas testemunhas que presenciaram o fato, além da família da vítima na delegacia de polícia e firmadas no fórum e as afirmações do investigador, tudo levava a crer que a ação foi covarde por parte dos acusados e que seriam condenados. Quanto ao depoimento de Alcindo, filho de Pedro Ângelo, que pouco representaria para o tribunal, firmou as declarações de Benedito (pai) e Benedito (filho).

O acusado, em depoimento, após ser preso pelo investigador Carlos, depôs na Delegacia de Polícia de Jales-SP, relatou que chegou à fazenda por volta das onze horas, vindo de Nhandeara, de outra fazenda, e que foi avisado pelo administrador que cinco famílias não teriam enviado trabalhadores para a conservação da estrada da fazenda. Jorge relatou à polícia a importância da conservação da estrada, em casos de emergências, além das facilidades que traria a todos. Ele era pecuarista e entregava leite para a Companhia Nestlé, e esta, em acordo com o proprietário, arcava com a despesa de máquina niveladora, para melhorar o tráfego de seus caminhões que iriam até a fazenda pegar leite. Jorge, após conversar com dois chefes de família, que não tinham fornecido trabalhadores, os mesmos aceitaram as ponderações, indo ao trabalho na mesma hora. Pediu ao administrador que fosse falar com os demais que ali não estavam presentes para irem até a sede da fazenda, falar com Jorge.

Na volta, o administrador informou a Jorge que Pedro Ângelo mandou um recado “de que a distância era a mesma e se ele quisesse conversar consigo (...) fosse até ele”.³¹⁴

Em um meio onde a fala do patrão era a lei, tal recado representaria mais que uma afronta às ordens estabelecidas, era uma ofensa pessoal, que teria de ser resolvida. Dado o

³¹² Processo Crime nº 1.002/68. pp. 82-85. Depoimento das testemunhas: Benedito Barbosa, (filho) Benedito Barbosa, (pai) no fórum de Jales, em 16/01/1986.

³¹³ Ibid. p. 81. Depoimento de Carlos Gomes Toledo. Investigador. Audiência no fórum de Jales em 16.01.1969.

³¹⁴ Ibid. p. 8. Depoimento de Jorge Madi Faris, em 12/12/1968. Na Delegacia de Polícia de Jales-SP.

recado, Jorge, furioso, terminou de almoçar e saiu às pressas, para falar com o empregado e “ver a roça de arroz” que ainda não tinha visto.

(...) perguntou a Pedro Sancieto porque não fora ajudar na conservação da estrada, tendo Pedro respondido que de graça não trabalharia e que não mandou nem mandaria alguém dos seus trabalhar nesse mister; (...) irado voltou-se para o interrogado dizendo “sento-lhe a enxada na cabeça” e passou a xingar-lo, mandando o interrogado a “puta que o pariu”, que, empunhando a enxada nas mãos Pedro Sancieto mostrava-se irado e o interrogado para não haver maiores e com medo mesmo da atitude de Pedro Sancieto, correu, tendo Pedro Lima, também, corrido junto; que, diz o interrogado que quando Pedro Sancieto levantara a enxada contra si, nem tinha visto esse gesto, pois já encontrava de costa para Pedro Sancieto, tendo sido advertido por Pedro Lima que lhe gritara, ocasião em que o interrogado ouviu um estampido de arma de fogo; que, o interrogado apavorado correu tendo sido perseguido pelo filho mais novo de Pedro Sancieto que deixou de perseguir o interrogado graças ao irmão mais velho de nome Alcindo que lhe chamara pelo nome; que o interrogado nesta corrida sacou da arma que trazia a cinta, fazendo dois, digo, fazendo um ou dois disparos, para o ar; que, Pedro Lima corria também..... que, no encalço de Pedro Lima estivera o filho Alcindo que desistira logo, voltando, quando então chamar o irmão menor que perseguia o interrogado; que, diz o interrogado que se não fora Alcindo chamar seu irmão o interrogado teria sido alcançado pelo mesmo; (...).³¹⁵

O acusado, no decorrer de seu depoimento, tentava justificar seu ato através do não cumprimento de suas ordens, as quais “julgavam necessárias,” o que representava uma afronta ao seu poder constituído através do direito de propriedade. Em um momento, em que fazendeiros ainda impunham ordens severas aos seus trabalhadores de até “bater em colono”.³¹⁶

Em seguida, procurou desqualificar o testemunho de Benedito Barbosa e de seu filho, argumentando que o mesmo não presenciou o fato, afirmando que, após iniciar a discussão, Benedito saiu de mansinho. Buscou, também, demonstrar a falta de diálogo e a agressividade de Pedro Ângelo e de seu filho mais novo.

Para a população, até aquele momento, a condenação de Jorge e do administrador parecia certa, mas não para a justiça, que dependia de uma série de provas materiais colhidas pela perícia, que deveriam ser levadas ao conhecimento do júri e debatidas pelo Promotor de Justiça e advogados de defesa.

³¹⁵ Ibid. pp. 7-8. Trecho do Depoimento de Jorge Madi Faris. Em 12/12/1968. na Delegacia de Polícia de Jales-SP..

³¹⁶ VARUSSA, Rinaldo José. Trabalhadores e memórias: disputas, conquistas e perdas na cidade. In. Muitas memórias, outras histórias. Déa Ribeiro Fenelon, Laura Antunes Maciel, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Khoury (orgs.). São Paulo: Editora Olho D’água. 2005, p. 217.

No dia 13 de dezembro, após os rituais de sepultamento do corpo de Pedro Ângelo, foi realizado no cemitério de Pontalinda, sobre um túmulo de alvenaria, à vista de alguns curiosos, incluindo crianças. O exame necroscópico foi realizado pelos senhores doutores Camilo Barbieri e Firoso Ito, médicos legistas da regional de Polícia de Votuporanga.

Havia esperança de justiça da família e dos amigos nos depoimentos de Benedito Barbosa e de seu filho, as únicas pessoas presentes, a não ser os envolvidos no fato e membros da família de Pedro Ângelo, e nas provas materiais e o laudo do exame necroscópico.

A conclusão do exame necroscópico deixou muita gente sem entender o que estava acontecendo.

*(...) do exposto e examinado concluímos que a vítima veio a falecer em conseqüência à insuficiência ventricular esquerda, aguda e conseqüente edema agudo do pulmão, determinada por choque emocional, por agressão de vez que o ferimento produzido pelo projétil de arma de fogo não atingiu órgão que pudesse ocasionar a morte.*³¹⁷

“Estas arbitrariedades e violências policiais, quando manipuladas por um hábil advogado de defesa, acabam conduzindo facilmente à absolvição dos acusados.”³¹⁸

No dia 14 de dezembro, Pedro Lima, 40 anos, administrador da fazenda, compareceu espontaneamente à Delegacia de Polícia de Jales, para denunciar a suposta agressão sofrida por Alcindo e prestar depoimentos sobre o caso.

(...) que, por volta das doze horas, Jorge Madi Fares, (...) mandou ao interrogado chamar Pedro Sanciato, que estava capinando arroz; que, o interrogado se dirigiu a Pedro Sanciato e disse-lhe que Jorge Madi Fares, seu patrão queria conversar com ele Pedro: que, Pedro Sanciato mandou que o interrogado falasse a Jorge Madi Fares que, com ele Pedro podia deslocar para falar com Jorge, este também podia fazer o mesmo e ir falar com ele Pedro; (...) Jorge advertiu Pedro Sanciato que se não fosse fazer o serviço, ele Jorge não deixaria o carrinho transitar na estrada e que o carrinho ainda seria preso; que, disse ainda mais que se Pedro não fizesse o serviço, ele Jorge cobraria cinco cruzeiros novos de Pedro, porque era sua obrigação de fazer; que, ao terminar de Jorge dizer as palavras a Pedro Sanciato, este levantou a enxada contra Jorge, desferindo um golpe com ela, de modo horizontal, (...) Jorge estava armado um revolver na cinta, que é o mesmo que ora lhe é exibido e o interrogado trazia em um dos bolsos da calça a garrucha, (...) quando desferido um golpe de enxada por Pedro Sanciato, diz o interrogado que viu Jorge cair no solo e ato continuo ouviu dois disparos; que a esta altura o interrogado estava de costas, pois tinha se volto para correr quando então foi-lhe ati, digo, desfechado uma enxadada que atingiu o corpo na altura omoplata esquerdo; que com o golpe sofrido o interrogado sacou de sua garrucha e para cima

³¹⁷ Processo Crime nº 1.002/68 p. 41. Laudo de Exame de Corpo de Delito – Exame necroscópico.

³¹⁸ CHALOUB, Sidney. Op. cit. p.194, nota 280.

*disparou tiro , com o intuito de defender-se, procurando com o disparo assustar ao seu atacante que era Alcindo(...) Jorge também corrido quase a par, eis que os filhos da vítima, que eram dois, saíram correndo no encalço do interrogado e de Jorge (...).*³¹⁹

O depoimento de Pedro Lima demonstrou a situação de submissão e terror que encontravam os trabalhadores da fazenda. O patrão fazia a lei, executava e a fazia cumprir. Ele determinava o que teria de ser feito, o preço, e, caso não cumprisse o determinado, ele determinava a penalidade.

Esse autoritarismo por parte do fazendeiro está também explícito na fala de Salvador, ex-morador da fazenda de Jorge. Salvador, órfão de pai, tinha como responsável pelo cumprimento do trato do serviço o seu irmão mais velho, Fidelis, que, além de trabalhar na roça, sabia fazer alguns pequenos trabalhos de pedreiro. Com sua lavoura de algodão formada, arrumou um serviço de pedreiro na cidade de Pontalinda, que o ocuparia por alguns dias, na intenção de ganhar algum dinheiro, para suprir as necessidades básicas da casa. Os lavradores arrendatários recebiam somente quando vendiam seus produtos na colheita e guardavam o que sobrava, para custear as despesas durante o ano. Caso houvesse algum imprevisto que viesse a perder parte da colheita, esses trabalhadores recorriam a trabalhos eventuais para irem suprindo as necessidades básicas da casa, o que pode ter acontecido com Fidelis. Não se sabe por quem, mas Jorge acabou tendo conhecimento do caso e

*quase que Jorge mata meu irmão também (...) Jorge falou que empregado meu não trabalha em outro lugar. Meu irmão respondeu que sua roça estava em dia. Jorge, nervoso, repetiu que não admitia empregado da fazenda dele trabalhá fora. Meu irmão disse que ele tinha aquela fazenda e ele tinha várias fazendas para trabalhar.*³²⁰

A fama de valente e autoritário ia sendo percebida no decorrer dos depoimentos das testemunhas oculares, enquanto que, nas declarações, nos depoimentos de Pedro e de Jorge, vão ocorrendo as contradições, dando, ao promotor, mais vestígios de culpa contra os acusados.

Jorge declarou que estava calmo quando foi conversar com Pedro Ângelo, diferentemente do depoimento de Pedro Lima, que afirma que Jorge fica furioso, após receber a notícia de Pedro Ângelo, que não iria até a sede da fazenda falar com ele. Foi imediatamente “falar” com Pedro Ângelo, exibindo o revólver na cinta.

³¹⁹ Processo Crime nº 1.002/68, p.27. Depoimento de Pedro Lima, na Delegacia de Polícia de Jales, em 16 de dezembro de 1968.

³²⁰ Narrativa de Salvador de Oliveira, ex-pequeno produtor, ex-boia-fria, ex-pedreiro e funcionário público municipal. Dezembro de 2010.

No depoimento, Jorge argumentou que a vítima os havia xingado. Já o administrador afirma que não houve xingamento. Quanto às agressões por parte da vítima e de seus filhos, o administrador confirmou.

Na hora da agressão, tanto Pedro (administrador) quanto Jorge, ambos afirmaram que estavam de costas para os agressores, estavam correndo com medo. Juntando as duas declarações, como Jorge explicaria que Pedro Lima o alertou com um grito, que seria atingido pelo golpe de enxada da vítima e concomitante um disparo, e que foi perseguido pelo filho mais novo da vítima que tentava acertá-lo com uma enxada. Tentando livrar-se do mesmo, virou para trás e disparou dois tiros para o alto e, se não fosse Alcindo chamar, o filho mais novo o atingiria com a enxada. Pedro Lima falou do golpe que a vítima deu em Jorge que o levou ao chão e, no solo, Jorge disparou dois tiros para o alto. Pedro Lima disse ainda que só deu um tiro com sua garrucha, para intimidar Alcindo, que tentava agredi-lo com uma enxada, depois que ele e Jorge saíram correndo.

A polícia cuidou de tomar os procedimentos que lhe cabiam, prendendo o réu em flagrante, colhendo os nomes das pessoas que presenciaram o crime, tomando depoimentos dos mesmos e apreendendo os objetos presentes no local do crime para análise.

Tomei aqui, como exemplo, entre todos os objetos presentes na cena do crime, a enxada usada pela vítima, Pedro Ângelo, na capina de arroz no dia de seu falecimento, encontrada pela perícia ao lado do seu corpo. Os peritos, após examinarem o referido objeto, constataram que a mesma poderia ter sido utilizada eficazmente para uma agressão física, que havia manchas de sangue e um sulco produzido por projétil de arma de fogo.³²¹

A mancha de sangue a quinze centímetros da ponta do cabo da enxada do lado oposto da lâmina e um sulco na madeira provocada por um projétil de arma de fogo, confirmado no auto de exibição e apreensão do objeto,³²² vem dar indícios de que as testemunhas, Benedito Barbosa (pai) e Benedito Barbosa (filho), podem ter dito a verdade, quando afirmaram que a vítima estava segura com uma mão na ponta do cabo e a enxada “descansando no solo”, no momento do disparo, o que dificultaria ainda mais para a defesa dos acusados, sendo interpretado diferentemente pelos peritos. Esse resultado abriria lacunas para os advogados de defesa, que tinham como estratégia a ação por desespero, tentando se livrar dos agressores em legítima defesa.

³²¹ Processo Crime nº 1.002/68. pp. 14-22.

³²² Ibid. p. 21. Auto de exibição e apreensão.

Pedro Lima compareceu voluntariamente no dia 16 de dezembro de 1968, na delegacia de Polícia de Jales, onde já foi exposto parte de seu depoimento. Nesse mesmo dia, foi submetido a exame de corpo de delito – Lesão corporal – A. No verso do Laudo, foi transcrito o histórico: Pedro Lima acusando Alcindo Sancieto, filho de Pedro Sancieto, por agressão, quando foi se encontrar na roça deste. No exame, foi constatado que o ângulo interno do omoplata esquerdo estava muito doloroso (sic) sem, entretanto, demonstrar sinais de fratura. Para conformação, indicou que era necessário um exame radiográfico. Concluindo que, diante “do exame procedido, o paciente sofreu ferimentos de natureza “LEVE”.³²³

Não consta nos autos do processo que Jorge pediu, nem foi submetido a exame de corpo de delito e lesão corporal.

No dia 18 de dezembro de 1968, o delegado de polícia adjunto, Antônio Ferreira Fontes, enviou ao MM. Juiz de Direito o relatório dos fatos, mencionando as declarações das duas únicas testemunhas oculares do caso, pois as declarações de Benedito Barbosa (filho) são afirmadas nas declarações do depoimento de seu pai. Benedito Barbosa (filho) acrescentou em depoimento que momentos antes dos disparos, o indiciado havia dito “que a vítima estava criando caso e, com ele, ninguém pisava no calo, pois “quebrava as escorvas”. A vítima respondeu que ele é quem sabia. Jorge e Pedro Lima sacaram de suas armas e dispararam. Benedito Barbosa (pai) relatou que, nesse momento, o indiciado disse “que não havia necessidade de discussão e continuou afastando, fazendo três disparos e que, tão logo Pedro Lima virou, com uma garrucha, atirou contra a vítima.

O delegado de polícia mencionou no relatório as controvérsias claras existentes nos depoimentos de Jorge e Pedro Lima, e finalizou o relatório, informando ao juiz que devia ser decretada a prisão preventiva do indiciado Pedro Lima.³²⁴

Nesse momento, Jorge já havia requerido prisão domiciliar, a qual foi concedida pelo juiz o direito de prisão domiciliar em 20 de dezembro de 1968, onde deveria permanecer na casa de um cunhado na cidade de Jales. Pedro Lima, que estava foragido, não foi capturado pela Polícia. As pessoas já não tinham tanta certeza de que os acusados pagariam pelo crime cometido. “Este sentimento de desconfiança dos populares em relação à justiça (...)”³²⁵

³²³ Ibid. p. 31. Laudo de exame de corpo de delito, Lesão corporal – A.

³²⁴ Ibid. p. v.36.

³²⁵ “Um editorialista do Jornal Correio da Manhã escreve em 26 de janeiro de 1905: “A falta de confiança na imparcialidade da Justiça e, não há dúvida, um sentimento profundamente enraizado na alma popular. Os tribunais são considerados, geralmente, o inferno dos pobres e humildes, que encaram a má solução dos seus pleitos e dos seus processos como resultância pura e simples da miséria e da ausência de proteção”. Ver: CHALHOUB, Sidney. Op. cit. p. 190, nota 280.

parecia se arrastar desde o início do século. O advogado, Dr. Dirceu Antonio Gerlak, entrou com requerimento, pedindo que fossem concedidos os benefícios da Assistência Judiciária em nome de Francisca Bego, viúva de Pedro Ângelo, que lhe foi concedida.

No segundo depoimento, Jorge apoderou-se das declarações de Pedro Lima, das afirmações que viessem a beneficiá-lo:

(...) já de costas para a vítima, começou a retirar-se, foi advertido pelo administrado Pedro Lima com um grito que lhe dizia “cuidado seu Jorge”; que o interrogando voltou-se, então, novamente para a vítima e viu que esta munida de uma enxada, estava desferindo um golpe no sentido horizontal e em direção ao interrogando; que o interrogando sobre a eminência daquela agressão, jogou-se ao chão, a fim de escapar ao golpe.³²⁶

Em outras declarações, o acusado continuou usando a estratégia de desqualificar as testemunhas oculares, justificando que ambos eram seus inimigos e amigos íntimos de Pedro Ângelo, que “eram parceiros e colaboradores da referida vítima nas greves e rebeldia, sendo seus inimigos”.³²⁷ As evidências apontam para além da desqualificação como amigos íntimos da vítima. Passa então a denunciá-los como subversivos, em um momento que qualquer ameaça às normas institucionais era severamente reprimida pelo governo militar. Jorge muda a fala com relação às atitudes de Alcindo, não mais menciona que o mesmo salvou sua vida, chamando a atenção de Luiz, seu irmão mais novo, quando perseguia Jorge com uma enxada. Passa então, a partir desses depoimentos, a incriminá-lo de ter agredido Pedro Lima com a enxada. Seria, de início, uma estratégia de Jorge, que não deu certo, tentando acalmar Alcindo, colocando como uma pessoa equilibrada, da qual poderia tirar algum proveito.

A fuga de Pedro Lima poderia colocar o mesmo como grande culpado do crime, se não fossem as afirmações que havia efetuado um disparo contra a vítima, e a mesma sofreu três disparos. Os vestígios do crime e as testemunhas condenavam Jorge como o maior responsável do crime, mas Jorge ainda havia apresentado o rol de testemunhas de defesa.

Os advogados de defesa apresentaram seis testemunhas, sendo dois da cidade de Pontalinda e um morador, administrador de um sítio também nas proximidades de Pontalinda, os demais foram da cidade de Mirassol-SP.

Jorge havia sido absolvido após ser aludido réu, (artigo 21 da Lei das Contravenções Penais).

³²⁶ Processo Crime nº 1.002/68, p. 65. Termo de interrogatório de Jorge Madi Faris. Fórum de Jales. 03/01/1969.

³²⁷ Id. p. v.65.

Diante do ocorrido, a família de Pedro Ângelo resolveu desprender não só da fazenda, mas também da região, mudando sem comentar com ninguém. Segundo Salvador, “todos da família ficaram quietinhos e mudaram com medo de Jorge matar mais alguém”.³²⁸

As declarações de Alcindo, prestadas no Fórum de Monte Aprazível, que após confirmar as já declaradas no depoimento na delegacia de polícia em Jales, relata o fato de forma que dá visibilidade a cena do crime, reconstruindo o cenário do acontecimento, a paisagem, os objetos, as pessoas envolvidas e os amigos presentes no local do crime. Alcindo disse que, no meio do dia, Pedro Ângelo, filho de italianos, com uma enxada lavrava a terra sem parar. Eram cinquenta e seis anos de labuta e o dinheiro ganho com todo esse esforço não seria para ele e sua família. Às vezes, faltava até um pedaço de fumo de corda para sustentar seu único vício. Com trajes de “roça”, chapéu de pano desgastado, cinto feito de borracha, calça e camisa surradas, de dias após dias de uso e molhadas de suor, com os pés protegidos por um sapatão, golpeava a enxada, como sempre, salvando sua roça das ervas daninhas. Dependendo das chuvas que viessem no tempo certo estava garantido o “arroz do gasto”, pois outra parte seria a do patrão pelo aluguel da terra. O sol queimava sua pele de cor branca, quando:

(...) o acusado presente, todavia, encontrava-se bastante nervoso e já foi dizendo à vítima que :” não adiantava ratiar, que com al era no estanho”; que ato contínuo o acusado presente, dizendo que não queria discussão, afastou-se quatro ou cinco metros da vítima e sacou de inopino seu revolver, disparando-o por três vezes em direção à vítima; que esta, atingida, foi ao solo, caindo “demacio”, para trás, e ficou numa posição de quem estivesse sentado no solo, apoiando o corpo com o cotovelo esquerdo; que foi exatamente neste momento, e na posição já mencionada, que Pedro Lima, sacando de uma garrucha deu mais um tiro (...) atirou-lhe a enxada, não sabendo o declarante, se esse instrumento chegou atingir Pedro Lima (...) procurou socorrer seu pai; vendo-o bastante ensangüentado; (...) que, contudo, o declarante não pôde retirar seu pai alí, pois não havia condução; (...) cerca de trinta minutos após, seu pai veio a falecer, no meso local, e sem possibilidade de ser conduzido para uma casa ou para um hospital; de os circunstantes, providenciaram um sombra, estendendo um pano numas estacas.³²⁹

Pedro Ângelo, sem força de reação, foi de mansinho escorando e, numa ação covarde, outro disparo o fez estender até o solo, solo que lavrou por décadas, pela última vez, derramou seu suor e seu sangue. Sem socorro, Alcindo viu seu pai agonizar por meia hora, depois, Pedro Ângelo, com a cabeça amparada por um saco dobrado em forma de travesseiro, o

³²⁸ Narrativa de Salvador de Oliveira, ex-pequeno produtor, ex-boia-fria, ex-pedreiro e funcionário público municipal. Dezembro de 2010.

³²⁹ Processo Crime nº 1.002/68. pp. 103-104. Depoimento de Alcindo junto ao Fórum de Monte Aprazível.

mesmo usado para transportar o garrafão que trouxera água para beber, despede-se de tudo. Uma sombra é improvisada para proteger sua pele queimada. Era o que aqueles impotentes presentes podiam lhe oferecer.

Diante da descrição nos autos, citadas por Alcindo, despertou a ir à busca de alguém que pudesse falar mais sobre o acontecido, e pensando nas “múltiplas possibilidades de análise da sociedade que são abertas quando se busca construir relatos de diferentes sujeitos, que se encontram em diferentes lugares e posição social”,³³⁰ busquei em alguns moradores antigos e poucos puderam colaborar. Por acaso, estava eu no ponto de ônibus, quando esperava para viajar até a vizinha cidade de Jales, o motorista da ambulância, Salvador, parou e ofereceu-me uma carona. Durante a viagem conversamos sobre diversos assuntos, comentei sobre o acontecido aqui tratado.

O que me levou até Salvador a buscar tais assuntos foi que, após ler os depoimentos nos autos, o acusado, Jorge Madi Faris, comentava sobre um empregado de nome Fidélis, que também não fora prestar serviços na conservação da estrada. Sabendo que Salvador tinha um irmão por esse nome, resolvi então comentar o fato.

Salvador, espontaneamente, começou a comentar com detalhes minuciosos. Os poucos minutos da viagem não foram suficientes para comentá-los. Então, marquei uma entrevista com Salvador.

Salvador contou que, na época, já havia tirado o diploma da quarta série no Grupo escolar de Pontalinda. Estava em casa e ouviu os gritos de Aurora, a filha de Pedro Ângelo, de que Jorge havia matado seu pai. Salvador morava vizinho da colônia em que morava Aurora. Rapidamente, o comentário espalhou na colônia, família e amigos da vítima choravam. Salvador, espantado, mas com a curiosidade de um garoto de doze anos, foi rapidamente checar o local, onde viu a vítima estendida no chão já sem vida. Salvador afirmou que um tiro atingiu a mão, ferindo um dedo menor e, provavelmente, o que atingiu o cabo da enxada, partindo-o. Outro atingiu o pescoço de Pedro Ângelo, “na veia artéria”,³³¹ apontando com o dedo, o local que Pedro foi atingido e os outros foram na parte inferior do corpo. Salvador falou que um dos tiros foi na barriga. Ele descreveu o local, “era em uma roça de arroz e que o arroz estava mais ou menos nesse porte”,³³² Salvador apontou para o chão, sinalizando uma altura de aproximadamente vinte centímetros. Falou dos objetos que faziam parte do cenário,

³³⁰ SILVA, Dalva Maria de Oliveira. Op. cit. p. 192, nota 324.

³³¹ Narrativa de Salvador de Oliveira, ex-pequeno produtor, ex-boia-fria, ex-pedreiro e funcionário público municipal. Dezembro de 2010.

³³² Ibid.

a enxada com umas rachaduras no cabo, o garrafão de água, o chapéu, a maneira que estava o corpo, um travesseiro de saco apoiando a cabeça de Pedro Ângelo e alguns vizinhos que já se encontravam no local. Salvador comentou que o sol queimava, quando formou uma nuvem de chuva pelo lado oeste. Com medo que chovesse, os adultos pediram para que Salvador fosse até aos vizinhos e emprestasse um encerado de plástico para cobrir o corpo. Rapidamente, Salvador foi até a colônia, na casa do senhor Arlindo, e arranhou um pedaço de encerado de plástico preto. Os adultos ali presentes estenderam o plástico sobre o corpo da vítima, tentando proteger o corpo do sol ou da chuva que estava próxima, mas não chegou. Aquela cena marcou a mente de Salvador. Disse também que acompanhou o levantamento policial. E quando os vizinhos colocaram o corpo da vítima em cima de uma camionete de marca Toyota, de propriedade de Cleonício Mata de Lima, (Irmão de Milton Mata de Lima, pessoa ligada à política local) foi levado até sua residência na colônia da fazenda. “Colocaram o velho em uma cama de arame para dar banho e nós ficava olhando pela janela, sabe, moleque é o cão, né? Depois foi velar o corpo, passamos a noite lá no velório até a hora do sepultamento”.³³³ As ordens que partiam de Jorge, a partir daquele momento, ninguém mais arriscava em desobedecê-las. Criou-se um clima de revolta e de pânico. Se alguém falasse alguma coisa condenando-o, corria o risco de ele ficar sabendo e acontecer o mesmo que aconteceu com Pedro Ângelo. “Depois da Morte do Veio Pedro (Pedro Ângelo), todo mundo ficava quietinho”.³³⁴

Como Jorge não tinha apresentado nenhuma testemunha que presenciou o fato a seu favor, no dia 14 de fevereiro de 1969, às 13h00, no Edifício do Fórum de Jales, as testemunhas apresentadas no seu rol de defesa que tinham residência em Pontalinda, foram depor a seu favor: Milton Mata de Lima, brasileiro, 27 anos, casado, comerciante, José São Felice, brasileiro, casado, lavrador, 32 anos e João Bercelino, 55 anos, casado, lavrador.

Milton Mata de Lima era pessoa bem “conceituada” na cidade, fazia parte do grupo político que governava Jales e o distrito de Pontalinda. Grupo que tinha como um dos líderes o cunhado de Jorge.³³⁵ O que abre uma lacuna, a qual prefiro me deter no momento. Milton procurou criar a imagem de Jorge como homem “bom” e idôneo. Mas quando Milton se referiu à vítima, mesmo sem conhecê-la, procurou passar a imagem de pessoa criadora de casos por onde morava. Afirmou que conhecia apenas os filhos, mas não teceu nenhum

³³³ Ibid.

³³⁴ Ibid.

³³⁵ Ibid..

comentário sobre a idoneidade dos mesmos, preferiu dizer que a família já criou problema em outro lugar que morou.

O testemunho de José San Felice afirmou que não presenciou o fato, confirma as declarações de Milton e foi mais longe. Ele declarou que chegou a tempo de prestar socorro, mas foi impedido pelos filhos da vítima de socorrê-la, alegando “que não iriam tirar o corpo de lá do chão para não perder o direito”.

José San Felice, em uma das falas, procurou denegrir a imagem de Pedro Ângelo, afirmando que o mesmo não era cumpridor de seus combinados, que, no ano anterior, “a vítima não fez a carpa do café, tendo exigido, entretanto, o competente pagamento por parte do acusado, tendo este realmente efetuado o pagamento”.³³⁶

A testemunha e o acusado aparentavam um relacionamento muito próximo, já haviam trabalhado para Jorge e, depois da fuga de Pedro Lima, José San Felice passou a administrar a fazenda até sua aposentadoria.

A terceira testemunha, o senhor João Bercelino, 55 anos, administrador de uma propriedade a uns sete quilômetros do ocorrido, disse que não tinha conhecimento dos fatos, nem conhecia Jorge Madi Faris, mas que conhecia muito bem Pedro Ângelo. Declarou que a vítima trabalhou dois anos no sítio em que a testemunha administrava e que “Pedro Ângelo era um elemento muito ruim, mau pagador. “A gente não podia falar, porque ele vinha na gente”, e já o havia ameaçado de morte. A testemunha revela aí, o comportamento agressivo da vítima.

Nesse campo de tensões, a família da vítima, fora de seu alcance, sentiu-se impotente. O promotor, Cláudio Ferraz de Alvarenga, e o advogado, Dirceu A. Gerlak, foram responsáveis por representá-los nessa luta na justiça.

Jorge contava com os advogados de defesa, Fernando Jacob, Laurindo Novaes Netto e, segundo os comentários, recebeu auxílio de um famoso advogado, o Dr. Roberto Valle Rollemberg.

Jorge, que devia permanecer em prisão domiciliar, foi flagrado pela polícia, após uma diligência, que tinha como missão deslocar até o local onde o mesmo deveria estar sob regime de prisão domiciliar para entregar uma intimação para que ele comparecesse no Fórum de

³³⁶ Processo Crime nº 1.002/68. Depoimento de José San Felice. p. 115

Jales, no dia 14/03/1969. Chegando lá, não o encontraram.³³⁷ Assim o juiz pediu a prisão de Jorge em regime fechado.

Após o pedido do juiz para o cumprimento em regime fechado, os advogados apresentaram a petição acompanhada do atestado médico. O juiz acatou o pedido e continuou em regime de prisão domiciliar.

Populares comentavam sobre a veracidade do Atestado Médico emitido pelo Dr. Arnaldo Silveira. O comentário de que Jorge estava viajando espalhou, o que, para os amigos da família, era um constrangimento. Havia uma percepção do não cumprimento da justiça. Jorge continuou visitando e administrando sua fazenda. “Passando poucos dias, me deparei com Jorge indo lá pra cima ver as lavouras de café em um caminhão”.³³⁸

O tão esperado edital foi publicado no dia 28 de abril de 1969, com a data do julgamento marcada para o dia 26 de maio de 1969, e a relação dos vinte e um jurados que estariam decidindo os rumos da vida de Jorge.

Diante das necessidades, a família da vítima, tendo perdido um trabalhador que ajudava no orçamento da família, saía com a mudança em um momento cuja lavoura estava em formação e o investimento, o único bem dela, a sua força de trabalho. Deixava dois alqueires de roça plantados e nela a esperança do “arroz do gasto”, o que representava segurança.³³⁹ Com eles ia a tristeza de deixar um ente querido para trás, numa cena trágica que jamais sairia de suas mentes.

A esposa da vítima, senhora Francisca Bego e seu filho menor, Luiz Ângelo, através de um pedido verbal, impetraram uma ação ordinária de indenização no valor de CR\$ 4.000,00, (quatro mil cruzeiros novos) contra Jorge Madi Fairis, o que foi contestada dentro do prazo legal. “Suspendendo o curso desta ação, até o julgamento definitivo da ação penal a que responde O R.. Int. Jales, 24.03.69(a). Juiz de Direito”.³⁴⁰

Na região de Monte Aprazível, a família de Pedro Ângelo aguardava o julgamento.

As contradições nos depoimentos de Jorge e de Pedro Lima, não devem ter representado nada para o júri, assim como as provas materiais.

³³⁷ Id. p. 133.

³³⁸ Narrativa de Salvador de Oliveira, ex-pequeno produtor, ex-boia-fria, ex-pedreiro e funcionário público municipal. Dezembro de 2010.

³³⁹ Processo Crime nº 1.002/68, p. 214. Apelação do Promotor de Justiça ao Tribunal de Justiça do Estado.

³⁴⁰ Ibid. p. 178.

Após debates entre acusação e defesa, o júri absolveu Jorge. E a sentença é lida pelo juiz de direito:

*Nos termos da decisão soberana do Júri que, unânimamente, negou a autoria do réu JORGE MADI FARES, respondendo negativamente ao primeiro quesito, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia e absolvo o réu JORGE MADI FARES das acusações que lhe foram feitas neste processo, determinando imediatamente a expedição de alvará de soltura (...).*³⁴¹

A decisão do júri que absolveu Jorge “revoltou todo mundo”.³⁴² O promotor de Justiça, também inconformado, pronuncia através de recurso (razões) ao Tribunal de Justiça do Estado, pedindo um novo julgamento pelo Tribunal do Júri, alegando “que, diante de tais fatos não podia conformar com a impunidade do réu e que a decisão dos jurados, manifestamente contrária à prova dos autos, pois negou a autoria do crime”.³⁴³

Os advogados, naquele instante, já tinham outro fogo para a defesa e, através da petição de Contra Razões de Apelação, além de tentarem desqualificar os depoimentos das testemunhas de acusação, buscaram novo alibi nas provas materiais, tratando dos projéteis disparados pelas armas, tentaram inocentar Jorge, justificando que o projétil disparado no momento em que Pedro Ângelo estava com o cabo da enxada “rente ao queixo”, em posição de apoio, o que provocou os ferimentos são de arma inferior (garrucha) tendo o projétil fragmentado, provocando os dois ferimentos na vítima. Enquanto que a arma que o apelado (Jorge) portava era um “revolver Colt, de fabricação norte-americana, dos melhores produzidos, e de fama mundial”.³⁴⁴ A valorização da arma de Jorge, feita pelos advogados de defesa, dão evidências de que portar uma arma de “boa qualidade” era uma questão de status para os detentores do poder.

Nesse momento, os advogados de Jorge traçaram a defesa do acusado, valendo-se das declarações do mesmo e de suas testemunhas sobre a preocupação de ter recorrido a várias pessoas de sua confiança para irem até a fazenda, local do incidente, verificar e prestar socorro, em caso de vítimas, enquanto iria prestar contas à Justiça Pública. O que não ocorreu com Pedro Lima, que se apresentou à Polícia, acompanhado de advogado, foi interrogado, qualificado e indiciado e, depois, fugiu.

³⁴¹ Ibid. p. 200.

³⁴² Narrativa de Salvador de Oliveira, ex-pequeno produtor, ex-boia-fria, ex-pedreiro e funcionário público municipal. Dezembro de 2010.

³⁴³ Processo Crime nº 1.002/68, p. 214

³⁴⁴ Ibid. p. 218

Os argumentos dos advogados do apelado não convenceram a Egrégia Segunda Câmara Criminal, após análises dos autos, a qual também não aprovou questionário dos quesitos votados pelos jurados alegando que :

*(...) fugiu inteiramente à acusação, como se verifica no segundo quesito formulado (folhas 198), e tal falha não se deverá repetir para que o julgamento não se vive. Também o primeiro quesito atribui ao apelado todas as lesões sofridas pela vítima, quando é certo que nem todas foram por ele praticadas, devendo o determinativo “as” ser dali suprimido.*³⁴⁵

E por ofício n. 1762, datado de 22 de setembro de 1969, comunicou ao Juiz de Direito da Comarca de Jales, que, por “votação unânime, dar provimento para mandar o réu a novo julgamento, com recomendação que constará do acórdão, modificando a sentença absolutória desse Juízo”.³⁴⁶

Tal decisão não só daria a populares e familiares, que clamavam por justiça, uma esperança e, à dona Francisca Bego, esposa da vítima, a esperança de receber a indenização requerida contra Jorge, o que daria para suprir as necessidades básicas. Para a família, o novo julgamento representava, além do sentimento de justiça pela perda do ente querido, uma luta contra as impunidades de crimes praticados por pessoas mais abastadas, principalmente no meio rural, e o pagamento de indenização à família, uma obrigação para suprir as necessidades econômicas.

Novamente a esperança após o edital que marcou para o dia 15 de dezembro de 1969, convocando os jurados para o segundo julgamento. Corpo de júri composto somente com pessoas do sexo masculino, sendo dezessete da cidade de Jales e os demais das cidades vizinhas: dois de Urânia, um de Vitória Brasil e um de Santa Albertina. E, em 04 de dezembro, o Edital de Ordem de Julgamento, marcava o julgamento para o dia 17 de dezembro de 1969.

Na cidade e na zona rural, criou-se um momento de tensão.

Após os debates entre o promotor e o assistente, pediram a condenação do réu nos termos do libelo crime acusatório e, no Acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça, os advogados de defesa bateram na tese da negação da autoria.

Depois das apurações, a portas fechadas, é hora da esperança. Esperança sentenciada pelo Juiz de Direito Presidente do Tribunal do Júri, que “na conformidade das decisões do

³⁴⁵ Ibid. p. 230. ACÓRDÃO, da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo.

³⁴⁶ Ibid. p. 228

Júri, absolvendo, por maioria dos votos (seis votos a um), o réu JORGE MADI FARES da acusação que se lhe fez, reconhecendo a seu favor a negativa da autoria”³⁴⁷.

As falas das testemunhas de acusação, de pessoas consideradas “simples”, analfabetas, trabalhadoras rurais, e as provas materiais foram suplantadas pelas falas das testemunhas de defesa, formadas por pessoas influentes na sociedade, como políticos de direita, administradores de fazendas e com um júri também composto por pessoas que faziam parte da elite da região, apontaram para o poder conservador e a força do latifúndio constituído na região.

Às 20h47, o Juiz declarou encerrados os trabalhos.³⁴⁸ Acaba, para os amigos, populares e familiares de Pedro Ângelo, qualquer sinal de esperança de justiça. Episódio que “compunha uma história que evidenciava não só o embate das forças sociais naquele momento, mas ressaltava como característica de um país onde o poder substitui a justiça”³⁴⁹.

O promotor de justiça, com recursos, tenta mais uma vez convencer o Tribunal de Justiça, sem sucesso.

Através de uma petição elaborada pelo seu advogado de defesa, Jorge, em 29 de novembro, obteve em caráter definitivo sua arma de volta.

A história de Pedro Ângelo foi mais uma entre tantas histórias de violência de trabalhadores rurais e fazendeiros nesta e em outras regiões como a Alta Mogiana. Casos de assassinatos violentos como este foram raros, mas ameaças por parte de jagunços aconteceram inúmeras vezes, famílias preferiram abandonar o trabalho a enfrentarem a força dos fazendeiros.

Nas fazendas com grandes lavouras de cafezais, algumas contando com o trabalho de colonos, outras cujos parceiros trabalhadores enfrentavam patrões, administradores e o preconceito contra as organizações sindicais rurais, em que a legalização é muito recente. Somente “em primeiro de abril de 1954, Vargas deu o apoio de sua administração para a legislação trabalhista rural que Goulart havia proposto, ao enviar o projeto de lei ao Congresso. A lei sofreu resistências do Congresso e, em 28 de junho de 1957, quando sua anulação foi votada, com 102 votos a 62, e 54 abstenções”³⁵⁰ e custou a demissão de Goulart e

³⁴⁷ Ibid. p. 272. Sentença do Juiz.

³⁴⁸ Ibid. nº 1.002/68.

³⁴⁹ CARDOSO, Heloisa Helena. Texto “Memórias de um trauma: o massacre da GEB”. Muitas memórias, outras histórias. Déa Ribeiro Fenelon, Laura Antunes Maciel, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Khoury (orgs.). São Paulo: Editora Olho D’água, 2005, p.182.

³⁵⁰ WELCH, Clifford Andrew. Op. cit. pp.237-238, nota 103.

facilitava a ação dos patrões, que, a cada ano, explorava mais o trabalhador rural, não reajustando os índices inflacionários, nem os lucros nas altas do preço do café. Quanto aos meeiros, parceiros, os patrões elevavam cada vez mais o percentual de renda, processo que estendia para outras culturas.

Os trabalhadores do Noroeste Paulista tentaram, sem muito êxito, se organizarem, mas as perseguições estiveram presentes na região. No final da década de 1950, a polícia esfacelou a Organização dos Trabalhadores Rurais em Santa Fé do Sul, organizada pelos camponeses da região. A organização era liderada pelo capitão Jofre Coréia Neto, por ser considerada pelas autoridades, uma célula comunista.³⁵¹

A narração deste acontecimento nos revela o nível de violência aplicado contra trabalhadores rurais em Pontalinda, o ato do patrão fica impune, enquanto a família de Pedro Angelo procura outro lugar para morar, ou ainda, se esconder temendo represálias de sujeitos que possuem grande poder na região e manipulam sujeitos para cometer ações criminosas.

A história de lutas e resistência dos boias-frias não aparece somente nas instâncias judiciais, mas em diversos aspectos: nos enfrentamentos cotidianos, na busca de seu espaço pela sobrevivência, na aquisição de bens materiais básicos de consumo e na preservação de seus valores, costumes, enfim, de sua cultura.

Como já falamos brevemente, no segundo capítulo, sobre as questões de moradia dos trabalhadores rurais, dos terrenos doados às margens da cidade pelo poder público, no ano de 2005, esses trabalhadores enfrentaram dificuldades diante de uma ação civil pública impetrada pelo pai do atual prefeito do município de Pontalinda.

O comendador Armando Cardoso Pereira, como proprietário da fazenda que fazia divisa com o perímetro urbano, alegou na petição da referida ação civil pública que foi prejudicado com o processo de desapropriação dos terrenos às margens do conjunto habitacional do bairro Jardim da Paz, alegando ter prejuízo financeiro, e que o processo de doação havia ocorrido com intuito eleitoreiro, durante a gestão que antecede à de seu filho.

Os moradores e coproprietários dos terrenos, então, organizaram imediatamente uma reunião entre os interessados. A partir daquele momento, passaram a se reunir com frequência nas casas.

³⁵¹ REIS, Nazareth dos. *Tensões Sociais no Campo: Rubinéia e Santa Clara D'Oeste*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP. 1990.

Em uma dessas reuniões, à noite, na busca de soluções, foi que surgiu a ideia de organizarem uma Instituição que fosse reconhecida por lei. Então, após algumas reuniões, formaram a Associação de Bairro, elegendo como presidente o senhor João Gabaldi. Mas como necessitavam de recursos para o registro da mesma junto aos órgãos competentes, de início, foi organizado um bingo de um televisor de quatorze polegadas. O presidente eleito distribuiu os números aos moradores e amigos que queriam ajudar em prol da causa.

Enquanto o Ministério Público investigava o caso para ver se procedia a denúncia, o Presidente João Gabaldi, protocolava junto à Prefeitura Municipal, requerimentos, reivindicando algumas necessidades básicas de estrutura, como água, luz elétrica e esgoto que fossem estendidas a todos os futuros moradores daqueles terrenos que ainda, não contavam com tais benefícios.

Alguns dos coproprietários procuraram não se expor, com medo de sofrer retaliações mediante o poder público, caso necessitassem de alguns atendimentos referentes às políticas públicas. Situação que presenciei, pelo fato de ter sido procurado por esses trabalhadores, e minha casa foi local de várias reuniões. Também os auxiliei na organização das reuniões e na elaboração do Estatuto da Associação que foi feito depois de várias reuniões, e realização de bingos e sorteios, nas manhãs de domingo, em frente ao boteco de uma filha do senhor José Magalhães, um dos empreiteiros (“gato”), com centenas de trabalhadores que bebiam, enquanto aguardavam a sorte. Esses gestos de solidariedade também davam lucro a esses pequenos comerciantes, que sediavam as dependências do seu comércio para essas realizações.

Em meio às dúvidas de alguns e a esperança de outros, foi possível arrecadar a quantia para o registro dos documentos no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jales e a associação foi devidamente legalizada.

Após um período de tensão e de luta por parte dos trabalhadores, e de uma investigação social proposta pelo Ministério Público, pediu-se o arquivamento da denúncia.

O Prefeito Municipal, Guedes Marques Cardoso, soube do resultado da denúncia antes dos interessados e convocou os mesmos, com urgência, para uma reunião nas dependências da Câmara Municipal. Ainda lembro que estava voltando do trabalho, na entrada da noite, e percebi um pequeno aglomerado de pessoas em frente a minha casa. Logo imaginei do que se tratava. À medida que fui reconhecendo as pessoas, com expressão de preocupação estampada no rosto de cada um sobre a tal reunião. Entramos, e, em uma pequena área no fundo,

conversamos e decidimos que iríamos ouvir o que o prefeito teria a propor. Caso as propostas fossem insatisfatórias, ninguém tomaria uma decisão de imediato. Com esta decisão, no dia seguinte, à noite, fomos para a Câmara Municipal. Era grande o movimento. Todos os interessados estavam presentes com familiares e amigos, os assentos não foram suficientes para acomodar todas as pessoas. Era um momento de tensão, com a presença de assessores, funcionários do alto escalão do governo municipal, a presença da polícia militar, advogado da Prefeitura, alguns vereadores da situação que davam um respaldo ao Prefeito Municipal. A presença dessas pessoas, para mim, representava propostas nada satisfatórias. O prefeito, para minha surpresa, iniciou a reunião informando que todos os coproprietários dos terrenos deveriam levar seus documentos até o Departamento de Assistência e Promoção Social, no dia seguinte, para a possível legalização dos mesmos. Falou da possibilidade de estar fazendo um convênio com a Caixa Econômica Federal, para a construção das casas (o que não aconteceu até o ano de 2010). Então, foi um alívio para aquelas pessoas. Naquele momento, percebia-se nos rostos que viravam para trás, em minha direção, como se dissessem, vencemos. Não conseguia entender tal decisão, só depois que tivemos conhecimento que o Ministério Público tinha pedido arquivamento da denúncia.



Figura 26 - Área destinada aos trabalhadores sem teto.*

Fonte: acervo do pesquisador.

* Foto tirada por mim com o objetivo de registrar algumas casas construídas nos terrenos doados pelo poder público, no prolongamento da Avenida Brasil que atravessa o Conjunto Habitacional do Jardim da Paz, sentido leste. Objetos de denúncia na justiça pelo Comendador Aramando Cardoso Pereira.

Após cinco anos, parte dos trabalhadores que receberam os terrenos, já iniciaram a construção de suas casas e alguns estão morando em suas casas, mesmo antes de terminar.

Dentro desse campo de conflitos, na busca de um espaço geográfico, estão também entre outras as lutas, a busca de aquisição de bens materiais de consumo, que segundo os olhares de alguns membros da sociedade, o Bazar da pechincha é uma comércio acessível aos bóias-frias. Apresenta-se neste contexto enquanto alternativa de aquisição de bens de consumo desses sujeitos.

Cláudia Dias, funcionária do Departamento de Assistência e Promoção Social, no ano de 2002, declarou em seu depoimento, as dificuldades dos boias-frias, e que as Instituições como igrejas, associações de bairros, agremiações esportivas, grupos de pessoas uniam-se para promoverem eventos visando beneficiar as pessoas mais carentes da comunidade, inseridos os boias-frias. A ajuda vinha também das políticas públicas, executadas pelos departamentos da prefeitura, como distribuição de leite e remédios. Diante da situação de carência vivida por aquelas pessoas, “levaram à adoção de vários sistemas de assistência aos necessitados”.³⁵² Essas instituições públicas (Prefeitura, Escolas Municipais e estaduais), religiosas, associações de bairros e até mesmo grupos de amigos, promovem festas, quermesses, bingos, rifas, coletas de alimentos para cestas básicas, principalmente nas festas nos finais de ano e bazares da pechincha. As doações adquiridas nesses eventos filantrópicos são distribuídas para aquelas pessoas que passam por dificuldades de bens materiais, sejam provocadas pelo desemprego, ou por problemas de saúde.

Percebe-se que, durante a realização dos eventos filantrópicos, muitas pessoas frequentam-nos, principalmente os bazares de pechincha. Ainda há um enorme distanciamento provocado pela desigualdade entre esses e os bens de consumo expostos nas grandes lojas, grifes, shoppings e butiques.

Os parques vencimentos que os trabalhadores rurais recebem, mal dão para suprir as necessidades básicas como: água, luz, aluguel ou prestação da casa própria e cesta básica. Toda vez que recebem o pagamento, é necessário, primeiro, pagar o mercado, para poder comprar a prazo a compra da próxima semana. Assim como a conta da farmácia, uma vez que o poder público alega não conseguir atender à demanda que é bastante carente. Os boias-frias, sem recursos financeiros para aquisição das demais necessidades, como vestimentas, tentam buscar soluções para suprir esses problemas nas promoções e liquidações das lojas. Como em

³⁵² THOMPSON. E. P. Op. cit. p. 52, nota 141.

Pontalinda, seu comércio é pequeno e não conta com um grande estoque, não há necessidade de tais queimas de estoque. Não tendo condições de buscar em outros centros comerciais maiores, recorrem aos bazares da pechincha.

Os bazares são realizados sempre nos finais de semana em locais públicos como escola, creches, barracões de festas da Igreja, ou até mesmo em bancas nas praças públicas.

Nessa prática, há um intuito de dupla intenção. Oferecer aos menos favorecidos produtos ao seu alcance de compra e, ao mesmo tempo, arrecadar fundos para suprir necessidades que o Estado não sana, como conseguir recursos para Associação de Pais e Mestres de Escolas, ou até mesmo para os departamentos públicos municipais: departamento de assistência e promoção social, assim como melhorar dependências de igrejas, recursos para manutenção de associações e agremiações esportivas e outros.

Quando uma entidade programa a realização de um bazar da pechincha com o intuito de arrecadar fundos, em primeiro lugar, há uma preocupação da divulgação da data e o objetivo do bazar, e, em segundo, vão em busca de arrecadação dos produtos, aceitando receber todo tipo de doação.

A arrecadação ocorre no comércio local, junto à população civil e no comércio de outros municípios vizinhos, que contam com um comércio maior.

As lojas doam os produtos que sobraram das liquidações. Entre esses estão presentes roupas com defeitos ou fora de moda, calçados encalhados e outros objetos que o mercado não absorve.

Os organizadores preocupam-se em separar em bancas os produtos, de acordo com sua qualidade: produtos novos “de melhor e pior qualidade”, produtos usados de “melhor e pior qualidade”. Essa separação pode estar presente em bancas diferentes ou espalhadas pelo chão em montes separados.

No dia da realização do bazar, a população mobilizada, homens e mulheres, jovens e crianças vão tentar adquirir aquilo que está faltando em sua casa, ou aquele objeto pessoal que gostaria de usar. Acontece uma corrida na tentativa de conseguirem alguns dos considerados “produtos de melhor qualidade”. As dificuldades destes vêm contrariar o pensamento de que “nós tendemos a exibir nossas riquezas e a esconder nossa pobreza”.³⁵³

³⁵³ GIANNETTI, Eduardo. Op. cit. p.133, nota 176.

As pessoas vão de banca em banca na busca de um produto que lhe sirva, ou que sirva para alguém de sua família. Muitas vezes, “o melhor produto” não veste bem em nenhum dos membros da família, mesmo assim, estas o adquirem, não importa se a peça fica um pouco larga para o filho menor, e um pouco apertado para o maior, acaba levando assim mesmo. Assim como o calçado novo que não lhe serve, porque o número é menor que o de seu uso, não lhe incomoda porque é só uma questão de tempo para amaciar. Se o número é maior, o discurso está na ponta da língua “mais folgado é mais confortável”.



Figura 27 - Bazar da Pechincha improvisada em salas de aulas da Escola Estadual de Pontalinda.

Fonte: cedida pela diretora da EE PROF^a ZÉLIA DE L. Z. LOPES.*

A corrida por melhores produtos vai ficando acirrada. Os que vão chegando depois, dificilmente encontram produtos novos de “boa qualidade” dentro do mercado ali oferecido.

Muitas vezes, o trabalhador, com o dinheiro contado, fica entre acertar a conta do mercado para poder efetuar as compras para a próxima semana e adquirir o produto que lhe interessa. Como as instituições não vendem a prazo, ele olha, olha e acaba comprando alguma peça de menor valor ou deixa para outra ocasião.

* Foto tirada do bazar da pechincha improvisado em uma sala de aula, a pedido da direção da escola, com intuito de registrar o evento promovido para arrecadar fundos para a Associação de Pais e Mestres da Escola. Momento em que crianças e adultos escolhem os últimos produtos.



Figura 28 - Bazar da Pechincha improvisado no refeitório da creche municipal.*

Fonte: pertencente ao arquivo do pesquisador.

Nos dias de pechincha, encontram-se pessoas pelas ruas com calçados, roupas, produtos alimentícios e outros objetos dentro de sacolas de plásticos, ou soltos, sem embalagens, debaixo dos braços, felizes por terem conseguido adquirir algo que venha a atender parte de suas necessidades.

No final das vendas, os organizadores, para não terem de levar as sobras de volta, fazem liquidação dos restos dos objetos, vendendo a qualquer preço para se livrarem daqueles produtos.

* Foto tirada por mim durante a realização de um bazar da pechincha, organizado pelo Departamento de Assistência e Promoção Social, nas dependências da Creche. Década de 2000. Tinha como objetivo a visualização do cenário, mostrando a qualidade dos produtos e como eram organizados para a venda.



Figura 29 - Bazar da Pechincha realizado no salão de festa da igreja Católica.*

Fonte: pertencente ao arquivo do pesquisador.

À medida que foi se formando a categoria de boias-frias, foi consolidando a ideia de “uma raça trabalhadora inferior”,³⁵⁴ Se o boia-fria era visto como um povo miúdo, os olhares preconceituosos estendiam-se ainda mais sobre os migrantes nordestinos, que vinham em busca de ganhar seu sustento através do trabalho rural.

Essa população, diante da necessidade de buscar uma melhora de vida em outras regiões, impulsiona os “gatos” para arregimentá-los de maneira mais fácil. Partem em busca dessa força de trabalho. Eles deslocam-se de Pontalinda até o nordeste, ou ligam para alguém conhecido que se encarrega do serviço.

*No interior da organização capitalista, a conduta voltada para a expansão dos negócios e obtenção de lucro tem “desestruturado” as relações de trabalho na medida em que o capital investe em determinadas regiões, principalmente as localizadas ao Sul do país, “mantendo” as outras como fornecedores de forças de trabalho disponível para a exploração capitalista.*³⁵⁵

* Foto tirada, por mim, do bazar da pechincha, realizado pela igreja católica local. Momento em que dois voluntários, Luiz Goes e Maria de Oliveira Cardoso, tentam reorganizar os produtos espalhados, enquanto um senhor, com uma criança, procura alguma coisa que lhe sirva. Década de 2000.

³⁵⁴ THOMPSON. E. P. Op. cit. p. 52, nota 141.

³⁵⁵ PÓVOA NETO, Helion. A produção de um estigma: nordeste e nordestinos no Brasil. Travessia – Revista do Migrante. São Paulo, CEM (Centro de Estudos Migratórios), ano VII, n. 19, pp. 20-22, maio/agosto, 1994.

Como é de meu conhecimento e experiência, há anos acontece essa prática, sendo que os primeiros vinham em caminhões “pau de arara”, sem nenhum conforto, dividindo o espaço das carrocerias com rolos de fumo, doce de rapadura empalhado, sacos de farinha de mandioca, para trabalharem nas colheitas de algodão, café e outras lavouras, quando à cana e a laranja não predominavam. Após alguns anos, os ônibus substituíram os caminhões “pau de arara”, mediante a legislação de segurança nas estradas.

Para saber com mais detalhes sobre esse processo de migração dos nordestinos, procurei o meu amigo Rosalvo, pois segundo Alessandro Portelli, “a medida em que o grau de amizade aumenta, os detalhes podem ser revelados”.³⁵⁶

Rosalvo não só revelou os detalhes de como acontece o processo de migração de nordestinos, com ênfase para os baianos, como também parte de sua trajetória de vida.

Segundo Rosalvo, na cidade de Riacho de Santana, há (até 2010) uma pessoa por nome de Paulinho, proprietário de ônibus, que faz esse trabalho, ha quase trinta anos, de forma clandestina.

Rosalvo Coutinho Costa, cortador de cana, relata sua trajetória de vida de muito sofrimento, no interior da região Riacho de Santana-BA, recordando, com olhos cheios de lágrimas, sua infância sofrida. Para ele, os finais de semana eram os dias mais tristes, pois a despensa estava vazia e todos ficavam sob tensão de saber se o pai conseguiria trazer algo da feira para comer. Às vezes, o pai, entristecido, de cabeça baixa, dizia “hoje não consegui nada”, e o fogo aceso no fogão, a lenha apagava sem ter cozinhado nada. Os gestos de solidariedade estavam presentes e “uma vizinha deu arroz e feijão prá nós”.³⁵⁷ Situação que Rosalvo prometera para sua mãe que um dia ele mudaria.

O tempo foi passando e Rosalvo, o segundo filho entre os sete irmãos, sendo a mais velha uma mulher, descalço, percorria quilômetros a pé para a escola, onde estudou até a quarta série.

O seu desenvolvimento físico facilitou logo a começar a trabalhar, para ajudar o pai no orçamento da família, mas pouco adiantava, pois o pagamento da semana de serviço já havia recebido adiantado. Até que, um dia, Rosalvo, aos vinte anos de idade, informado por conhecidos que já estavam morando em Pontalinda-SP, acertou sua viagem marcando data, horário e local de onde sairia o ônibus de Paulinho.

³⁵⁶ PORTELLI, Alessandro. Op. cit. p. 299, nota 102.

³⁵⁷ Narrativa de Rosalvo Coutinho Costa, cortador de cana. Dezembro de 2010.

Bom, eu fiquei sabendo que o Paulinho era o responsável de arrumar gente para vir trabalhar em SP, nós acertamos a viagem (...)”Nóis era em muitos irmãos,eu era o segundo dos sete irmãos. Meu pai precisa dar o que comer para todos, era muito difícil. O final de semana era os dias mais triste para nós, porque ia acabando tudo.Ainda lembro um dia que meu pai chegou da feira e disse prá nós “hoje não consegui nada”. Foi uma tristeza só. Minha mãe estava com o fogo aceso prá fazer a comida, aí teve de sair pedindo pro vizinhos arrumar alguma coisa prá nós, “uma vizinha deu arroz e feijão prá nós foi muito difícil. Na Bahia, nós recebia adiantado, quando acabava a semana, nós já tinha comido o ganhado. Nóis ia pra escola todo mundo descalço. Quando eu cresci um pouco, eu fui ajudar meu pai no lenheiro, nós trabalhava, mais não ganhava quase nada. Eu sempre falava pra minha mãe que um dia eu ia pra SP. porque em SP ganhava muito dinheiro, nossos conhecidos que tinha vindo pra SP falava.³⁵⁸

A situação de Rosalvo é parecida com a dos demais migrantes. A diferença mais visível é que ele não foi recrutado por nenhum “gato”, veio por informação de pessoas conhecidas.

Com a viagem marcada, como de costume e pela falta de dinheiro, a mãe de Rosalvo, na tarde da véspera da viagem, preparou uma farofa do maior frango do terreiro, o que serviria de alimentação durante toda a viagem.

Uma noite que custou passar. Era ainda de manhãzinha, quando Rosalvo se levantou, aprontou-se, depois dos abraços de despedida do pai, da mãe, dos irmãos e dos amigos, saiu com uma mochila presa às costas e uma sacola em uma das mãos e a outra respondendo os acenos que sua mãe fazia, “debruçada à janela e, com os olhos cheios de lágrimas, via seu filho distanciar-se cada vez mais. Rosalvo pensa e, por um momento, para, vira-se olhando fixo para sua mãe, frente a casa, resolve abandonar a ideia de ir em busca de aventura, e ficar com o afeto de sua mãe, pai, irmãos e amigos, mas precisava ser forte, tinha de cumprir o que prometera, sair para vencer na vida. Com passos incertos, caminhava ao lado de seu amigo, Antônio, como se estivesse flutuando no ar, em direção à curva do caminho, que foi encobrendo a imagem materna que continuava a acenar. Uma imagem que ficou gravada em sua mente. As lágrimas rolando sobre seu rosto, caminhou sem perceber os seis quilômetros, até chegar à estrada, onde embarcou em uma camioneta com carroceria de madeira e com alguns bancos de ferro, adaptada para o transporte naquela região. Era um veículo para transportar a população local. O desconforto nem era percebido. A vontade de olhar a paisagem, que poderia ser vista pela última vez, fez com que os trinta quilômetros, até Riacho de Santana, passassem rapidamente.

³⁵⁸ Ibid.

Chegando a Riacho de Santana, o motorista da camioneta deixou-os no local determinado para tomar o ônibus de Paulinho. Com alguns minutos de atraso, Paulinho encostou seu ônibus, sem as condições necessárias para uma longa viagem. Rosalvo paga para Paulinho o combinado e embarca. Antes de chegarem a Caetité, cerca de 120 quilômetros, com uma fome que parecia corroer seu estômago, sentia grande vontade de saborear a boa e agradável farofa preparada pela sua mãe. Eram mais ou menos quatro horas da tarde, o veículo já havia percorrido um grande trecho de estrada de terra e entrado no asfalto, quando houve um estouro. O interior do ônibus se encheu de poeira e fumaça, os passageiros, apavorados, imaginaram o ônibus explodindo. As pessoas apavoraram-se, procurando uma saída e, nesse tumulto, derrubaram toda a farofa de Rosalvo. Paulinho controlou o veículo e tentou acalmar os passageiros. Era somente um dos pneus traseiros que havia estourado e o assoalho, já um tanto deteriorado, não resistiu ao impacto e também estourou, causando pânico a todos. Era segunda-feira, não tinha dinheiro, só havia levado água e, por algum momento, já colocava em dúvida tal aventura. Dali para frente, a viagem ficou ainda mais trágica, pois só chegariam a Pontalinda na quarta-feira, às cinco horas da manhã, quando outros trabalhadores já estavam saindo para o trabalho. Assim que chegaram, pararam na praça da matriz, desceram suas bagagens e dirigiram-se ao boteco do senhor João Gabaldi, onde Rosalvo perguntou, com uma voz engarrafada, se alguém conhecia o senhor Antônio, o “Toinzinho”, amigo que havia arranjado a viagem. Com a chegada de alguns, Rosalvo, com medo da fama do Estado de São Paulo, afastou-se e o dono do boteco informou-lhe que logo ele viria buscá-lo. Depois das 5h30, Toinzinho apareceu e levou alguns para sua casa. Rosalvo lembra que tomou café depois de dois dias sem comer, só tomando água. Dormiu no sofá até às onze da manhã, depois, levantou-se para almoçar.

“Toinzinho” levou-os para uma pequena casa, onde ficaram por seis meses, até o final da safra.

Eu fui crescendo e, um dia, eu disse pra minha mãe que ia cumprir o que havia prometido. Ir pra SP, ganhar dinheiro, já tinha vinte anos. Então, eu vim. (...) na véspera minha mãe fez uma farofa com um frango pra nós comer no caminho, porque nós não tinha dinheiro, não. Naquela noite, nem dormi. No outro dia bem cedo, peguei minha mochila, uma sacola com minhas coisas, abracei minha mãe, meu pai e meus irmãos e de alguns amigos que vieram despedi de nós, eu disse que viria pra SP, porque tinha prometido pra minha mãe, que vinha pra melhorar a vida. Depois que despedi de todo mundo, eu e meu companheiro saímos. Minha mãe ficou na janela acenando com a mão, eu com a mochila nas costas, uma sacola numa mão e, com a outra, acenava pra minha mãe o tempo todo, até que a curva do caminho não deu mais pra mim ver minha mãe. Parece que não era eu que estava ali. Parei, minha vontade era só voltá pra perto da minha mãe e de todo mundo, mais eu tinha prometido que ia, e precisava ir.

Andei uns cinco quilômetros e, aí, quase voltei, aí, andei mais um quilometro mais ou menos pra tomá uma camioneta, carroceria de madeira, com uns bancos de ferro, já prá carregar gente, foi que levou nós mais trinta quilômetros até Riacho de Santana prá nois tomar o ônibus de Paulinho. Eu e meu companheiro Antônio, um dava força pro outro Eu ficava olhando tudo aquilo e pensava: será que vou voltar a ver tudo isso de novo. Lembrava das vez que passava por ali, mais não pra ir embora de vez. Chegamo em Riacho de Santana, a camionete deixou a gente no lugar combinado pra pegar o ônibus de Paulinho. O ônibus demorou um pouco. Quando chegou, nós pagamo a viagem e embarcamos. Antes de chegar em Caetité, uns 120 km, já tinha entrado no asfalto, nós estava com muita fome. Então, resolvemos comê a farofa de frango que minha mãe tinha preparado. Enquanto estávamos comendo, lá pelas 4 horas da tarde. De repente, um estouro. Naquele tumulto, o ônibus cobriu de fumaça e poeira, porque o soalho estava velho, o povo pensando que o ônibus estava pegano fogo, derrubou nossa farofa. Aí, sem dinheiro pra comprar nada, era segunda-feira, viemo até chegar em Pontalinda, na quarta-feira, lá pelas cinco hora da manhã. O povo já ia saindo pra trabalha. Chegamo, descemo nossas coisas, fomo pra um botequim do João Gabaldi. E, com um medo, porque minha mãe e meu pai falava pra gente não confiar nas pessoas, porque em SP tinha muito malandro. Com receio, perguntamo do Toizinho. Ele disse que lá pras cinco e meia ele chegaria. Toizinho chegou e levou nós pra casa dele, tomamo café. Eu dormi até às onze no sofá, depois levantei pra almoçá. Isso foi no ano de 1994. Depois, Toizinho levou nós pra uma casa muito pequeninha, nós ficamos lá seis mês até acabar a safra.³⁵⁹

Para tantos, o cortador de cana não necessita apenas de ter coragem para enfrentar o difícil trabalho, por ser uma atividade que exige poucas ferramentas, mas para Rosalvo e seu amigo Antônio, era diferente. Seria necessário abrir um crédito no comércio local, para adquirir a alimentação, alguns utensílios domésticos, como panelas para cozinhar, talheres, fogão, gás, lâmpadas para casa, torneiras, garrafa para levar água para beber na roça, um caldeirão para levar a comida, um amolador para afiar o facão. Para a aquisição desses materiais, necessitava de dinheiro, um empecilho para quem não tinha nada além das poucas roupas e o calçado no pé. Foi necessário recorrer ao “gato”, o que já afirmava uma relação paternalista do intermediário (gato), entre o patrão e o empregado.

No primeiro dia de trabalho, nem mesmo Rosalvo, que se tornaria o maior cortador de cana, escapou das dificuldades da falta de experiência. Rosalvo e Antônio, depois de um longo dia de trabalho e estarem exaustos, ganharam pouco mais de três reais cada. Os dois perderam para uma mulher que ganhou mais de sete reais e disse para seu amigo Antônio que com aquele ganho “não conseguiriam voltar mais”³⁶⁰ para a Bahia. Mas foi conseguindo ganhar experiência e ficou até o final da safra.

Nóis não tinha nada, nós não tinha crédito nos mercado, nós não tinha dinheiro pra comprar uma garrafa pra levar água prá roça, precisava pedir pro outros. Nóis fomo prá roça. Trabalhamo o dia inteiro, chegamos de tarde, não

³⁵⁹ Ibid.

³⁶⁰ Ibid.

tinha ganhado nada, ganhamo pouco mais de R\$ 7,00 reais, nós dois junto, o que uma mulher tinha ganhado sozinha. (...) Quase não dormi aquela noite, de tanta canseira. Pensava: o que vim fazer aqui, mas não podia voltar, porque tinha prometido pra minha mãe, e os outros ia falar que eu não tinha agüentado. Então fui ficando, depois fui acostumando com o serviço, e fiquei até o fim da safra, e voltei pra Bahia.³⁶¹

Quando retornou para sua terra natal, para rever seus familiares, tinha a intenção de voltar para Pontalinda. A sua volta definitiva para sua terra natal representava seu fracasso, ele precisava ser forte e vencer os obstáculos. Deixou tudo acertado para voltar a trabalhar no corte de cana. Ficou um curto período, mais ou menos dois meses, na Bahia, junto de seus familiares e voltou para o início do corte de cana do ano seguinte. Dessa vez, alugou uma casa e dividiu-a com mais nove migrantes nordestinos.

A casa era pequena, situada na Rua José Cardoso Pereira, com uma cozinha, um quarto e um banheiro, medindo aproximadamente 40 metros quadrados. Rosalvo conta que era necessário que todos dormissem enfileirados, tinha de aguentar o bafo de cada um, não tinham como se mexer, “dormiam que nem madeira enfileirada”.³⁶²

Como quase todos, Rosalvo não escapou dos gestos preconceituosos contra os nordestinos. “nóis fomos alugá a casa (...) ele falou que não alugava casa para desconhecido, ainda mais nordestino, mais está perdoado”.³⁶³ Então, sem alternativa, tiveram de continuar por mais tempo naquela casa apertada.

Pelo fato da casa ser muito pequena para abrigar nove trabalhadores, todos homens, o convívio dependia de muita paciência e compreensão. Rosalvo conta que, todas as tardes, compravam um litro de cachaça para poder aliviar um pouco o cansaço e enfrentar a vida, enquanto revezavam para tomar banho em um pequeno banheiro, em condições precárias. Esse era um momento de lembrar de sua terra natal e de seus familiares. Entre uma conversa e outra e mais uma dose de cachaça, esperavam o preparo da boia que também fazia parte do revezamento, assim como o uso do pequeno tanque de lavar roupa, instalado provisoriamente do lado de fora da casa.

Eu voltei pra Bahia, mais com a intenção de voltar pra São Paulo de novo, e voltei pra próxima safra. Quando chegamos aqui, eu e mais nove, arrumamo uma casa bem pequeninha, na rua José Cardoso Pereira, tinha mais ou menos uns 40 m, tinha um quarto, uma cozinha e um banheiro. Nós tinha de revezar tudo, pra tomar banho, pra lavar roupa no tanque pro lado de fora da casa. Quando chegava da roça, nós sempre tinha um litro de pinga, nós tomava uns

³⁶¹ Ibid.

³⁶² Ibid.

³⁶³ Ibid.

*trago pra esquecer, prá passar o tempo enquanto uns tomava banho, outros ia lavando os trens, outros ia fazendo a comida, era tudo dividido as tarefas.*³⁶⁴

Rosalvo conta que, por um bom tempo, lavou sua roupa até que a filha de um vizinho passou a lavar a sua e a de outro amigo. Quanto ao almoço e jantar, continuaram revezando, cada dia era um responsável pelo almoço e pelo jantar. “Tudo era muito difícil, mas nós nunca discutimos durante o período que tivemos morando juntos, todos respeitava uns aos outros, bebíamos nossas pingas, mas nunca brigamos”.³⁶⁵ Dormiam apertados até que conseguiram uma casa maior. Depois, foram morar com a dona Zaíra, nos fundos da casa, o que os constrangia, pois precisavam usar o lavador de roupa, e estavam sempre encontrando os membros da família. Mas, depois, Rosalvo foi conseguindo amizade e acabou ficando oito anos, até ir morar com Aparecida de Lourdes dos Santos, com quem vive muito bem até hoje.

Com um porte físico avantajado, muito esforço e com experiência, Rosalvo ficou conhecido na cidade como um dos maiores cortadores de cana. Conseguiu juntar algum dinheiro, até que, um dia, resolveu aceitar a proposta de outros “gatos” para entrar em uma sociedade na aquisição de ônibus para transportar trabalhadores para o corte de cana. Rosalvo viu a oportunidade de deixar de ser cortador de cana e passar a ser um empreiteiro, o que representaria, perante os demais, uma ascensão na hierarquia na relação de trabalho daquele meio, sem contar que não precisaria bater facão naquele sol ardente. Aceitou as propostas, deu o dinheiro que havia ganhado no corte de cana, financiou em banco o restante. Segundo Rosalvo, as coisas não foram bem. Sem querer entrar em detalhes, mas afirmou que foi preciso vender sua parte da sociedade dos ônibus para pagar o banco. Rosalvo fala que está feliz morando com sua esposa em uma casa de COHAB (a qual comprou com contrato de gaveta, uma prática costumeira, as pessoas sorteadas pelo CDHU vendem as casas ou alugam para outras pessoas que não têm casa própria). Voltou a cortar cana com sua esposa, mas trabalham em usinas diferentes. Ela corta cana na Usina Pioneiro, em Sud Menucci e ele na COROPE, em Iturama- MG.

Eu morei ali, fiquei lavando minha roupa até que a filha do vizinho começou a lavá pra mim e para um companheiro meu, a gente pagava pra ela, melhorou um pouco. Depois que saí daquela casinha, nós foi morar lá no fundo da casa da Zaíra. No começo era tudo muito estranho, a gente ficava envergonhado, a filha dela, o filho, o cunhado que vinham passear e nós ali, tinha de estar passando no meio deles, usando o tanque de lavar roupa perto deles, mais depois nós fomo ficando que nem da casa. Nós moramos lá oito anos até eu ir morar com a Aparecida”. (...) Olha, eu tive três ônibus de sociedade, tive

³⁶⁴ Ibid.

³⁶⁵ Ibid.

problemas, não deu certo, as pessoas que tentaram me dar o tombo. Essas pessoas estão aí. Esses dias eu estava levando uma cesta básica pra vendê, que ganhei na usina e essa pessoa me pediu R\$ 100,00 emprestado, eu disse que não tinha, mais se a mulher que ia comprar a cesta me pagasse, eu emprestaria. Entreguei a cesta e ela me pagou, e eu, emprestei o dinheiro pra ele. Eles está perdoado. Eu tive bem, tinha carro, ônibus, tinha casa, dinheiro, tudo ganhado no corte de cana, mas agora estou recomeçando. Eu trabalho na Usina de Minas Gerais, é o ônibus que sai mais cedo, mais ou menos 4h10. Nós tem de levantar às 3hoo. Minha mulher trabalha também no corte de cana Pioneiro, aqui em Sudmenucci.³⁶⁶

Rosalvo conseguiu ganhar um prêmio de R\$ 3465,00, prêmio que a Usina dá aos melhores cortadores de cana, para quem atinge em média anual de onze toneladas diárias. Esse prêmio é de acordo com a média do salário anual, o qual a usina dá o equivalente a dois salários como prêmio. “Os cortadores de cana reclamam, mais se eles fala que é aquilo, é aquilo”.³⁶⁷ As usinas oferecem prêmios para os melhores cortadores de cana, o que estimula a competição entre os mesmos. Prática que faz parte do sistema capitalista.

Desta forma, o valor “competição”, elemento fundamental enquanto formador da ética de trabalho capitalista, apresenta um sentido para os populares na medida em que correspondia de certa forma às condições concretas de vida que experimentavam.³⁶⁸

Rosalvo busca através da memória, mostrar as dificuldades que passou com a família no Estado da Bahia. A falta de produtos básicos até para sua alimentação e a promessa de superar essas dificuldades, migrando para o Estado de São Paulo, o que representava para eles uma porta para a saída da pobreza. Demonstra dor ao deixar sua mãe, mas teria de cumprir a promessa que tinha com ela, vencendo as dificuldades que encontrou na vinda para o Estado de São Paulo, de adaptação longe da família e amigos, assim como as do trabalho do corte de cana.

(...) trabalho com memórias, no esforço para analisá-las e interpretá-las, não se pode perder de vista suas especificidades, sua seletividade e a forma como são compostas por cada sujeito, de acordo com o lugar, a situação na qual se encontra e as experiências que estão sempre em processo de composição, assim como a construção de uma memória sobre essas experiências.³⁶⁹

Há um clamor por parte desses trabalhadores que vai além das dificuldades do trabalho, da falta de uma moradia decente e de outros relacionados a bens materiais. Trata-se do preconceito existente na sociedade, levando parte desta a agir de forma racista, diante de

³⁶⁶ Ibid.

³⁶⁷ Ibid.

³⁶⁸ CHALOUB, Sidney. Op. cit. p. 103, nota 280.

³⁶⁹ SILVA, Dalva Maria de Oliveira. Op. cit. p. 192, nota 324.

situações que podem representar uma ameaça à estabilidade de parte dessa elite.³⁷⁰ No final do ano de 2007, houve uma reunião na Câmara Municipal de Pontalinda, organizada pelo poder público local. Foram convidados para participar da reunião o delegado da cidade, os gatos (empreiteiros dos boias-frias), chefes de divisão dos departamentos da Prefeitura, o sargento da Polícia Militar da Delegacia do Município, vereadores, Prefeito, Vice- Prefeito para discutir sobre a migração e a permanência dos nordestinos na cidade, que, segundo as autoridades, havia provocado um desarranjo social na cidade. A convocação dos “gatos” para a reunião, eles que representavam o patrão perante os trabalhadores, com autoridade para fiscalizar, reprimir e demitir, os quais são obrigados a desempenhar suas tarefas com a eficiência exigida, agora, se fazem representar também perante o poder público. Poder que lhes atribui a responsabilidade pelos atos de seus trabalhadores, numa situação de patrão paternalista, comum no início do século XX. A vigilância desses trabalhadores para que os mesmos não saiam das órbitas legais e pratiquem algum delito, passam a ser de responsabilidades dos “patrões” que devem reprimi-los.³⁷¹

A grande discussão era o alto índice de “violência” na cidade (pequenos roubos, brigas), de prostituição infantil, de uso de drogas envolvendo nordestinos.

Os migrantes eram também responsabilizados por dificultar o atendimento às políticas públicas, como atendimentos médicos e odontológicos no posto de saúde da cidade e pela falta de remédio de distribuição gratuita, subsidiada pelo SUS. As alegações referiam-se ao grande número de nordestinos presentes na cidade. Esse discurso estava presente nos balcões de atendimento das políticas públicas, o que poderia convencer parte da população que buscava esses auxílios e não era atendida.

Pontalinda, depois do processo de emancipação política, tornou-se município, e a partir de 1993, ocorreu um grande fluxo de nordestinos que buscavam atendimento dos serviços públicos, além do trabalho, migrando homens, mulheres, crianças e velhos, como Francisco Dias da Costa. Migrou para Pontalinda, junto com sua mãe que necessitava de um tratamento de saúde.³⁷² Como o trabalho oferecido é temporário (durante a safra, primeiro de algodão, depois o corte de cana), essas pessoas permanecem por um pequeno período, o que

³⁷⁰ Disponível em: <http://www.diariodonordeste.globo.com> – As Seccionais de Pernambuco e do Ceará da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vão entrar nesta quinta-feira, com ação conjunta na Justiça Federal de São Paulo, de queixa-crime contra Mayara Petruso. Segundo o presidente da OAB-CE, Valdetário Andrade Monteiro, a paulista praticou crimes de racismo e de incitação pública à prática delituosa. A denúncia será apresentada ao Ministério Público Federal (MPF). 04/11/2010.

³⁷¹ CHALHOUB, Sidney. Op. cit. p. 45, nota 280.

³⁷² Narrativa de Francisco Dias da Costa, migrante nordestino, boia-fria. Novembro de 2002.

dificultava um planejamento de trabalho para atendimento de longo prazo, segundo as autoridades do município, como relatou a primeira dama do município, em entrevista, no ano de 2002.

(...) Olha, um projeto a longo prazo é difícil em razão que famílias, os nordestinos, eles vêm para o município, ficam aí um período curto na época da safra pra esse tipo de serviço público, o público alvo a gente só pode estar fazendo um atendimento emergencial mesmo. Um trabalho a longo prazo é difícil.³⁷³

Pelo fato de ter a intenção em desenvolver esta pesquisa, venho acompanhando a trajetória desses trabalhadores há mais de uma década, através de contatos com os “gatos” e fiscais, visitas aos alojamentos, acompanhando a chegada e saída dos ônibus responsáveis pelos transportes, pude perceber que, nos últimos anos, mudou o perfil desse migrante que vem em busca de trabalho. São pessoas ainda jovens, entre 18 e 35 anos, gozando de plena saúde para trabalhar, um perfil que agrada o empreiteiro.

Com a chegada desses trabalhadores, que alugam pequenas casas, acomodando até mais de dez pessoas, o que, no rateio entre os alojados, representa uma pequena quantia para cada um no valor dos aluguéis, fez com que elevasse significativamente os preços dos aluguéis. Os proprietários de casas preferem alugá-las para migrantes nordestinos, o que parece mais rentável. Vale lembrar que esses dados aproximados foi fruto de uma pesquisa realizada por mim, entrevistando os empreiteiros e migrantes nordestinos.

Com relação à reunião realizada pelas autoridades que tratou de buscar soluções para os problemas “provocados pelos migrantes nordestinos”, não consegui nenhum documento que registrasse o fato. Apresentei um requerimento à Delegacia de Polícia Civil, pedindo cópia da ata da referida reunião, mas fui informado de que não havia registro em ata. Resposta também dada pelo Departamento de Assistência e Promoção Social da Prefeitura e pela Câmara Municipal local.

Após ter enviado um requerimento ao delegado da Polícia Civil local, dirigi-me até e, no dia 29 de dezembro de 2010, onde fui recebido por agente que já com conhecimento da intenção da minha visita, recebeu-me de forma educada e atenciosa, mas pediu-me para não revelar seu nome, alegando não querer ser identificado. Com certo receio, no início, foi

³⁷³ Narrativa de Leudineia Antonia de Souza Tonholo. Primeira Dama e Chefe do Departamento de Assistência e Promoção Social do Município de Pontalinda-SP. Outubro de 2002.

falando sobre os trabalhos da Polícia, sobre as leis que, na maioria das vezes, não são cumpridas e, depois, foi tecendo alguns comentários sobre o assunto.

Quanto à reunião realizada sobre a chegada dos migrantes nordestinos, realizada no ano de 2007, foi feito breve comentário sobre a situação dos boias-frias, do grande número de trabalhadores, homens morando em pequenas casas ou salões, e do impacto que provocou a chegada dos migrantes nordestinos à cidade, ora afirmando o desarranjo social provocado pela chegada desses à cidade, percebendo a mudança no seu perfil, sendo de preferência dos “gatos”, pessoas jovens para o desenvolvimento do trabalho duro do corte de cana e colheita de laranja. Na maioria são solteiros que vêm em busca de trabalho, situação atípica de anos anteriores, onde migravam famílias inteiras, crianças, adultos, jovens e velhos, em busca de trabalho e serviços públicos de assistência.

Após uma longa conversa (o informante pediu que não fosse identificado e que não fosse gravada a sua fala), comentou sobre alguns boletins de ocorrências e passou alguns dados aproximados. Disse que, do total anual de boletins de ocorrências registrados na delegacia, 90% envolvem trabalhadores rurais. A maioria é sobre agressão física ou de via de fatos (agressão não consumada). Desses, 80% são sob efeito de bebida alcoólica, enquanto que as drogas não lícitas somam 10% das ocorrências registradas a cada ano.

Voltando a falar sobre o comportamento dos migrantes, o agente comentou que, no ano de 2007, foram poucas ocorrências policiais envolvendo migrantes nordestinos, apenas com pequenas discussões, na maioria das vezes, provocadas por bebidas entre os mesmos, poucas vezes envolvendo pessoas não migrantes. Afirmou que os migrantes eram trabalhadores que vieram para ganhar seu sustento e a maioria empregava-se no corte de cana. As usinas exigem atestado de antecedentes criminais, o que não permite a presença de pessoas de má índole. Afirmações que não justificam a pauta da tal reunião.

Quanto à questão de aliciamento de menores, não foi registrado nenhum caso na Delegacia de Polícia Civil, nem no Conselho de Direito da Criança e do Adolescente.

O “sargento Reis”, da Polícia Militar, por várias vezes, no ano de 2007, parou os ônibus de cortadores de cana e de colhedores de laranja, ameaçando-os a mandá-los de volta para sua terra, caso se envolvessem em alguma confusão na cidade, pedindo que os “gatos” lhe entregassem cópias da cédula de identidade dos mesmos. Houve casos de envolvimento de alguns nordestinos em discussões, o que levou a Polícia Militar a ir até o “barraco”, arrombando portas, acordando trabalhadores sonolentos, depois do difícil dia de trabalho, à

base de cassetete, não procurando, antes, identificar nem ouvir ninguém. Situação que é de meu conhecimento, pois, no dia posterior ao acontecido, fui procurado por um morador da cidade que conhecia os trabalhadores e me levou ao local, para mostrar a situação de pânico em que se encontravam os trabalhadores marcados pelos golpes de cassetete, um deles com fratura em um braço. Sentiam medo de comparecer à Delegacia de Polícia Civil, sem dinheiro para pagar um advogado. Pedi para que se tranquilizassem e denunciassem o abuso dos policiais ao Delegado, pedindo exame de corpo delito, mas o que ouvi foram respostas de medo de que haviam perdido o dia de trabalho e que, para eles, não havia segurança, uma vez que a própria polícia os havia espancado. Alguns deles arrumaram o dinheiro e voltaram para seus lugares de origem.

As autoridades locais, através da polícia militar, passaram a monitorar os passos desses trabalhadores, principalmente daqueles que frequentavam locais que vendiam bebidas alcoólicas. Esses estabelecimentos eram os únicos a permanecerem abertos ao anoitecer, com exceção de farmácias.

O papel do botequim ou da venda como centro aglutinador e difusor de informações entre os populares. (...) é cenário para o surgimento e desenrolar de rixas e conflitos pelos mais variados motivos, desde os problemas ligados ao trabalho e habitação, passando pelas questões de amor e de relações entre vizinhos, e chegando até às contendas por motivos mais especificamente ligados ao lazer, como os jogos, o carnaval ou a bebida.³⁷⁴

Esses trabalhadores, sem condições de frequentar outras opções de lazer, depois de uma longa jornada de trabalho, aproveitavam o anoitecer, para chegar até o trêiler instalado no canto da praça, de frente para o prédio da prefeitura, de propriedade de uma moça de uma simpatia e beleza invejável para qualquer modelo e artista de televisão, local de encontro dos nordestinos.

A proprietária do local logo foi autuada pela vigilância sanitária municipal e, depois, foi chamada ao gabinete do prefeito, juntamente com o sargento Reis, para tomar providências quanto às melhorias nas instalações do seu comércio, alegando o previsto na Lei de Vigilância Sanitária. Situação que não perdurou, logo aconteceu uma discussão no local e a polícia reprimiu todos os presentes com ameaças de mandarem de volta para suas terras de origem, caso voltassem a beber e frequentar tal local. A proprietária, filha de uma viúva,

³⁷⁴ “Argumentos de um advogado tenta provar a que o dono da venda mentiu em seu depoimento testemunhando que nada sabia sobre o ocorrido.” Ver: CHACHOUB, Sidney. Op. cit. p. 213, nota 280.

desfez de seu comércio, tentando abrir um bar em um prédio antigo de propriedade de sua mãe, na esquina da frente, mas não obteve sucesso.

O fato de ter presenciado tais situações poupa um maior esforço da imaginação, dando-me mais tranquilidade quanto à veracidade dos fatos.³⁷⁵

Esses migrantes reclamavam da difícil realidade, além de deixarem suas famílias tão longe, alguns no Piauí, Maranhão e Bahia, para ganhar um dinheiro em um trabalho tão difícil quanto o corte de cana.

A cidade não contava com clubes nem algum centro de lazer, com exceção do jardim da praça, do campo de futebol (aos domingos) e os bares são os únicos lugares frequentados. Alguns migrantes que se envolveram em pequenas discussões, sofreram repressões por parte da polícia, sem contar os que foram “deportados”. Essas ameaças causaram medo, os movimentos de migrantes nos bares diminuíram, o que não representou a ausência da violência nestes locais, principalmente envolvendo pessoas consideradas filhas da cidade. Situações que procurei acompanhar durante esse período, conversando com os migrantes e pessoas como donos de comércios de venda de bebidas alcoólicas.

Em entrevista a outros dois migrantes nordestinos, Gilano de Jesus Cardoso, 26 anos e Marcelo Dourado de Oliveira, 24 anos, ambos naturais de Riacho de Santana BA, informaram-me que moravam em local, num total de seis pessoas, todos migrantes. Marcelo que era solteiro, primeira vez que vinha trabalhar em São Paulo, no corte de cana, contou que o primeiro dia de trabalho, chegou em casa e foi dormir às 18h00, estava morto de cansado. O primeiro pagamento não foi além de R\$ 400,00. Explicou que ficou aproximadamente um mês sem trabalhar, não deu para pagar as despesas de água, luz e mercado. O “turmeiro” foi quem emprestou o dinheiro para pagar o resto das despesas. Reclamava da discriminação que sofria por parte da sociedade “os nordestinos são responsáveis por engravidar as moças e ir embora”. “(...) falam que nós, nordestinos, só viemos pegar o dinheiro e ir embora”. Às vezes, com um tom de revolta, diz: “(...) nós é que gastamos no comércio local”.³⁷⁶

Marcelo cursou até a primeira série do Ensino Médio. Ele sabia que contribuía para o município gastando no comércio local. Sonhava em trabalhar por conta própria, ter uma casa, e uma microempresa.

³⁷⁵ HOBSBAWM. E. J. Op. cit. p. 247, nota 5.

³⁷⁶ Narrativa de Marcelo Dourado de Oliveira, migrante nordestino, boia-fria. Dezembro de 2008.

Já Gilano era casado e disse que veio junto com Marcelo, também informado por outro migrante, que aqui era um lugar bom de ganhar dinheiro. É também a primeira vez que veio trabalhar em São Paulo. Contou que chegou no dia 18/04/2008, deixou sua família, sua esposa grávida de sua primeira filha que nasceu no mês de maio e que ainda não a viu. Quando perguntei o nome da filha ele pensou e disse: “Vou sentar com minha esposa para decidir”. E continuou contando de sua chegada em Pontalinda, pela primeira vez, e como foi sua reação nesta nova experiência na atividade de cortar cana:

O primeiro dia de trabalho no corte de cana não foi diferente de Marcelo(...) só não voltei para Bahia porque não tinha dinheiro, e sentiria envergonhado saber que outros vieram e suportaram, me sentiria inferior(...).³⁷⁷

Depois daquele primeiro longo dia de trabalho no corte de cana, que jamais sairá de sua memória, Gilano chegou à pequena casa que dividia com seus companheiros. Sem forças, o corpo cansado, diante dos inúmeros golpes de facão, no sol ardente, a falta de experiência no serviço que o deixou exausto e sem o rendimento esperado. Questionava a si mesmo o que estaria fazendo ali.

Sem sair por um instante da memória, a sua terra natal, os momentos vividos com os familiares e os amigos, que ansiosos esperavam o seu sucesso como trabalhador em outro estado, para as conquistas materiais, com finalidades de proporcionar o bem-estar da família, o que, para ele representava uma imensa responsabilidade sobre seus ombros. Gilano, calado, ia dividindo as tarefas domésticas e sabendo que, na madrugada seguinte, iniciaria outro dia de martírio. Sem dinheiro, mesmo se quisesse voltar, não teria como. Estava vivendo um momento de sofrimento em que os minutos pareciam não passar. Lembrando que teria de enfrentar um longo período até terminar a safra ou tentar arrumar dinheiro emprestado para voltar e se sentir um fracassado perante os demais companheiros.

Foram as dificuldades financeiras existentes em sua terra natal que o trouxeram em busca de uma nova expectativa de vida. Parece acompanhá-lo numa situação ainda mais difícil, tendo que conviver entre estranhos, longe da sua terra natal, da sua família e amigos, e com as dificuldades do novo trabalho. A recompensa financeira parecia não existir, tudo aquilo, para ele, parecia ilusão. Sua vontade era de voltar para casa e deixar aquela vida de sofrimento por tão pouco dinheiro.

³⁷⁷ Narrativa de Gilano de Jesus Cardoso. Migrante nordestino, boia-fria. Dezembro de 2008.

As dificuldades de habitação, de trabalho, o preconceito e a falta de atenção das autoridades com relação aos migrantes nordestinos estão presentes nas suas falas, que revelam as angústias que têm de suportar.

*Um dia desses enquanto estávamos trabalhando, alguém roubou a carteira do Sebastião com R\$ 110,00 (cento e dez reais) e todos os documentos do nosso companheiro Sebastião, e meu relógio, avisamos a polícia e até agora nada.*³⁷⁸

As reclamações de exploração nas relações de trabalho entre trabalhador e usina e a exploração nos preços altos dos produtos do comércio local, diante da dificuldade de ir até uma cidade maior na região para fazer compras, sendo que o dia de sua folga reservavam para lavar roupas e descansarem, e sem conhecer a região, acabavam comprando no comércio local e pagando preço alto. Quanto aos aluguéis, os “gatos” alugavam as casas direto dos proprietários e, depois, cobravam uma quantia de cada trabalhador. O que parecia significar pouco para cada um, ao somar com o pagamento de todos, acabavam pagando o dobro do aluguel.

Os trabalhadores com pouca experiência necessitavam de muito esforço físico para ganharem aproximadamente R\$ 700,00 (setecentos reais) por mês. Agora, para ganhar de mil a mil e cem reais, o trabalhador tinha de ser bom, precisava cortar mais de vinte toneladas por dia, o que era um esforço desumano.

Nesse novo meio de convivência, era necessária a organização dos grupos. Essa organização iniciava nas realizações das tarefas cotidianas. Os trabalhos domésticos, nessas pequenas casas alugadas por eles, eram divididos entre os mesmos, havendo um revezamento nas suas realizações. “Cada dia era um que fazia a comida, cada dia era um que lavava as roupas”.³⁷⁹ Dividiam também as despesas de mercado, aluguel, água e luz, gastavam em média R\$ 300,00. Quanto à alimentação, era a base de arroz, feijão, carne, batata e farinha.

³⁷⁸ Id.

³⁷⁹ Narrativa de Marcelo Dourado de Oliveira, migrante nordestino, boia-fria. Dezembro de 2008.



Figura 30 - Migrantes nordestinos em dia de folga.*

Fonte: pertencente ao arquivo do pesquisador.

A foto acima registrou um momento rotineiro entre os nordestinos, nos dias de folga do corte de cana, em um dia do meio da semana. A cidade, com pouca opção de lazer, nos dias de semana, não tendo outra alternativa a não ser o jogo de baralho, entre eles, nas casas onde moravam, até porque tinham medo de se integrarem com pessoas estranhas para jogar, ou irem ao botequim tomar uma bebida.

Depois de várias denúncias ao Ministério do Trabalho, “os gatos” melhoraram as condições de habitação desses trabalhadores. A casa registrada ficava próxima à praça da matriz, simples, mas rebocada e pintada à cal. Com poucos móveis como fogão, cama e geladeira, por residirem em grande número, não havia condições de terem mesas e cadeiras para todos. A sala era um espaço com tripla função, servia como dormitório, para ver televisão e receber algumas visitas. Na foto acima, podemos observar que quatro estão sentados, dois em cadeiras e dois em bancos improvisados, enquanto dois estão sentados em colchões estendidos à beira da parede. Atrás, há um aparelho de televisão, adquirido em sociedade entre os moradores da casa, com o combinado de que, no final da safra, o objeto seria vendido e dividido o dinheiro da venda entre os mesmos.

* Fotografados por mim, no intuito de registro os Trabalhadores migrantes nordestinos se divertindo jogando baralho, em um dia de folga do corte de cana. Novembro de 2009.

Diante do calor que faz na região, nas casas humildes, pouco arejadas, sem varandas, é comum vermos inúmeros trabalhadores de bermudas e sem camisa entrando e saindo de suas casas.

As bebidas alcoólicas estão sempre presentes nas residências desses trabalhadores. Na foto, ao fundo, abaixo do aparelho de televisão e próximo ao braço do trabalhador, à esquerda, pode se ver a tampa de um litro de cachaça, que também é dividido e consumido durante as tardes, e nos dias de folga entre um carreado e outro.

Embora um pouco diferente dos imigrantes nordestinos, trabalhadores rurais recém-chegados à cidade, não sentem tanto impacto com relação aos costumes, porque as crenças, festas religiosas, hábitos trazidos do campo de diversas regiões estão presentes hoje no meio urbano.

As festas de Santos Reis, as novenas de Natal, as rezas na Quaresma, as novenas pedindo chuva, agora celebradas na Igreja, os terços de Santo Antonio, São João e São Pedro, ainda presentes na cidade e apenas alguns na zona rural, os terços de dia de santos protetores nas casas de devotos e as benzedeadas que ainda persistem com suas bênçãos e com os remédios populares.

As festas religiosas, como as de Santos Reis, (que comentamos no primeiro capítulo), são realizadas nos finais do ano. Também são organizadas como gesto de solidariedade na comunidade. As ofertas arrecadadas, são oferecidas para uma instituição de caridade ou até mesmo para ajudar famílias necessitadas, como o caso de uma senhora viúva com idade avançada, com uma filha deficiente, que mesmo diante das necessidades que se encontrava, adotou uma moça também deficiente, órfã de pai e mãe. A folia de Santos Reis saiu em peregrinação conseguindo donativos para a construção da casa das necessitadas, onde, hoje, moram as duas filhas, depois que a matrona faleceu.

Hoje, com o êxodo da zona rural, as visitas da Companhia às casas dos devotos da zona rural só são possíveis graças aos veículos que transportam os foliões, devido à distância entre as casas. Os foliões e a “Bandeira” já não pernoitam nos pontos de jantas como de costume, principalmente quando se trata da zona rural. O Mestre canta agradecendo a refeição, as ofertas, convida para a festa, abençoando o dono da casa com a família e a “Bandeira” acompanha os foliões, que, no próximo dia, tomarão outro destino.

Como nas festas de tempos anteriores, ainda há a presença do macaqueiro, o responsável de juntar as ofertas, que, hoje, são raros os que realizam tais tarefas com carrinho

de tração animal. Usam-se tratores, camionetes, caminhões e carros, fazendo o percurso com maior rapidez.

Atualmente, as festas de Santos Reis, realizadas na zona rural, contam com alguns recursos para sua organização. A chegada da energia elétrica até o campo facilitou em vários aspectos a realização dos festejos, como na conservação de produtos perecíveis, como carnes que são armazenadas nos frízeres. Anteriormente, havia a preocupação em abater todos os animais às vésperas da festa, pois não contavam com recursos para a preservação dos alimentos. A iluminação elétrica tornou o ambiente mais visível, contrastando com as luzes amareladas dos lampiões espalhados pelas barracas. Os recursos de água encanada dos poços artesianos vieram sanar um problema que antes representava um pesadelo aos festeiros, o abastecimento de água nos dias dos festejos. Os festeiros sentem-se realizados ao servirem aos convidados sorvetes e refrigerantes gelados.

As festas de “Santos Reis”, aos poucos, vão ganhando características novas diante. Os microfones instalados dão condições aos foliões de cantarem para que todos possam ouvir. Essas transformações levam-nos ao pensamento de Raymond Williams:

*A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões.*³⁸⁰

Como as festas necessitam de grandes espaços cobertos para as realizações de diversas tarefas, como cozinhar e servir alimentação aos visitantes, a maioria dos festeiros aluga tendas e requisita com antecedência o Centro Comunitário da Cidade, para a realização dos festejos. Com a grande aglomeração de pessoas, a prefeitura interdita as ruas próximas à festa.

A festa de “Santos Reis”, além de manter uma tradição festiva da época de final de ano, representa também um momento de confraternização entre as pessoas e de reencontro de amigos que vêm até Pontalinda para as festas.

³⁸⁰ WILLIAMS, Raymond. Op. cit. p. 13, nota 24.



Figura 31 - Festa da Chegada da Companhia de Santos Reis, no Centro Comunitário de Pontalinda.*

Fonte: pertencente ao arquivo do pesquisador.

Os terços de Santo Antônio, São João e São Pedro, marcados pelas festas juninas, com distribuições gratuitas de quentão, anisete, café, chá, biscoitos, amendoim e pipocas, ainda são atração para crianças e de adultos.

Os antigos moradores da zona rural, que hoje vivem na cidade e que não possuem carros, caminham quilômetros a pé, ou vão de carona em carros de amigos até as casas dos devotos moradores no campo, para participarem das celebrações. Assim como a Folia de Santos Reis, os rituais continuam os mesmos.

As rezas dos terços, apesar de não contar com a mesma intensidade, ainda continuam sendo rezados na zona rural e na cidade. Podem ser vistas algumas fogueiras nas casas de devotos que contam com espaço suficiente, sua iluminação tímida que disputa com as luzes da cidade.

* Foto tirada especialmente para a pesquisa, da população e foliões, após a chegada da Companhia de Santos Reis no terceiro Arco. Toda chegada de Companhia de Santos Reis, os foliões desfilam em um corredor demarcado por bandeirolas presas em cordões divididos em três arcos, onde cada um deles representa um dos Magos do Oriente (os Três Reis Santos). Janeiro de 2010.

Nessas casas, os terços são rezados como na zona rural, os mesmos rituais. A preparação do altar, com a “Bandeira dos Santos protetores, alguns outros quadros de Santos. Uma pessoa encarregada de soltar um rojão ao final de cada dezena do terço. Os cânticos podem ser ouvidos ao longe, as voltas em torno da casa num sinal de proteção à família. O momento de beijar a “Bandeira”, algumas pessoas seguram o mastro à meia altura, e os devotos formam uma fila, com um gesto de ajoelhar para beijar a “Bandeira,” passando debaixo para o outro lado, continuando a cantar até a última estrofe. Terminado esse ritual é hora de levantar a “Bandeira”, com o canto “levanta, o senhor levanta”, até o grito de “viva os Santos Padroeiros”, acompanhado da queima de fogos. Enquanto alguns saboreiam as bebidas e comidas, outros, num gesto de reforçar os laços de amizade, fazem um pacto que, com uma mão de pilão, socam o chão no pé do mastro, dizendo: “Santo Antônio disse, São João confirmou, de nós virar compadre que São Pedro mandou”, repetem por três vezes. A partir desse momento, os cumprimentos são de compadre. Ritual que ainda persiste como nos meios rurais.

A Igreja Católica, através de seus membros, passou a organizar as festas juninas. É realizada na cidade uma coleta para arrecadar donativos para os festejos.

Os rituais da reza do terço são os mesmos na cidade ao lado da Igreja, próximo à fogueira. Soltam rojões, no final de cada mistério, no final, levantam o mastro com as “Bandeiras” dos Santos, seguido de uma queima de fogos. Ficando apenas o ritual de pedir proteção, dando voltas ao redor da casa.

As festas juninas realizadas pela Igreja, os terços rezados na praça, ao lado da Igreja, próximo à fogueira, passaram a ser vistos como uma festa pública, não tendo o mesmo significado dos terços rezados nas casas, onde os presentes eram convidados pela família para um momento particular de oração.

A religiosidade, os gestos de fé estão presentes na vida desses trabalhadores, principalmente nos momentos difíceis, buscam na fé a saída para seus problemas, é comum em cidades pequenas ainda com os resquícios dos costumes do campo, como Pontalinda, ter pessoas consideradas pelos populares que possuem o dom da fé, que, através de sua bênção, podem curar as pessoas. Elas fazem todo um ritual na realização de sua bênção. Seguem suas doutrinas místicas como a de não benzer aos domingos, em dias santos de guarda, nem depois que o sol se esconde. Um mistério que não me foi revelado.

Para elas, o trabalho de domingo e santos de guarda são pecados que as benzedeadas não cometem. Esses dias, destinados ao descanso e oração, estão presentes nas orações de vários benzimentos. “Esse mal não irá adiante como o trabalho de domingo e de santos de guarda”.

Como filho de benzedeadas, pude testemunhar, nos finais de tarde, várias mães com crianças pequenas que chegam correndo para benzer seus filhos antes que o sol entrasse.

As casas das benzedeadas eram constantemente visitadas principalmente nos finais de tarde. Momento em que chegavam da roça e as mães percebiam algo de estranho em seus filhos.

Com uma paciência de quem tem o dom, após também chegar da roça, deixava seus afazeres domésticos para depois que o sol entrasse, atendia as mães com filhos adoecidos. Enquanto isso, as outras crianças que vinham juntas mexiam em tudo, pois a senhora benzia um de cada vez .

As visitas às benzedeadas não têm dia nem hora para procurá-las, mesmo sabendo que elas cumprem religiosamente as suas doutrinas de não benzerem depois que o sol se põe, nem aos domingos e dias de santo de guarda. Se o caso fosse grave, elas diziam que não benziam, mas que podem ficar tranquilos que vão pedir a Deus por eles.

Há diversas situações de enfermidades em que as benzedeadas eram procuradas, na zona rural, por exemplo, as casas eram de pau a pique, próximas às matas. Era comum a presença de insetos como aranhas, sapos entre outros bichos que provocavam o chamado “cobreiro”. As benzedeadas encarregavam-se de curar esses males através do benzimento.

Pega três brotos de uma planta qualquer bem mole. Com os brotos nas mãos a pessoa encarregada de dar a benção pergunta: O que eu corto? A pessoa que está com o cobreiro responde. Cobreiro bravo. A benzedeadas diz: Corto a cabeça , corto o meio e corto o rabo. E a benzedeadas corta os brotos, conforme vai perguntado, (corta em três cada broto). Após repetir por três vezes a mesma frase, e o gesto com os brotos, a benzedeadas reza três Pai Nosso, três Ave Maria e Santa Maria, lembrando as cinco chagas do Nosso Senhor Jesus Cristo, Nosso Senhor dos Bons Passos, as três pessoas da Santíssima Trindade, a Nossa Senhora dos Enterros e a Virgem Maria.³⁸¹

O benzimento de cobreiro era procurado também pelos adultos que trabalhavam no campo em contato com diversos tipos de insetos. Assim, com o benzimento de língua que não atinge só as crianças. Tentando investigar minha mãe e ela me parecia mais preocupada em

³⁸¹ Narrativa de Otaira Alves Ferreira, trabalhadora rural aposentada e benzedeadas. Novembro de 2002.

me ensinar a benzer, pois repetia por diversas vezes as orações de curar íngua (Ingurgitamento de gânglio linfático).

*Coloca a mão em cima da íngua, subir no pilão e dizer:
Subi com a íngua na mão
Desci do pilão sem íngua na mão
Subi com a íngua na mão
Desci do pilão sem íngua na mão
Subi com a íngua na mão
Desci do pilão sem íngua na mão
Depois reza um Pai Nosso e três Ave Maria.*³⁸²

Ela continuou ensinando e repetindo várias vezes para que eu pudesse acompanhar seu benzimento. O quebranto é um dos males que afetam muito as crianças, deixando-as com enjoos, sem querer comer, precisa fazer o benzimento:

*Reza um Pai Nosso e três Ave Maria, três Santa Maria, lembrando a Nossa Senhora dos Enterros, que desenterra os males e manda pelas águas correntes, onde não canta galo e nem galinha, onde ninguém escuta, com os poderes de Deus e ajuda da Virgem Maria. Que todos os males dessa criança seja aliviado. Em Nome do Pai Filho e Espírito Santo.*³⁸³

As benzedeadas ainda são procuradas por pessoas, mesmo tendo atendimentos de saúde, como no caso da cura de algumas doenças, como icterícia³⁸⁴ ou “tiriça, aquela doença que amarela a criança”.³⁸⁵ São tratadas com benzimentos e chá de ervas medicinais.

*Reza um Pai Nosso e três Ave Maira, três Santa Maria, lembrando a Nossa Senhora dos Enterros, que desenterra os males e manda pelas águas correntes, onde não canta galo e nem galinha, onde ninguém escuta, com os poderes de Deus e ajuda da Virgem Maria. Que todos os males dessa criança seja aliviado. Em nome do Pai Filho e Espírito Santo. Depois da reza, a mãe da criança dá um chá e um banho de picão.*³⁸⁶

As pessoas vindas do campo preocupam-se com questões que parecem ter tanta importância, mas que incomodam com a estética e a beleza do corpo indo em busca dos

³⁸² Ibid.

³⁸³ Ibid.

³⁸⁴ Disponível em: <http://www.abcdasaude.com.br>. Icterícia é uma condição comum em recém-nascidos. Refere-se à cor amarela da pele e do branco dos olhos que é causada pelo excesso de bilirrubina no sangue. A bilirrubina é um pigmento normal, amarelo, gerado pelo metabolismo das células vermelhas do sangue. A criança fica icterícia quando a formação de bilirrubina é maior do que a capacidade do seu fígado de metabolizá-la.

³⁸⁵ Narrativa de Otaira Alves Ferreira, trabalhadora rural aposentada e benzedeadora. Novembro de 2002.

³⁸⁶ Id.

conhecimentos dessas benzedeadas para resolver através de simpatias para a cura de verrugas.³⁸⁷

*Pega um barbante, tirar medida no pescoço de um cachorro de preferência novo, contar quantas verrugas você tem no corpo, e cada verruga dar um nó no barbante, depois que terminar amarrar o barbante no pé do batedor de roupa, nunca mais olha para o barbante. Então o dia em que o barbante apodrecer, acaba às verrugas do seu corpo. Elas não existiram mais.*³⁸⁸

Na fala de Otaira, podemos perceber que o número de pessoas que procura sua ajuda, hoje, é menor do que o tempo em que morava no campo. “Lá na roça a gente fazia muita reza, por exemplo, quando um animal machucava a gente quase não tinha remédio e o coitado pegava bicho, então, a gente benzia:

*A gente pega olha no rabo do animal e diz: Como o trabalho de domingo e de santo de guarda não vai pra frente, estes bichos também não irão. Repete por três vez. Reza uma Ave Maria e Uma Santa Maria. Mas olha quem benze não pode trabalha nos domingos e nem nos dia Santo. Essa benção enfraquece as vistas.*³⁸⁹

Na cidade, talvez, os programas de atendimentos médicos possam ter amenizado os trabalhos das benzedeadas, assim como os recursos para os cuidados dos rebanhos, com a falta de remédios, recorriam aos serviços de benzimento e simpatias dessas pessoas. O benzimento acima está se referindo aos animais que sofriam ferimentos e as moscas varejeiras colocavam larvas nas feridas. A condenação pelo trabalho de domingos e dias de santos de guardas aparecem mais uma vez, agora Otaira faz um “alerta”: “essa benção enfraquece as vistas. Como tudo nesse mundo tem um preço”.

Voltando à entrevista de Marcelo, que, depois de algum tempo, já um tanto acostumado com o trabalho. O lugar não agrada Marcelo que diz que voltaria no próximo ano, mas só para ganhar dinheiro, pois não tem coragem de deixar sua família, nem seus amigos na Bahia. Diz também que gosta de jogar vôlei, mas aqui não tem tempo para praticar o esporte, uma vez que não tem muito conhecimento, porque trabalha por escala e as folgas caem no meio da semana. Outra dificuldade que enfrentou foi trabalhar aos domingos, as poucas

³⁸⁷ Disponível em: <http://www.abcdasaude.com.br>. Verruga, tumor benigno causado por vírus (HPV) Pappilomavirus humano, vírus este que pode causar também tumores malignos no colo do útero ou no pênis, segundo o sorotipo. São benignos os de sorotipo 1, 2, 3 e 4. A denominação das verrugas está relacionada ao lugar onde elas se desenvolvem ou ao seu aspecto.

³⁸⁸ Narrativa de Otaira Alves Ferreira, trabalhadora rural aposentada e benzedeadas. Novembro de 2002.

³⁸⁹ Ibid.

atrações da cidade jogos, bailes são realizados sempre nos finais de semana.³⁹⁰ Gilano reclamou pelo fato de não ter tempo de ir a missa que é celebrada aos domingos e, na usina, as folgas são por escala, quase sempre trabalha aos domingos.³⁹¹

Há uma luta dos trabalhadores boias-frias falando, agora, de forma geral, pela reconquistas dos seus costumes, como de ir à missa aos domingos reclamada por Gilano, em 2008, ou como almoçar aos domingos com a família, reclamada por João Ferreira da Silva, no ano de 2002.

*Não tem mais o domingo. Agora a gente trabalha seis dia, trabalha seis dia por um que é os 7 dia da semana né, agora a gente ta trabalhano cinco dia por um, voltano pá trais. Vai come um macarrão domingo cá famía, não tem jeito, assisti um futebol não tem jeito esse drama na roça, não tem como fica aqui domingo, agente tá trabaiano na roça.*³⁹²

As reclamações surgem pelo fato de ter perdido o domingo, que dentro de seus costumes representa como “o dia sagrado”,³⁹³ o dia de descansar, o que representa uma violação à fé cristã. Um dia para ficar com a família, receber visitas para os almoços de domingo, ir à missa, realizar pequenos passeios e divertir-se com a prática de algum esporte, como jogar malha, baralho, jogar ou assistir a um jogo de futebol. O que para o capitalista usineiro representa apenas algumas cifras, para esses trabalhadores representa um rompimento de costumes nas relações sociais e religiosas.

Como quase todo centro urbano pequeno, Pontalinda não oferece opções de lazer como danceterias, clubes, teatro, cinema.... E a maioria de sua população é de baixa renda, o que dificulta frequentar alguns centros maiores que oferecem algumas dessas opções de lazer. Resta aos trabalhadores rurais, principalmente aos jovens, frequentarem bailes nos finais de semana, no Centro Comunitário; e os bailes da terceira idade em alguns locais públicos como creche, Centro Comunitário, para os de mais idade. O vôlei, esporte pouco praticado, restando o futebol, a modalidade de maior atração esportiva e de lazer tanto para os jovens quanto para os adultos e idosos a que vão assistir.

³⁹⁰ Ibid.

³⁹¹ Narrativa de Gilano de Jesus Cardoso. Migrante nordestino, boia-fria. Dezembro de 2008.

³⁹² Narrativa de João Ferreira da Silva, boia-fria. Novembro de 2002.

³⁹³ Atos 20:7: Os primeiros cristãos guardavam o dia de sábado, mas reuniam-se no primeiro dia da semana (domingo) para celebrarem a eucaristia em memória da ressurreição de Cristo. *Onde os discípulos se reuniram no "primeiro dia da semana e partiram o pão" juntos.*

O futebol de Pontalinda está organizado em três principais equipes amadoras: O Guarani Futebol Clube, Associação Atlética Pontalindense, Veteranos de Pontalinda. Vale lembrar que existiram vários times de futebol na zona rural até o processo de migração do campo para a cidade.

Os times de futebol eram compostos por pessoas que moravam no bairro ou próximo ao bairro onde existia o campo de futebol. Os diretores e jogadores eram trabalhadores rurais, meeiros, parceiros, arrendatários, pequenos proprietários, colonos e alguns contratados para lida do gado. A crise no campo foi provocando o êxodo desses trabalhadores e as equipes foram se desfazendo. O primeiro a deixar de existir foi o time da Boa Esperança Futebol Clube, da fazenda Boa Esperança, no início da década de 1970, que, por decisão dos proprietários optarem pelas pastagens em vez do cultivo de pequenas lavouras de algodão, milho, arroz, amendoim, mamona entre outras, o que levou à migração de centenas de famílias. Depois, foi o Lageado Futebol Clube, no final da década de 1970, com a crise da geadada de 1975, em que grande parte dos jogadores era de colonos e meeiros de café que deixaram o campo e migraram principalmente para a cidade de Americana, Santa Bárbara d'Oeste e Mirassol. O Grêmio Esportivo da Companhia Inglesa, que por diversas vezes interrompeu suas atividades, parou definitivamente no início dos anos noventa. O Grêmio São Francisco, assim como outras equipes, tiveram em atividades por pouco tempo. O Santa Cruz, do Bairro da Rapadura, foi o último a deixar de existir, mesmo perdendo seus moradores, algumas pessoas, depois de estarem morando na cidade, mantiveram o elo com o bairro, dirigindo a equipe, mas tendo a necessidade de transportar jogadores da cidade, pois os moradores residentes no bairro eram insuficientes para formar uma equipe, situação que se arrastou até início de 2000.

O futebol amador sempre foi organizado por pessoas voluntárias, trabalhadores rurais, que, na maioria das vezes, usavam para confirmar ou marcar jogos através de um programa esportivo nas rádios da cidade de Jales-SP. Hoje, com o uso do telefone, o programa já está sendo mais usado para divulgar os resultados dos jogos.

Os diretores são os responsáveis pela contratação de veículos para transportarem seus jogadores. Após o processo de emancipação do município, a prefeitura passou a fornecer ônibus, cobrando taxas menores. Para o pagamento dessa taxa, os diretores faziam um rateio entre os presentes.

Os diretores dos times sem condições financeiras vão buscar recursos através de promoções como bailes, quermesses, jantares, bingos e rifas. Convocam todos os jogadores e

torcedores para ajudarem na realização dos eventos. Com os poucos recursos arrecadados, os diretores adquirem alguns materiais esportivos, por exemplo, uma espécie de medicamento para primeiros socorros como éter, ataduras, mercúrio, pomadas indicadas para lesões musculares. Se a renda for além do esperado, usam-na para aquisição de alguns pares de chuteiras para os jogadores que não têm condições de comprar, ou para as chamadas “estrelas” do time. Caso não são dados esses privilégios, eles ameaçam a mudar de time, o que não agrada aos diretores e torcedores, pois há uma grande rivalidade entre diretores, jogadores (exceção de alguns considerados estrelas) e torcedores dos times locais.

Como na cidade há dois times e os jogos são marcados sempre aos domingos, dia em que a maioria pode frequentar, os diretores fizeram um acordo de revezamento do campo aos domingos. Quando o time vai jogar fora de seus domínios, o diretor arruma a sacola de roupa, as chuteiras, uma bola, uma maleta de massagista, às vezes vazia, parte para um ponto determinado na praça central, onde aguarda a chegada do veículo que irá transportá-los. Após a chegada do veículo, embarcam, alguns vão cantando durante a viagem, outros conseguem dormir em meio ao barulho, enquanto muitos conversam sobre assuntos diversos e sobre como devem jogar para vencer o adversário.

Os times são compostos por duas categorias: os “aspirantes”, formados por jogadores jovens que se preparam para subirem para a categoria de “titular”, o time principal; e por jogadores de baixo desempenho técnico ou jogadores já veteranos com poucas condições físicas e sem esperanças de ser um ídolo do seu clube de coração.

Hoje existe três times, a Associação, o Guarani e os Veteranos. Antes tinha muitos times. O time da Boa esperança, do Lageado, da Rapadura, O time dos Ingleses. Naquela época existia muita gente no sítio. (...) O povo tocava café, arroz, algodão, plantava muita coisa. A região tinha muita gente, depois o povo foi mudando, e os times foi acabando, (...). O primeiro time a acabar foi o da Boa Esperança, o patrão resolveu planta capim em tudo lá mais ou menos em 1970, depois foi o Lageado, o povo foi morá em Mirassol o povo do senhor Dito Preto, outros foi para Santa Bárbara, Americana prá queles lado prá lá, foram mora na cidade, porque acabou o café, com a geada e depois a seca. O time da Rapadura foi o último lá prós anos de 2000, mais ou menos, mais no sítio já não tinha muita gente não, só mesmo alguns donos de sítio. Buscavam jogadores na cidade, mais depois acabou também. Não era aquele time mais. (...) Hei era movimentado, nos dias de jogo o povo ia todo mundo, as moças ia torcer, tinha uns cara bom de bola. Aqueles caras podia ser profissional. Existia muita rivalidade entre os times, ninguém queria perder, ainda mais em campeonato, ou torneio. Quando tinha o Cruzeiro, só que esses jogo só era em cidade ou campo bom, o campo do Lageado, Rapadura , o da Boa esperança já havia acabado, mais era um campo ruim também, O Campo dos Ingleses também era ruim, só fazia no campo aqui da região era em Pontalinda, que também não tinha naquela época um campo bom, mais fazia com todos os times daqui. Era uma festa, era um comentário só perto do domingo do jogo, o campo lotava, quem ganhava fazia uma festa, tomava cerveja, todo mundo já sabia prá onde,

ia tinha os bar que era acostumado freqüentar. Você sabe você jogava também. (...) Quando tinha o programa do rádio, o programa do Zé Gatti, que marcava os jogo, e dava os resultado dos jogo, depois acabou, o Zé Gatti e aí só ficou o telefone, mais existe programa que dá resultado de jogos, mais não igual do Zé Gatti. (...) Os diretores é quem sempre arrumavam o caminhão prá ir pró jogo, agora tem ônibus da Prefeitura, só paga uma taxa, tem mais conforto, aquela época era sofrido, tempo chuva o caminhão atolava, os jogadores precisam empurrar prá não fica no meio da estrada. (...) Tempo da chuva era o barro, tempo da seca era a poeira, a gente ficava todo empoeirado. (...) Nos domingo cedo agente, como sempre tem que cuida de tudo, arruma a mala de massagem, as vezes não tem nem remédio, os uniformes do time, o ônibus, faz baile, rifa, quermesse, dá um trabalhão prá tudo isso, mais a gente gosta né. (...) Tinha jogador bom, mais não gostavam muito de jogar para fora, a gente colocava uma regra, se não jogasse fora não jogava no campo, mais sabe tinha aqueles jogador que era bom, não ia, depois chegava no outro domingo no campo com a chuteira, e pedia prá jogar, inventava uma desculpa, se a gente não deixasse ele ficava maguado e podia ir jogar pro outro time sabe (...) No aspirante eu não gostava de colocar jogado com mais idade, só mesmo aqueles que sempre jogou no time, eu gostava de colocar os menino, porque sabe pode ter futuro. Olha tinha uns caras que era apaixonado pelo futebol. (...) No tempo da política existia muitos candidatos que dava uniforme, bola, chuteira, pro times. Sabe vinha busca voto.³⁹⁴

Podemos falar que o futebol é um esporte considerado como uma paixão nacional, alimentado pela empolgação dos meios de comunicação, principalmente a televisão. Faz mais do que os olhos fiquem vidrados nas telas nos momentos de decisões de grandes campeonatos de clubes profissionais e toda paixão no ano de copa do mundo. Cria em cada um desses, a ilusão de ser ídolo nacional. Sentem-se próximos dos sonhos, seu imaginário em um instante cria um cenário dentro de um mundo de glórias quando realiza uma jogada que arranca aplausos da torcida, ou o grito de gol.

Como o futebol é considerado um esporte mais acessível aos pobres, com o final das equipes de bairros, os campos, na zona rural, deixaram também de existir, o que dificulta a prática do esporte para aqueles que não fazem parte das equipes “principais”. São inúmeras as pessoas que reclamam a falta de praça esportiva.

Como há duas categorias, há sempre dois jogos. O jogo de aspirantes que não tem muita importância, o jogo preliminar da partida do time principal. Para os torcedores, o interessante é o time principal “titular”. Após a realização dos jogos, todos tomam o veículo e partem rumo a sua cidade. Se a equipe vencer, a festa ainda é maior. Cada time tem um ponto de encontro depois dos jogos. Ali, torcedores e jogadores tomam algumas bebidas na roda de amigos, comentam sobre o jogo e, então, cada um vai para sua casa. Muitos são casados,

³⁹⁴ Narrativa de Audêncio de Souza, boia-fria e diretor do time do Guarani Futebol Clube de Pontalinda, Outubro de 2002.

outros solteiros que tomam banho e voltam para a praça, para continuar o papo sobre futebol ou passear no jardim para ver as garotas.

Jogar no campo da cidade é o que todos preferem, não precisam sair mais cedo para tomar ônibus, viajar horas até chegar ao campo do adversário. Os jogadores gostam de ficar mais acomodados em casa, alguns tentam enganar os diretores, insinuando algum pretexto como mal estar ou inventam compromissos. Mas a regra é que, se o jogador não jogar no campo do adversário, fica no banco de reservas no próximo jogo. Quando o jogador é uma “estrela”, inventa alguma desculpa e o diretor faz de conta que acredita, para não perdê-lo para o time rival, diante da rivalidade existente entre as duas equipes locais.

Diante da situação de todos os jogadores preferirem jogar somente em seu campo, não querendo viajar, os dirigentes encontraram uma solução, criando um compromisso moral entre os dirigentes das equipes da região em se comprometer após receber uma equipe em seu campo, também deveria ir jogar no campo deste.

Como nem sempre era cumprido o acordo, resolveram adotar um sistema de garantia estipulada num valor em dinheiro, “obrigando” a equipe que recebe em seu campo outra equipe deve emitir um cheque com uma quantia já pré combinada como garantia e, quando fosse jogar no campo do adversário, pegaria o cheque de volta (antes a garantia era em moeda vigente, depois passou a ser em cheque). Garantias que nem sempre são cumpridas, principalmente quando ocorre confusão entre as equipes.

Sem muitas alternativas, o futebol cria toda uma expectativa, principalmente nos jogos de campeonatos, torneios, ou até mesmo jogos amistosos entre as equipes da cidade. Comentários nos bares, nos cantos da praça, durante o trabalho, nos laranjais ou até mesmo no corte de cana nos intervalos de almoço. Comentários que esquentam o clima entre as equipes. Muitas vezes, acontecem brigas entre colegas. Ninguém quer perder.

Diante dessa rivalidade, a esperança de vencer está nos pés dos principais jogadores que se preparam para tal jogo, mesmo enfrentando as dificuldades do trabalho rural. Como no futebol profissional, cada equipe tem seu ídolo, que a torcida grita seu nome. Ele sabe que há uma expectativa de vitória sobre seus ombros, mesmo estando distante dos seus sonhos, naquele momento, sente-se um ídolo daquele local, como em seu trabalho, derrama a última gota de suor pela sua equipe, que nem sempre sai vencedor.

Após a partida vencida, as pequenas confusões. O time vencedor vai para o bar de costume festejar. Gritando o nome do seu ídolo, tendo este com o único ídolo local.

Torcedores em grupos comentam, os mais jovens carregam nos ombros seus vencedores até o bar de costume. Entre bebidas, sorrisos e comentários, adentram a noite. Enquanto que os perdedores preferem voltar rápido para casa e se resguardam por uns dias, tentando livrar-se dos comentários, das brincadeiras de mau gosto dos adversários que duram dias.

As dificuldades econômicas que os dirigentes encontram para manterem em atividades essas equipes dão a determinados políticos lacunas para se infiltrarem e arrebanhar votos.

Nos períodos eleitorais, era de praxe as equipes desfilarem com uniformes novos, com os nomes de candidatos impressos nas camisas. Muito comum a realização de torneios, campeonatos, nesse período, com doação de bolas, estreia de uniformes e faixas espalhadas pelos alambrados, e que, muitas vezes, o candidato dava o pontapé inicial na abertura dos jogos. Depois da nova Lei Eleitoral nº 11.300/06,³⁹⁵ essa prática tornou-se mais oculta, o que não deixaram de aparecer nos períodos eleitorais, equipes com uniformes novos, é claro, sem nomes nas camisas ou faixas com nomes e números de candidatos espalhadas às margens dos campos.

Os jogos continuam sendo marcados para as tardes de domingos, com exceção dos grandes torneios que acontecem uma vez ou duas vezes ao ano. Nesses campeonatos, as partidas começam a ser disputadas logo de manhã, aos domingos. Nesses dias, jovens e adultos com chuteiras nas mãos e pequenos grupos de torcedores caminham em direção ao campo. Mesmo diante do trabalho por escala, o domingo não deixou de ser o dia de descanso, lazer e oração desses trabalhadores. Os dias de domingo, em especial, dias de jogos mais importantes, ou alguma celebração festiva, são registradas inúmeras faltas no trabalho do corte de cana, segundo os “gatos.

Para aqueles que passaram a trabalhar por escala com João Ferreira da Silva, que não folgavam aos domingos, sem alternativas após chegar do trabalho, reúnem-se nos botequins da cidade para bater papo com os amigos, tomar alguma bebida, antes de voltar para casa.

³⁹⁵ Lei 11.300/06 incluiu um parágrafo § 5º, tratando de assunto diverso: à doação feita por candidato. Este novo parágrafo, embora notadamente mal situado no texto da Lei, passa a vedar uma atividade que realmente é nociva à lisura da disputa eleitoral. Trata-se das "caridades eleitoreiras", ou como melhor define o legislador "quaisquer doações em dinheiro, bem como de troféus, prêmios, ajudas de qualquer espécie feitas por candidato, entre o registro e a eleição, a pessoas físicas ou jurídicas". O candidato que comprovadamente realizar estas práticas responderá por abuso do poder econômico.

Situação típica de parte dos trabalhadores do Brasil já abordada por Sidney Chalhoub, no início do século XX.³⁹⁶

Esses trabalhadores, ex-pequenos produtores, ex-meeiros, ex-parceiros, ex-arrendatários, ex-colonos que migraram do campo para a cidade, fruto de uma política agrícola voltada para o agronegócio, que se ajuntaram com outros trabalhadores rurais já tinham a experiência de boia-fria. Esses trabalhadores lutam em um cenário diferente daquele acostumado no campo, por um espaço pela sua sobrevivência e pela preservação de seus costumes, seus hábitos, suas crenças, sua cultura. Assim como o trabalhador nordestino luta pela sua sobrevivência em experiências diferentes das já vividas, lutam também pela manutenção de sua cultura e contra os preconceitos ainda existentes. Nesse cenário de contradições, surgem os gestos de solidariedade e união desses trabalhadores nas suas lutas e nas resistências pelos direitos nos diversos âmbitos da sociedade.

³⁹⁶ CHALHOUB, Sidney. Op. cit. p. 79, nota 280

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escrever as últimas páginas deste trabalho, sinto a mesma sensação do primeiro dia quando cheguei à Universidade para iniciar o curso de mestrado, depois de meio século de vida. Escrever esta história que ajudei a construir, juntamente com outros companheiros, era um sonho de um valor imenso, muito mais do que um trabalho acadêmico.

As relações sociais locais as quais pude vivenciar deram-me oportunidade de escrever sobre a grande transformação e mudança nas diversas atividades rurais milenares. Eram realizadas à base do trabalho braçal, com o uso da enxada e do arado de tração animal, que foram substituídos pelo processo de mecanização e pelo processo químico. “Estamos, talvez, assistindo ao início de uma transformação profunda das relações do passado com o presente”.³⁹⁷ São essas reflexões que nos levam “a escrever a história do nosso próprio tempo”.³⁹⁸ E, ainda, parafraseando Hobsbawm: “Todo historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual pode sondar o mundo”³⁹⁹. Foi “desse poleiro particular” que sondei o mundo desses trabalhadores bóias-frias do qual fiz parte.

Entrevistei os bóias-frias, fotografei, busquei documentos e evidências que deram vida a pesquisa.

O fato de ser um ex-trabalhador rural e conviver com os mesmos deu-me um ângulo de visão privilegiado na interpretação da trajetória e cultura dos trabalhadores rurais boias-frias da cidade de Pontalinda, diferentemente de outros pesquisadores que buscam trabalhar o mesmo tema. “É inevitável que a experiência pessoal desses tempos modele a maneira como

³⁹⁷ LE GOFF, Jacques. Op. cit. p. 228, nota 97.

³⁹⁸ “Entretanto, a mera expressão “nosso próprio tempo” desvia-se de uma questão importante. Ela supõe que uma experiência individual de vida também seja uma experiência coletiva. Ver: HOBBSAWM. Eric. J. Op. cit. p. 224, nota 5.

³⁹⁹ Ibid. p. 224.

os vemos, e até a maneira como avaliamos a evidência à qual todos nós, não obstante nossas opiniões, devemos recorrer e apresentar”⁴⁰⁰.

As crianças dos anos 60/70 foram educadas seguindo a ideia de que a melhor maneira de formar os filhos dos desafortunados era acostamá-los ao trabalho. Sofri junto com elas as dificuldades de ser pequeno produtor e as amargas experiências como boias-frias. Fiz parte da trajetória desses trabalhadores até aos vinte e oito anos de idade, mas, depois, não deixei de conviver com os mesmos, estas reflexões me acompanharão para o resto de minha vida.

Suas histórias foram visualizadas de acordo com as experiências herdadas. Grande parte da sociedade via nesta experiência o “trabalho grosseiro”. Viveram como arrendatários, meeiros, parceiros, colonos, alguns até pequenos proprietários, que sofreram os reflexos das políticas voltadas para o agronegócio e os problemas climáticos regionais. Sentiram-se como os migrantes, principalmente os nordestinos, a difícil vida de bóia-fria, uma “designação usada pejorativamente, reduzindo-os a um objeto pouco atraente e inanimado, questionando sua própria humanidade”⁴⁰¹.

Depois de ouvir e interpretar as narrativas dos trabalhadores rurais jovens e velhos, alguns ex-companheiros de trabalho, pude perceber em cada rosto a expressão de contentamento em poder contribuir com minha pesquisa e, ao mesmo tempo, ter a oportunidade de narrar sua própria história.

Os relatos aqui apresentados foram permeados de saudosismos, esperanças, princípios éticos e, às vezes, de momentos de desilusões, como na narrativa de Audêncio que parece viajar no tempo através da memória. Observei a expressão de tristeza quando lhe perguntei qual seria o seu maior sonho. De cabeça baixa, responde que era adquirir um pedaço de terra para plantar e voltar a morar no campo, criar seus animais e ser livre para trabalhar, o que parece impossível para alguém que ganha tão pouco.

Pude observar nos relatos a luta em busca do sonho da aquisição da terra que foi ficando cada vez mais distante, à medida que esta era desbravada, valorizando-a e dificultando cada vez mais a sua aquisição pelos trabalhadores rurais sem-terra. O grande percentual das rendas devido aos patrões, nas áreas cultivadas, foi outro empecilho. Situação ainda mais difícil era a dos colonos, que viviam na miséria, gerando alguns momentos de tensões, expressivos como o caso de Pedro Ângelo. Não constatei nessa microrregião

⁴⁰⁰ Ibid. p. 245.

⁴⁰¹ WELCH, Andrew, Clifford. Op. cit. p. 422, nota 103.

nenhuma organização que ameaçasse a ordem instituída e a propriedade privada, como ocorreu na região de Santa Fé do Sul, com a liderança do capitão Jofre Correia Neto.⁴⁰²

As lutas constantes desses trabalhadores por direitos trabalhistas e direito a um espaço dentro da sociedade estão expressas nas suas narrativas, como o desabafo de Valdira que, depois de deixar de cortar cana e trabalhar como faxineira na sede de um sítio, sem registro, juntamente com seu marido que cuidava dos animais e demais trabalhos manuais, foi dispensada quando o patrão descobriu que estava doente.

*Sabe, quando nós mudamo para tomar conta do sítio do Sakahista e não deu certo, porque eu estava trabalhando pra ele, limpando a casa da sede e ele não tinha me registrado. Quando ele ficou sabendo que eu estava doente ele me dispensou. Então meu marido pediu a conta também e nós voltamo pra cá.*⁴⁰³

As falas desses trabalhadores também estão permeadas de esperanças de conseguirem um pedaço de terra para plantar, como as narrativas dos trabalhadores que viveram as experiências de residirem no campo, tais quais os senhores Audêncio de Souza e Wilson Santos Oliveira. Esse projeto de vida não desapareceu da memória desses trabalhadores, o mesmo não acontecendo com os trabalhadores mais jovens, como Luiz Goes e Hélio Cândido de Oliveira que não residiram no campo e têm como perspectiva um emprego nos centros urbano, que também ainda não conseguiram.

As disputas por espaços dentro da sociedade vão ganhando força. Venceram na justiça a luta sobre os terrenos contra o comendador da cidade. Vencem, a cada dia, no cotidiano, a luta contra seus poucos salários, buscando alternativas nas promoções de lojas e nos bazares da pechincha.

Esses trabalhadores lutam, também, pela preservação da fé, buscando a bênção das últimas benzedeadas ou participando dos rituais religiosos, em festas juninas e outros santos de devoção. Não sabemos por quanto tempo veremos as crianças correndo, pedindo “boas festas” no primeiro dia do ano pelas ruas da cidade.

Vemos a concentração dos boias-frias nos bairros às margens da cidade, enfrentando inúmeras dificuldades e sem perspectivas de trabalho para o futuro, diante do crescimento da monocultura canavieira, da mecanização da plantação, do cultivo e da colheita que provocam a abolição do arado de tração animal, dando lugar para as máquinas e substituição da enxada pela capina química. Certamente, em breve, não veremos mais um exército de trabalhadores encarvoados descendo dos veículos todas as tardes e dirigirem-se para suas casas, alguns

⁴⁰² REIS, Nazareth dos. Op. cit. Nota 367.

⁴⁰³ Narrativa de Valdira Aparecida Tauber, bóia-fria. Dezembro de 2009.

depois de passarem pelo botequim para tragar uma bebida. Nem as centenas de migrantes nordestinos, até então discriminados, desembarcarão com pequenas mochilas de roupas para enfrentarem a difícil atividade do corte de cana. Portanto, quem lutará pela terra? Quantos Pedros Ângelos ainda darão suas vidas pela dignidade? Quem se preocupará em lavrar a terra na busca de alimentos para sustentar a demanda?

Como será o hoje e o futuro dos trabalhadores bóias-frias de Pontalinda? Continuarão vendendo sua força de trabalho, com os braços já cansados e doentes pelos tantos golpes do facão dados enquanto trabalhadores bóias-frias? Conseguirão, como eu e alguns companheiros, através da educação, outros espaços no mercado de trabalho e melhoria nas condições de vida?

Diante das circunstâncias, ficarão as narrativas orais desses trabalhadores que não são somente fatos abstratos sobre o passado, mas lembranças, sentimentos e exemplos únicos de luta preservados neste trabalho. Ao olharem no horizonte e verem uma paisagem acinzentada pelas queimadas do canavial, vão “tentando separar as coisas em suas mentes como eram as coisas antes e como são hoje”.⁴⁰⁴

Encerro esta dissertação na expectativa que estes homens e mulheres sejam reconhecidos como sujeitos que tem direito ao passado, ao presente e ao futuro.

⁴⁰⁴ KHOURY, Yara Aun. Op. cit. 9. 291, nota 9.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSSI, Ecléa. **O Tempo vivo da Memória**. Cotia-SP: Editora: Ateliê Editorial, 2003.

POSSAS, Lidia Maria Vianna. **Mulheres, trens e trilhos**. Bauru-SP: Editora EDUSC, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Volume 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1ª edição 1985, 10ª reimpressão, 1996.

BORIS, Fausto. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora: Edusp, 2009. p. 187.

BRUNNER, José Joaquim. “**Notas sobre Cultura Popular, Indústria Cultural y Modernidad**”, em Um Espelho Trizado.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

CARDOSO, Heloisa Helena. Texto “Memórias de um trauma: o massacre da GEB”. **Muitas memórias, outras histórias**. Déa Ribeiro Fenelon, Laura Antunes Maciel, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Khoury (orgs.). São Paulo: Editora Olho D’água, 2005.

CARMO, Maria Andréa Angelotti. **Lavradores de sonhos: saberes e (dês) caminhos de trabalhadores volantes 1980-2000**. São Paulo: Editora PUC-SP, 2006.

CARVALHO, T.C. **Fotografias e a cidade: São Paulo na década de 1930**. Dissertação de Mestrado em História, PUC-SP. 1999

CASTORIADIS, Cornélius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. RJ: Editora Paz e terra, 1ª edição, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – Entre Práticas e Representações**. RJ: Editora Bertrand Brasil, S.A, 1985.

CHAUÍ, Marilena. Os Trabalhos da Memória. In. BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Européia do Livro. Editora Universidade de S. Paulo, 1971.

FENELON, Déa Ribeiro, Heloísa Faria Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto – Introdução. **Muitas memórias outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'água, 2005.

FICO, Carlos. “João Goulart e a Operação Brother Sam.” In: **O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

GIANNETTI, Eduardo. **Vícios privados, benefícios públicos?** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2003.

G.LORA, **Liberacion de las naciones oprimidas: 500 años de opresión ii basta!!** La Paz Bolívia: Ediciones La Colmena, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 5ª edição, 2ª reimpressão, 2006.

GRANGEIRO, Cândido Domingues. “**Artes de um negócio: A febre photographica**.” São Paulo: 1862-1986.

HOBBSAWM, Eric J, e Terence Ranger. “**A Invenção das Tradições**.” Tradução de Celina Cardim Cavalcante. RJ: Editora Paz e Terra, 1984.

_____. **Sobre História** – Ensaios. São Paulo: Editora Companhia Das Letras, 1998.

_____. **A Era dos Extremos** – o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Editora Companhia das letras. São Paulo, 1998.

HUBER, Leo. **Memórias e experiência de trabalhadores moradores da Vila União-Jales., 1980-2002**. São Paulo: Dissertação de Mestrado pela PUC-SP, 2004.

KHOURY, Yara Aun, **Narrativas orais na investigação oral**. Projeto História. São Paulo.

_____, **Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história**. São Paulo: Editora Olho d'água, 2005.

MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. Produção Editorial: Adalmir Caparrós Fagá. Tradução: Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Editora Centauro, 5ª Edição, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **A cidade, a noite e o cronista**: São Paulo e Adoniram Barbosa. Bauru: EDUSC, 2007.

MIOLA, Moacir de Paula. **Biografia de Pontalinda**. Jales-SP: Editora Grafisa, 2004.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiro de São Paulo**. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec-Polis, 1984.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução**. O Brasil republicano – O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Organização de Jorge Ferreira. Lucilia de Almeida Neves Delgado. RJ: Editora Civilização Brasileira, 2003.

NARDOQUE, Sedeval. **Apropriação Capitalista da Terra e a Formação da Pequena Propriedade em Jales-SP**. Presidente Prudente: Dissertação de Mestrado, UNESP, 2002.

NEIVA, Eduardo, Jr. **A imagem**. São Paulo: Editora Ática, 2ª edição, 2ª impressão, 2002.

NETO, Natal Bíscaro. **Memória e Cultura na História da Frente Pioneira Noroeste Paulista (décadas de 40 e 50)**. São Paulo: Dissertação de mestrado, PUC-SP. 1993.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Editora paz e Terra. 2001, vol. 12.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto Memória**. PUC. SP. Nº 15. Abril 97.

_____. “O momento da minha vida”. Funções do tempo na história oral. **Muitas memórias, outras histórias**. Orgs. Déa Ribeiro Fenelon, Laura Antunes Maciel, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Khoury. São Paulo: Editora Olho d'água, 2005.

REIS, Nazareth dos. **Tensões Sociais no Campo**: Rubinéia e Santa Clara D'Oeste. São Paulo: Dissertação de Mestrado. PUC, 1990.

SAMUEL, Raphael. “**História Local e História Oral**”. Revista brasileira de História, São Paulo, Vol. 9, nº 19, set/1989/fev.1990.

SANTANA, Charles D'Almeida. **Fatura e Ventura Camponesas** : Trabalho, Cotidiano e Migrações : – Bahia: 1950-1980. São Paulo: Editora Annablume, 1998.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **História & Pesquisa**. Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, 1994.

SANTOS, Lyndon de Araújo. **Protestantismo e modernidade**: os usos e os sentidos da experiência histórica no Brasil e na América Latina. Revista Projeto História, nº 37, São Paulo. 2008.

SEIXAS, Genésio Mendes de. **Jales precursores e pioneiros**. Jales-SP: Editora CIP, 2003.

SILVA, Antonio Marcos. **História**: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. Texto: “Algumas experiências com o diálogo com a memória”. **Muitas memórias, outras histórias**. Déa Ribeiro Fenelon, Laura Antunes Maciel, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Khoury. (orgs.). São Paulo: Editora: Olho D’água, 2005.

SILVA, Élide Maria Barison da. “**A Infância e a Adolescência Pobres na Cidade de Jales?**” Experiências vividas e sonhadas, 1970-2001. Uberlândia-MG: Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia-MG, 2001.

SZMRECSÁNYI, Tomás e Ramos, Pedro. **História & Perspectivas**. Uberlândia-MG: Editora Universidade Federal de Uberlândia, 1994.

TEIXEIRA, Eber Mariano. “**Amanhã é outro dia**”: falas, memórias e outras histórias de trabalhadores cortadores de cana em General Salgado – SP, 1980 – 2008.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum** – Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005.

_____. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. RJ: Editora Zahar, 1981.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa I: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa II: A maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1988. .

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa III: A força dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: Editora Unicamp. 2005.

VASCONCELOS, Regina Ilka. Tempos e memórias. Caminhos para o sertanejo: quem conta histórias?. **Muitas memórias, outras histórias**. Orgs. Déa Ribeiro Fenelon, Laura Antunes Maciel, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Khoury. São Paulo: Editora Olho d’água, 2005.

VIEIRA, Francisca Isabel. **O japonês na frente de expansão paulista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.

_____. **O Campo e a Cidade**: Na História e na Literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

W. Wilberforce. *A Practical View of the Prevailing Religious System of Professed Christians*. 1797.

FONTES ORAIS

Audêncio de Souza, bóia-fria - entrevista realizada em 13 de outubro de 2002, em sua residência, à rua Adalberto Brandão, 1045, Pontalinda-SP.

Claudia Dias de Souza, funcionária pública e estudante - entrevista realizada em 13 de novembro de 2002, no Departamento de Assistência e Promoção Social, à rua José Joaquim Lourenço, 1723, Pontalinda-SP.

Dulce Souza de Jesus, bóia-fria. Entrevista realizada em 02 de novembro de 2002, em sua residência, a rua Adalberto Brandão, n. 1636, Pontalinda-SP.

Hélio Cândido de Oliveira, bóia-fria - entrevista realizada em 15 de novembro de 2002, em sua residência, à rua Adalberto Brandão, s/n, fundos, Pontalinda-SP.

Hélio Cândido de Oliveira, bóia-fria - entrevista realizada novembro de 13 de dezembro de 2010, em sua residência, à rua Manoel Neo de Carvalho, s/n., Pontalinda-SP.

Flávio Santos Oliveira, cabeleireiro, ex-pequeno produtor, ex-bóia-fria - entrevista realizada em 01 de dezembro de 2010, em sua residência, à rua Adalberto Brandão, 1426, Pontalinda-SP.

Francisco Dias da Costa, bóia-fria, migrantes nordestino - entrevista realizada em 02 de novembro de 2002, em sua residência (república), à rua Manoel Neo de Carvalho, esquina com a rua Itacolomi, 1270 - fundos, Pontalinda-SP.

Gilvano Vieira de Souza, bóia-fria, migrante nordestino, entrevista realizada em 11 de dezembro de 2009, em sua residência (república), à rua Itacolomi, 1599, Pontalinda-SP.

João Ferreira da Silva, bóia-fria. Entrevista realizada em 02 de novembro de 2002, em sua residência, a rua Adalberto Brandão, n. 1636, Pontalinda-SP.

João Miguel da Silva, ex-bóia-fria, aposentado, entrevista realizado em 13 de dezembro de 2003, na residência da benzedeira Otaira A. Ferreira, à rua Tupinambás, 1432, Pontalinda-SP.

Jair Tonholo, funcionário público, entrevista realizada em 13 de novembro de 2002, na Prefeitura Municipal, à rua José Joaquim Lourenço, 1723, Pontalinda-SP.

Leudineia Antonia de Souza Tonholo, ex-boia-fria, primeira dama e chefe do Departamento de Assistência e Promoção Social do Município de Pontalinda-SP. Entrevista realizada em outubro de 2002, em sua residência, à rua José Joaquim Lourenço, 1681, Pontalinda-SP.

Luiz Goes, boia-fria. Entrevista realizada em sua residência, em 13 de dezembro de 2009, em sua residência, à rua Adalberto Brandão, 1776, Pontlinda-SP.

Marcelo Dourado de Oliveira, bóia-fria, migrante nordestino. Entrevista realizada em 11 de dezembro de 2009, em sua residência (república), à rua Itacolomi, 1599, Pontalinda-SP.

Miguel de Lima, trabalhador rural. Entrevista realizada em 13 maio de 2010, em sua residência, Sítio São Miguel, Córrego do Lageado, Pontalinda-SP.

Orlando dos Santos Oliveira, ex-pequeno produtor, ex-bóia-fria, aposentado. Entrevista realizada em 10 de novembro de 2002, na residência seu filho Renato Santos Oliveira, Córrego do Lageado, Pontalinda-SP.

Otaira Alves Ferreira, trabalhadora rural aposentada, benzedeira. Entrevista realizada em 09 de outubro de 2002, em sua residência, á rua Tupinambás 1432, Pontalinda-SP.

Rosalvo Coutinho Costa, bóia-fria. Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2010, em sua residência, a rua Anísio Cardoso Pereira, 1317, Pontalinda-SP.

Sidney José Luiz, bóia-fria. Entrevista realizada em 02 de novembro de 2008, em sua residência, à rua Tupinambás, 1337, Pontalinda-SP.

Salvador de Oliveira, ex-pequeno arrendatário, ex-bóia-fria, ex-pedreiro, e funcionário público municipal. Entrevista realizada em 16 de dezembro de 2010, em sua residência à rua Miguel Jorge Pires, 1825, Pontalinda-SP.

Solange Aparecida da Silva, bóia-fria. Entrevista em 05 de novembro de 2008, em sua residência à rua Amazonas, 1873, Pontalinda-SP.

Valdira Aparecida Tauber, bóia-fria. Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2009. à rua Adalberto Brandão, 1413, Pontalinda-SP.

Wilson Pereira dos Santos, fiscal de turma. Entrevista em 13 de dezembro de 2009, na residência do pesquisador, à rua Itacolomi, 1616, Pontalinda-SP.

Wilson Santos de Oliveira, bóia-fria, ex-pequeno produtor rural, entrevista realizada em 02 de outubro de 2002, à rua Miguel Jorge Pires, nº 1011, Pontalinda-SP.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Ata de formação da Associação dos Moradores do Bairro Jardim da Paz

Atas de Conselho de Escola da EE "Profª Zélia de L. Z. Lopes"

Censo do IBGE

Bíblia Sagrada

Guia de Taxas de Impostos - cedidas pelo colecionador Jesus Pupim

Livros de matrículas de alunos da EE "Profª Zélia de Lourdes.

AÇÕES TRABALHISTAS

Ação Trabalhista, Processo nº 1.329/91, ajuizado em 21/10/1991. Justiça do Trabalho JCJ de Fernandópolis-SP.

Ação Trabalhista, Processo nº 058/92, ajuizado em 17/11/1992. Justiça do Trabalho JCJ de Fernandópolis-SP.

Ação Trabalhista, Processo nº 063/93. Justiça do Trabalho – JCJ de Fernandópolis-SP.

Ação Trabalhista Processo nº 1392/92, Justiça do Trabalho – JCJ de Fernandópolis-SP.

Ação Trabalhista, Processo nº 002/93, ajuizado em 16/04/93. Justiça do Trabalho JCJ de Jales-SP.

Ação Trabalhista, Processo nº 392/92, ajuizado em 12/11/92. Justiça do Trabalho Poder Judiciário de Auriflâma-SP.

Ação Trabalhista, Processo nº 931/92, ajuizado em 18/08/1992. Justiça do Trabalho JCJ de Fernandópolis-SP.

Ação Trabalhista nº832/2006, Vara Federal do Trabalho da Comarca de Jales.

Certidão da Convenção Coletiva de Trabalho, entre as partes de um lado A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo e os Sindicatos Filiados e de outro lado os o Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo e o Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool no Estado de São Paulo.1989.

Inquérito Policial SR/DPF/SP – Delegacia de Polícia Federal em Jales/SP, nº 20-0203/09.

AÇÃO CIVIL

Ação Impetrada pelo senhor Armando Cardoso Pereira, contra a Administração de 2001 a 2004.

PROCESSOS CRIME

Processo Crime n° 1.002/68.

Processo Crime n° 0001364-94.2010.403.6124.

LEIS

Constituição Federal

Código Penal Brasileiro

Código Processual Civil (incluído pela Lei nº 8.952, de 1994).

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

Lei Especial nº 5.889/73

Lei 11.300/06 (Eleitoral)

Lei nº 7.664, de 30/12/1991, Dispõe sobre alterações no Quadro Territorial-Administrativo do Estado de São Paulo.

JORNAIS, ALMANAQUES E REVISTAS

Dados Sociais publicado no Almanaque ABRIL Brasil 2002.

Jornal A Folha de São Paulo

Jornal A GAZETA

Jornal de Jales

Jornal O Estadão

Revista Fecesp – São Paulo, Abril/2002.

MAPAS

Mapa cartográfico da região do Noroeste Paulista de 1900. Retirado do livro de Genésio Seixas Mendes. “Jales precursores e pioneiros”. Jales. CIP

SITES

<http://www.diariodonordeste.globo.com>

<http://www.abcdasaude.com.br>.

<http://www.crireplantar.com.br>.

<http://www.informes.org.br>.

<http://www.comciencia.br>

<http://www.sucre.ethique.org>.

<http://www.comciencia.br>

<http://www.wikipedia.org>.